

RURALIZAÇÃO DO ENSINO

as ideias em movimento e o movimento das ideias
(1930-1950)



Agnes Iara Domingos Moraes

No livro “Ruralização do ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950)” apresentam-se resultados de pesquisa de Doutorado em Educação, que investigou a circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino, entre as décadas de 1930 e 1950. Os resultados apontam que os integrantes do Movimento pela ruralização do ensino atuaram em âmbitos nacional e internacional, envolvendo uma ampla rede de sociabilidade composta por diversos sujeitos, que se valeram de eventos, impressos, instituições educativas, bem como Sociedades e Institutos para levarem a termo a concepção de educação ruralizada. Ademais, Sud Mennucci foi o principal articulador do processo de circulação das ideias, da implementação de ações e da materialização de propostas desse Movimento pela ruralização do ensino. Trata-se de um livro fundamental para conhecer as ideias desse Movimento e o movimento dessas ideias.



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



**RURALIZAÇÃO DO ENSINO:
as ideias em movimento
e o movimento das ideias (1930-1950)**

Agnes Iara Domingos Moraes

Agnes Iara Domingos Moraes

**RURALIZAÇÃO DO ENSINO:
as ideias em movimento
e o movimento das ideias (1930-1950)**

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Peloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

Auxílio N° 0798/2018, Processo N° 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – FFC

-
- M827r Moraes, Agnes Iara Domingos.
Ruralização do ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950) /
Agnes Iara Domingos Moraes. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura
Acadêmica, 2021.
276 p.: il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-161-4 (IMPRESSO)
ISBN 978-65-5954-162-1 (DIGITAL)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-162-1>
1. Educação – História – 1930-1950. 2. Educação rural. 3. Escolas rurais. I. Título.

CDD .370.109

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

*Aos povos do campo –
em especial José Alves de Moraes, meu pai –
que continuam, por diferentes motivos,
tendo negado seu direito à educação escolar.*

Parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com 'h' maiúsculo.

Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si.

Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.

(GRUZINSKI, 2001, p. 176)

Sumário

Prefácio <i>Rosa Fátima de Souza Chaloba</i>	11
Introdução.....	17
O arquivo pessoal de Sud Mennucci: cartas que contam histórias.....	33
1 Sud Mennucci: a maior “autoridade em ruralismo”	45
2. “A ruralização do ensino é a solução”?: sujeitos movimentando ideias	91
3. “Assim é fazer ruralismo, com trabalho e ação e não com palavras”: Movimento em ação.....	139
4. Ruralização do ensino: aqui e acolá.....	181
Considerações finais.....	213
Referências.....	221
Fontes citadas.....	240

Prefácio

O movimento das ideias tem sido uma preocupação candente no pensamento social brasileiro. Um bom exemplo, entre tantos, é o muito debatido ensaio “As ideias fora do lugar”, do crítico literário Roberto Schwartz, publicado no livro *Ao vencedor as batatas*, em 1977. No campo da Educação, muito já se problematizou acerca de noções como transferência, importação, influência, utilizados para explicar a presença de modelos europeus e norte-americanos na educação nacional, o intercâmbio das inovações pedagógicas aqui... ali... acolá.

A esse respeito, vale lembrar o grande empreendimento que significou a constituição da Educação Comparada no início do século 19, propondo-se a investigar, com base em princípios científicos, trocas e intercâmbios educacionais. Ao longo do século 19, a comparação em educação adquiriu uma relevância política. Multiplicaram-se os relatórios detalhados sobre as condições da educação de vários países, especialmente os europeus e os Estados Unidos, que passaram a servir como modelos. A esse respeito, Schriewer assinala o quanto os relatórios internacionais e relatórios de viagens, as exposições universais, os congressos internacionais de política social e educacional, os centros e institutos de documentação internacional em formação, não somente estimularam a competição febril entre nações no campo educativo, mas também fundaram, ao mesmo tempo, uma tradição de estudos comprometidos com a política, a administração, com a inovação e a reforma educacionais” (SCHRIEWER, 2002).

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-162-1.p11-16>

Na transição do século 19 para o século 20, a Educação Comparada se tornou uma importante área de estudos na nascente Ciências da Educação. Ao longo do século 20, ela assumiu novas abordagens substituindo a ênfase descritiva por procedimentos mais analíticos e críticos.

No campo da História da Educação, os estudos acerca dos contatos, trocas culturais e espraiamento das inovações educacionais é mais recente e se intensificaram nas duas últimas décadas, valendo-se de outros referenciais teórico-metodológicos como a histórica conectada de Gruzinski, a história cruzada proposta por Zimmermann e, mais recentemente, na perspectiva transnacional.

É desta temática atual e instigante que se nutre este livro de Agnes Iara Domingos Moraes, que se constitui, sem sombra de dúvida, um marco na historiografia da educação rural no Brasil. Fruto de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília, que eu tive a grande satisfação de orientar, posso afiançar seus inúmeros méritos, dentre os quais prefiro destacar aqueles mais atinentes à originalidade do estudo.

A relevância do tema é inquestionável. Entre as décadas de 1930 e 1960, proposições com base na ruralização do ensino nortearam políticas para a educação rural, suscitaram inúmeros debates entre educadores e intelectuais e resultaram em diversas iniciativas educacionais. Como bem evidencia este livro, os ruralistas expressavam uma posição conservadora. Eles defendiam o projeto de um Brasil agrário pautado na fixação do homem no campo e em posições contrárias à industrialização e à urbanização. A educação escolar era vista como saneadora do meio rural devendo a escola “atender às necessidades das áreas rurais e preparar os estudantes para o trabalho agrícola”, assumindo características pedagógicas específicas, diferenciadas das escolas de ensino comum.

A novidade deste livro reside, justamente, na releitura do Movimento pela Ruralização do Ensino, feita com muita propriedade. O ponto de partida são duas problematizações fundamentais: a primeira, a reconstituição histórica do movimento a partir dos educadores que se auto reconheciam como ruralistas do ensino e, a segunda, a revisão da noção do Ruralismo Pedagógico.

O enredo histórico do movimento é urdido em torno de Sud Mennucci, um dos mais emblemáticos propositores do assunto, considerado por alguns de seus contemporâneos e companheiros de jornada a “maior autoridade em ruralismo” no Brasil. A interpretação da autora, decorre, assim, da abrangência das indagações propostas: “quais ideias? Quem as defenderam? Como elas circularam?”, e da escuta sensível das fontes. O resultado é uma análise aprofundada do movimento que traz importantes contribuições para o seu entendimento.

Em relação ao Ruralismo Pedagógico, a reação se volta contra o anacronismo, dado que o termo passou a ser utilizado no discurso acadêmico na década de 1980, desconsiderando a denominação empregada pelos próprios ruralistas. Estamos, assim, diante de uma revisão necessária de interpretações instituídas.

O livro examina questões cruciais à compreensão da escolarização no meio rural e convida o leitor a se enveredar nos meandros do fluxo histórico inexorável do movimento das ideias. Quem foram os ruralistas do ensino? Que ações desenvolveram para que o movimento se fortalecesse? Quais os interesses subjacentes às propostas pedagógicas de uma escola primária ruralizada e de uma formação específica do magistério nas escolas normais rurais? Qual a intencionalidade pressuposta na defesa da fixação dos trabalhadores no campo?

Para explorar essas questões, Agnes Moraes se valeu-se de fontes inéditas com as quais lidou com rigor e acuidade. Ao escudar o *corpus* de pesquisa no arquivo pessoal de Sud Mennucci, Agnes não apenas deu

visibilidade a esse precioso acervo sob a guarda do Centro de Memória e Acervo Histórico/ CRE “Mário Covas” – SP, como demonstrou a potencialidade do uso de fontes epistolares para a pesquisa histórica em educação. Ao “revirar” o acervo, ela perseguiu indícios fundamentais até então inexplorados sobre a atuação desse educador e sobre a rede de sociabilidade constituída em torno da ruralização do ensino.

O extraordinário trabalho com as fontes salta aos olhos. A partir da leitura de 1.680 cartas e telegramas recebidos por Sud Mennucci existentes no acervo, Agnes selecionou e analisou 442 missivas identificando nelas não só o conteúdo, mas, também, os remetentes e seus pertencimentos profissionais, institucionais e espaciais. Lidando com uma operação meticulosa com os indícios encontrados, a autora pôde rastrear municípios, Estados e países de onde essas correspondências foram enviadas. O mapeamento desses dados é, em si mesmo, revelador das conexões estabelecidas pelo movimento. Além dessas fontes, utilizou recortes de jornais e fontes complementares como a *Revista Brasileira dos Municípios*, a *Revista do Professor*, e ainda livros de autoria de Sud Mennucci. É dessa profusão de dados que se alinhava o texto permitindo ao leitor se aproximar dos sujeitos e suas ideias, ruralistas conhecidos Thales de Andrade, Renato Sêneca Fleury, Noêmia Saraiva, Amália Xavier, e outros anônimos, mas não menos combatentes.

Outro aspecto inovador deste livro reside na interpretação sobre a circulação das ideias. Por um lado, chama a atenção para a difusão do movimento da Ruralização do Ensino no interior do país, e, por outro lado, põe em discussão as relações e interconexões dessas ideias em âmbito internacional.

É demais significativo o olhar sobre a difusão desse movimento em plano nacional, dadas as dimensões do Brasil e as diversidades regionais, além das desigualdades educacionais existentes entre os Estados brasileiros. A reflexão proposta no livro reage, por conseguinte, tanto em relação ao paroquialismo quanto às tendências equivocadas de generalização de processos

históricos localizados em determinadas localidades para todo o país. Ao postular como e por quais meios as ideias dos ruralistas do ensino se propagaram no Brasil, o livro apresenta uma cartografia detalhada de ações, eventos, objetos e sujeitos implicados nas ideias em movimento: Semanas Ruralistas, congressos, publicação de impressos, criação de escolas típicas rurais e escolas normais rurais, institucionalização dos clubes agrícolas escolares, a atuação de sociedades civis como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a Sociedade Luiz Pereira Barreto. Ações sincrônicas e diacrônicas patrocinadas por governos estaduais e municipais, pelo Ministério da Educação e Saúde (especialmente pelo Inep), mas, também, por educadores voluntariosos e abnegados e outros vinculados a instituições como a Igreja e associações diversas.

Trata-se, como bem sugerido no título, de “ideias em movimento e [d]o movimento das ideias”. Mas vale o alerta. Hora alguma, a autora lida com essas proposições como meras abstrações. São ideias encarnadas em sujeitos e práticas sociais e educacionais. Ideias de cariz nacional, como os inúmeros livros escritos por Sud Mennucci no diálogo com outros autores como Alberto Torres e ruralistas de vários matizes. Múltiplos diálogos que se estendem pelos mais variados recantos do país e atravessaram fronteiras. Seguindo os rastros das missivas recebidas por Sud Mennucci do exterior, ganha especial relevo na presente obra a circulação internacional das ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino confrontadas com outras ações políticas e institucionais relacionadas à educação rural.

Não posso deixar de registrar um depoimento pessoal em relação à trajetória intelectual de Agnes Iara Domingos Moraes. Tive o prazer de orientar essa entusiasta e promissora pesquisadora no mestrado e no doutorado. Foram anos de convívio estimulante cultivado pelo compromisso acadêmico e engajamento político entrevisto na escolha dos temas de pesquisa e na posição crítica no modo de abordá-los. Agnes, também, sempre se destacou pela solidariedade e gentileza no trato com todos os colegas do grupo

de pesquisa e com os professores do Programa de Pós-graduação. O desafio ao assumir uma pesquisa de tamanha abrangência é, de igual forma, denotativa de sua competência e determinação.

Caberia ainda destacar vários pontos, mas encerro com uma última observação demarcando a atualidade deste livro. Continuam em debate e em disputa na sociedade brasileira propostas de educação para o campo. A proposta de natureza política e pedagógica passa, também, por um projeto de nação. Prescrutar o Movimento pela Ruralização do Ensino, além de alargar o repertório reflexivo sobre a história da educação rural, serve de alerta salutar. O que se encontra em jogo, no passado e no presente, é a defesa da democracia, a luta por uma sociedade mais humana e igualitária. Resta saber qual projeto atende melhor a tais necessidades.

Rosa Fátima de Souza Chaloba

Campinas, junho de 2021. Final de outono tristonho,
assolado pela tragédia humanitária de mais de 473 mil mortos pela
Covid-19 no Brasil.

Referências

SCHRIEWER, Jurgen. Educación comparada: un programa ante nuevos desafíos. *In: Formación del discurso en la educación comparada*. Barcelona: Ediciones Pomares, 2002.

Introdução

Para um país, como éste, que vive quase exclusivamente do que provém das fainas agrícolas foi que sempre se teve uma escola puramente literária [...]. Em oposição, pediam os pioneiros do ruralismo escolar o estabelecimento de uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanho dos campos, de alto e profundo sentido ruralista [...].

E a idéia foi marchando, lenta, mas segura, ganhando adeptos, criando raízes, estendendo-se a tôdas as camadas, conquistando até o Governô. Nem podia deixar de ser assim. Há, neste País, uma vocação histórica para o ruralismo. (SOUSA, 1950, p. 1098)

A epígrafe acima, de J. Moreira de Sousa¹, Técnico do Ministério da Educação, retrata a forma como as ideias pela ruralização do ensino se configuraram como um Movimento no Brasil, em meados do século XX.

Que *ideias* eram essas? Quem eram os seus *adeptos*? Em que período trataram-se de ideias *lentas* e em que período trataram-se de ideias com *raízes* criadas? Quais *Governos* aderiram ou apoiaram essas *ideias*? Quais

¹ Joaquim Moreira de Sousa nasceu na cidade de São Bernardo das Russas/CE, em 10 de abril de 1893, e faleceu no dia 6 de janeiro de 1968. Ao longo de sua atuação profissional, desempenhou diversas funções, tais como, Diretor da Instrução Pública do Estado do Ceará, de 1929 a 1930 e de 1931 a 1934, Técnico de Educação e auxiliar Técnico do Ministério de Educação. Organizou e instalou a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE. Publicou, em 1950, artigo intitulado *Educação rural pela escola primária* na *Revista dos Municípios* e, em 1955, livro intitulado *Estudo sobre o Ceará*, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A trajetória de J. Moreira de Sousa foi marcada pelo envolvimento com questões rurais (CAVALCANTE, 1999). Sud Mennucci apresenta J. Moreira de Sousa como “[...] um dos maiores apóstolos da educação cearense e um dos paladinos da ruralização do ensino nacional [...]” (DISCURSO..., 1937, p. 1).

ações foram propostas ou implementadas por esses *adeptos*? Como – de que forma, por quais meios – essas *ideias* circularam?

Essas perguntas remetem ao Movimento pela ruralização do ensino, que ganha evidência na década de 1930, momento em que era postulado um Brasil de vocação agrícola pelo ruralismo brasileiro, cujos pressupostos serviram de base para esse Movimento.

O ruralismo brasileiro tinha como objetivo principal a ruralização do Brasil. Isso porque o Brasil era considerado, por integrantes desse grupo, um país vocacionado para a atividades agrícolas, e não um país com vocação urbano-industrial. Essas eram temáticas candentes, em especial nas primeiras décadas do século XX, quando o Brasil passava, literalmente, por um processo recente e incipiente de transformações políticas, econômicas e culturais importantes, como, desdobramentos da abolição da escravidão e da Proclamação da República, instalação de indústrias, o surgimento ou o crescimento de cidades (KREUTZ, 2007; MELLO, 2009; MENDONÇA, 1997; RIBEIRO, 1988).

A defesa da urbanização e da industrialização do Brasil gerava impactos sociais e, por conseguinte, preocupações de diversos grupos sociais, entre eles, os ruralistas. Assim, o ruralismo brasileiro tinha entre seus principais objetivos implementar ações com vistas a transformar o Brasil em um país agrícola, que, do ponto de vista desse grupo, era, naturalmente, a vocação nacional (MENDONÇA, 1997).

Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, diversos intelectuais, partindo de diferentes referenciais teóricos, apresentaram suas interpretações sobre problemas ou desafios relacionados à questão do desenvolvimento do Brasil. Os ruralistas também tinham suas interpretações sobre a condição nacional.

Entre os intelectuais ruralistas, destaca-se, por exemplo, Alberto Torres², autor de uma expressiva produção bibliográfica sobre diversos assuntos, entre eles, temas relacionados ao pensamento político e social brasileiro. Em algumas dessas produções estão contidas as principais ideias que foram apropriadas por gerações contemporâneas e posteriores a ele. Além de Alberto Torres, outros intelectuais também se destacam na produção de ideias relacionadas ao ruralismo brasileiro, entre eles, Carneiro Leão³.

Alberto Torres defendia a instrução primária como importante elemento para a formação da mentalidade brasileira e entendia que seria necessária instrução primária adequada às especificadas das áreas rurais. Além disso, Alberto Torres apresentou, em seus escritos, apontamentos sobre a questão dos imigrantes e da situação dos ex-escravizados, aspectos considerados *desafios* que o Brasil precisava enfrentar. Essas temáticas repercutem em gerações posteriores de ruralistas, em especial no pensamento educacional, como é o caso de Sud Mennucci, discutido mais adiante.

² Alberto Torres nasceu em 26 de novembro de 1865, no município de São João de Itaboraí/RJ, naquele momento, uma área marcada pela cafeicultura em decadência. Sua família integrava a burguesia agrária; seu pai foi Juiz de Direito e militante na política fluminense. No que se refere aos estudos, Torres cursou Medicina e Direito (em faculdades de São Paulo e de Recife). Em relação a sua atuação profissional, já tendo regressado ao Rio de Janeiro, exerceu esporadicamente a advocacia. Seu maior envolvimento foi com a área do jornalismo e da política, haja vista sua vinculação com as causas do republicanismo e do abolicionismo. Ocupou diversos cargos na esfera pública, entre eles, Constituinte e Deputado Estadual no Rio de Janeiro (1892-1893), Deputado Federal (1894-1896), Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) (CPDOC/FGV). Para mais informações sobre Alberto Torres, ver, por exemplo, Pinho (2007).

³ Antônio de Arruda Carneiro Leão nasceu em 2 de julho de 1887, no Recife/PE, e faleceu em 31 de outubro de 1966, no Rio de Janeiro/RJ. Formou-se em Direito, em 15 de dezembro de 1911. Foi educador; poeta, na juventude; jornalista; advogado; crítico literário; professor de Sociologia, de Educação Comparada e de Administração Escolar. Entre seus escritos, destacam-se: *Educação* (1909), *O Brasil e a educação popular* (1916) e *Problemas de educação* (1919) (ARAÚJO, 2002).

Alberto Torres afirmava que o brasileiro fora abandonado pelos seus governantes e que ocorria, no Brasil, uma espécie de exaltação do estrangeiro, isto é, dos imigrantes. Assim, defendia a interrupção da imigração e a oferta adequada de instrução escolar às populações de áreas rurais para trabalhar na agricultura, considerada a solução para o Brasil. Isso contribuiria para que o Brasil parasse de incentivar a vinda de trabalhadores estrangeiros, temática importante para Torres, que entendia a imigração como um problema a ser evitado, inclusive porque uma das questões que permeava o pensamento desse autor era a defesa do nacionalismo.

Desse modo, existiam diferentes intelectuais interpretando e oferecendo explicações para a configuração política, econômica e cultural do Brasil, em especial no que se refere às razões e às soluções para os problemas nacionais. Algumas explicações eram de caráter eminentemente biológico, cultural ou econômico. Diversos ruralistas, como, por exemplo, Assis Brasil (1917), estavam entre esses intelectuais e, no entendimento deles, a solução para o Brasil estava no desenvolvimento da agricultura, que demandava especialmente a contribuição da área da educação, porém, não era qualquer educação, mas, sim, uma educação baseada em princípios ruralistas.

E, para atingir esses objetivos, além de diversas outras ações visadas ou implementadas pelos ruralistas, estava a educação das populações residentes nas áreas rurais brasileiras, que, naquele momento, configuravam-se como a ampla maioria da população nacional.

A educação concebida e executada em conformidade com os pressupostos ruralistas era denominada de “educação ruralizada”, temática tratada mais adiante. Uma das principais características dessa educação, em consonância com os princípios ruralistas, era não só atribuir um sentido

positivo aos trabalhos agrícolas, como também despertar nas crianças o gosto por esse trabalho. Assim, o Movimento pela ruralização do ensino estava em consonância com as ideias defendidas pelo ruralismo brasileiro.

A ruralização do ensino foi uma proposta concebida por sujeitos participantes desse Movimento para as escolas primárias rurais. Isso deve-se ao fato de que esses sujeitos consideravam, por diversas razões, as escolas rurais existentes inadequadas para o meio no qual estavam instaladas, assim, defendiam a ruralização da escola, ou seja, a implementação da concepção de educação desse Movimento. Noutras palavras, uma escola primária rural não necessariamente é uma escola ruralizada, porém, uma escola ruralizada é sempre uma escola primária rural.

Para implementar a concepção de educação do Movimento pela ruralização do ensino, como se pode depreender do pensamento de Sud Mennucci, em especial de seu livro *A Crise Brasileira de Educação*, o foco das ações dos sujeitos desse Movimento era a formação de professores, ponto fulcral de seu projeto educativo.

Ressalta-se que a escolha do tema da pesquisa, da qual são apresentados resultados finais neste livro, foi motivada, em alguma medida, por *interpretações prévias*⁴ decorrentes do desenvolvimento, entre os anos 2012 e 2013, da pesquisa de Mestrado em Educação⁵, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza (MORAES, 2014).

A pesquisa de Mestrado teve por objetivo geral reconstituir aspectos da história da escola primária rural no Estado de São Paulo,

⁴ “[...] a escolha de um objeto de estudo não é inocente, [...] supõe já uma interpretação prévia, inspirada por nosso interesse atual.” (STAROBINSKI, 1976, p. 132).

⁵ Vinculada ao Projeto “História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931-1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar”, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza e financiado pela Fapesp – Processo 2012/08203-5 (SOUZA, 2012).

focalizando três tipos de escolas instaladas em áreas rurais, quais sejam, as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais, que estiveram em funcionamento no período de 1933 a 1968, e que compuseram o que foi denominado, à época, “Escolas Típicas Rurais”. Os resultados apontaram que essas escolas foram concebidas visando ao atendimento de demandas prementes no momento histórico de sua implementação. Essas demandas estavam relacionadas, principalmente, à formação de uma identidade nacional, à fixação do homem no campo, à difusão do sanitarismo e à formação para o trabalho agrícola. Os três tipos de escolas estudadas apresentaram diversos pontos convergentes com a concepção de educação do Movimento pela ruralização do ensino (MORAES, 2014).

Durante a realização da pesquisa de Mestrado constatou-se, assim, a importância e o protagonismo do Movimento pela ruralização do ensino, que, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950, atuou nas áreas da economia, da política e da cultura, em diferentes regiões do Brasil, defendendo e colocando em prática sua concepção de escola ruralizada.

Com base nessa constatação, em orientações da Profa. Rosa Fátima de Souza, em fontes localizadas na pesquisa documental realizada no Mestrado e após o ingresso, em 2015, no curso de Doutorado, definiu-se como temática de estudo o Movimento pela ruralização do ensino e foi desenvolvida a pesquisa que resultou neste livro.

Após a delimitação do tema da pesquisa do Doutorado, da realização da pesquisa bibliográfica e com base na pesquisa desenvolvida no Mestrado (MORAES, 2014), delimitaram-se o problema, os objetivos e a hipótese que conduziram à elaboração deste livro.

Portanto, interessa neste livro entender: como ocorreu, no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, o processo de circulação das ideias do

Movimento pela ruralização do ensino? Essas ideias foram apropriadas em diferentes regiões do Brasil? Por intermédio de que ações as ideias do Movimento pela ruralização do ensino circularam em âmbito internacional?

Nesse sentido, este livro tem por objetivo geral investigar a circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950. Já os objetivos específicos são: a) analisar vestígios do processo de circulação das ideias dos ruralistas do ensino em diferentes regiões do Brasil; b) identificar sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na circulação das ideias dos ruralistas do ensino no Brasil, suas redes de sociabilidade e suas ideias em circulação; c) identificar ações propostas ou implementadas pelos ruralistas do ensino no Brasil; d) analisar a atuação de Sud Mennucci no Movimento pela ruralização do ensino no Brasil; e) analisar se as ideias dos ruralistas do ensino circularam em âmbito internacional.

No que se refere à circulação nacional, a hipótese é de que as ideias do Movimento pela ruralização do ensino circularam, no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, por intermédio de diversas ações e envolveram uma rede de sociabilidade, vinculada ao ruralismo brasileiro, que defendia um projeto de nação eminentemente agrícola. No que se refere à apropriação, a hipótese é de que, partindo dos pressupostos dos ruralistas do ensino, essas ideias foram apropriadas em diferentes regiões do Brasil, de variadas formas. Já no que se refere à circulação internacional, a hipótese é de que as ideias do Movimento pela ruralização do ensino circularam nesse âmbito, sobretudo, por intermédio de impressos.

Para fins de delimitação temporal levou-se em consideração que o Movimento pela ruralização do ensino, no Brasil vem à tona e ganha repercussão na década de 1930, sendo que, na década de 1960, as ideias

dos ruralistas do ensino perderam espaço nas políticas educacionais, passando a prevalecer o ideário de um ensino comum. Assim, delimita-se como marco inicial desta pesquisa a década de 1930 e, como marco final, a década de 1950.

Destaca-se que essa delimitação temporal foi definida com base em leitura de bibliografia especializada, que apresenta indícios de que foi nessas décadas que houve maior circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil, e não somente em algum acontecimento específico.

Segundo Souza (2009), foi no início do século XX que a educação escolar no Brasil ampliou-se significativamente. A partir da Proclamação da República, em 1889, foram instituídas políticas educacionais específicas para a escola primária, porém, conforme apontam Damasceno e Beserra (2004), foi somente na década de 1930 e, mais sistematicamente, nas décadas de 1950 e 1960 que se intensificaram iniciativas visando resolver os problemas da educação rural.

Nas décadas de 1940 e 1950, vários programas ou projetos para a educação rural foram implementados pela União, mediante a atuação principalmente do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Assim, nesse momento de expansão das políticas educacionais para a educação rural no Brasil, os ruralistas do ensino, colocaram, em alguma medida, em prática sua proposta de escola primária rural. Em 1930, por exemplo, é publicado o livro *A Crise Brasileira de Educação*, de autoria de Sud Mennucci, e que apresenta discussão sobre a ruralização do ensino. Nas décadas de 1940 e 1950 foram implementadas diversas ações por sujeitos desse Movimento, como, a demanda pela expansão das Escolas Normais Rurais.

Considera-se que este livro é relevante, tanto na perspectiva histórica do tempo passado quanto na perspectiva histórica do tempo presente. No que se refere à primeira perspectiva, ressaltam-se as lacunas em termos de pesquisas acadêmico-científicas sobre a temática da história da educação rural. Já no que se refere à segunda perspectiva, considera-se que, especialmente a partir da década de 1990, a temática da educação destinada aos povos do campo tem estado em efervescência, pois a Educação do Campo foi tornada uma política pública e vêm sendo sistematicamente realizados diversos eventos e outras iniciativas levadas a termo por movimentos sociais ou organizações ligadas aos povos do campo, especialmente aqueles envolvidos mais diretamente com a Educação do Campo, além de iniciativas concebidas ou desenvolvidas no âmbito acadêmico-científico (TORRES; SILVA; MORAES, 2014).

Destaca-se que, com base na pesquisa bibliográfica, constata-se que já existiam vestígios e notas dispersas sobre a circulação das ideias dos ruralistas do ensino. Porém, uma contribuição deste livro é apresentar, de forma sistematizada, a circulação dessas ideias, inclusive no que se refere às ações e aos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na promoção dessa circulação.

A pertinência do tema deste livro pode ser confirmada também por haver, em trabalhos acadêmico-científicos, pontos de relativa confluência, produzidos recentemente, como, as Teses de Doutorado de Ramal (2016) e de Basso (2018), bem como a publicação, em 2016, em formato de livro, da Tese de Doutorado de Bezerra Neto, defendida em 2003 (BEZERRA NETO, 2003; 2016).

Considera-se que a pesquisa que resulta neste livro contribui para o preenchimento de lacunas sobre aspectos da história do ensino primário rural no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950, especialmente sobre a

ruralização do ensino, temática que continua a demandar pesquisas e a causar polêmicas.

Nesta pesquisa opta-se pela abordagem da História Cultural, recorrendo-se principalmente a contribuições de Chartier (1985; 2011), de Ginzburg (1989), de Gruzinski (2001; 2003), de Le Goff (2013) e de Prost (2008).

O *corpus* documental da pesquisa de que resulta este livro está escudado nas seguintes fontes: a) o arquivo pessoal de Sud Mennucci; b) um periódico de âmbito nacional – a *Revista Brasileira dos Municípios*, de 1948 a 1959; c) um periódico de âmbito estadual – a *Revista do Professor*, de 1934 a 1959 e d) livros de autoria de Sud Mennucci (1930a; 1932c; 1935; 1944; 1946b) sobre educação rural publicados no período delimitado para esta pesquisa.

Considera-se que as fontes selecionadas configuram importante aporte, seja pelo seu conteúdo, seja, no caso do arquivo pessoal de Sud Mennucci, pelo seu caráter inédito. Isso porque, a rigor, esse arquivo foi disponibilizado para consulta pública somente em 2016, pois, até então, havia restrição para acesso a esse material.

Os documentos foram examinados levando-se em consideração os apontamentos de Ginzburg (1989) sobre “indícios”, “pistas” ou “sinais” que caracterizam o “paradigma indiciário”. Esse autor (1989, p. 152) destaca que esse paradigma tem “[...] capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente”. Nesse sentido, os “indícios” são fundamentais, pois, “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

O arquivo pessoal de Sud Mennucci foi escolhido pelo fato de esse autor ser o principal intelectual do Movimento pela ruralização do ensino

no Brasil e também pelo fato de ter sido encontrado, nesse arquivo, um conjunto de cartas e telegramas trocado entre esse autor e sujeitos de diferentes Unidades da Federação, bem como de outros países, o que indica circulação de ideias sobre a educação rural e sobre a ruralização do ensino. No entanto, foram utilizados também alguns recortes de jornais constantes nesse arquivo que abordam a questão da ruralização do ensino.

A *Revista Brasileira dos Municípios* foi escolhida por apresentar importantes dados de diferentes Unidades da Federação⁶ e de Municípios brasileiros, no que tange à educação rural, inclusive. No entanto, as discussões sobre educação rural apresentadas nos artigos são feitas considerando-se aspectos não necessariamente pedagógicos.

Conforme aponta Gruzinski (2003), as conexões entre dimensões políticas e culturais, local e global, entre sujeitos e momentos históricos, dentre outros fatores, podem auxiliar a evitar reducionismos e etnocentrismos. Assim, considerou-se o potencial da *Revista Brasileira dos Municípios* para auxiliar no processo de considerar aspectos para além dos pedagógicos.

Essa Revista, órgão do Conselho Nacional de Estatística e da Associação Brasileira dos Municípios, publicada de 1948 a 1968 e editada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tinha “[...] como objetivo essencial a difusão e valorização da política municipalística; assim sendo, contribuir[ia], por tôdas as formas possíveis, para o desenvolvimento econômico e o aperfeiçoamento cultural dos Municípios brasileiros.” (IBGE, 1948, p. 2). Segundo o IBGE (1948, p. 2), o programa dessa Revista visava

⁶ Não se ignora o fato de que há significativas diferenças entre as diversas Unidades da Federação em termos de políticas educacionais para o ensino primário rural no Brasil.

[...] informar e educar, assegurando às Municipalidades a mais ampla colaboração técnica, a elucidação oportuna e o esclarecimento adequado, no trato e exame dos problemas administrativos de interesse imediato para os governos locais. Trata-se, pois, de mais uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inspirada, como todas as demais que já se inscreveram em seu acervo de realizações, no pensamento de servir o Brasil, contribuindo, na medida das possibilidades, para o encaminhamento, em termos decisivos, dos problemas de organização nacional.

Entre as décadas de 1940 e 1950, período que é abarcado pela delimitação temporal desta pesquisa, foram publicados 39 volumes, totalizando 48 números da *Revista Brasileira dos Municípios*. Foram selecionados para análise 20 artigos que abordam o ensino primário rural.

A *Revista do Professor* foi selecionada como fonte desta pesquisa por se tratar de um importante periódico, que circulou entre 1934 e 1965, publicado pelo Centro do Professorado Paulista (CPP), destinado a professores da rede pública de ensino paulista e que apresenta diversos artigos sobre a temática da ruralização do ensino.

Essa Revista, entre 1934 e 1965, totalizou 98 números publicados, sendo 22 na primeira fase, e 76, na segunda. No entanto, desse total, foram considerados, para esta pesquisa, os 71 números publicados entre 1934 e 1959. Desses 71 números foram selecionados para análise 40 artigos que abordam, direta ou indiretamente, a questão da ruralização do ensino.

Quanto aos livros de autoria de Sud Mennucci, foram selecionados aqueles mais relacionados à ruralização do ensino e que circularam, seja em âmbito nacional seja em âmbito internacional. Foram selecionados os seguintes livros para análise, *A Crise Brasileira de Educação* (1930a), *O que*

fiz e pretendia fazer (1932c), *Pelo sentido ruralista da civilização* (1935), *Ruralização* (1944) e *Discursos e Conferências Ruralistas* (1946b).

Na análise dessas fontes considerou-se o que Prost (2008) destaca sobre os “fatos” e a “crítica histórica”. Segundo esse autor, a “crítica histórica” é dividida por alguns teóricos entre “crítica externa” e “crítica interna”. A primeira crítica “crítica externa” “[...] incide sobre os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se à coerência do texto, por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados.” (PROST, 2008, p. 57). Assim, realizaram-se problematizações e inferências sobre alguns aspectos que pareciam consolidados entre as fontes analisadas.

Embora em algumas fontes analisadas apareça o termo “ruralismo pedagógico”, como tem sido frequentemente tratado na produção acadêmico-científica, nesta pesquisa, optou-se por adotar o termo “ruralização do ensino”.

A esse respeito, Monarcha (2010) explica que, a partir da década de 1980, passou-se a fazer referência ao Movimento pela ruralização do ensino como “ruralismo pedagógico”:

Desde o início do século XX, o ‘ruralismo pedagógico’, como será nomeado pelo discurso acadêmico, converte-se em assunto opulento nas obras de Silvio Romero e Alberto Torres, opulência magnificada pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres e escritos sociais de Antonio Carneiro Leão, Belizário Pena e Sud Mennucci. Depois viriam os congressos de ensino rural e/ou regional, na Bahia e em São Paulo, e o nunca-acabar de escritos sociais agraristas. A bem dizer, léxico e fórmulas, ao se institucionalizarem, ampliam a mobilização psicológica em torno do assunto. (MONARCHA, 2010, p. 152)

Conforme salienta Prado (1995), o “ruralismo pedagógico” foi ao encontro do pensamento educacional do Estado Novo (1937-1945), devido à importância atribuída ao meio rural pelo governo federal nesse momento. Exemplificam isso a denominada “Marcha para o Oeste”⁷ e o “Oitavo Congresso Brasileiro de Educação”⁸, que ocorreu em Goiânia, em 1942.

O Movimento pela ruralização do ensino parte de uma crítica à escola primária destinada, à época, as populações de áreas rurais e propõe um outro modelo de escola primária. No entendimento de Maia (1982, p. 27, grifos nossos),

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do ‘*ruralismo pedagógico*’. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a ‘fixação’ do homem ao campo. [...] Isto porque a ‘fixação do homem ao campo’, a ‘exaltação da natureza agrária do brasileiro’ faziam parte de mesmo quadro discursivo com que a *oligarquia rural* defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial também ameaçado, pelo ‘inchaço’ das cidades e a impossibilidade de absorver mão-de-obra, engrossava a corrente ruralista.

A produção historiográfica sobre o “ruralismo pedagógico”⁹, termo recorrentemente utilizado em Teses, Dissertações e artigos selecionados, aborda, em linhas gerais, os seguintes assuntos: a) concepção de educação do ruralismo pedagógico (BEZERRA NETO, 2003; 2006; RAMAL,

⁷ Para mais informações, ver estudo de Prado (1995).

⁸ Para mais informações, ver estudo de Ávila (2013).

⁹ Algumas das principais críticas aos ruralistas do ensino encontradas em produções acadêmico-científicas analisadas sobre essa temática referem-se à ênfase atribuída à educação para combater o êxodo rural e às condições precárias de vida das populações de áreas rurais.

2016); b) práticas e estratégias utilizadas pela cruzada ruralista, como por exemplo, a *Revista Chácaras e Quintais* e os Clubes Agrícolas (FIORI, 2002; MOURA, 2003); c) escolanovismo e ruralismo (ARAÚJO, 2012; CAPELO, 2006); d) formação de professores ruralizados no Estado de São Paulo (BASSO, 2018); e) Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (MAGALHÃES JUNIOR, 2009; MAGALHÃES JUNIOR; FARIAS, 2007a; 2007b; MAGALHÃES JUNIOR; VARELA, 2016; SILVA, 2009); f) pensamento ruralista de alguns intelectuais, como, Alberto Torres, Carneiro Leão e Sud Mennucci (FONSECA, 2014; SANTOS, 2016; TOTTI; MACHADO, 2013); e g) escola primária rural nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Sergipe e São Paulo (BASSO; BEZERRA NETO, 2013; NASCIMENTO, 2010; SÁ; SILVA, 2014; SILVA; MESQUITA, 2018).

O arquivo pessoal de Sud Mennucci: cartas que contam histórias

O arquivo pessoal de Sud Mennucci é composto por 11 caixas de documentos, totalizando 6.170 páginas. Os tipos de documentos contidos nessas caixas são: cartas, telegramas, recortes de jornais, livros, relatórios, anais e registros de eventos, comprovantes de compras de imóveis, rascunhos de livros, artigos, discursos, currículo e memorial de Sud Mennucci e documentos oficiais (Decreto-lei e Resolução). Considerando-se a variedade, a quantidade e a especificidade dos documentos desse arquivo, foi um desafio analisá-lo, sobretudo pelo fato de algumas cartas e telegramas não permitirem a identificação segura dos remetentes ou, então, que a compreensão de conteúdo foi difícil ou inviável, devido à grafia utilizada.

A maior parte dos documentos desse arquivo é composta por correspondência recebida por Sud Mennucci, que totaliza 3.489 páginas. Além dessa correspondência, há recortes de jornais da época, principalmente notícias sobre educação, que totalizam 2.143 páginas. Os outros 538 documentos abordam assuntos variados, sobretudo informações sobre a atuação profissional de Sud Mennucci. Foi selecionada como uma das fontes desta pesquisa essa correspondência. Para exemplificação, apresenta-se, na Imagem 1, carta de Amália Xavier de Oliveira enviada a Sud Mennucci em 1948, na qual é abordada temática relacionada à ruralização do ensino.

Juazeiro do Norte, 20 de Abril de 1948

Exmo. Snr. Prof. Sud Mennucci

Temos a satisfação de comunicar a V. S. que deverá realizar-se nesta Cidade, de 25 a 31 de maio próximo, a 3ª. Semana Ruralista Brasileira, patrocinada pelo Ministério da Agricultura.

Participamos que esta Diretoria tomou a liberdade de incluir o nome de V. S. entre os membros da Comissão de Honra, como V. S. poderá verificar no programa das atividades da referida "SEMANA", que oportunamente enviaremos.

Contamos antecipadamente com o apoio patriótico de V.S. a esse certame que, provavelmente, vem proporcionar grandes benefícios á nossa Região, trazendo até aqui ilustres representantes do Ministério da Agricultura.

Com o presente, convidamos V. S. a tomar parte neste momento de alta significação para todos os brasileiros conscios da necessidade de elevar o País, enaltecendo e educando o homem do CAMPO, ensinando e demonstrando que no sólo brasileiro repousa a maior parte da riqueza da Nação.

Saudações atenciosas.
Amalia Xavier de Oliveira
Dirêtor

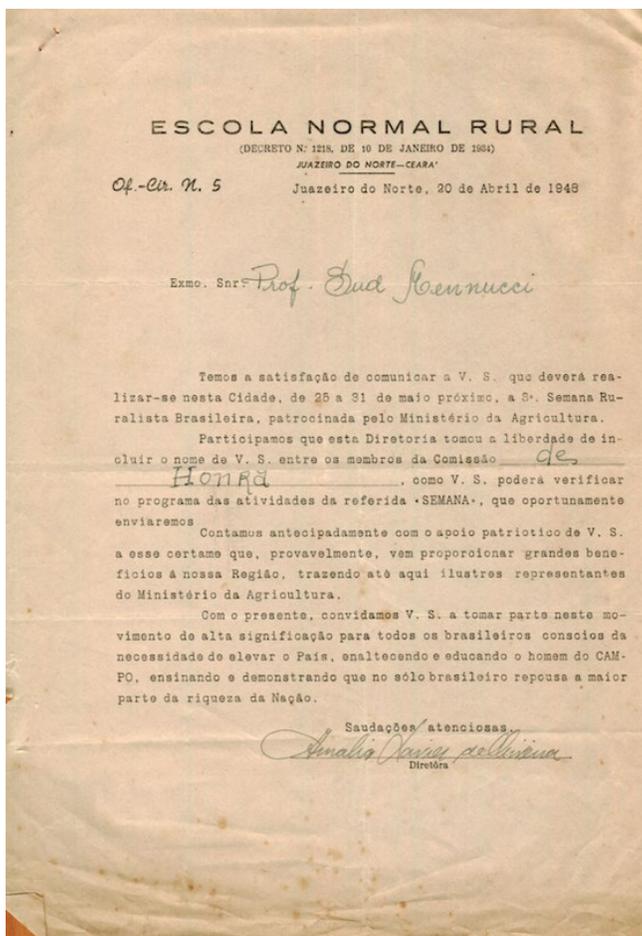


Imagem 1: Carta de Amália Xavier de Oliveira a Sud Mennucci (1948).

O primeiro contato com o arquivo pessoal de Sud Mennucci ocorreu ainda no Mestrado, quando do desenvolvimento da pesquisa documental, realizada no primeiro semestre de 2013. Esse arquivo, doado pela família de Sud Mennucci ao Centro de Referência em Educação

“Mário Covas” (CRE), encontrava-se, à época, abrigado na Hemeroteca¹⁰ da Escola Estadual “Caetano de Campos”, localizada no município de São Paulo. Nessa ocasião foi possível identificar o potencial dessa documentação para o desenvolvimento de pesquisas e digitalizar uma de suas caixas.

O segundo contato com esse arquivo ocorreu em 2015, no início do curso de Doutorado quando, permanecendo vários dias na “terra da garoa”, foi possível finalizar a digitalização dos documentos. O arquivo estava temporariamente alocado no CRE, cujo prédio encontrava-se em reforma, por isso com acesso restrito e não disponível para consulta. No entanto, o acesso somente foi possível pela solicitude do funcionário Diógenes Nicolau Lawand, responsável pelo setor de documentação desse Centro.

Nesta pesquisa, elege-se uma das múltiplas facetas do arquivo pessoal de Sud Mennucci, qual seja, a sua correspondência, pois, além dessa, há diversas outras facetas, pois esse arquivo é composto por uma multiplicidade de tipos de documentos, envolvendo assuntos tanto de âmbito pessoal quanto profissional. No caso da correspondência de caráter mais profissional, ainda que em determinados casos seja difícil separar o pessoal do profissional, destaca-se que foram identificadas cartas e telegramas que envolveram a atuação de Sud Mennucci em diferentes momentos da sua vida.

Folheando as milhares de páginas do arquivo pessoal de Sud Mennucci, o pesquisador depara-se com os sentidos inscritos no ato do arquivamento da própria vida. Esse arquivo envolve diversas seleções que,

¹⁰ O arquivo pessoal de Sud Mennucci integra o conjunto documental da Escola Normal “Caetano de Campos”, que no decorrer de seu processo de preservação esteve alocado em diferentes localidades do município de São Paulo. Atualmente essa documentação está alocado no Centro de Memória e Acervo Histórico do CRE, também no município de São Paulo.

por sua vez, envolvem variadas intencionalidades. Há, no mínimo, três grandes processos de seleção envolvendo esse arquivo: primeiramente, uma seleção efetuada por Sud Mennucci, em segundo, da família ao doar esse Arquivo, e por fim, do Centro de Memória ao recebê-lo.

Em especial na primeira e na segunda seleções, não se sabe se houve ou não documentos que foram excluídos e, caso positivo, caberia questionar: por quais razões? É importante considerar também a trajetória do próprio arquivo, do ato de guardar protagonizado pelo próprio Sud Mennucci, o que ele guardou e o que ele mesmo descartou, a seleção feita pela família no ato de doação e do Centro de Memória, ao receber.

A constituição de um arquivo pessoal, no entendimento de Cunha (2017b, p. 189),

[...] permite formular interrogações sobre as motivações do processo de produção e acumulação documental, já que o gesto de guardar documentos é atravessado por uma fabricação material e simbólica. Todos nós produzimos arquivos. Guardamos objetos, documentos pessoais e isso parece ser um processo tão natural que sequer se percebe sua existência: guardados na gaveta da mesa de trabalho, em uma pasta no fundo do armário, escondidos no meio de um livro esquecido na estante, entre tantos outros lugares.

Considerando-se esses apontamentos de Cunha (2017b), apresentam-se alguns questionamentos, não com a pretensão de respondê-los, mas, sim, visando problematizar e inclusive levar em consideração os apontamentos de Prost (2008) e Le Goff (2013): por que Sud Mennucci guardou esses documentos? Quais os critérios por ele utilizados para realizar essa seleção?

Como bem lembra Artières (1998, p. 33), “[...] a constituição pelo indivíduo de arquivos pessoais, longe de restringir e de circunscrever, é formidavelmente produtiva.” Porém, esta atividade não é neutra, pois, o “arquivamento do eu”, conforme o mesmo autor destaca,

[...] não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIÈRES, 1998, p. 31)

Assim, reitera-se a importância do arquivo pessoal de Sud Mennucci para o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste livro, porém, destaca-se que, no processo de análise e reanálise da correspondência, tentou-se levar em consideração a não neutralidade desse arquivamento, visto que parte desse arquivo foi organizado pelo próprio Sud Mennucci. Dessa forma, no processo de análise, tentou-se considerar os apontamentos de Prost (2008) sobre a crítica às fontes.

Conforme Monsiváis (2014), as

[...] cartas personales como medios de expresión consignan mensajes que, en ocasiones, son mejores escritos que orales. Las palabras escritas no se desvanecen con el tiempo, permanecen; no se las lleva, como aire que son, el viento: perduran en el papel.

Há que se considerar que a correspondência de Sud Mennucci extrapola a dimensão pessoal, pois a maioria das cartas e telegramas, trata de assuntos vinculados aos cargos públicos ocupados por ele.

Considera-se o gênero epistolar uma importante fonte para pesquisa histórica. No arquivo pessoal de Sud Mennucci, elegeu-se a correspondência, pela potencialidade dessa fonte para captar as filigranas do processo de fermentação e circulação de ideias do Movimento pela ruralização do ensino, pois nessa correspondência é possível encontrar ressonâncias das propostas de Sud Mennucci para a educação rural, bem como vestígios da sua atuação, das representações, das construções de sentido, entre outras.

Apresentam-se, a seguir, notas sobre os procedimentos metodológicos adotados para análise desse arquivo. Conforme mencionado, foi digitalizado todo o arquivo pessoal de Sud Mennucci, compreendendo 11 caixas de documentos. Para iniciar essa etapa do levantamento de dados para a pesquisa, foi necessário organizar esse arquivo digital, classificando-o por tipologias e separando-o em pastas – correspondência, recortes de jornais, livros, currículo de Sud Mennucci, dentre outros.

Em relação à correspondência, considerando-se o objetivo geral da pesquisa, realizou-se a leitura das 1680 cartas e telegramas e foi selecionado um total de 442 que, direta ou indiretamente, abordam a questão da ruralização do ensino. Apresenta-se, no Quadro 1, correspondência organizada por categoria e quantidade de referências.

Categorias	Total por categoria
Ruralismo (1935-1947)	43
Circulação (1923-1948)	192
Objetos culturais (1931-1945)	28
Menções a escritos de Sud Mennucci (1933-1946)	57
Personalidades representativas (1919-1948)	56
Múltiplas categorias (1932-1947)	66
Total geral	442

Quadro 1: Correspondência ordenada por categoria e quantidade de referências.

Fonte: Fontes para o estudo da ruralização do ensino no Brasil (1910-1940) (MORAES, 2019b).

A identificação, seleção e organização da correspondência para análise foi realizada seguindo a ordenação do próprio arquivo, compreendendo 11 caixas de documentos. O primeiro passo consistiu em uma ordenação exploratória.

Para a primeira caixa composta por 327 cartas e telegramas, estabeleceram-se cinco categorias – “Ruralismo”, “Circulação”, “Objetos culturais”, “Menções ao livro *A Crise Brasileira de Educação*” e “Outros”. Buscou-se uma ordenação do arquivo digital numerando as cartas e em bloco à parte elaborou-se uma síntese do conteúdo de cada carta utilizando-se palavras-chave. Destaca-se que na categoria “Outros” foram inseridas cartas e telegramas que não abordavam assuntos relacionados à questão da educação rural. Todavia, essa organização inicial não se mostrou adequada devido à insuficiência das categorias estabelecidas e da necessidade de releitura das cartas para elaboração das referências, haja vista a dificuldade de sintetizar os conteúdos em palavras-chave.

Para a sistematização da correspondência das outras dez caixas, estabeleceram-se oito categorias: Ruralismo; Circulação; Objetos culturais; Menções a escritos de Sud Mennucci; Personalidades; Múltiplas categorias; Outros; e Ilegíveis.

As cartas e telegramas que não abordavam assuntos que pudessem contribuir para esta pesquisa, foram inseridas em uma subpasta denominada “Outros”. Já no que se refere às cartas e aos telegramas cuja leitura não foi possível efetuar, devido principalmente às características da grafia, foram inseridas na subpasta “Ilegíveis¹¹”.

Após realizar essa etapa de classificação dos documentos, finalmente foram feitas leituras e elaborado um inventário de fontes documentais, reunindo 442 referências¹². Para construção desse inventário de fontes foram seguidas as normas da ABNT para elaboração de referências bibliográficas e foram apresentados outros dados, com vistas a reunir informações mais detalhadas sobre as missivas¹³, conforme exemplo citado abaixo:

¹¹ Na subpasta “Ilegíveis”, consta um total de 11 cartas que, devido à especificidade da grafia, não foi possível efetuar a leitura.

¹² Essas referências estão disponíveis na Tese como Apêndice A (MORAES, 2019a).

¹³ Essa forma de inventariar a correspondência foi de suma importância no processo de análise desse tipo de fonte.

SOUSA, J. Moreira de. [Carta] 8 nov. 1935, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Menciona ida de Sud as “terras gaúchas”. Menciona articulação com o deputado Monte Arrais da bancada cearense acerca de um “esboço de um projeto de lei, a ser apresentado, no Congresso Nacional, autorizando Poder Executivo a criar, em cada Estado do Brasil, uma Escola Normal Rural, de tipo superior”. Informa que apresentou com o livro *Crise Brasileira de Educação* o deputado Monte Arrais, que leu e está interessado na discussão sobre o ruralismo. Faz menção a Raul Bittencourt (Comissão de Educação da Câmara), da bancada rio grandense do sul, acerca de articulações ruralistas a serem apresentadas quando da discussão do Plano Nacional de Educação. Solicita exemplar do livro “A Crise”, cópia de conferência na A.B.E. e outros materiais sobre o ruralismo. Menciona: “Precisamos fazer que o caso estoire no Congresso.” Faz menção a repercussão da palestra de Sud no Rio Grande do Sul, diz que a escola em Juazeiro vai bem e que a Semana Ruralista foi um sucesso. Faz menção a necessidade de empenho pela ortografia simplificada.

Remetente: J. Moreira de Sousa – Auxiliar Técnico da Diretoria Nacional de Educação – Residência: Rua Dr. Mendes Tavares, 24 – (Carta incompleta, apenas duas páginas)

Local: Rio de Janeiro

Data: 8 de novembro de 1935

Destinatário: Meu caro Sud

Assunto: Menciona ida de Sud as “terras gaúchas”. Menciona articulação com o deputado Monte Arrais da bancada cearense acerca de um “esboço de um projeto de lei, a ser apresentado, no Congresso Nacional, autorizando Poder Executivo a criar, em cada Estado do Brasil, uma Escola Normal Rural, de tipo superior”. Informa que apresentou com o livro “Crise Brasileira de Educação” o deputado Monte Arrais, que leu e está interessado na discussão sobre o

ruralismo. Faz menção a Raul Bittencourt (Comissão de Educação da Câmara), da bancada rio grandense do sul, acerca de articulações ruralistas a serem apresentadas quando da discussão do Plano Nacional de Educação. Solicita exemplar do livro “A Crise”, cópia de conferência na A.B.E. e outros materiais sobre o ruralismo. Menciona: “Precisamos fazer que o caso estoire no Congresso.” Faz menção a repercussão da palestra de Sud no Rio Grande do Sul, diz que a escola em Juazeiro vai bem e que a Semana Ruralista foi um sucesso. Faz menção a necessidade de empenho pela ortografia simplifica.

Citação: “Vi pelos jornais, que a idéa do ruralismo esteve luminosamente em foco, nas cochilas, pelo seu verbo ardente e empolgante. Não se está certo da ardencia e empolgancia de seu verbo, quando prega ruralismo.”

No processo de análise e reanálise dessa correspondência, foram considerados critérios, tais como, suporte, data, vocativo, estilos e formas de despedida, conforme destaca Cunha (2017a), com base em apontamentos da historiadora Verônica Sierra Blas (2003).

Partindo de apontamentos de Cunha (2017a), de Mortatti (1999) e de Monsiváis (2014), considera-se que algumas fontes, como, a correspondência do arquivo pessoal de Sud Mennucci, podem ter passado por um intencional processo de seleção, conservação e disponibilização para consulta pública. Assim, tentou-se analisá-las considerando-se que “A crítica da sinceridade e da exatidão é muito mais exigente em relação aos depoimentos voluntários.” (PROST, 2008, p. 60).

Foram considerados, ainda, os apontamentos de Le Goff (2013) sobre a necessidade de o pesquisador não ser ingênuo frente aos documentos, pois, segundo esse autor (2013, p. 496-497), o documento

[...] não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.

Partindo desses apontamentos, considera-se o arquivo pessoal de Sud Mnnucci um *monumento* que, não obstante os desafios demandados no seu processo de análise, haja vista as implicações do *arquivamento do eu*, configura-se como um *testemunho* eivado de intencionalidades para o processo de escrita de aspectos da história do Movimento pela rualização do ensino.

1.

Sud Mennucci: A Maior “Autoridade em Ruralismo”¹⁴

Escola, 4 de Outubro de 1938.

Ilmo. Sr. Dr. Sud Mennucci
Respeitosas saudações

Ouvindo constantemente citações elogiosas em torno de vossa ilustre pessoa, como sendo a mais autoridade em Ruralismo, interessei-me imediatamente em conhecer a obra de vossa autoria existente na Biblioteca da Escola ‘Crise Brasileira de Educação.’ Confesso que fiquei maravilhado. Nunca tinha lido uma obra de tanto mérito, é, pois, uma obra de que o Brasil precisava. Já, anteriormente, simpatizava o assunto, e agora, então, sinto-me entusiasmado. Fiz varias tentativas com o intuito de possuir a citada obra, pós em tudo debalde.

Resolvi, finalmente, escrever ao autor solicitando-a para ter o orgulho de guarda-la em minha humilde estante.

Sei que saberá compreender e perdoar a minha feliz ousadia, pois se chegar, algum dia a possui-la, julgas-me-ei venturoso.

Certo de que serei atendido por tão ilustre cidadão, subscrevo-me atenciosamente,
do criado, amigo e o admirador
Orlando Roméro

¹⁴ Orlando Roméro, da Escola de Agronomia de Areia/PB, em carta emitida em 4 de outubro de 1938. Originalmente esse missivista faz referência a Sud Mennucci “como sendo a mais autoridade em Ruralismo”.

A carta que consta na epígrafe acima, escrita por Orlando Roméro (1938), exemplifica a forma de tratamento, bem como a “representação” e a repercussão de Sud Mennucci e de seu livro, *A Crise Brasileira de Educação*, no processo de concepção e de difusão de ideias sobre a ruralização do ensino.

Nas fontes analisadas, diversos outros sujeitos prestam deferência a Sud Mennucci. Rubens Falcão, em texto publicado em 1945 no *Jornal Diário da Manhã*, de Niterói/RJ, fazendo referência a Sud Mennucci, destaca: “Ruralista sincero e convicto, conhecedor do sertão brasileiro de norte a sul, construiu no Estado essa grande obra que é o grupo escolar rural de Butantan, a cargo da professora Noemia Saraiva de Matos Cruz.” (FALCÃO, 1945)¹⁵.

Já Moacyr Campos, em artigo publicado na *Revista do Professor*, em 1955, registra:

Desde já, esclareça-se todavia, que o apostolado de Tórres não se perdeu. Manteve-se presente, por isso que a bandeira tombada por ocasião de sua morte, foi empunhada por seus discípulos, à frente dos quais se ergueu a figura de Sud Mennucci, o laureado autor da ‘A crise brasileira de educação’, *verdadeira bíblia do ruralismo*. (CAMPOS, 1955, p. 20)

Os argumentos acima apresentados, fazendo referência ao protagonismo de Sud Mennucci na difusão das ideias pela ruralização do ensino, servem de pretexto para abertura deste capítulo, no qual o objetivo principal é apresentar discussão sobre aspectos do processo do

¹⁵ Trata-se de recorte de jornal constante no arquivo pessoal de Sud Mennucci, no qual não consta o número de páginas.

envolvimento de Mennucci com a ruralização do ensino. Em outras palavras: como Sud Mennucci se constitui ruralista? Como Mennucci vai construindo seu pensamento e sua notoriedade na sociedade brasileira?

1.1 Sud Mennucci (1892-1948): “mais ardoroso, intrépido e destemido soldado do batalhão de ruralistas da escola primária do Brasil”¹⁶

Sud Mennucci¹⁷, filho de imigrantes italianos, nasceu no dia 20 de janeiro de 1892, em Piracicaba/SP e faleceu, aos 56 anos, em 22 de julho de 1948, em São Paulo/SP. Diplomou-se pela então Escola Complementar de Piracicaba, na turma do ano de 1908.

Em 1910, Mennucci iniciou sua carreira na área da educação como professor, atuando em uma escola primária rural do município de Cravinhos/SP. Entre 1913 e 1914, fez parte de uma missão de professores paulistas que reorganizou o ensino das Escolas de Aprendizes Marinheiros do Brasil, atuando em uma “Escola de Belém do Pará”. Voltando a São Paulo, ainda em 1914, foi nomeado professor adjunto no Grupo Escolar de Porto Ferreira/SP, atuando nesse Grupo até 1918 (MENNУCCI, 1946a).

No decorrer de sua vida, Mennucci esteve envolvido com diversos acontecimentos ou organizações, entre elas, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Academia Brasileira de Letras. Além disso, em 1920, liderou o recenseamento escolar em São Paulo, parte da Reforma Sampaio Dória, e em 1927, realizou o recenseamento escolar do Distrito Federal

¹⁶ J. Moreira de Sousa, em artigo publicado na *Revista Brasileiro de Municípios*, em 1951.

¹⁷ Há diversos trabalhos sobre aspectos da vida e da obra de Sud Mennucci, entre eles: Fonseca (2014), Giesbrecht ([1997?]), Mattos (2004), Menezes (2015), Monarcha (2007; 2010) e Santos (2015).

(VICENTINI; LUGLI, 2002). Era recorrentemente homenageado por algumas organizações, bem como convidado para proferir conferências.

Outro aspecto importante da trajetória de Mennucci a ser mencionado é sua participação, a convite de Fernando de Azevedo¹⁸, no Inquérito de 1926. Esse Inquérito abordou o Ensino primário e Normal, o Ensino Profissional e o Ensino Superior, e somente seis sujeitos foram convidados a respondê-lo. Nesse Inquérito, Sud Mennucci apresenta breves comentários sobre a escola primária rural, faz críticas à Escola Normal vigente e apresenta concordância com as ideias de Sampaio Dória (AZEVEDO, 1960).

Em 1930, juntamente com Amadeu Mendes e Cimbélino de Freitas, Sud Mennucci participou da fundação do Centro do Professorado Paulista (CPP), entidade na qual, com alguns momentos de afastamento, atuou como Presidente de 1931 a 1948 (GIESBRECHT, [1997?]; MENNUCCI, 1946a). Apresenta-se, a seguir, na Imagem 2, fotografia na qual Sud Mennucci realiza abertura de Curso de Extensão Cultural, promovido pelo CPP em 1945.

¹⁸ Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí/MG, em 20 de abril de 1894, e faleceu em 17 de setembro de 1974, na cidade de São Paulo/SP. Formou-se em Direito, em 1918. Trabalhou como professor, bibliotecário, jornalista e crítico literário. Entre suas publicações, destaca-se: *A instrução pública em São Paulo*, posteriormente intitulado e publicado como *A Educação na encruzilhada* (PILETTI, 2002).



Imagem 2: Sud Mennucci, em 1945, em atividade promovida pelo CPP.

Fonte: Giesbrecht ([1997?]).

Mennucci foi, também, Delegado Regional de Ensino de Campinas e de Piracicaba, Diretor do Ginásio “Moura Santos” e fundou o Ginásio Paulistano, ambos no município de São Paulo. Além disso, Mennucci atuou como Diretor Geral do Ensino no Estado de São Paulo por três períodos, de 24/11/1931 a 24/05/1932, na Interventoria Federal do General Manuel Rabelo¹⁹, de 05/08/1933 a 24/08/1933, na Interventoria Federal do General Daltro Filho, e de 1943 a 1945, na Interventoria Federal de Fernando Costa²⁰ (MENNУCCI, 1946a; VICENTINI; LUGLI, 2002).

¹⁹ Em carta de 6 de dezembro de 1932, Manuel Rabelo envia missiva a Sud Mennucci informando recebimento de dois volumes de seus livros, quais sejam, *100 anos de Instrução Pública* e *Brasil Desunido*, bem como agradece e lhe oferece os seus préstimos para o que for preciso da capital do país, Rio de Janeiro (RABELLO, 1932).

²⁰ Fernando de Sousa Costa nasceu São Paulo/SP, em 10 de junho de 1886, e faleceu em 21 de janeiro de 1946, também nessa cidade. Formou-se em Engenharia Agrônômica, pela Escola

Sud Mennucci mantinha relações de proximidade política com o Interventor Federal Fernando Costa e menciona a afinidade desse Interventor com as ideias dos ruralistas do ensino. No entendimento de Mennucci (1944, p. 58, grifos nossos), a ruralização do ensino configura-se como

[...] um programa estruturado em sólidos vigamentos. Já não estamos em simples esboço ou em fase de propaganda. Já é execução. As linhas mestras do novo edifício são claras e simples, lógicas e lúcidas. Tendem, positivamente, ao fim.

Mas, reconhecamos que *só o obtivemos quando um agrônomo de indiscutível mérito tomou conta do comando do Estado* e trouxe no coração esse arraigado e profundo amor pelas cousas da terra e essa generosa admiração pelo homem dedicado aos labores da terra.

E agora é aguardar os resultados.

Outro sujeito vinculado à administração pública com o qual Sud Mennucci mantinha relações de proximidade política era com Miguel Costa, que também viveu em Piracicaba e que na “Revolução de 1930” também apoiou Getúlio Vargas (GIESBRECHT, [1997?]). Conforme apontam Vicentini e Lugli (2002, p. 962), nos anos 1930, “[...] Sud Mennucci fez parte da Legião Revolucionária, entidade partidária de

Superior de Agricultura “Luís de Queirós”, de Piracicaba/SP, em 1907. Ao longo de sua atuação profissional ocupou vários cargos. Em 1937 foi presidente do Departamento Nacional do Café; entre 1937 e 1941 foi Ministro da Agricultura; no início de junho de 1941 foi nomeado Interventor Federal em São Paulo. Entre suas publicações, destacam-se: *Idealismo construtor* (1930), *Política do café* (1937), *As realizações do presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura* (1941), *Novas terras e terras cansadas* (1943) e *No governo de São Paulo* (1944) (CPDOC/FGV).

Getúlio Vargas que, em São Paulo, representava o movimento tenentista chefiado por Miguel Costa.”

Nesse sentido, Sud Mennucci apresentava afinidades com Getúlio Vargas. O Presidente da República, Getúlio Vargas, durante seus dois períodos de governo – de 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945 e de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954 –, manifestou afinidades com propostas defendidas pelos ruralistas. Em 1952, Vargas publicou o artigo intitulado “A fixação do homem ao campo e a batalha da produção” na *Revista dos Municípios*, defendendo que o

[...] aumento da produção se obterá pela fixação do homem ao campo, pela melhoria das condições técnicas das culturas, pelo desenvolvimento dos transportes e do sistema de armazenamento e preservação das colheitas e por um financiamento que assegure um mínimo anual de produção agrária para os gêneros de primeira necessidade. (VARGAS, 1952, p. 366)

A questão do combate ao êxodo rural e, por conseguinte, a fixação do homem no campo foi também defendida pelos ruralistas do ensino. Ainda, nesse sentido, há que se considerar os apontamentos de Araújo, Souza e Pinto (2015), sobre a defesa – apresentada e lida perante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 – de Getúlio Vargas de uma educação profissional e técnica para as populações de áreas rurais. Para Vargas, a

[...] instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado. A par da instrução, a educação: dar um sertanejo,

quase abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premia-lo, enfim, com a alegria de viver proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. (BRASIL, 1933, p. 138-139 apud ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2015, p. 71-72)

O posicionamento do então Presidente Vargas sobre a concepção de educação a ser proporcionada às populações de áreas rurais propicia indícios para a compreensão da exitosa carreira profissional Sud Mennucci e das suas relações com a esfera federal, inclusive no que se refere à ocupação ou exercício de cargos em diferentes órgãos.

Além da área da educação, Sud Mennucci ocupou diversos cargos ou funções em diferentes setores, departamentos e secretarias estatais, e desempenhou diversas atividades, entre elas, educador, geógrafo, sociólogo, jornalista e escritor. No jornalismo, destacou-se por sua atuação como diretor de *O Tempo*, jornal varguista, e colaborador em *O Estado de S. Paulo*, a convite de Júlio de Mesquita (MENNUCCI, 1946a).

Sud Mennucci apresentou divergências com ideias do escolanovismo, pois entendia que esse movimento tinha por base sociedades industrializadas e tentar replicar no Brasil métodos desenvolvidos em outros países, configurava-se uma espécie de “macaqueação”. Mennucci criticava a transposição, para o Brasil, de métodos de ensino e de propostas pedagógicas desenvolvidos para países industrializados (DISCURSO..., 1937).

Em 1929, Sud Mennucci envolveu-se em uma polêmica com o escolanovista Renato Jardim²¹. Nesse ano, foram publicados 18 artigos no

²¹ Renato Jardim nasceu em Resende/RJ, em janeiro de 1868, e faleceu em 24 de março de 1951, na cidade de São Paulo/SP. Formou-se em Medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de

Diário de São Paulo e no *O Estado de S. Paulo* em que Sud Mennucci e Renato Jardim fizeram uma discussão sobre assuntos relacionados à educação. Segundo Fonseca (2014, p. 15), “A notoriedade desses artigos é evidenciada devido à repercussão no meio educacional, já que esses textos foram republicados no ano seguinte na Revista do Ensino de São Paulo e uma seleção de alguns desses artigos constituiu o livro *A Escola Paulista* (1930).”

Em seus artigos Mennucci dizia que as propostas escolanovistas não tinham relação com a vocação agrícola do Brasil, criticando os “amantes das exterioridades” e a “escola carranca” que os escolanovistas defendiam. O discurso de Mennucci era “[...] repleto de passagens onde exalta a educação paulista e ataca os renovadores, ou seja, aqueles que se diziam defensores e um ensino baseado nos princípios da Escola Nova” (NERY, 2009, p. 209-210).

Em vários momentos de sua trajetória Sud Mennucci manifesta discordância com as propostas escolanovistas, consideradas, por Mennucci, uma “macaqueação”. Em discurso proferido em 1937 na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE, por ocasião da colação de grau da primeira turma de professoras ruralistas do Brasil, Mennucci enfatiza:

Deixai que os ‘tecnicos’, com aspas, os pedagogistas de encomenda, fabricados com pura pasta estrangeira, sorriam desdenhosos, na sua ridícula superioridade de quem não entendeu a terra onde viu a luz,

Janeiro/RJ. Atuou como diretor da Escola Normal da Praça, localizada na cidade de São Paulo/SP. Presidiu a Sociedade de Educação em São Paulo, instituição ligada ao escolanovismo, e que teve entre seus membros Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, dentre outros. Foi um educador brasileiro pertencente à geração anterior à de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, aliás, foi amigo de ambos. Manteve estreitos laços com Sampaio Dória, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Almeida Júnior. Entre suas publicações, destaca-se: *Escola nova, coletivismo individualismo* (1936) (NERY, 2002).

deixai que esses copistas, contumazes de receitas e formulas alheias, que não sabem compreender a vida nacional a não ser macaqueando os figurinos que lhes chegam *made expressly* de Londres, Nova York ou de Paris, têmtem zombar das conquistas reais que vamos fazendo, apesar de tudo, no sentido de nos libertármos da tutela alienígena. (DISCURSO..., 1937, p. 7)

Ainda sobre conflitos com alguns escolanovistas, Sud Mennucci trocou algumas “fubecadas” com Lourenço Filho²². Giesbrecht ([1997?]) aponta que em 1931 Lourenço Filho pede demissão do cargo de Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo e, poucos dias depois, o Interventor Manuel Rabelo nomeou Mennucci para ocupar esse cargo.

Mas e Lourenço? Este era o seu velho amigo, nascido em Porto Ferreira, da família dos Bergstrom Lourenço, seu colega nessa cidade e que se transferiu depois para Piracicaba, galgando postos até chegar onde Sud só agora chegava. Mas as relações entre eles não eram mais aquelas dos bons tempos. Irmão de uma cunhada do Sud, *Lourenço havia se desentendido com ele, por causa de uma declaração nos jornais, durante a visita de um professor americano a São Paulo, em meados de*

²² Manoel Bergström Lourenço Filho nasceu em 10 de março de 1897, na cidade de Porto Ferreira/SP, e faleceu em 3 de agosto de 1970, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Formou-se em Direito, em 1929. Ao longo de sua atuação profissional, desempenhou diversas funções, tais como, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo; em 1934, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE); em “[...] 1949, organizou e dirigiu o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, promovido pela OEA e pela Unesco, em Petrópolis, Rio de Janeiro, oportunidade em que recebeu título de Maestro de las Américas.”; e em “[...] 1951, foi nomeado Presidente da Comissão Executiva do Centro de Formação de Pessoal para Educação Fundamental na América Latina e representou o Brasil no Conselho Cultural Interamericano, ambos com sede no México.” Entre suas publicações, destacam-se: *Cartilha do poço* (1929), *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea* (1930) e *Testes A B C, para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita* (1933) (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 747).

1930. Além disso, *eles discordavam na aplicação da 'Escola Ativa' na instrução pública*, tema que Sud defendia exaustivamente – lembre-se o caso da polêmica com Renato Jardim, dois anos antes. Sud nunca usou de meias palavras, fosse no jornal, fosse pessoalmente, era extremamente franco ao defender suas idéias e este caso específico *serviu para azedar a relação entre eles*. No entanto, o fato de um sucessor suceder o outro foi apenas uma grande coincidência. De qualquer forma, na posse de Sud, a 24 de novembro, os elogios nos discursos – de quem saía e de quem entrava – foram mútuos. Mas sabia-se que esse equilíbrio instável não deveria durar muito entre eles. (GIESBRECHT, [1997?], p. 62, grifos nossos)

Sud Mennucci não teve tanta projeção quanto alguns escolanovistas, porém, teve certa projeção no campo educacional paulista, apresentando algumas propostas, principalmente para área da educação rural, inclusive por meio de seus livros.

Sud Mennucci escreveu 16 livros relacionados às seguintes temáticas: literatura, história, geografia, estatística e educação. Alguns desses livros, como, *Discursos e Conferências Ruralistas* (1946b), apresentam artigos ou conteúdos de palestras e conferências ministradas. No Quadro 2 apresentam-se, em ordem cronológica, títulos, anos de publicação e editoras dos livros de autoria de Sud Mennucci.

Títulos²³	Ano de publicação	Editora²⁴
<i>Alma Contemporânea</i>	1918	Secção de Obras do <i>Estado de São Paulo</i>
<i>Humor</i>	1923	Monteiro Lobato & Cia.
<i>Rodapés</i>	1927	Casa Editora Antonio Tisi
<i>A Crise Brasileira de Educação</i>	1930a	Irmãos Ferraz
<i>A Escola Paulista</i>	1930b	COPAG
<i>Brasil Desunido</i>	1932a	Typografia Siqueira, de Salles Oliveira, Rocha & Cia.
<i>Cem anos de instrução pública (1822-1922)</i>	1932b	Typografia Siqueira, de Salles Oliveira, Rocha & Cia.
<i>O que fiz e pretendia fazer</i>	1932c	Typografia Siqueira, de Salles Oliveira, Rocha & Cia.
<i>Aspectos piracicabanos do ensino rural</i>	1934	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
<i>História do Diário Oficial</i>	1934	Imprensa Oficial do Estado
<i>Pelo sentido ruralista da civilização</i>	1935	Imprensa Graphica da “Revista dos Tribunais”
<i>Corografia do Estado de São Paulo</i>	1936a	J. R. de Oliveira & Cia.
<i>O precursor do abolicionismo</i>	1938	Companhia Editora Nacional
<i>À margem das ‘Cartas Chilenas’</i>	1942	[s.n.t]
<i>Ruralização</i>	1944	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
<i>Discursos e Conferências Ruralistas</i>	1946	[s.n.]

Quadro 2: Livros de autoria de Sud Mennucci.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em “Curriculum Vitae” (MENNUCCI, 1946a).

²³ Títulos grafados conforme “Curriculum Vitae” de Sud Mennucci (1946a).

²⁴ Destaca-se que somente a informação sobre a editora do livro *Corografia do Estado de São Paulo* foi extraída do “Curriculum Vitae” de Sud Mennucci. A informação sobre as editoras dos demais livros foram localizadas nas respectivas publicações.

Sud Mennucci, sobretudo a partir de 1930, passou a escrever sobre educação rural, entretanto, para as finalidades desta pesquisa, destacam-se os livros relacionados à temática da ruralização do ensino.

Entre os principais autores tomados por Mennucci para fins de constituição de seu aporte teórico estão Alberto Torres e Henry Ford (GIESBRECHT, [1997?]). Além disso, menciona Augusto Comte e Émile Durkheim em seus escritos.

O encontro entre Sud Mennucci e Alberto Torres, provavelmente, não ocorreu de forma pessoal, mas, sim, por intermédio das suas ideias ruralistas, colocadas em circulação, de várias formas, inclusive por meio de seus livros

O pensamento de Alberto Torres fundamentou a concepção de educação defendida pelos ruralistas do ensino. Segundo Totti e Machado (2013, p. 118), “[...] grande parte da essência do pensamento de Alberto Torres contribui significativamente para a origem do Ruralismo Pedagógico.”

Os escritos de Alberto Torres refletem seu envolvimento com determinados problemas nacionais e a defesa de um projeto de Brasil ruralista, tecendo reflexões inclusive sobre a questão educacional. Segundo Pinho (2007, p. 53), o denominado “ruralismo” de Torres

[...] está expresso em sua crença de que a terra é a base da riqueza, assim como na defesa da vocação essencialmente agrícola do Brasil, cultivando o sonho de uma sociedade de pequenos produtores, vivendo de forma integrada e harmônica à terra.

“O profeta do ruralismo”: com essas palavras Moacyr Campos (1955) define Alberto Torres, cujas ideias poderiam ser resumidas em quatro pontos:

Primeiro – a necessidade de considerar a instrução primária como elemento básico para a formação exata da mentalidade.

Segundo – a conveniência de organizar o aparelhamento escolar sem a cópia ridícula da legislação estrangeira, quase sempre inadaptável ao nosso meio e de resultados ineficazes, produzindo a confusão e a balbúrdia, por não serem atendidos os verdadeiros interesses nacionais.

Terceiro – o imperioso dever de dotar as zonas rurais com instrução adequada, para formarmos o trabalhador brasileiro, dispensando-nos da imigração, que não vem solucionar os problemas da nossa economia, mas, apenas, resolver a situação pessoal do próprio imigrante.

Quarto – o franco estímulo à iniciativa individual em matéria de ensino, quando bem orientada, pois o Estado ainda não emprega para a solução do problema cultural da formação da nacionalidade os grandes elementos imprescindíveis à sua consecução. (CAMPOS, 1955, p. 20)

Entre os livros de Alberto Torres, destacam-se os seguintes: *O problema nacional brasileiro* (1914), *A organização nacional* (2002)²⁵ e *As fontes da vida Brasil* (1915). Sua produção bibliográfica serviu de base para os intelectuais do Movimento pela ruralização do ensino. Em seu livro *A organização nacional*, Torres (2002, p. 147-148) defende que o Brasil

²⁵ Primeira edição datada de 1914.

[...] tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe esse destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da idéia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas européias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mais no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na infinidade de produtos da nossa terra, de excelente valor nutritivo para seu clima, sendo reservadas as regiões temperadas para algumas culturas européias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inadaptáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro.

No livro *A Crise Brasileira de Educação*, Mennucci (1930a) apresenta reflexões sobre uma crise universal da educação e sobre uma crise educativa brasileira. Nesse livro o autor apresenta um conjunto de conferências proferidas em 1930. Na primeira edição, de 1930, Mennucci apresenta um apêndice intitulado “O ensino particular e o nacionalismo”. Na segunda edição, de 1934, o autor inclui um segundo apêndice intitulado “A Reforma do Ensino Rural”, no qual apresenta alguns capítulos do livro *O que fiz e pretendia fazer*, publicado em 1932.

Segundo Mennucci (1930a, p. 93), esse livro

[...] se inspirou no inquérito que a Associação Brasileira de Educação promoveu para a sua 4a. Conferência Nacional, a realizar-se proximamente em Recife (13), e que ele pretende ser uma espécie de resposta aos quesitos que João de Toledo, como um dos relatores gerais, organizou sobre a tese ‘Como preparar o professor rural e como fixá-lo ao meio em que deve atuar?’

Destaca-se que esse livro foi premiado, em 1932, pela Academia Brasileira de Letras e que teve grande repercussão em âmbitos nacional e internacional. Pereira Maraides, Osvaldo Fonseca e Romão escreveram cartas parabenizando Sud Mennucci pelo prêmio da Academia Brasileira de Letras destinado a seu livro *A Crise Brasileira de Educação* (FONSECA, 1933; MARAIDES, 1933; ROMÃO, 1933).

Em relação a essa premiação, Fonseca (2014) destacou que entre os jurados que avaliaram *A Crise Brasileira de Educação*, estava Edgar Roquette-Pinto²⁶, um dos fundadores da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Afirmou também, que, além de Sud Mennucci manter estreitas relações com essa Sociedade ou seus membros, seu livro apresentava consonância com as ideias do patrono dessa Sociedade, Alberto Torres.

Dentre os vários assuntos abordados por Mennucci (1930a) nesse livro, os mais recorrentes são as críticas feitas à Escola Normal vigente à

²⁶ Edgar Roquette-Pinto nasceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 25 de setembro de 1884, e faleceu em 28 de agosto de 1954, também nessa cidade. Formou-se em Medicina, em 1905, pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro/RJ. Atuou como professor assistente e como diretor do Museu Nacional, como médico legista, dentre outros. Foi membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia. Em 1924, foi designado para representar o Brasil no XXI Congresso Internacional de Americanistas, que ocorreu na Holanda e na Suécia. Subscreeveu o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932 (VENANCIO FILHO, 2002).

época e à apresentação de sua proposta de formação de professores ruralizados. Mennucci (1930a, p. 93, grifos nossos) salienta que “Ora, no meu plano, embora as soluções sociológicas tenham incontestável primazia, a verdade é que o centro do sistema é a obra educativa e, portanto, o *professor*.”

Nesse sentido, a principal proposta de Sud Mennucci, sintetizada nesse livro, é a formação de professores por intermédio das Escolas Normais Rurais, ou seja, formação de professores ruralistas. Assim, entende-se que Mennucci não apresentava somente uma proposta de formação de professores específica para as áreas rurais, mas, uma proposta de formação de professores em contraposição à formação oferecida à época.

Sud Mennucci (1932c), no livro *O que fiz e pretendia fazer*, aborda defesa e fundamentação da reforma levada a termo durante sua primeira nomeação como Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, na Interventoria do Coronel Manoel Rabello. O livro é dividido em duas partes: a primeira, intitulada “O que fiz”, e a segunda, “O que pretendia fazer”.

Na primeira parte, Mennucci apresenta o Decreto n. 5.335 de 7 de janeiro de 1932 e esclarece ponto a ponto todos os aspectos de sua proposta de reforma educacional para a Instrução Pública de São Paulo. Essa reforma foi bastante criticada pelo professorado paulista e como meio de apresentar uma espécie de defesa pública, Mennucci (1932c, p. 10) escreve esse livro, no qual destaca “Fique, comtudo, o registro: nunca São Paulo e Rio de Janeiro tiveram tantos jornalistas entendidos de instrução pública como nesse primeiro semestre de 1932 e unicamente a respeito da reforma paulista.”

Na segunda parte Mennucci apresenta uma proposta de Decreto que não foi aprovada, porém, segundo ele, essa proposta representava a

“espinha dorsal” de sua reforma. Tratava-se de uma proposta de reorganização do ensino rural, mais especificamente de ruralização das Normais Rurais. Mennucci destaca que tentou aprovar esse Decreto, porém, foi afastado do cargo de Diretor da Instrução Pública antes de aprová-lo.

Destaca-se que a segunda atuação de Sud Mennucci como Diretor da Instrução Pública de São Paulo foi de 05/08/1933 a 24/08/1933. Nesses poucos dias como Diretor, Mennucci conseguiu, em 19 de agosto de 1933, a aprovação do Decreto n. 6.047 (SÃO PAULO, 1933b). Nesse Decreto Mennucci apresentou algumas ideias já propostas no Decreto n. 5.335, que não foi aprovado em 1932. Assim, em 1933 Mennucci pôde operacionalizar um aspecto importante da ruralização do ensino no Estado de São Paulo, qual seja, decretar a criação da Escola Normal Rural em Piracicaba. No entanto, conforme demonstrado por Souza (2017), essa Escola Normal somente foi instalada em 1956.

No livro *Pelo sentido ruralista da civilização*, Mennucci (1935) reconstitui a história da educação rural no Estado de São Paulo, como, em relação a algumas iniciativas realizadas nesse e em outros estados do Brasil para a divulgação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino. Mennucci destaca, por exemplo, as atividades realizadas na Escola Rural da Fazenda Barra, por Luiza Guerra, em Casa Branca/SP, e os Clubes do Trabalho.

Para finalizar, Mennucci (1935, p. 79) aponta sua perspectiva em relação ao desenvolvimento da ruralização do ensino, afirmando que, em

[...] de 10 anos, o homem do campo não será mais o motivo de ridículo que foi até pouco. Será um homem com a cultura dos homens da cidade porque a ruralização do ensino e, portanto, da educação

humana, está vindo com a rapidez do relampago, com brilho dos meteoros, com a duração do granito.

No livro *Ruralização* (1944), Mennucci ressalta que a base para o desenvolvimento industrial brasileiro seria o trabalho agrícola. Fazendo referência ao Brasil, Sud Mennucci recorre a Durkheim e afirma que:

Somos, senhores, um contrassenso histórico alicerçados sobre uma contraindicação econômica. Do ponto-de-vista da análise durkheimiana, somos a mais gritante contradição sociológica. Mudamos a superestrutura social, mas não queremos mudar a superestrutura das instituições complementares. (MENNUCCI, 1944, p. 127)

Sud Mennucci apresenta seu descontentamento pelo fato de o Estado de São Paulo não ter estruturado uma proposta de formação específica para os professores rurais. No entanto, menciona algumas iniciativas de formação de professor realizadas nesse Estado.

Outro aspecto apresentado por Mennucci nesse livro é a importância de ruralistas do ensino ocuparem cargos na administração pública. Nesse sentido, menciona a contribuição do Interventor Federal Fernando Costa para a operacionalização do Movimento pela ruralização em São Paulo:

E lá volto eu ao meu velho e irresistível estribilho: sem professor especializado, que sabe exatamente o que está ensinando e para quem está ensinando, todo esforço educativo em prol da infância campestre resulta inútil ou, pior, em pura desambientação do educando.

Fernando Costa pensa da mesma forma. E porisso autorizou a instalação de cursos especiais para professores já diplomados, que serão efetuados, no correr de um ano, em Escolas Profissionais Agrícolas. E como o nosso Interventor, as leis se fazem para serem cumpridas, já está na escola de Pinhal com o seu curso em funcionamento, devendo dar, ainda neste ano, a sua primeira leva de professores ruralizados. (MENNUCCI, 1944, p. 55, grifos nossos).

Sobre a contribuição desse Interventor, Mennucci (1944, p. 56, grifos nossos) menciona, ainda, que “Outra realização de Fernando Costa, merecedora de todo o nosso aplauso, é a criação, já autorizada, da Assistência Técnica do Ensino Rural.”

No livro *Discursos e Conferências Ruralistas*, Sud Mennucci (1946b) apresenta dois discursos – Saudação ao sertanejo²⁷ e Hino a Joazeiro²⁸ – e cinco Conferências – A Guerra à Zona Rural²⁹; O pensamento de Alberto Torres³⁰; A vida rural e a educação nacional³¹; A Reforma do Ensino Rural em São Paulo³²; Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural³³ – proferidas na

²⁷ Discurso proferido no dia 3 de dezembro de 1934, por ocasião do encerramento do 1º Congresso do Ensino Regional, na cidade de Salvador-BA.

²⁸ Discurso proferido no dia 5 de dezembro de 1937, na Escola Normal Rural de Juazeiro-CE, por ocasião da colação de grau “das primeiras professoras ruralistas do Brasil.”

²⁹ Conferência proferida no dia 8 de maio de 1933, no salão nobre da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, a convite da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por ocasião do encerramento do curso da Escola Regional.

³⁰ Conferência proferida no dia 16 de agosto de 1939, na Faculdade de Direito de São Paulo, a convite do Grêmio Universitário “Alberto Torres”.

³¹ Conferência proferida no dia 8 de outubro de 1935, na sede da Associação Brasileira de Educação no Rio de Janeiro, para curso na Universidade Rural.

³² Conferência pronunciada no Rádio Clube do Brasil na “segunda quinzena” de novembro de 1931, momento em que se realizava a Conferência Nacional de Educação e o Convênio das Estatísticas Escolares no Rio de Janeiro.

³³ Conferência proferida no dia 28 de março de 1934, em Piracicaba, por ocasião do encerramento do Congresso Pedagógico Regional, organizado pela Delegacia do Ensino de Piracicaba.

década de 1930. Trata-se do último livro publicado por Sud Mennucci antes de seu falecimento.

Pode-se dizer, portanto que grande parte da vida de Sud Mennucci e significativa parte de sua produção bibliográfica foram dedicadas à temática da educação rural, mais especificamente do Ruralismo ou da ruralização do ensino, fato que lhe conferia *status* de referência nacional nessa temática. Por conseguinte, ele foi articulador de uma ampla rede de sociabilidade, que envolveu diversos sujeitos – pessoas ou organizações –, de diferentes pontos do Brasil e de outros países. Essa rede possibilitava aos ruralistas inserirem-se em diferentes áreas e locais, com vistas a fazerem circular suas ideias e a conquistarem adeptos para o Ruralismo e, assim, colocarem em prática seus objetivos.

Menezes (2015, p. 18-19) destaca que

Enquanto o Brasil e, sobretudo a sociedade paulistana, vivenciavam a era da modernidade, da industrialização, da urbanização, da chegada da escola nova, na década de 1930, Mennucci (1930) defendia a necessidade de integralização da zona rural à realidade brasileira. Argumentando que embora o Brasil fosse, essencialmente um país de economia agrícola, historicamente, a política nacional favorecia apenas a expansão das grandes cidades, desencadeando assim o êxodo rural. Entretanto, o autor deixa claro que o problema não está em beneficiar as cidades, mas em ignorar o campo, fonte primária da riqueza de uma nação.

Sud Mennucci defendia que as escolas primárias rurais deveriam combater o preconceito com relação ao trabalho agrícola, que era associado à escravidão.

A principal proposta de Sud Mennucci foi a criação das Escolas Normais Rurais, pois a formação oferecida nas Escolas Normais nociva para as áreas rurais. Os professores formados em Escolas Normais citadinas menosprezavam as áreas rurais e, por vezes, isso acabava contribuindo para o êxodo rural.

Além da proposta de criação das Escolas Normais Rurais, quando Sud Mennucci voltou a chefiar o Departamento de Educação na década de 1940, criou um curso de especialização sobre práticas agrícolas, para professores já formados, visando ensinar conhecimentos de agronomia e sanitarismo.

Na sua cruzada em prol da ruralização do ensino, Sud Mennucci contou com apoio de Thales Castanho de Andrade³⁴ que, além de afinidades pela questão da ruralização do ensino, viveram na mesma cidade, qual seja, Piracicaba/SP, que viria a ser considerada, por alguns, a “Méca do ruralismo”. Thales Castanho de Andrade concluiu o Curso Normal em Piracicaba/SP e, no decorrer de sua vida, manteve estreita relação com esse município. Exerceu diversas atividades profissionais, públicas ou privadas, em variadas áreas, entre elas, jornalismo e educação.

Na área do jornalismo, destaca-se a sua atuação na *Gazeta de Piracicaba*, na *Folha Ferreirense*, no *Jornal de Piracicaba*, no *Diário Carioca*, na *Revista Vida Moderna*, na *Revista A cigarra* e na *Revista de Educação da Escola Normal de Piracicaba*.

Na esfera pública, ressalta-se a sua atuação como vereador, no município de Piracicaba. Sua carreira como professor teve início em Jauú/SP, no ano de 1912. Trabalhou em várias escolas e ministrou diversas

³⁴ Thales Castanho de Andrade, filho de industrial do ramo de bebidas, nasceu em Piracicaba/SP, em 15 de agosto de 1890, e faleceu em 2 de outubro de 1977, em São Paulo (STANISLAVSKI, 2006), foi um importante ruralista. Para conferir mais informações sobre Thales de Andrade, ver Alexandre (2007), Bragion (2007), Hilsdorf e Alexandre (2013) e Stanislavski (2006).

disciplinas. Ocupou outros cargos, como, diretor de escola, inspetor e assistente técnico de ensino rural e diretor geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo.

Escreveu diversos livros, alguns deles tiveram grande repercussão e receberam inclusive reconhecimentos ou premiações, com destaque para o livro *Saudade*. Integrou a Academia Piracicabana de Letras, a União Brasileira de Escritores, dentre outras organizações.

Sobre a produção de livros destinados às populações de áreas rurais, Mennucci (1935, p. 45) ressalta:

‘Saudade’ era o primeiro antídoto que o magisterio fornecia a essa insidiosa campanha, pois, pela primeira vez na literatura escolar se fazia abertamente o elogio da vida campesina e se tinha a coragem de dizer que ella era superior á vida urbana e que o pobre da roça era um nababo comparado com pobre da cidade.

Conforme Mota (2006, p. 126), o livro *Saudade*, de Thales de Andrade, é uma importante referência, sendo considerado “[...] um manual de grande ajuda para a prática de leitura e o aprendizado dos valores ruralistas [...]”. Nesse livro, constata-se que Thales de Andrade (1922) faz, por um lado, de forma recorrente e unilateral, uma abordagem elogiosa ao campo, aos seus habitantes e ao modo de vida rural; por outro lado, faz recorrentemente uma abordagem depreciativa da cidade, de seus habitantes e dos modos de vida urbanos, reproduzindo, assim, a dicotomia e a hierarquia entre campo e cidade³⁵, porém, esse autor apresenta o campo como superior à cidade.

Thales tinha envolvimento com assuntos agrários locais ou nacionais e participou de movimentos ou organizações, como, por

³⁵ Para mais informações, ver Williams (2011).

exemplo, o M. M. D. C. (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo), o Partido Republicano Paulista e o Partido Constitucionalista.

Pelo seu histórico de atuação, Thales de Andrade pode ser considerado um dos principais intelectuais do Movimento pela ruralização do ensino no Estado de São Paulo, e, em alguma medida, no Brasil.

Conforme Hilsdorf e Alexandre (2013, p. 140),

[...] a obra de Thales de Andrade está compromissada e diretamente relacionada a esse movimento: o conjunto de seus livros para crianças tem como forte referencial o mundo rural e a educação, assim, nada mais coerente, em sua produção literária infantil, do que a defesa da atuação do homem do campo na transformação e aproveitamento do seu espaço. Isto indicia a crença do autor no modelo do Brasil agrário como uma opção viável, e a sua escolha da literatura infantil e escolar como um lugar de sua prática educativa.

Thales de Andrade teve relevante atuação na circulação das ideias ruralistas, especialmente por intermédio de seu livro *Saudade*. Durante aproximadamente 40 anos, Thales foi um importante interlocutor de Mennucci para tratar de vários assuntos. Em suma, Thales de Andrade foi um dos impulsionadores da ruralização, da qual outros sujeitos, como por exemplo, Noêmia Saraiva de Matos Cruz³⁶, também fizeram parte.

A professora Noêmia Saraiva “[...] foi convocada e nomeada pelo então Diretor do Ensino de São Paulo, Professor Sud Mennucci, para implantar experimentalmente uma escola de educação rural, em 1932,

³⁶ Nascida em 1894, na cidade de Rio Claro/SP (DEMARTINI, 2002). Para mais informações, ver Demartini (2002), Ecar (2017) e Mota (2006).

anexo ao Grupo Escolar do Butantã.” (DEMARTINI, 2002, p. 584-585)³⁷.

Em termos de trajetória acadêmica e profissional, segundo Demartini (2002, p. 586), Noêmia Saraiva

[...] iniciou, em 1932, suas atividades como professora; em 1933, ficou afastada da Secretaria da Agricultura para freqüentar alguns cursos agrícolas e, em 1935, foi nomeada diretora, cargo em que permaneceu até 1943. Já em 1934, participou do I Congresso de Ensino Regional na Bahia; em 1939, representou o Estado de São Paulo no Congresso do Ensino de Minas Gerais. Foi, na ocasião, convidada para reorganizar o ensino rural de Juiz de Fora, sendo nomeada, em 1943, Inspetora do Ensino Rural. Depois permaneceu um ano na chefia da Assistência Técnica do Ensino Rural, passando, em 1952, a prestar serviços na Superintendência da Escola Profissional e Agrícola, posto no qual requereu sua aposentadoria.

No Grupo Escolar do Butantan, que, segundo Mennucci (1936b), configurava-se “uma formosa experiência”, e, conforme Demartini (2002, p. 587), “[...] servia de modelo na implantação das idéias ruralistas em escolas [...]”, a professora Noêmia Saraiva conseguiu projeção principalmente pelas experiências que ela desenvolveu, colocando em prática os princípios do Ruralismo. Sua formação acadêmica era diferenciada, pois realizou diversos cursos relacionados a questões agrícolas e sanitárias (DEMARTINI, 2002; MENNUCCI, 1936b).

Noêmia Saraiva, conforme Mennucci (1936b, p. 10),

³⁷ Para mais informações, ver Ecar (2017).

[...] provou exuberantemente que era «the right woman in the right place» e que possuía as qualidades, o talento e a competência requeridas para transformar uma idéia, que andava no ambiente ainda em forma de tese, numa realização indiscutível, colocada pelo seu esforço, pelo seu desprendimento e pela sua tenacidade, no campo da efetividade prática.

Considerando-se as palavras de Mennucci (1936b), pode-se inferir que a professora Noêmia Saraiva desempenhava papel-chave na implementação das ideias ruralistas no cotidiano da escola, bem como no trabalho de divulgação teórico-prática dos preceitos do Ruralismo.

Segundo a professora Noêmia Saraiva, “três problemas gravíssimos” assolavam a maior parte das populações do campo no Brasil. Esses problemas eram:

- 1.º A falta de saúde – que impede o trabalho ativo e persistente.
- 2.º A falta de instrução – que inutiliza os esforços de assistência sanitária e agrícola.
- 3.º A falta de recursos – que impede as iniciativas, para a melhoria educacional e sanitária.

É um espetáculo desolador a visão de muitas regiões do sertão brasileiro: MISERIA, IGNORANCIA, DOENÇA! (CRUZ, 1936, p. 18)

Como ressaltado, a autora refutava, pelas razões apresentadas, tanto a cidade quanto o campo na forma como ele se apresentava no Brasil, naquele momento histórico. No entanto, Noêmia Saraiva apontava uma única saída: a adequação do campo à acepção ruralista.

Para Noêmia Saraiva, “O homem, que trabalha na Agricultura, fica compreendendo os segredos, tão grandiosos, da Natureza e avalia a obra de Deus, a quem renderá sempre culto, se cultivar com amor a terra, que lhe dará todos os alimentos em recompensa do seu labor.” (CRUZ, 1936, p. 35).

A professora Noêmia Saraiva apresenta as seguintes frases, segundo ela, de autoria de Thales de Andrade: “VIVER NO CAMPO É AMAR O TRABALHO, É AMAR A PÁTRIA, É AMAR OS HOMENS, É AMAR A VIDA! VIVER NO CAMPO É AMAR A DEUS! EU QUERO VIVER ASSIM.” (CRUZ, 1936, p. 179).

Para que se concretizasse esse ideal de campo ruralista era necessário um perfil de homem do campo consoante com essa proposta. “Daí começa a formação do homem de que nós precisamos – *o homem bom, justo, trabalhador, franco, corajoso e forte.*” (CRUZ, 1936, p. 116), além de “[...] saudavel, bonito e [...] preparado para amar a vida e ser, ao mesmo tempo, um elemento de valor real para a sua família, para sua pátria, para a humanidade, enfim.” (CRUZ, 1936, p. 82).

A autora apresenta o campo como “precioso pedaço de paraíso”. Noêmia Saraiva defende que “A Agricultura é a primeira ocupação do homem, a mais honesta, a mais util e a que maior soma de felicidade lhe proporciona.” (CRUZ, 1936, p. 12). O trabalho na Agricultura é, para essa autora, “[...] o mais nobre que o homem póde fazer: semear – plantar – cultivar e criar – são os quatro pontos cardeais, dentro de cujo círculo está o futuro do Brasil e de seus filhos.” Assim, na atividade agrícola estaria “o futuro da nossa nação.” (CRUZ, 1936, p. 35).

Citando Marti Alpera, Noêmia Saraiva faz referência à necessidade de “*Formar uma mentalidade camponesa com ideias elementares, mas sadias, firmes e fecundas, desenvolver o espirito de iniciativa, formar homens de ação*”

e uteis á sua família, á sua gente e sua patria – É finalidade da Escola Rural.” (CRUZ, 1936, p. 161-162, grifos da autora).

Segundo Noêmia Saraiva,

A Escola Rural realizará uma grande parte do seu largo programa, se conseguir despertar nas crianças tanto o amôr pela sua terra, que seja capaz de preservá-las das tentações da vida das grandes cidades e de arraiga-las áquela modesta vida campesina, onde poderão achar a fartura, a paz, a alegria e a felicidade que, dia a dia vai se tornando difícil na vida agitada e de continua luta dos grandes centros, onde mais impêram o egoismo, o interesse e a deslealdade, do que o bem estar e a felicidade de cada um. (CRUZ, 1936, p. 161, grifos da autora)

Para Noêmia Saraiva, a concepção de campo na acepção ruralista seria alcançada pelo trabalho e pela educação em conformidade com os princípios desse Movimento. Para isso, era necessário “trabalhar, rapidamente e com eficiencia” (CRUZ, 1936); considera-se essa demanda incompatível com camponeses com perfil do Jeca Tatu.

Outra mudança indispensável era tirar o homem rural do isolamento e fazê-lo trabalhar coletivamente: “Todos compreendem, perfeitamente, que o auxilio mutuo e o trabalho coletivo terão melhores resultados, do que o trabalho executado isoladamente.” (CRUZ, 1936, p. 52).

A escola era a instituição que poderia moldar as crianças em conformidade com esse padrão. Por isso “A Escola Primaria, no campo, deve ser organizada como uma comunidade de trabalhadores.” (CRUZ, 1936, p. 183). Dessa forma, era necessário

[...] ensinar aos alunos e levar aos camponeses, por intermedio dos pequenos campos escolares, as ideias de progresso e os melhoramentos vantajosos que se podem obter, facilmente, por meios racionais e, sobretudo, se por intermedio do proprio aluno, conseguir despertar, vivamente, nos lares campesinos a fé, a confiança na Escola e o proposito decidido de melhorar suas atuais condições de vida, no que diz respeito á alimentação, á higiene, á habitação e á saúde. (CRUZ, 1936, p. 160-161).

Portanto, esse perfil de homem do campo seria alcançado por intermédio da educação ruralista, educação essa apresentada como “[...] fôco de irradiação para a religião da Natureza [...]” (CRUZ, 1936, p. 182), com vistas principalmente a fixar o homem no campo e a despertar o amor pelo trabalho agrícola.

Noêmia Saraiva, em defesa da sua posição e da eficácia da concepção de ensino ruralista, colocada em prática no Grupo Escolar Rural do Butantan, argumenta que alunos antes “indolentes, vadios, incapazes de esforço”, após terem ingressado nessa escola, “Meses depois, já estavam entusiasmados e procuravam uma ocupação de vulto nas atividades do clube, e hoje estão todos integrados nos trabalhos gerais da nossa agremiação.” (CRUZ, 1936, p. 188).

A autora sustenta que todos os alunos “[...] compreendem, perfeitamente, que auxilio mutuo e o trabalho coletivo dão melhores resultados do que o trabalho executado isoladamente.” (CRUZ, 1936, p. 188).

Noêmia Saraiva destaca, ainda, que “[...] não é só o gosto e amor ao trabalho, que [ela tem] notado. É, tambem, a formação de habitos de observação, de reflexão, de energia, de firmeza de vontade e de iniciativa creadora.”, ou seja, os alunos afastaram-se do perfil Jeca e se aproximaram

do perfil *farmer*³⁸, atingindo, assim, em grande medida, os objetivos da educação ruralista.

Constata-se, assim, que a visão de mundo dos ruralistas, como, Sud Mennucci (1930a) e Noêmia Saraiva de Matos Cruz (1936), apresenta algum nível de afinidade com a perspectiva fisiocrata, como se pode depreender da análise de textos de Quesnay (1984a; 1984b; 1984c; 1984d), em especial com a terceira máxima geral do governo econômico de um reino agrícola: “*Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é que as multiplica.*” (QUESNAY, 1984c, p. 167, grifos do autor). Além disso, encontram-se, em escritos de ruralistas, menções diretas ou indiretas a Comte e a Durkheim ou suas ideias.

1.2 Ideias defendidas por sujeitos vinculados ao Movimento pela ruralização do ensino

No Brasil, o Movimento pela ruralização do ensino, que vem à tona e ganha repercussão na década de 1930, estava em consonância com a concepção agrarista de país e com os pressupostos do ruralismo brasileiro.

A década de 1930 é marcada pela intensificação de políticas públicas para a escolarização das populações de áreas rurais. Exemplifica isso o fato de que na Constituição Federal de 1934, pela primeira vez da

³⁸ Partindo de apontamentos de Tolentino (2011, p. 11), *farmer* seria o “caipira ideal de Lobato”, ou seja, “[...] pequeno proprietário rural em estilo norte americano, como já sonhara Monteiro Lobato na década de [19]20. Na sua historinha didática e divulgadora das normas de higiene, além de um conhecido ‘tônico fortificante’, o caipira Jeca Tatuzinho se curava do impaludismo e também do atraso: modernizava-se, mecaniza sua propriedade e tornava-se relevante na economia de mercado.”

história da educação brasileira, constou a destinação de uma verba específica para a educação escolar rural (BRASIL, 1934).

No entanto, conforme Ramal (2016, p. 54), “[...] abordagens acerca do desenvolvimento da educação rural no Brasil, já apareciam nos anos de 1910, mas se intensificam no período 1930 a 1940, já no governo de Getúlio Vargas.”

Especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, o ensino primário destinado às populações de áreas rurais no Brasil era precário e incipiente³⁹, não obstante o fato de que, à época, a maior parte das populações nacionais estava localizada nessas áreas (SOUZA, 2009).

Destaca-se que a histórica precariedade da escolarização destinada às populações de áreas rurais não é uma exclusividade do Brasil, mas marca também a história da educação de outros países, tais como, Espanha, Itália e México, conforme análise sobre a educação e o mundo rural feita por Cerecedo e Rico (2018, p. 14):

La escuela rural destinada a los hijos de los campesinos o de los marineros se tuvo que enfrentar a grandes dificultades: la ‘Cenicienta de la educación’, sin importar a los sectores sociales más poderosos, aunque ellas representaron — en muchos pueblos y aldeas — uno de los lugares de aculturación, que solo alcanzaron a llevarla a efecto de una forma pobre.

Conforme Ramal (2016, p. 35), essas populações eram preteridas, em termos de educação escolar, pois

³⁹ Sobre panorama desse ensino no Estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1940, ver Celeste Filho (2014).

[...] a proporção de alfabetização na zona urbana sempre foi maior do que na zona rural. Esta perspectiva acentua as diferenças sociais, concentra políticas públicas voltadas para a educação urbana, bem como corrobora uma prática histórica presente no contexto educacional: o privilégio às classes mais abastadas da população urbana e a educação que dela se constitui.

Eram vários os problemas constatados nas escolas primárias rurais, entre eles, condições de trabalho docente, dificuldades de acesso dos professores às escolas, instalações inadequadas e situação de dependência dos professores em relação aos fazendeiros ou seus administradores que cediam espaço para instalação de escolas (MARCONDES, 2012; SOUZA, 2009).

Marca, ainda, essa conjuntura, a existência de diferentes propostas de educação, resultando em diversas disputas, com destaque para as protagonizadas pelos escolanovistas – defensores de um ensino comum para todas as populações, independentemente de se tratar de área rural ou urbana – e pelos ruralistas, defensores de um ensino específico para as populações de áreas rurais (SOUZA; ÁVILA, 2014).

Segundo Prado (1995, p. 14),

Idéias hegemônicas, como as de Sud Mennucci, defensor de uma escola rural voltada para o trabalho e de um ‘aparelho educativo organizado em função da produção’ (Mennucci, 1944: 270) foram confrontados como o pensamento liberal, dentre outros, de Almeida Jr. Este educador contestava, por exemplo, a afirmação de que a escola rural é, em parte, responsável pelo êxodo rural.

Exemplifica essas iniciativas e disputas a defesa de escolas tipicamente rurais, que, no Estado de São Paulo, por exemplo, estiveram em funcionamento entre os anos 1933 e 1968. Essas escolas diferenciavam-se, pois previam programas de ensino específicos, exigiam formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que nelas trabalhavam, tinham critérios específicos para sua instalação, como, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros quesitos (MORAES, 2014).

No período de implementação dessas escolas discutia-se, no Brasil, qual seria a concepção mais adequada de educação escolar a ser destinada às populações de áreas rurais, bem como a finalidade desse ensino⁴⁰. Assim, coexistiram, durante algum tempo, no Brasil, dois tipos de propostas pedagógicas para a educação rural: o ensino comum e o Ensino Típico Rural.

Jânio Quadros, em Mensagem enviada no mês de março de 1957 à Assembleia Legislativa de São Paulo, define o Ensino Típico Rural:

O ensino típico rural é uma modalidade de ensino especializado para a criança da roça. Além de programa próprio, relativo ao aprendizado das atividades agrícolas e higiene rural, caracteriza-se por ser ministrado nos grupos rurais mediante um sistema de estudo teórico-prático, que leva o estudante a comparecer à escola nos dois períodos, da manhã e da tarde. Reveste-se êsse ensino, por esse fato, de rico conteúdo

⁴⁰ Algumas dessas discussões continuam presentes no cenário educacional brasileiro na atualidade, principalmente em pesquisas relacionadas à Educação do Campo (CALDART, 2012; RIBEIRO, 2012). A questão da educação para/no/do⁴⁰ campo configura-se, na atualidade, um assunto importante e estratégico em diferentes sentidos (MORAES, 2014; TORRES; SILVA; MORAES, 2014). Aliás, é um tema que ocupa espaços de debates em outros países e também em organismos internacionais, como, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Banco Mundial, haja vista a questão da interculturalidade.

educativo, como curso de preparação da criança e do adolescente, para as atividades rurais e o convívio social da zona agrícola, em que reside.

Constitui tal ensino uma das faces da solução do problema da educação rural, de tão capital interesse para a economia do Estado e o seu progresso político-social. A especialização do professor para estas atividades é feita pelo Curso de Monitor Agrícola, das Escolas Agro-Técnica de Pinhal, Jacaré, São Miguel. Concorrentemente a Assistência Técnica do Ensino Rural promove a realização de curso de férias intensivos, que se destinam a aperfeiçoar os conhecimentos e as técnicas didáticas destes mestres, no cumprimento de seus encargos docentes. Em 1956 foram realizados tais cursos nos estabelecimentos de ensino oficiais de Piracicaba, Jacaré, Franca, Cotia, Piraçununga, Pinhal e São Manoel, com a participação expressiva de 511 professores. (SÃO PAULO, Mensagem..., 1957, p. 63, grifos nossos).

O Ensino Típico Rural estava em contraposição ao ensino comum, que, segundo Souza e Ávila (2014, p. 22),

[...] fundamentava-se no princípio democrático em matéria de educação, que postulava a igualdade de oportunidades para todos. Coerente com esse princípio, considerava um erro a implantação de um ensino primário dual - um para a cidade e outro para a roça. Almeida Junior concordava com a necessidade do ensino profissional rural, desde que não se desvirtuasse a finalidade da escola primária [...].

Destaca-se que as escolas típicas rurais estavam, em alguma medida, em consonância com a proposta do Movimento pela ruralização do ensino. Em que consiste a ruralização do ensino? O que estava subjacente a essa proposta? Quais os seus principais objetivos? Como foi concebida essa proposta? Quem foram seus principais idealizadores?

A discussão que Jorge Nagle apresenta em seu livro *Educação e Sociedade na Primeira República*, publicado em 1974, sobre a definição de *regionalização do ensino* e de *ruralização do ensino*, ajuda a responder alguns desses questionamentos.

Para Nagle (2009, p. 257), “A primeira [*regionalização do ensino*], que é também a primeira no tempo, se expressa sob a forma de diversificação da escola, de acordo com as características regionais e, por isso mesmo, deve ser denominada *regionalização do ensino*.”

Já “A segunda orientação, que deve ser denominada *ruralização do ensino*, aparece num segundo momento, associada ou não ao fenômeno de *regionalização*, e reflete, antes de tudo, uma tentativa para transformar a ‘natureza’ da escolarização.” (NAGLE, 2009, p. 257).

Ramal (2016), considerando o pensamento de Nagle (2009), aponta um posicionamento, da parte dos ruralistas do ensino, contrário à industrialização e à urbanização do país. Os ruralistas do ensino envidavam esforços para manter as características rurais, tanto do território quanto das suas populações. Os ruralistas entendem as áreas urbanas como fator de desvirtuação da cultura e da coesão social consideradas típicas das áreas rurais.

Assim, o Movimento pela ruralização do ensino não se resumia à dimensão educacional, mas defendia um projeto de Brasil agrário e em consonância com os pressupostos do ruralismo brasileiro.

No entendimento dos ruralistas, o Brasil tinha uma vocação agrícola, assim, seu desenvolvimento econômico deveria ocorrer com base nessa vocação. Segundo Mendonça (1997, p. 13), o ruralismo brasileiro,

[...] ratificado especificamente definido ao longo da Primeira República, em primeiro lugar como um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujos nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de ‘frações dominadas da classe dominante’, identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como o supõem alguns. Isto porque, do ponto de vista que assumido, a despeito de palavras de ordem semelhantes, a efetiva mensagem nelas contida diferencia-se no domínio do *político* onde, aí sim, explicitam-se as modalidades diversas – de ordem regional e/ou setorial – de se implementar um ‘mesmo’ projeto de reabilitação da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*.

Dessa forma, defensores da ruralização do ensino, assim como defensores do ensino comum, refletiam, no âmbito educacional, uma disputa mais ampla, qual seja, uma disputa por “[...] um *projeto de nação*, isto é, um Brasil que tomasse como base de sua economia a industrialização ou um Brasil de vocação eminentemente agrícola: para cada projeto, a defesa de um tipo de ensino.” (SOUZA; ÁVILA, 2014, p. 23, grifos nossos).

Nessa direção, a forma como recorrentemente estudos acadêmico-científicos definiram o “ruralismo pedagógico” pode ser depreendida dos estudos de Paiva (1987), Prado (1995) e Bezerra Neto (2003).

“Ruralismo pedagógico”, no entendimento de Paiva (1987, p. 127), configura-se “[...] como tentativa de fazer o homem do campo compreender o ‘sentido rural da civilização brasileira’ e de reforçar os seus valores a fim de prendê-lo à terra; para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à ‘cultura rural’.”

Conforme Prado (1995, p. 6), “ruralismo pedagógico”

[...] pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que [...] formulavam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte [1920] e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas [do setor rural].

Já no entendimento de Bezerra Neto (2003, p. 11),

O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Ou seja, um grupo de intelectuais, pedagogos ou livres-pensadores defendiam que deveria haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o homem no campo, ou que, pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída desse *habitat*, considerado natural para as populações que o habitaram ao longo de muito tempo.

No entanto, esses eram apenas alguns dos objetivos do “ruralismo pedagógico”, que tinha objetivos mais amplos e relacionados a uma filosofia e a uma ideologia correspondentes à visão de mundo dos sujeitos desse Movimento.

Segundo Souza e Ávila (2013, p. 9), “A ruralização do ensino ganhou força sobretudo nas décadas de [19]30 e [19]40 quando alguns intelectuais e educadores passaram a defender uma escola com características e finalidades específicas para a zona rural.”

No entanto, conforme aponta Monarcha (2007, p. 20),

[...] o ruralismo de Sud Mennucci, sem dúvida um moderno de sua época, trafega na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado para um Brasil agrário.

A educação e a escola, para os ruralistas do ensino, deveriam ser adequadas ao ambiente onde estavam localizadas. Deveriam, ainda, atender às necessidades das áreas rurais e preparar os estudantes para o trabalho agrícola, porém, em condições diferenciadas daquelas habitualmente praticadas pelas populações de áreas rurais, consideradas improdutivas, atrasadas, ineficientes e ineficazes. Isso remete, como mencionado, aos apontamentos de Nagle (2009) sobre a regionalização e a ruralização do ensino.

Os ruralistas defendiam uma escola adaptada ao projeto sócio-político-econômico hegemônico vigente à época no Brasil, com vistas principalmente a impedir o êxodo rural, difundir o sanitarismo e preparar as populações para o trabalho agrícola (PAIVA, 1987).

Conforme Souza e Ávila (2013, p. 13), “A configuração da escola rural ocorreu inicialmente pelo reconhecimento de uma diferença espacial, ainda que a simplificação dos programas e a redução do tempo de duração do ensino primário esquadrinhasse contornos de uma diferença pedagógica significativa.”

Para essas autoras (2013), ainda que as primeiras políticas públicas para o ensino primário rural datem da Primeira República, somente no final da década de 1940 foram implementados projetos destinados à constituição de uma escola primária *pedagogicamente* rural.

Até então, a principal diferença entre as escolas primárias rurais e as demais escolas primárias caracterizava-se pela questão espacial, isto é, pela localização geográfica, ou seja, se no campo ou se na cidade. A pertinência da hipótese de uma escola primária pedagogicamente rural, aventada por essas autoras, pode ser verificada ao se analisar, por exemplo, o programa de ensino dos Grupos Escolares Rurais e das Escolas Típicas Rurais (MORAES, 2014).

Souza (2009, p. 150, grifos nossos), fazendo referência aos “ruralistas pedagógicos”, ressalta que, para esse grupo, uma escola homogênea “[...] não servia ao homem do campo.”, pois,

Inadequada totalmente ao meio [...] concorria, tão somente, para o êxodo rural. Dessa maneira, *eles viam na criação da Escola Rural a possibilidade de fixação do homem no campo*. Imbuídos da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país, defendiam a formação de professores para a educação rural, programas de ensino apropriados às necessidades e interesses da população do campo e a ampliação das finalidades sociais da escola para esse meio.

Bezerra Neto (2003, p. 15) destaca que

Foi, nesse contexto, que se desenvolveu a ideologia da fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser

utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

A concepção de educação dos ruralistas, como enunciado, enfaticamente difundida por Sud Mennucci e outros intelectuais, ia ao encontro de projetos que tentavam fazer do Brasil um país eminentemente agrário.

No entanto, subjacentes à propalada ideia de uma educação adequada à realidade rural estão objetivos mais amplos, relacionados não somente à visão de mundo ruralista, mas também com a manutenção da ordem no país, especialmente naquelas regiões em que o alto número de pessoas desocupadas e o intenso fluxo migratório do campo para a cidade representavam riscos de tensões sociais.

A característica marcante da corrente do ruralismo pedagógico é a inquietação com o processo industrial e a formação do proletariado, atuando como categoria revolucionária, preocupando a corrente conservadora nacional. Isto leva alguns autores da corrente ruralista a se ocuparem com a elaboração de propostas de adequação entre educação, trabalho e campo. Essa forte tendência ideológica ganha impulso nos anos de 1930, apoiada pelo governo Vargas, no Estado Novo. (PRADO, 1995, p. 6)

Vários eram os fatores que faziam com que as propostas ou ações dos ruralistas do ensino fossem ao encontro de objetivos do governo federal à época, como, a apologia ao nacionalismo, o combate ao êxodo rural e a qualificação laboral das populações rurais, substituindo, assim, a força de trabalho de imigrantes pela força de trabalho nacional.

Para isso o sanitarismo era uma importante contribuição, visando tornar essas populações mais produtivas, seja pela melhoria das condições de alimentação e de saúde, seja pelo emprego de técnicas modernas de produção e de combate a pragas e outros elementos que prejudicavam a produtividade agrícola brasileira.

Ainda que se registrassem disputas ou querelas em torno das concepções de educação, que estavam vinculadas aos respectivos projetos políticos, verificam-se momentos de interseção entre ruralistas e industrialistas, haja vista a interseção entre alguns de seus interesses.

Sud Mennucci, em consonância com o pensamento de Alberto Torres (2002, p. 165), considerava que

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.

Dessa forma, o Movimento pela ruralização do ensino parte de uma crítica à escola primária destinada, à época, a populações de áreas rurais, pois essas escolas eram urbanocêntricas e seus professores não tinham formação específica.

Em contraposição a essa escola, os ruralistas do ensino defendiam uma escola fosse ruralizada, isto é, adaptada e específica para populações de áreas rurais, defendendo, assim, uma concepção de escola ruralizada. Defendiam, ainda, que a formação de professores destinados a essas escolas também fosse ruralizada.

A concepção de escola ruralizada visava atender aspectos relacionados às dimensões pedagógica, sanitária, econômica e ideológica.

Em relação à dimensão pedagógica, os ruralistas do ensino propuseram uma escola menos livresca, que ensinasse conteúdos escolares concomitantemente aos relacionados às lides agrícolas, considerando a relação entre teoria e prática (MENNUCCI, 1930a; 1932c; 1935; 1944; 1946b).

Quanto à dimensão sanitária, a concepção de escola ruralizada visava ensinar hábitos de profilaxia física; ensinar as populações a comerem melhor, pois havia inúmeras queixas, à época, de que o homem pobre rural comia mal; prevenir e combater doenças decorrentes de “carência nutritiva” e de outras ordens, principalmente aquelas relacionadas a hábitos sanitários; e ensinar estratégias para melhorar as condições de habitação das populações de áreas rurais (MENNUCCI, 1930a; 1932c; 1935; 1944; 1946b).

Já em relação à questão econômica, a escola ruralizada visava preparar para o trabalho agrícola, com base na agricultura moderna e científica, e, com isso, aumentar a produção agrícola e resolver problemas da economia nacional; fixar o homem no campo, pois havia preocupações com a “colonização interna”; impedir o êxodo rural e, com isso, tentar impedir o inchamento das cidades, prevenindo conflitos sociais; contribuir para resolução de problemas com questões demográficas e de segurança nacional; e disciplinar as populações de áreas rurais (MENNUCCI, 1930a; 1932c; 1935; 1944; 1946b).

Por fim, em relação à questão ideológica, a concepção de escola ruralizada visava ensinar hábitos de profilaxia mental e desenvolvimento do nacionalismo (MENNUCCI, 1930a; 1932c; 1935; 1944; 1946b). Com base em apontamentos de Carvalho (1998), esses aspectos foram

recorrentemente abordados em Conferências da Associação Brasileira de Educação (ABE), marcadas pelo caráter “cívico-nacionalista”.

Ainda que não hegemônicas, as ideias dos ruralistas do ensino marcaram posição no cenário educacional brasileiro. Diversos sujeitos e ações foram mobilizados para a circulação das ideias ruralistas no Brasil, questões essas abordadas nos próximos capítulos.

Considerando-se a perspectiva de Paulo Freire (1978; 1996), constata-se que a concepção de educação dos ruralistas do ensino era estranha, isto é, concebida sem a participação da ampla maioria das populações rurais, que não eram consultadas acerca dessas propostas. Além disso, entre os principais objetivos da educação ruralista visavam a governabilidade, com vistas a evitar tensões ou conflitos sociais.

Para atingir esse objetivo era fundamental combater o êxodo rural, a improdutividade do trabalhador rural, os valores ou ideologias que ameaçassem, desestruturassem ou prejudicassem a harmonia ou coesão social, que os ruralistas consideravam como *naturais* ou típicas das áreas rurais. Assim, partindo da perspectiva freireana, tratava-se de uma educação para a domesticação, ou seja, uma educação *para*, e não *das* populações rurais, debate esse retomado e complexificado no Brasil, a partir da década de 1990, pelo Movimento Nacional por uma Educação do Campo⁴¹.

⁴¹ Há várias polêmicas sobre interpretações que se fazem acerca dos ruralistas ou dos ruralistas do ensino. Além disso, a questão do ensino específico ou universal continua a ser objeto de polêmicas ainda na atualidade, perpassando a história da educação no Brasil e não é uma questão consensual, mesmo entre setores que adotam abordagens político-ideológicas *relativamente* próximas entre si, especialmente entre setores das denominadas esquerdas brasileiras, como por exemplo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC).

1.2.1 Arrefecimento das ideias do Movimento pela ruralização do ensino

O processo de arrefecimento do Movimento pela ruralização do ensino ocorreu entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Considera-se que os fatores que contribuíram para esse arrefecimento são tanto de âmbito nacional quanto de âmbito internacional, sendo que alguns deles podem estar relacionados entre si. Considera-se, ainda, que possivelmente esse arrefecimento não seja decorrente de um único fator, mas de um conjunto de fatores, entre eles os enunciados a seguir.

No que se refere ao âmbito nacional, alguns desses fatores são as mortes de Fernando Costa, em 1946, de Sud Mennucci, em 1948, e de Getúlio Vargas, em 1954. Esses três sujeitos, em esferas de atuação distintas, tiveram papel importante no processo de concepção, circulação e implementação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino. Em relação à morte de Fernando Costa, Sud Mennucci (MENNUCCI..., 1955, p. 8), em carta enviada a José Américo da Costa, datada de 6 de novembro de 1946, ressalta que:

Não se engane, porém, supondo que o plano, de que dei uma idéia em 'Ruralização', está sendo seguido em São Paulo. Com a morte de Fernando Costa, entramos numa fase paralização. Há um ano que não se faz praticamente nada nesse capítulo e que não se dá um passo a frente. Os novos administradores, embora falem muito das necessidades da zona rural, não saem do terreno oratório.

Marques (2003), ao discutir a questão agrária no Brasil, apresenta três momentos diferenciados: o período de meados da década de 1950 ao

início da década de 1960, marcado pela presença dos rendeiros ou foreiros; o período de meados da década de 1970 ao início da década de 1980, marcado pelos posseiros; já o período que vai do fim da Ditadura civil-militar até os dias atuais, marcado pela presença dos sem-terra.

Há que se considerar, ainda, no que se refere ao arrefecimento do Movimento pela ruralização do ensino, outros fatores, concomitantes e combinados com outros mencionados neste texto, como, a denominada “Revolução Verde”, que, partindo dos apontamentos de Pereira (2012), marcou a década de 1950 e contribuiu para a intensificação do uso de tecnologias e equipamentos que, por sua vez, implicaram no aumento do desemprego no campo brasileiro, estimulando o êxodo para áreas urbanas.

A significativa alteração da proporção entre a densidade demográfica no campo e na cidade também é um fator a ser considerado, pois, na década de 1930, quando ocorre a ascensão do Movimento pela ruralização do ensino, a ampla maioria da população brasileira estava concentrada em áreas rurais. No entanto, na década de 1960, essa proporção altera-se significativamente, haja vista o crescimento das populações concentradas em áreas urbanas.

Outro fator a ser considerado é a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), e que teve impactos significativos na configuração do desenvolvimento econômico, inclusive do Brasil.

Além disso, esse período é marcado por medidas governamentais, especialmente durante os mandatos presidenciais de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, e de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, que estimularam o processo de instalação de indústrias no Brasil, com grande participação de capital estrangeiro, haja vista a política cambial favorável às corporações internacionais (CAPUTO; MELO, 2009; VIEITEZ, 2019).

Segundo Marques (2003), com o Golpe civil-militar de 1964, uma das medidas adotadas pelo Estado foram as políticas de incentivo à modernização da agricultura, o que gerou diversos impactos para as populações de áreas rurais, entre eles, o desemprego, resultando em fluxos migratórios para a cidade. Talvez, com esse novo direcionamento das políticas oficiais, a proposta dos ruralistas do ensino já não encontrava acolhida junto aos novos governantes.

Talvez, o Golpe civil-militar e a repressão aos movimentos sociais de trabalhadores rurais levada a termo pelos militares tenham contribuído para a redução das preocupações com as populações de áreas rurais, em especial no que se refere ao risco em relação à “agitação comunista” e ao risco de “revoluções”⁴².

No entanto, não foram encontrados dados que permitam afirmar assertivamente que esses fatores foram responsáveis pelo arrefecimento do Movimento pela ruralização do ensino. Porém, é possível fazer essa inferência.

As ideias defendidas pelo Movimento pela ruralização do ensino foram postas em circulação por uma rede de sociabilidade composta por diversos sujeitos de diferentes pontos do Brasil e também de outros países, tema do próximo capítulo.

⁴² Vieitez (2019) apresenta diversos excertos de documentos oficiais que exemplificam a preocupação, a vigilância e a repressão levadas a termo por agentes de segurança do Estado, inclusive no que se refere às áreas rurais, com vistas a identificar e debelar focos de ação de pessoas ou organizações supostamente comunistas.

2.

“A ruralização do ensino é a solução”⁴³?: sujeitos⁴⁴ movimentando ideias⁴⁵

Piracicaba, 28 - 1 - 1932.

Caríssimo Chefão Sud
Abraços.

Estou com receio de que Você, subindo, deixe a Directoria sem a realização do principal do seu programa – o coração da sua reforma: a ruralização pelas normas ruraes.

E, nesse caso, perderei a grande oportunidade que Você generosamente me offereceu.

Como é? Não queria que eu, ali, ao seu lado, sob suas ordens directas, preparasse o desfecho abreviado do seu plano?

Por outras palavras: Que eu lhe ficasse ás ordens para isso?

Saudades a todos e desculpe esta do
Thales

⁴³ Essa ideia foi defendida por Wamberto Dias da Costa em artigo publicado na *Revista do Professor* em 1936.

⁴⁴ A circulação de ideias depende de ações de sujeitos. Nesta pesquisa ressaltam-se ideias e sujeitos em circulação, pois, no caso dos ruralistas do ensino, as ideias circulavam também por intermédio dos ruralistas do ensino, que participavam ou realizavam diversas ações, principalmente, conferências, cursos, exposições sobre temáticas agrícolas, dentre outros. Ou seja, a circulação ocorria pela própria presença física de alguns sujeitos.

⁴⁵ Problematização com base em Sirinelli (2003), ao abordar a sociabilidade entre os intelectuais.

Assim como Thales de Andrade (1932), cuja carta é reproduzida como epígrafe deste capítulo, diversos sujeitos escreveram para Sud Mennucci com o objetivo de abordar assuntos relacionados à ruralização do ensino. Na carta citada, Thales de Andrade refere-se a Sud Mennucci como “Chefão” e manifesta receio de que ele deixe a Diretoria Geral do Ensino sem realizar o principal objetivo da reforma de 1932, isto é, a “ruralização das normas ruraes”, apresentada por Thales como o “coração da reforma”. Esse missivista finaliza a carta apresentando questionamentos sobre o risco de, com a eventual saída de Mennucci, não mais ser possível eles trabalharem juntos na execução desse “programa”.

Neste capítulo, apresentam-se considerações sobre essa troca de correspondência, que formava uma rede de sociabilidade estabelecida entre sujeitos que integraram o Movimento pela ruralização do ensino, bem como sobre sujeitos que manifestaram ou sobre os quais foram encontrados indícios de algum nível de afinidade com esse Movimento.

2.1 Notas sobre correspondência recebida por Sud Mennucci

Conforme apontado no capítulo I, com base na análise das fontes e em pesquisas acadêmico-científicas, Sud Mennucci ocupou papel de destaque na concepção e na circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil. Sud Mennucci era tratado como “batuta”, “mestre”, “chefão”, “maior autoridade do ruralismo” e Piracicaba, a cidade em que ele nasceu e em que desempenhou diversas atividades profissionais, foi considerada a “Meca do ruralismo”.

Considerando-se o lugar de destaque ocupado por Sud Mennucci no processo de concepção e de circulação das ideias da ruralização do ensino, pergunta-se: quem eram os sujeitos que integravam a rede de

sociabilidade de Sud Mennucci para fins de interlocuções, por intermédio de correspondência, para tratar da temática da ruralização do ensino? No que se refere à correspondência, quem eram os remetentes, quais os locais e as datas de emissão? Qual o lugar social desses sujeitos? Essas são algumas das reflexões que se pretende realizar neste capítulo.

Partindo da abordagem de “redes de sociabilidade” de Sirinelli (1998; 2003), são apresentadas considerações sobre relações estabelecidas entre sujeitos que integraram ou que manifestaram interesse pelo Movimento pela ruralização do ensino no Brasil. Para isso, foram consultados artigos publicados na *Revista do Professor*, na *Revista Brasileira dos Municípios* e, principalmente, em correspondência que compõe o arquivo pessoal de Sud Mennucci. Apresentam-se análises com base principalmente em correspondência recebida por Sud Mennucci, entre as décadas de 1910 e 1940, abordando a temática da ruralização do ensino, com vistas a identificar sujeitos (pessoas ou organizações) e suas funções/cargos (lugares sociais), bem como localidades e datas dessa correspondência.

O arquivo pessoal de Sud Mennucci indica que ele manteve contato com diversos sujeitos de diferentes localidades e recebia missivas com as mais variadas finalidades. No entanto, neste capítulo analisa-se uma média de 100 missivas selecionadas por abordarem, direta ou indiretamente, a temática da ruralização do ensino⁴⁶.

Foram identificadas missivas emitidas por sujeitos que ocupavam desde cargos mais elementares até sujeitos com cargos de comando, inclusive do primeiro escalão dos Poderes Legislativo e Executivo, das esferas municipal, estadual e federal no Brasil. Foram identificadas,

⁴⁶ No Apêndice B da Tese (MORAES, 2019a), apresenta-se quadro com 442 missivas, classificadas por sujeitos e suas funções/cargos, bem como por datas e localidades de emissão.

também, missivas de sujeitos de outros países, majoritariamente vinculados a instituições de ensino ou órgãos governamentais dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros países.

Nessa correspondência eram tratados diversos assuntos, desde os estritamente particulares até os públicos. Como exemplos, podem ser citadas missivas com pedidos de remoção, de emprego, de nomeação, de aumento de salário, de intermediação de contatos com outros sujeitos, entre outras solicitações. No Quadro 3, apresenta-se a quantidade de correspondência ordenada por década e por ano de emissão.

Década	Anos	Total por ano	Total por década
1910	Ano de 1910	1	5
	Ano de 1911	1	
	Ano de 1914	1	
	Ano de 1919	2	
1920	Ano de 1920	7	40
	Ano de 1921	5	
	Ano de 1922	2	
	Ano de 1923	2	
	Ano de 1924	11	
	Ano de 1925	5	
	Ano de 1926	1	
	Ano de 1927	1	
	Ano de 1928	2	
	Ano de 1929	4	

1930	Ano de 1931	4	199
	Ano de 1932	15	
	Ano de 1933	25	
	Ano de 1934	8	
	Ano de 1935	25	
	Ano de 1936	18	
	Ano de 1937	20	
	Ano de 1938	34	
	Ano de 1939	50	
1940	Ano de 1940	23	195
	Ano de 1941	23	
	Ano de 1942	15	
	Ano de 1943	28	
	Ano de 1944	11	
	Ano de 1945	36	
	Ano de 1946	39	
	Ano de 1947	18	
	Ano de 1948	2	
[s.d.]	-	3	3
Total geral	-		442

Quadro 3: Correspondência ordenada por década e ano de emissão.

Fonte: Fontes para o estudo da ruralização do ensino no Brasil (1910-1940) (MORAES, 2019b).

O maior número de cartas trocadas foi registrado nas décadas de 1930 e de 1940, talvez por se tratar do momento de maior atuação de Sud Mennucci na área da Educação, ocupando cargos de primeiro escalão. No entanto, a década de 1930 é a de maior frequência, talvez devido à publicação, em 1930, do livro *A Crise Brasileira de Educação* que, em 1933, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras. Além disso, em 1930 foi criado o CPP, organização da qual Mennucci foi presidente por vários anos. Em 1932, ocorreu a reforma da educação paulista protagonizada por

Sud Mennucci e a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e, em 1935, da Sociedade Luiz Pereira Barreto.

São apresentados, a seguir, três mapas⁴⁷, visando demonstrar os locais de remessas da correspondência para Sud Mennucci, separados conforme os seguintes critérios: a) municípios do Estado de São Paulo, b) Estados do Brasil e c) países do Continente Americano.

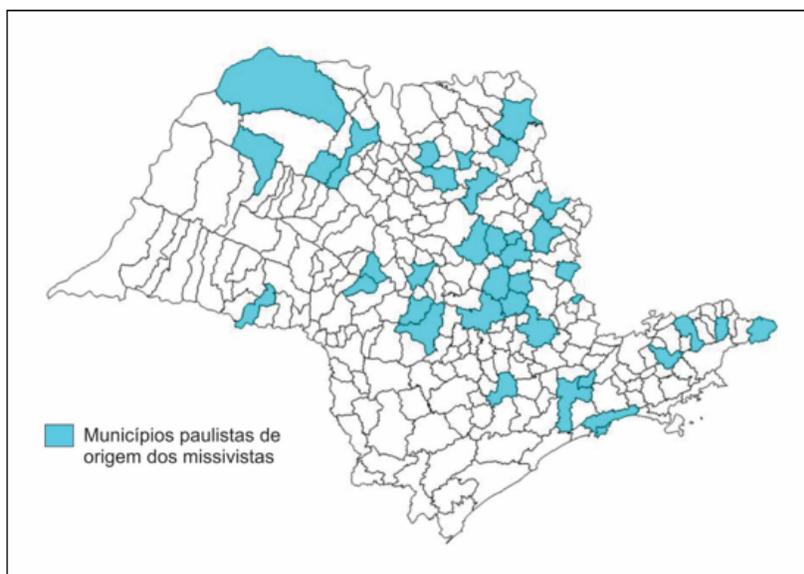


Figura 1. Mapeamento de origem dos sujeitos: Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No que diz respeito ao Estado de São Paulo, Sud Mennucci recebeu correspondência de sujeitos de – considerando-se a configuração

⁴⁷ Para a elaboração dos mapas do Estado de São Paulo e do Brasil, foi utilizada a divisão territorial vigente em 1940; mais especificamente em relação ao Estado de São Paulo, considerou-se o Recenseamento Geral de 1940 (RIO DE JANEIRO, 1950).

vigente em 1940 – 38 municípios, apresentados, a seguir, em ordem alfabética e grafados conforme constam no Recenseamento Geral de 1940: Araras, Araçatuba, Assiz, Bananal, Batatais, Baurú, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Descalvado, Pinhal⁴⁸, Franca, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos, Jaboticabal, Jaú, José Bonifácio, Limeira, Lindóia, Mococa, Piracicaba, Pirassununga, Piratininga, Pontal, Pôrto Ferreira, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto⁴⁹, Santos, São Carlos, São Manuel, São Paulo, Silveiras, Sorocaba, Tanabí e Taubaté. Sud Mennucci recebeu também correspondência de cinco distritos, quais sejam, Aguaí, Cabrália Paulista, Cerquilha, Votuporanga e Xarqueada.



Figura 2: Mapeamento de origem dos sujeitos: Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

⁴⁸ Denominado atualmente de Espírito Santo do Pinhal/SP.

⁴⁹ Denominado atualmente de São José do Rio Preto/SP.

Analisando-se as localidades dos remetentes no Brasil, constata-se que Sud Mennucci recebeu correspondência das – considerando-se a configuração vigente em 1940 – cinco regiões, de 15 estados e de um Território. Da Região Centro, Sud Mennucci recebeu correspondência procedente dos Estados de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais. Da Região Este, dos Estados da Bahia e de Sergipe. Da Região Nordeste, dos Estados de Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Da Região Norte, do Estado de Amazonas e do Território do Acre. Da Região Sul, dos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. Destaca-se que Sud Mennucci não recebeu correspondência procedente apenas dos Estados de Alagoas, do Espírito Santo, do Maranhão, do Pará e do Piauí.

Os dados levantados demonstram que ocorreu intensa circulação das ideias ruralistas na Região Nordeste do Brasil. Destaca-se, ainda, com base em cartas analisadas, certo prestígio de Sud Mennucci e do Estado de São Paulo naquela Região do país. Segundo Giesbrecht ([1997?], p. 95) “[...] as idéias ruralistas de Sud [...] [tiveram] uma repercussão muito maior no Norte e Nordeste do que no Sul do País.” Joaquim Alves, escrevendo de Fortaleza/CE, sujeito que remete recorrentes cartas a Sud Mennucci, destaca o prestígio de São Paulo naquela Região (ALVES, 1935; 1936a). Porém, no que se refere a esse prestígio, sem a intenção de deslegitimar os registros dos interlocutores, há que se considerar, também, as relações e os interesses existentes entre os sujeitos integrantes dessas redes.

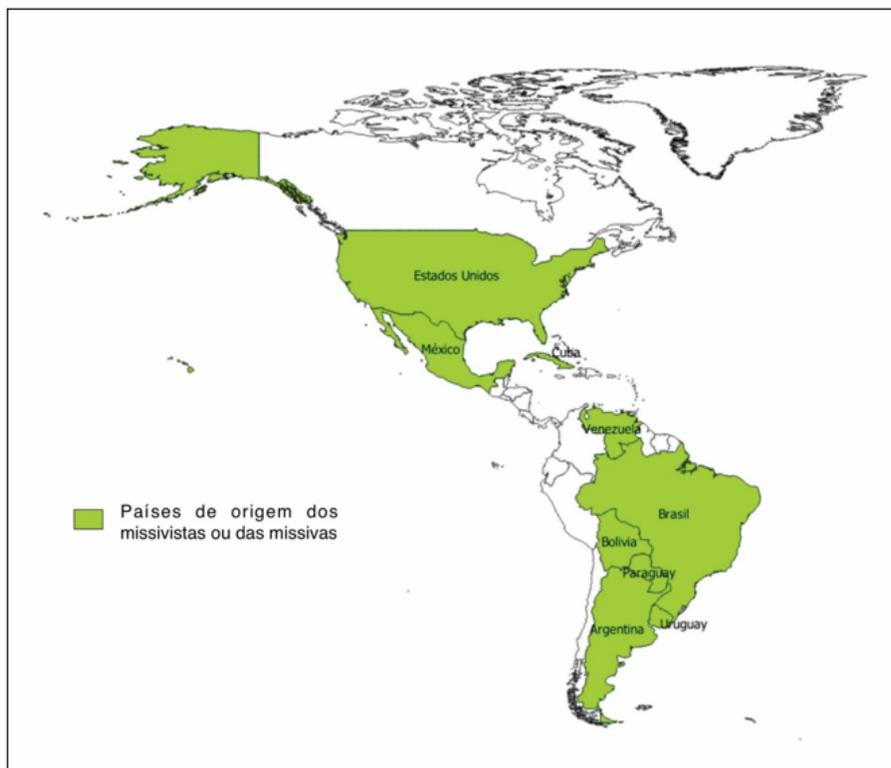


Figura 3: Mapeamento de origem dos sujeitos: Continente Americano.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os países dos quais foi enviada correspondência para Sud Mennucci são: Argentina (11 cartas), Bolívia (1), Cuba (1), Estados Unidos da América (23), México (1), Paraguai (1), Uruguai (2), e Venezuela (1). A maior frequência de origem dos remetentes foi dos EUA.

É compreensível o fato de os Estados Unidos da América apresentarem maior frequência, pois esse país era considerado e

apresentado como modelo⁵⁰ para o Brasil, nas mais variadas áreas, em especial para a área da Educação escolar, conforme problematizado no capítulo IV.

2.2 Rede de sociabilidade movimentando ideias sobre a ruralização do ensino

Neste tópico, são destacadas missivas que estão mais relacionadas, direta ou indiretamente, ao objetivo geral desta pesquisa, qual seja, a circulação das ideias sobre a ruralização do ensino. Dessa forma, são apresentadas problematizações, principalmente sobre missivas cujos remetentes foram considerados relevantes ou com alguma expressividade, seja na área da educação, seja em outras áreas.

Para apresentação deste tópico, foram realizadas segmentações, com vistas à sistematização dos dados. A correspondência disponível no arquivo foi recebida por Sud Mennucci. Assim, teve-se acesso somente ao conteúdo do que foi escrito a Sud Mennucci, não havendo, salvo algumas exceções, acesso ao conteúdo das cartas emitidas por ele.

Apresentam-se, a seguir, alguns dos sujeitos que escreveram para Sud Mennucci, com o objetivo de demonstrar, principalmente, uma rede de sociabilidade que, com base nos dados constantes no arquivo, tinha como principal temática de discussão a ruralização do ensino. A seleção e apresentação desses sujeitos foi feita conforme o lugar social⁵¹ que

⁵⁰ Pode-se inferir que uma das razões para a escolha dos Estados Unidos da América como modelo de educação para o Brasil esteja relacionada à histórica querela acerca das possíveis razões de o Brasil ser um país atrasado, estabelecendo-se relações entre esse atraso e questões étnico-culturais.

⁵¹ Em relação ao lugar social, ressalta-se que foi considerada a informação constante na correspondência. No entanto, em alguns casos, com base em dados biográficos, foi possível confirmar o lugar social de alguns sujeitos. Destaca-se, ainda, que em algumas cartas é apresentado

ocupavam e com base na ordem cronológica de data apresentada na correspondência. Com base nesse critério, percebe-se que faziam parte dessa rede de sociabilidade integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo brasileiros, das três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, sujeitos vinculados à área privada, bem como sujeitos de outros países, vinculados a setores públicos e privados. Optou-se pela apresentação, de forma separada, da educação e da agricultura, de forma a colocá-las em evidência, pelo fato de serem duas áreas-chave para os ruralistas do ensino.

2.2.1 Sujeitos vinculados ao setor público⁵²

Sud Mennucci recebeu cartas de sujeitos vinculados ao setor público das esferas estadual e municipal apresentando, por exemplo, solicitações e agradecimentos pela doação de livros, convites para proferir conferências e sobre outras questões relacionadas à educação rural. Isso evidencia a ressonância das ideias da ruralização do ensino no âmbito da política.

Na esfera estadual, destacam-se Caruso, do Gabinete do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, Francisca Rodrigues, deputada estadual de São Paulo, também conhecida como Chiquinha Rodrigues, Luís Gonzaga Novelli Junior, deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte, e Gabriel Monteiro da Silva, funcionário do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

apenas o nome ou o sobrenome de alguns sujeitos. Em alguns casos, manteve-se essa apresentação, pois não foi possível localizar outras informações para complementação.

⁵² Destaca-se que foram apresentados dados biográficos e bibliográficos de alguns sujeitos que se corresponderam com Sud Mennucci ou que foram mencionados nessas missivas. Sobre alguns sujeitos, ou não foram recuperadas informações, ou esses sujeitos não foram, devido à falta de dados, considerados relevantes.

Caruso, do Gabinete do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, em 1939, faz menção ao Dr. Carlos Barbosa de Oliveira, engenheiro e professor no Rio de Janeiro, com quem conversou “[...] sobre o próximo congresso de ensino internacional, a efetuar-se no Rio e a conversa cabeceou para o ensino rural, de quem ele é apologista. Falei a teu respeito; conhece-te, mas não leu a ‘Crise Brasileira de Educação’ e pediu-me que a obtivesse de ti.” (CARUSO, 1939a, p. 2). Menciona ainda a viagem do citado engenheiro pelo interior de São Paulo. Em carta posterior, Caruso consulta Mennucci sobre a recepção do pedido de exemplar do livro *A Crise Brasileira de Educação* para o Dr. Carlos Barbosa de Oliveira e reitera a importância de atender ao pedido, pois o Dr. Barbosa de Oliveira era professor da “Esc. Pol. do Rio” e de outras escolas, e tinha circulação internacional, tendo realizado conferência, proferida em francês na Universidade de Sorbonne, sobre a seca do Ceará (CARUSO, 1939b).

A deputada Francisca Rodrigues, em 1939, envia missiva a Sud Mennucci informando que a caravana cultural denominada “Bandeira Paulista da Alfabetização”, atendendo à solicitação do Dr. Juan Oscar Griot, diretor do Ginásio Lyceu de Durazno, do Uruguai, iria doar 500 livros brasileiros a esse Ginásio, e para tanto solicitava a colaboração de Mennucci com doação de alguns de seus livros (RODRIGUES, 1939). A deputada e Sud Mennucci estiveram em Porto Alegre em 1935, integrando a “Bandeira Paulista de Alfabetização”, presidida por ela e integrada por outros educadores, além de Mennucci, como Gracita de Miranda Caiuby, e pelo pianista Tabacow (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1935a). Como parte das atividades dessa caravana, Mennucci ministrou palestra sobre o “Ensino rural”, destacando, entre outros assuntos, que “[...] o primeiro erro da agricultura no Brasil foi a escravidão negra. Os escravos tinham

horror ao trabalho, o mesmo se dando, com muito maior razão, com os brancos.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1935b).

O deputado por São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Novelli Junior, em carta enviada no dia 2 de maio de 1946, do Rio de Janeiro, agradece a Sud Mennucci pela remessa dos seus “magníficos trabalhos” sobre o ensino rural e ressalta que esses trabalhos irão auxiliá-lo na preparação de seu próximo “discurso na Constituinte” (NOVELLI JÚNIOR, 1946). Os dados indicam que esse deputado vinha denunciando, na Assembleia Constituinte, o ensino inadequado oferecido nas escolas rurais (SOUSA, 1950).

Gabriel Monteiro da Silva, funcionário do Palácio do Catete, em carta de 1946, do Rio de Janeiro, solicita a Sud Mennucci “belos e oportunos trabalhos sobre educação ruralista”, para atender ao pedido de Novelli (SILVA, 1946). Pode-se inferir que essa carta tenha alguma relação com a correspondência emitida pelo deputado Novelli Júnior citado anteriormente.

Sud Mennucci recebeu cartas de alguns prefeitos⁵³, como, Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, de Piracicaba/SP, e Antonio Alves de Toledo, de Bebedouro/SP. Recebeu também cartas de pessoas que escreveram em nome de prefeitos, como Plínio Travassos dos Santos, de Ribeirão Preto/SP, e Claudino Dias de Sousa, de Barra do Piraí/RJ. Tanto os prefeitos quanto as demais pessoas que escreveram em seus nomes apresentaram interesse pelas ideias ruralistas, efetuaram convites para Sud Mennucci proferir palestras, bem como agradeceram a doação de livros de autoria desse educador.

⁵³ Além desses prefeitos, Sud Mennucci recebeu cartas de outros convidando-o para proferir palestras sobre o recenseamento, educação rural e outros assuntos.

Claudino Dias de Sousa, secretário da Prefeitura da Barra do Piraí/RJ, em carta de 19 de maio de 1939, escrita em nome do prefeito, informa o recebimento de carta de Sud Mennucci, indica o melhor trajeto para Juiz de Fora sem passar pelo Rio de Janeiro e solicita um livro com dedicatória, não indicando um título específico (SOUSA, 1939a). Os dados levantados indicam que esse pedido foi atendido, pois, em carta de 26 de maio de 1939, Claudino apresenta agradecimentos a Sud Mennucci pela oferta de cinco livros (SOUSA, 1939b).

Antonio Alves de Toledo, vinculado à Prefeitura de Bebedouro/SP, em carta de 31 de julho de 1939, agradece a Sud Mennucci pela oferta do livro *Brasil Desunido* e elogia Mennucci pela sua produção bibliográfica (TOLEDO, 1939). Outro prefeito, Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, de Piracicaba/SP, em carta de 23 de agosto de 1939, convida Sud Mennucci a pronunciar conferência no dia 7 de setembro desse mesmo ano em Piracicaba (PINTO, 1939).

Plínio Travassos dos Santos, vinculado à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP, em 1938, agradece o envio do livro *A Crise Brasileira de Educação* (um exemplar para Plínio e dois para a Biblioteca da Caixa Escolar Municipal) e informa ter efetuado a leitura desse livro. Menciona ter enviado um de seus trabalhos para Mennucci e solicita um parecer. O remetente manifesta preocupação com a melhoria das escolas rurais e diz contar com a colaboração de Sud para a biblioteca (SANTOS, 1938). Em carta enviada em 1942, escreve informando que o Dr. Fábio Barreto, prefeito desse município, “está interessado na reforma do ensino municipal, principalmente para poder dar devida orientação ao ensino rural” e, por essa razão, queria realizar contato com Sud Mennucci para tratar dessa reforma. Plínio Travassos menciona as “virtudes de ruralista” de Mennucci e diz ter-lhe enviado artigo intitulado “Sugestões para a maior eficiência das escolas primárias”, publicado na *Revista do Arquivo*

Municipal. Cita a intenção do prefeito de Ribeirão Preto/SP de “libertar quanto possível o ensino rural municipal do estadual” e melhorar os vencimentos dos professores rurais. Para isso pretendia estabelecer entendimento com o Dr. Fernando Costa. O remetente informa ter doado ao Dr. Fábio Barreto o livro *A Crise Brasileira de Educação*. Por último, menciona o Decreto nº 20.108⁵⁴, publicado no Diário Oficial (SANTOS, 1942).

2.2.2 Sujeitos vinculados à área da Educação

Em relação aos sujeitos vinculados à área da Educação que enviaram missivas a Sud Mennucci abordando a temática da ruralização do ensino, foram identificados, também, sujeitos vinculados à esfera federal, estadual e municipal. Nas cartas, esses sujeitos abordaram especialmente estratégias visando à circulação e à implementação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino, entre outros assuntos.

Em âmbito federal, destaca-se J. Moreira de Sousa, que também ocupou cargos no âmbito estadual, como, o de Diretor Geral do Ensino no Ceará. Em 1935, J. Moreira de Sousa escreveu duas cartas para Sud Mennucci. Na primeira, datada de 8 de abril, tece elogios à atuação de Sud Mennucci e informa ter obtido o livro *Rodapés*, bem como três exemplares da *Revista do Professor*⁵⁵ que apresentam textos sobre o “1º Congresso Brasileiro de Ensino Regional” (SOUSA, 1935a).

⁵⁴ Possivelmente, esteja fazendo referência ao Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931, que “Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.” (BRASIL, 1931), assunto mencionado em outras cartas.

⁵⁵ Possivelmente esteja fazendo menção ao número 8 da *Revista do Professor*, referente ao período de dezembro de 1934 a janeiro de 1935.

Já na segunda carta, datada de 8 de novembro, menciona a articulação com o deputado Monte Arrais, da bancada cearense, acerca de um “esboço de um projeto de lei, a ser apresentado, no Congresso Nacional, autorizando o Poder Executivo a criar, em cada Estado do Brasil, uma Escola Normal Rural, de tipo superior”. Informa que presenteou esse deputado com o livro *A Crise Brasileira de Educação* e que ele havia lido esse livro e estava interessado na discussão sobre a ruralização do ensino. Menciona Raul Bittencourt, da Comissão de Educação da Câmara, da bancada do Estado do Rio Grande do Sul, acerca de articulações ruralistas a serem apresentadas por ocasião da discussão do Plano Nacional de Educação. J. Moreira de Sousa (1935b, p. 2) destaca: “Precisamos fazer que o caso estoire no Congresso.”. O desejo de que o caso “estoire no Congresso” demonstra articulações que ruralistas do ensino efetuavam em diferentes instâncias, inclusive entre ocupantes de cargos no legislativo. Nessa correspondência, solicita exemplar do livro *A Crise Brasileira de Educação*, cópia de conferência na A.B.E. e outros materiais sobre ruralismo. Informa que a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE está em pleno funcionamento e que a Semana Ruralista foi um sucesso. Faz menção à necessidade de empenho para que a ortografia simplificada seja implementada na prática. Além disso, menciona a repercussão da palestra de Sud no Rio Grande do Sul: “Vi pelos jornais, que a idéia do ruralismo esteve luminosamente em foco, nas cochilas, pelo seu verbo ardente e empolgante. Não se está certo da ardência e empolgância de seu verbo, quando prega ruralismo.” (SOUSA, 1935b, p. 2).

Em relação a sujeitos da esfera estadual, destacam-se Joaquim Alves, inspetor regional do ensino, Maximo de Moura Santos, vinculado ao Departamento da Educação de São Paulo, e Rubens Falcão, diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro.

Joaquim Alves⁵⁶ atuou como inspetor regional do ensino, integrou o Instituto do Ceará, escreveu livros sobre o Vale do Cariri e sobre as secas do Ceará e publicou, na *Revista do Professor*, artigos intitulados “Ensino profissional rural” (1936b) e “Organização escolar” (1937).

Entre os anos 1935 e 1939, Joaquim Alves escreveu, de Fortaleza/CE, seis cartas para Sud Mennucci. Nessas cartas faz referência a Mennucci como “mestre” (ALVES, 1935) ou “amigo” (ALVES, 1939a) e aborda assuntos como a passagem de Sud Mennucci pelo Ceará e a passagem de Amalia Xavier por Fortaleza (ALVES, 1938a).

Joaquim Alves apresenta, também, informes sobre o desenvolvimento da ruralização do ensino na cidade de Fortaleza/CE. Em carta enviada em 1938, destaca: “O movimento ruralista arrefeceu um pouco. Em visto ser necessario uma nova organização para a localização das escolas providas por professoras ruralistas, o que não tardará.” (ALVES, 1938a). Já em missiva de 4 de dezembro de 1939, ressalta: “O movimento rural aqui continua platonicamente. Só a Escola Normal Rural trabalha, formando turmas de professoras ruralistas. A deste ano já colou o seu ultimo grão. Surgiu uma literatura ruralista nos sertões de Tauá, a Escola Fazenda.” (ALVES, 1939b). Em carta de 1935, faz referência a alguns textos enviados a Sud Mennucci: “Muito me agradou, saber que os trabalhos que lhe enviei sobre ruralismo, agradaram ao mestre [...]”. Faz

⁵⁶ Joaquim Alves de Oliveira nasceu em Jardim/CE, no dia 10 de fevereiro de 1894, e faleceu em Fortaleza/CE, no dia 8 de junho de 1952. Formou-se em Odontologia em 1920. Atuou como odontologista por um tempo, porém, durante a maior parte de sua vida, dedicou-se ao magistério público e particular. Atuou como inspetor regional do ensino e foi professor catedrático do Instituto de Educação Justiniano de Serpa e da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Integrou a Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, conhecido como Instituto do Ceará. Escreveu livros sobre o Vale do Cariri e sobre as secas do Ceará. Foi considerado um dos “naturalistas da Academia Cearense de Letras” (PAIVA, [s.d.]).

menção ao Estado de São Paulo como referência modelar: “O que não é aceito ahi, não repercute aqui. Foi e continua sendo assim as cousas do nosso Brasil.” (ALVES, 1935).

Em carta⁵⁷ de 29 de agosto de 1936, Joaquim Alves, vinculado ao Departamento de Educação de Fortaleza/CE, informa Mennucci sobre a reassunção de funções junto ao Departamento de Educação. Envia dois números do *Jornal do Commercio de Recife* e do último número da *Revista de Geografia e Historia do Ceará*. Informa, ainda, a recepção de números da *Revista do Professor* com “trabalhos” de sua autoria e solicita outros números dessa Revista. Agradece pela publicação de seu capítulo “Introdução á Ciências Geograficas” “na sua Revista do Professor” e informa que está em composição o terceiro número da “Revista de Geografia e Historia do Ceará”. Além disso, apresenta informação sobre a intenção do governo do Estado do Ceará de criar uma “Secção de Ensino Rural”:

O Governador do Estado pretende criar uma Secção de Ensino Rural e, segundo estou informado, serei o seu diretor. Como São Paulo é o nosso lider ruralista, tendo como mentor o velho mestre Sud, encareço a v. a remessa do que houver ahi sobre o assunto e bem assim, sobre a organização do ensino em geral, pois devo fazer um estudo sobre o que se passa no sul e necessito de mais dados sobre o grande São Paulo, que mais fiquei admirando depois de minha visita. (ALVES, 1936a, p. 1)

Essas cartas indicam a proximidade de Joaquim Alves com Sud Mennucci, além de demonstrar a circulação de Mennucci pelo Brasil. Nessas cartas, Joaquim Alves menciona autores de livros sobre as secas no

⁵⁷ Consta no cabeçalho dessa carta: “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”.

Ceará e faz menção ao Dr. Thomaz Pompeu Sobrinho⁵⁸, também considerado um dos “naturalistas da Academia Cearense de Letras” (PAIVA, [s.d.]).

Maximo de Moura Santos, chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, do Departamento da Educação de São Paulo, remete duas cartas a Sud Mennucci em 1939, e em ambas o convida para escrever artigo na *Revista de Educação* (SANTOS, 1939a; 1939b). No entanto, em uma dessas cartas solicita que Mennucci prefira “[...] tema referente á ruralização do ensino.” (SANTOS, 1939a).

Juntamente com Sud Mennucci, Maximo de Moura Santos, fundara no município de São Paulo, em setembro de 1928, o *Gymnásio Moura Santos* (GIESBRECHT, [1997?]). Moura Santos também é mencionado por Joaquim Alves em uma de suas cartas, por lhe enviar publicações do Departamento de Educação de São Paulo (ALVES, 1939b).

Destaca-se que em discurso⁵⁹ inaugural na Semana Ruralista de Franca, realizada em 1935, Maximo de Moura Santos refere-se a São Paulo como o “Estado Pioneiro” do Movimento pela ruralização do ensino e aponta a necessidade da propaganda desse Movimento entre as elites (RURALISMO, 1935).

Rubens Falcão⁶⁰ foi diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, chefe da Inspeção de Especialização em Educação de Adultos,

⁵⁸ Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho nasceu e faleceu em Fortaleza/CE, respectivamente em 16 de novembro de 1880 e 9 de novembro de 1967. Integrou a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará. Escreveu diversos livros sobre “açudagem, fisiografia, agropecuária, secas e antropologia” (PAIVA, [s.d.], p. 80).

⁵⁹ Esse discurso foi publicado na *Revista do Professor*, em 1935.

⁶⁰ Rubens Falcão nasceu em Baturité/CE no dia 10 de novembro de 1901 e faleceu em Niterói-RJ no dia 19 de fevereiro de 1995 (CPDOC/FGV).

Secretário de Educação e Cultura, consultor jurídico da Secretaria do Interior e Justiça, Procurador do Estado, chefe de Relações Públicas da Campanha de Alfabetização e Educação dos Adultos do Departamento Nacional de Educação, membro da delegação do Ministério da Educação e Cultura ao Congresso Interamericano de Educação de Base reunido em São Paulo, dentre outros. Entre 1942 e 1943, o mencionado diretor escreveu duas cartas para Sud Mennucci. Em uma delas solicitou que Sud Mennucci contatasse a professora Noêmia Saraiva para verificar se ela aceitava ministrar curso sobre atividades rurais (FALCÃO, 1942). Além desse convite, expressou interesse em que D. Noêmia Saraiva visitasse a Escola Típica Rural de Resende/RJ. Informou, também, a realização de “uma exposição com produtos dessas escolas” (FALCÃO, 1943). A menção à Escola Típica Rural não era fortuita, devido à relevância dessa modalidade de escola primária à época. A esse respeito, são esclarecedoras as afirmações de J. Moreira de Sousa (1950, p. 1100), em artigo publicado na *Revista Brasileira dos Municípios*:

O Estado do Rio de Janeiro inaugurou, com resultados surpreendentes, as suas conhecidas escolas típicas rurais⁶¹, já hoje famosas, tão boas que são tomadas como modelo pelos interessados que as visitam. Dêsse tentame nos deu notícia, em Goiânia, e em substancioso relatório, depois, o Sr. RUBENS FALCÃO, ao tempo Diretor do Departamento de Educação do Estado.

Quanto a remetentes da esfera municipal, destacam-se Apiegio Gonzaga, vinculado à Escola Normal Masculina de Artes e Ofícios; Cyro de Freitas Gaia; Wamberto Dias da Costa; Basílio de Magalhães; Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, diretora do Grupo Escolar Rural do Butantan de

⁶¹ Sobre as Escolas Típicas Rurais do Rio de Janeiro, ver Barros (2012).

São Paulo/SP; Amalia Xavier de Oliveira, diretora da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE; Manoel Rodrigues Lourenço, diretor do Grupo Escolar Rural “Dois Corregos”; Manoel Alves de Almeida, diretor da Escola Profissional Rural de Rio Verde/GO; José Cardoso e, por fim, Ulysses Freire da Paz, inspetor escolar.

Apiegio Gonzaga, vinculado à Escola Normal Masculina de Artes e Ofícios, em carta de 30 de janeiro de 1933, município de São Paulo, faz referência a Sud Mennucci como “boníssimo amigo” e se apresenta como adepto da ruralização do ensino (GONZAGA, 1933). Dos remetentes das 442 cartas e telegramas analisados, Apiegio Gonzaga foi o único a se apresentar declaradamente como adepto da ruralização do ensino. Analisando-se outras cartas, essa adesão fica subentendida, porém não apresentam afirmação como a deste remetente.

Cyro de Freitas Gaia⁶², em carta escrita em 1935, de Santos/SP, considera necessário “dar às escolas uma feição pratica”, de forma que elas não sejam apenas um local “para preparar eleitores...” e apresenta a ruralização do ensino como “movimento de renovação escolar”. O remetente destaca ainda o ímpeto atuante dos defensores da escola ruralizada: “Assim é fazer ruralismo, com trabalho e ação e não com palavras.” (GAIA, 1935, p. 1). Em 1929, Cyro Gaia publicara, na *Revista Educação*, artigo intitulado “A escola primária no littoral”, apresentando a defesa de uma escola primária que oferecesse aos alunos formação profissional, industrial ou artística, de acordo com o “espírito regional [sic]” (GAIA, 1929). Em carta posterior, esse remetente aborda a questão do censo das escolas primárias (GAIA, 1940).

⁶² Não foram localizadas informações biográficas deste remetente.

Outro interlocutor foi Wamberto Dias da Costa⁶³ que, em correspondência datada de 1935, registra elogios ao livro *A Crise Brasileira de Educação* e à atuação de Sud Mennucci, apresentado como “patrono dessa causa [a ruralização do ensino], o Bandeirante da Luz”. O remetente ressalta, ainda, a importância das Escolas Normais Rurais e do professor rural (COSTA, 1935).

Ainda sobre a defesa das Escolas Normais Rurais, Wamberto Dias da Costa, em artigo publicado em 1936 na *Revista do Professor*, defende a implementação dessas escolas e a ruralização do ensino como solução para os problemas do Brasil. Para esse remetente “A ruralização do ensino é a solução que nos ocorre como medida imediata, salvadora dessa lacuna que nos prepara para a ruína.” (COSTA, 1936, p. 18).

Ao tecer comentários sobre os problemas sanitários do Brasil, Wamberto Dias da Costa cita Belisário Pena, apresentado mais adiante. Além disso, menciona o serviço militar obrigatório como uma das causas do êxodo rural e defende o serviço militar regional. Segundo esse remetente, isso é importante para que não ocorra o “fechamento de fazendas por falta de braços” (COSTA, 1936, p. 18).

As discussões apresentadas por Wamberto Dias da Costa demonstram que as pretensões dos ruralistas do ensino extrapolavam o âmbito da educação, haja vista a necessidade e o empenho deles para conquistar adesão de sujeitos – pessoas ou organizações públicas ou privadas – nas esferas municipal, estadual ou federal.

Em carta escrita no ano de 1936, firmada no Rio de Janeiro, Basílio de Magalhães destaca o sucesso da “bela evangelização ruralista” e o protagonismo de São Paulo na difusão dessas ideias, referindo-se a

⁶³ Não foram localizadas informações biográficas deste remetente.

Piracicaba como a “mecca do ruralismo no Brasil” (MAGALHÃES, 1936a).

Esse remetente informa o empenho da imprensa e de “amigos” – como, “Manéco”⁶⁴, auxiliar do “dr. Luiz Piza Sobrinho” – na “cruzada” ruralista (MAGALHÃES, 1936a). Informa que efetuou duas conferências “patrióticas”, sendo uma sobre “Caxias” e outra sobre “José Bonifácio”. Diz ter mencionado Sud Mennucci e seus trabalhos nessas palestras e também que existia a probabilidade de ele ministrar uma nova conferência sobre a ruralização do ensino na “Associação dos Amigos de Alberto Torres” (MAGALHÃES, 1936b).

Basílio de Magalhães destaca, ainda, a importância de se considerar a “civilização praieira” para o desenvolvimento nacional e informa que discorreu sobre “Civilização rural e civilização praieira do Brasil” na Associação Brasileira de Educação (MAGALHÃES, 1936a; 1936b). A cruzada ruralista significava a atuação presente e efetiva de educadores, intelectuais e administradores em prol desse ideário.

Como bem expressou Basílio de Magalhães, “Precisamos, portanto, de uma renascença da physiocracia do século XVIII e de ler e reler, como um breviário cívico, as páginas lapidares, que a visão genial do Alberto Torres perpetuou, ha vinte-e-um annos, em ‘As fontes de vida no Brasil’.” Além de Alberto Torres, o remetente menciona Augusto Comte (MAGALHÃES, 1936a). Conforme mencionado no capítulo I, esses autores figuram entre as principais referências dos ruralistas. Outro importante sujeito mencionado por Basílio de Magalhães foi Luiz Piza

⁶⁴ Giesbrecht ([1997?]) faz referência a uma pessoa apresentada como “Maneco”, que era cunhado de Sud Mennucci; provavelmente, o remetente esteja fazendo referência a essa pessoa.

Sobrinho⁶⁵ que foi secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo e patrono da “Sociedade Luiz Pereira Barreto”.

Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, recorrentemente apresentada como Noêmia Saraiva, diretora do Grupo Escolar Rural do Butantan de São Paulo/SP, em 1937, envia telegrama a Sud Mennucci, informando que o “GRUPO ESCOLAR RURAL BUTANTAN ALCANÇOU OUTRA VEZ PRIMEIRO PREMIO AVES EXPOSICAO NACIONAL ANIMAES.” (CRUZ, 1937, grifos da autora).

Conforme visto anteriormente, Noêmia Saraiva foi uma ruralista do ensino com intensa atuação nas atividades de circulação do Movimento pela ruralização do ensino. Em várias das cartas analisadas, há diversas menções a “D. Noemia Saraiva”. No entanto, chama a atenção o fato de haver apenas uma correspondência de Noêmia Saraiva para Sud Mennucci, haja vista a quantidade de cartas emitidas por outros ruralistas do ensino. Outro fato que chama a atenção é que, como apontado em carta de Rubens Falcão, Mennucci teve dificuldades em contatar Noêmia Saraiva em determinada situação.

Amalia Xavier de Oliveira⁶⁶, diretora da primeira Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE, em carta de 25 de janeiro de 1938, dá ciência do desenvolvimento da ruralização do ensino no Ceará. Informa

⁶⁵ Piza Sobrinho é também mencionado por Sud Mennucci (1935) no livro *Pelo Sentido Ruralista da Civilização*, quando apresenta carta que Sobrinho enviou a Cantídio de Moura Campos, Secretário da Educação e Saúde Pública. Além disso, Piza Sobrinho proferiu diversas conferências ou discursos sobre o “problema” agrário do Brasil, como, por exemplo, discurso pronunciado em sessão de 19 de junho de 1946, na Assembléia Constituinte (O PROBLEMA..., 1946; PIZA SOBRINHO, 1946).

⁶⁶ Amalia Xavier de Oliveira nasceu e faleceu em Juazeiro do Norte/CE, respectivamente, em 5 de abril de 1904 e 5 de dezembro de 1984. Diplomou-se pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, sob a direção do Professor Lourenço Filho. Atuou como professora e diretora de Grupo Escolar em Juazeiro do Norte-CE, além de ter sido diretora da primeira Escola Normal Rural do Brasil. Para mais informações sobre Amalia Xavier, ver Nogueira (2008).

negociação de terreno “onde os alunos poderão trabalhar à vontade.”, e onde também serão feitas “diversas demonstrações” para o “nosso homem do campo”. Relata que o livro de “D. Noemia” foi incluído na bibliografia adotada pelo “Departamento de Educação do Ceará. É mais um passo agigantado que a nossa terra dá, na estrada do ruralismo.” (OLIVEIRA, 1938).

Em carta de 20 de abril de 1948, informa a Sud Mennucci que seria realizada, de 25 a 31 de maio daquele ano, em Juazeiro do Norte, a “3ª Semana Ruralista Brasileira, patrocinada pelo Ministério da Agricultura”, destacando que Mennucci comporia a Comissão de honra do evento. Solicita a presença de “ilustres” representantes do Ministério da Agricultura. Faz menção à necessidade de se educar e enaltecer o homem do campo e “que no sólo brasileiro repousa a maior parte da Nação.” (OLIVEIRA, 1948).

Manoel Rodrigues Lourenço⁶⁷, diretor do Grupo Escolar Rural “Dois Corregos”⁶⁸, estabelecimento subordinado à Delegacia de Ensino de Piracicaba, escreve para Sud Mennucci em 27 de abril de 1938, tratandoo como “caro e bondoso colega” e ressalta:

Satisfeitíssimo com a queda, de um grande trecho da muralha que tenta impedir a onda do ruralismo profícua e necessária para um País que depende do braço agrícola, venho lembrar-lhe a conveniência de uma reforma do decreto celebre (8.951); acho que não deve haver grande facilidade para a criação dos Grupos rurais devido à sinceridade de

⁶⁷ Remetente assina como Lourenço, porém, com base no conteúdo dessa missiva, infere-se que seja Manoel Rodrigues Lourenço, segundo Moraes (2014), diretor do Grupo Escolar Rural “Dois Corregos”. A grafia dessa carta é de difícil compreensão.

⁶⁸ O Grupo Escolar Rural “Dois Corregos”, posteriormente denominado Grupo Escolar Rural “Pedro Morais Cavalcanti”, funcionou em Piracicaba e suas atividades ruralísticas enfatizavam a policultura (MORAES, 2014).

muitos colegas, pois, o ruralismo aparece e desaparece no coração e conceito de muitos conforme a “opinião” do Diretor de Ensino; *basta um boato de que o amigo Sud está de cima, é ‘provável’, ou que haja uma possibilidade de um outro Chefe, para brotar relatórios, canteiros semelhantes à sepultura de uma sinceridade*, etc. *Precisamos muita cautela; os vencimentos também transformam os Lourencistas ou Almeidistas em Sudistas de um instante para outro; já temos provas dos merecedores e capazes, a estes o [ilegível] merecido do esforço e perseverança. Na parte referente a vencimentos o decreto deve conceder, mesmo sem desdobramento cuja inutilidade pesa provas, a qualquer tempo, 200\$ ao diretor 100\$ ás adjuntas e 50\$ as serventes. O acréscimo ao diretor justifica-se pelo mais trabalho e preparo das coisas [ilegível] que deva possuir, após a responsabilidade da eficiência do Grupo já na sua função alfabetizante, já no ponto de vista ‘ruralista’ melhorando o padrão de vida do morador do campo.*

Enfim, caro amigo, como para a reorganização dos municípios não devemos deixar escapar a ocasião; li e gostei da entrevista sobre o assunto, a (Folha da noite). (LOURENÇO, 1938, p. 1, grifos nossos)

Essa carta contribui para exemplificar a existência de grupos e disputas, em diversos setores ou instâncias, que ocorriam, à época, na área da educação, bem como a preocupação dos ruralistas do ensino com riscos de perderem espaço em decorrência dessas disputas. Alguns dos apontamentos de Lourenço ajudam a compreender que a adesão ou o envolvimento dos professores com a ruralização do ensino variava conforme os benefícios ou o poder de coação ou coerção de ruralistas do ensino ocupantes de cargos-chave, como, o de diretor do Departamento de Educação.

Carmusina Monte Arraes, vinculada à Escola Normal Rural de Limoeiro/PE, em carta datada de 30 de outubro de 1938, menciona que uma carta trocada com Sud Mennucci foi “um incentivo ao [...] crescente

trabalho pela ‘Voz do Campo’.” e envia alguns exemplares desse impresso a Mennucci. Relata empenho da diretora da sua escola na difusão da “causa dignificante da orientação ruralista do ensino no Brasil.” Essa remetente ressalta, ainda, que o “Espírito que sonha com o soerguimento do Brasil pela conquista da idéa ruralista, o vosso nome faz parte do numero de um de nossos mais brilhantes amigos e ‘Voz do Campo’ foi o élo que reuniu os nossos sentimentos pelo intercambio de idéas.” (ARRAES, 1938, p. 3).

Manoel Alves de Almeida, “diretor e proprietário” da Escola Profissional Rural de Rio Verde/GO, escreve três cartas para Sud Mennucci para tratar de assuntos relacionados à ruralização do ensino, como, a 1ª e 2ª Semanas Ruralistas (ALMEIDA, 1939a), o 1º Congresso Normalista de Ensino Rural (ALMEIDA, 1945), dentre outros. Em carta de 14 de março de 1939 solicita que o Ministério da Agricultura envie à Escola Profissional filmes sobre agricultura, criações e indústrias, a exemplo do que ocorrera em 1937, quando foi realizada a 1ª Semana Ruralista de Rio Verde/GO. Nessa ocasião Sud Mennucci integrava a Diretoria de Publicidade Agrícola, do Ministério da Agricultura. Além disso, Manoel Alves de Almeida (1939a, p. 1) convida Sud para participar da 2ª Semana Ruralista e afirma:

Sabendo de sua grande visão e profundo conhecimento dos assuntos ruralistas de nossa terra, eis que teria imenso prazer em poder obter sua valiosa colaboração nesse certamen, onde estudaremos varios assuntos presos á vida rural, procurando dar orientação a muitos deles, servindo assim áqueles que obscuramente constróem a base da economia nacional.

Em carta de 29 de maio de 1939, Manoel Alves de Almeida informa Sud Mennucci que, “graças á falta de auxilios dos Poderes

Estaduais e Municipais”, não foi possível realizar a pretendida 2ª Semana Ruralista. Destaca que a escola, “fruto da idéia torreana”, está localizada em um “meio hostil” e que a “obra ruralista ainda encontra sérios obstáculos” (ALMEIDA, 1939b). A questão das dificuldades enfrentadas pelos ruralistas do ensino para consecução de suas ideias está presente em diversas missivas.

José Cardoso, outro missivista, nos anos de 1939 e 1946, escreve sete cartas a Sud Mennucci. Em carta de 2 de maio de 1939, de Rio Claro/SP, solicita o envio do livro de autoria de Sud Mennucci – com dedicatória – sobre Luís Gama⁶⁹, para preparo de palestra prevista para o dia 13 de maio de 1939, a convite da diretoria do Ginásio Municipal “Joaquim Ribeiro” (CARDOSO, 1939a). Em carta posterior, de 16 de maio desse mesmo ano, o remetente informa a recepção desse livro e a sua utilização na palestra mencionada (CARDOSO, 1939b). Outro livro de autoria de Sud Mennucci mencionado de forma elogiosa nas cartas de José Cardoso é *A Crise Brasileira de Educação* (CARDOSO, 1939a; 1939b; 1939e).

Em carta de maio de 1939, José Cardoso registra a intenção de convidar Mennucci para realização de uma “conferência pública” no município de Rio Claro/SP (CARDOSO, 1939a). Essa intenção foi concretizada, pois, em cartas de 7 e de 9 de agosto desse mesmo ano, o remetente menciona de forma detalhada a organização e os preparativos para receber Sud Mennucci em 12 de agosto de 1939 para ministrar uma conferência (CARDOSO, 1939c; 1939d). Além dessa conferência, José Cardoso assinala “uma grande movimentação” que irá organizar em Pirassununga. Nessa atividade, turmas de normalistas e professores de Rio

⁶⁹ Livro de autoria de Sud Mennucci, intitulado *O precursor do abolicionismo* (1938).

Claro e de São Manuel irão visitar a Escola Normal e a Escola Agrícola “Dr. Fernando Costa” (CARDOSO, 1946b).

Em carta de 17 de julho de 1946, José Cardoso, então vinculado à Escola Normal Oficial de São Manuel/SP, solicita ajuda de Sud Mennucci para a organização da biblioteca, cedendo “algo que possa ser útil a essa organização”. Pede informações sobre o interventor Dr. Macedo Soares, a quem pretende homenagear como patrono dessa biblioteca. Faz menção às “fubecadas do Elisiário” a Mennucci: “Viu as fubecadas do Elisiário à sua pessoa? Não gostei delas. Será que é o Elisiário mesmo quem está falando, ou há alguém por detrás dêle, alguém com ciume da obra que, no setor educacional e no plano da ruralização, já realizou o autor de ‘A crise brasileira de educação?’” (CARDOSO, 1946a, p. 2). Essa correspondência, assim como outras, contribui para indicar a existência de conflitos, internos ou externos ao círculo dos ruralistas do ensino.

Em relação às “fubecadas” destinadas a Sud Mennucci, é interessante observar o que aponta Sirinelli (2003, p. 250) sobre a possibilidade de existência de conflitos ou disputas de variadas ordens entre intelectuais ou sujeitos participantes de uma determinada rede de sociabilidade: “A atração e a amizade e, *a contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo.” Vale ressaltar que diversas cartas contêm apontamentos ou relatos de conflitos e disputas envolvendo diversos assuntos – pessoais ou profissionais, privados ou públicos –, inclusive sobre a questão da ruralização do ensino.

Ulysses Freire da Paz, inspetor escolar, em 20 de junho de 1945, escrevendo de Nova York, informa ter visitado algumas instituições de ensino – “Institute of International Education”, “Columbia University” e “Teachers College” – e que foi apresentado com diversas publicações

interessantes (PAZ, 1945a). Em artigo publicado nesse ano na *Revista do Professor*, apresenta discussão sobre problemas rurais, como condições de habitação do professor na zona rural (PAZ, 1945b). Os problemas apontados por Ulysses Freire da Paz incluem temas abordados pelos ruralistas do ensino.

2.2.3 Sujeitos vinculados ao setor da agricultura

Alguns sujeitos com vinculação direta com a agricultura, área central para os ruralistas do ensino, também se corresponderam com Sud Mennucci. Apresentam-se, a seguir, Henrique F. G. Sauer, Nilo de Albuquerque de Mello e Ayres Azevedo.

Henrique F. G. Sauer, professor de Entomologia na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG, em carta de 24 de janeiro de 1936, menciona a difusão do ruralismo no Estado de Minas Gerais, sobretudo na Escola Superior em que ele trabalha. O remetente faz menção ao “Dr. J. C. Bello Lisbôa”, diretor dessa instituição. Destaca a atuação de Mennucci e do Estado de São Paulo para a difusão da mentalidade ruralista e para a ruralização do ensino primário (SAUER, 1936). Em relação a Bello Lisbôa, destaca-se ainda que, assim como ruralistas do ensino, também ministrou conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (CPDOC/FGV⁷⁰).

⁷⁰ Considerando-se que nos verbetes disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), não constam autor e data, optou-se por fundamentar as informações retiradas desse Centro pela seguinte remissão: CPDOC/FGV, sem necessariamente indicar o verbete ou tentar presumir uma data. Esses verbetes podem ser facilmente recuperados por intermédio da busca pelo nome dos sujeitos.

Nilo de Albuquerque de Mello, agrônomo, escrevendo de Natal/RN, em carta datada de 10 de dezembro de 1938, menciona ter lido com interesse o livro *A Crise Brasileira de Educação* e faz referência à reforma da educação para a população rural, destacando que “Felismente hoje ja não mais educamos o nosso povo com os antigos livros didaticos cheios de mentiras e frases ócas [...]” (MELLO, 1938, p. 2).

Ayres Azevedo, professor de Economia Rural na Escola de Viçosa, em carta emitida em 1945, informa ter verificado que “[...] não ha em portugues um compendio didactico de Economia e Sociologia Rural [...]. Os compendios francezes, italianos e a Economia Política de C. Gide suprem até hoje esta lacuna!” (AZEVEDO, 1945, p. 1). Pode-se inferir que isso indica a necessidade ou o empenho dos ruralistas do ensino na produção de materiais para fundamentação ou circulação de suas ideias. Nessa carta, Ayres Azevedo menciona, ainda, que seu trabalho já teve repercussão nos EUA e que iria viajar para esse país no início de 1946. Informa que emprestou o livro *A Crise Brasileira de Educação*, que não foi devolvido, e ressalta que, para fins de difusão das ideias da ruralização do ensino, “A propaganda agora é oral!”.

2.2.4 Sociedades e institutos

Sujeitos vinculados a algumas sociedades e institutos também se corresponderam com Sud Mennucci. Algumas sociedades criadas com outras finalidades foram utilizadas como uma espécie de *palco* de apresentação e de atuação dos ruralistas do ensino. Além disso, algumas sociedades foram criadas com a finalidade de promover a circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino. Mencionam-se sujeitos vinculados à Sociedade Nacional de Agricultura, à Sociedade dos Amigos

de Alberto Torres, à Sociedade Rural Brasileira e à Sociedade Luiz Pereira Barreto.

A Sociedade Nacional de Agricultura foi fundada no Rio de Janeiro/RJ, no dia 16 de janeiro de 1897, estando em funcionamento na atualidade. De acordo com seus estatutos,

[...] a SNA tem por finalidade o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais no que se refere à defesa e representação classistas. (CPDOC/FGV)

Artur Eugênio Magarinos Torres Filho⁷¹ ocupou importantes cargos públicos ligados à agricultura. Entre 1944 e 1960, foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Em 1934 “[...] foi designado pelo presidente Getúlio Vargas para representar a lavoura no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), um dos órgãos de maior importância na formulação da política econômica do governo.” (CPDOC/FGV). Com a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, Torres Filho foi convidado a presidir a Confederação Rural Brasileira, criada em 1951.

Vinculado à Sociedade Nacional de Agricultura, em carta de 11 de maio de 1932, da cidade do Rio de Janeiro, Artur Eugênio Magarinos Torres Filho solicita informações a Sud Mennucci sobre a organização do ensino rural no Estado de São Paulo, apresenta elogios ao livro *A Crise Brasileira de Educação*, à atuação de Mennucci no combate ao “êxodo dos campos” e seu empenho para melhorar os “processos agrícolas, pelo ensino

⁷¹ Artur Eugênio Magarinos Torres Filho nasceu em Campos/RJ, no dia 16 de janeiro de 1889, e faleceu no dia 8 de agosto de 1960, nessa mesma Unidade Federativa (CPDOC/FGV).

rural”. Consta, no verso dessa carta, que ela foi encaminhada ao Dr. Lahyr de Castro Cotti, para ciência (TORRES FILHO, 1932).

Lahyr de Castro Cotti era agrônomo e havia publicado na *Revista Educação* artigo sobre a temática da orientação agrícola no ensino primário, afirmando que “A escola rural tornou-se um fator de desorganização da vida agrícola.” (COTTI, 1932, p. 11), ou seja, esse posicionamento estava em consonância com um dos princípios básicos de compreensão das ideias ruralistas sobre a escola primária comum instalada em áreas rurais.

No livro *O que fiz e pretendia fazer*, Sud Mennucci refere-se a essa carta recebida de Artur Torres Filho, salientando que ela representou para ele um alento ao chegar no momento de seu desligamento da Diretoria de Ensino: “[...] para meu consolo e para minha absolvição o mal que se estava cometendo de imobiliza-lo, chegou-me, na véspera de deixar a Diretoria Geral do Ensino, este ofício do dr. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que me reabilita perante a opinião publica [...]” (MENNUCCI, 1932c, p. 145).

Em 1932, foi fundada no Rio de Janeiro, em reunião realizada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT). Ela se dissolveu, provavelmente, em 1945. O principal objetivo dessa sociedade era a discussão dos problemas nacionais, à luz do pensamento de Alberto Torres (CPDOC/FGV).

Segundo Pinho (2007, p. 171-172), os principais objetivos dessa sociedade eram:

- a) promover o estudo dos problemas nacionais, com o fim de indicar a adequação das instituições aos fatos da nossa experiência, à luz dos fatos da política mundial;

- b) divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, por constituírem até agora, o melhor programa de conjunto dos nossos problemas, sujeitando-os aos fatos da experiência e da observação;
- c) promover a publicação das obras inéditas ou esgotadas de Alberto Torres (...);
- d) promover a metodologia dos assuntos focalizados por Alberto Torres, bem como os cursos que lhe sejam consequentes, tendo em vista a integração dos ensinamentos respectivos na educação nacional, sob a forma de compêndios didáticos;
- e) promover a criação de centros de estudos torreanos, em todo o país, para reunir elementos que façam inquéritos e conferências, onde os diferentes programas brasileiros sejam examinados em suas próprias fontes;
- f) publicar uma revista mensal onde saiam as conferências feitas no Rio e nos Estados, bem como todos os trabalhos considerados úteis ao estudo dos vários problemas da nacionalidade brasileira;
- g) publicar, em volumes, as conferências e os estudos realizados pela Sociedade, desde que o órgão competente considere trabalho de valor real para a interpretação, análise e propaganda da obra torreana e de utilidade para o esclarecimento dos problemas nacionais;
- h) definir os princípios fundamentais do pensamento de Alberto Torres (...); i) promover por todos os meios e modos a fraternidade continental e universal;
- j) estimular por todos os meios, o estudo e a solução dos problemas rurais brasileiros, sob o triplicado aspecto – político, social e econômico.

Sud Mennucci recebeu uma carta de Helio Gomes, presidente da SAAT, datada de 12 de abril de 1939, reiterando o convite feito por Manuel Alves de Almeida para que ele participasse da Segunda Semana Ruralista, a ser realizada em Rio Verde/GO. Além disso, convidava

Mennucci “para escrever um capítulo sobre Educação Rural, a fazer parte de um livro intitulado ‘Pelo Brasil Rural’, que a SAAT pretende brevemente editar.” (GOMES, 1939, p. 1). Helio Gomes assim detalhava a concepção do livro:

O livro será modesto, visando reunir, num volume, varios capitulos sobre problemas rurais, escritos todos eles por especialistas, como Saboya Lima (Infancia abandonada nas zoras rurais), Rafael Xavier⁷² (Economia Rural), Edgard Teixeira Leite (Credito Rural) Belizario Pena⁷³ (Higiene Rural) Saturnino de Brito Filho (Engenharia Rural), etc. etc. (GOMES, 1939, p. 1)

Os “especialistas” citados por Helio Gomes estavam entre os fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, portanto, o livro foi concebido como estratégia de divulgação dessa sociedade. Os fundadores dessa sociedade são arrolados por Pinho (2007, p. 169-170, grifos nossos):

Edgar Teixeira Leite, Alde Sampaio, Fernandes Távora, Juarez Távora⁷⁴, *Sabóia Lima*, Ildefonso Simões Lopes, Lourenço Baeta Neves, *Alcides Gentil*, Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, José Savaresi, Paulo Filho, *Humberto de Campos*, Felix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, *Hélio Gomes*, Alcides Bezerra, *Belisário Penna*, Rogério de Camargo,

⁷² Foi patrono do Banco Agro Escolar do Grupo Escolar “Dom Benevides”, da cidade de Mariana, em 1946, e Secretário Geral do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) (FONSECA, 2014).

⁷³ Belisário Penna foi uma figura importante no cenário político brasileiro. Foi Ministro da Educação e Saúde Pública por aproximadamente três meses, durante o ano de 1931 (FONSECA, 2014).

⁷⁴ Segundo Fonseca (2014), entre 1932 e 1934, Juarez Távora esteve vinculado ao Ministério da Agricultura.

Saturnino de Brito Filho, Roberto Marinho, Alberto J. Sampaio, Magalhães Correa, Prado Kelly, Humberto de Almeida, Porfírio Soares Neto, Mário Roquette-Pinto, Protógenes Guimarães, Anna Amélia Carneiro de Mendonça, Raymundo Magalhães, *Rafael Xavier e Raul de Paula*.

Entre os vários nomes citados, Alcides Gentil e Humberto de Campos também figuram na correspondência recebida por Sud Mennucci. Em carta de 14 de setembro de 1940, Alcides Gentil, entusiasta do pensamento torreano, diz ter recebido um exemplar do trabalho de Sud Mennucci sobre o pensamento de Alberto Torres⁷⁵. Elogia a coragem de Sud Mennucci de não esquecer Alberto Torres como o precursor, em sua visão um gênio e Mennucci, em decorrência, o apóstolo a serviço da pátria. Considera o livro *A Crise Brasileira de Educação* um claro exemplo de como Sud Mennucci fora fiel às orientações do grande mestre Alberto Torres. “É nessa caracterização da sua probidade meu prezado colega que reside o fundamento do meu alto apreço a tudo que sai da sua pena.” Informa ter enviado o opúsculo intitulado “Para uma nova Ordem!”, que trata da “necessidade de instituir a política de carreira” e solicita todas as publicações de Sud Mennucci sobre Alberto Torres (GENTIL, 1940).

Outro indício da “reputação” dos fundadores da SAAT no campo educacional pode ser notado em duas missivas de integrantes de agremiações estudantis – do Clube Educacional da Escola Normal Particular de Rio Claro/SP e do Grêmio da Escola Normal de Casa Branca/SP –, ambas tendo como patrono Humberto de Campos (DIRETORIA, 1939; MAGALHÃES, 1935).

⁷⁵ Provavelmente o remetente esteja fazendo referência à conferência intitulada “O pensamento de Alberto Torres”, proferida no dia 16 de agosto de 1939, na Faculdade de Direito de São Paulo, a convite do Grêmio Universitário “Alberto Torres”.

Ressalta-se que Antônio Arruda Câmara, Edgar Teixeira Leite e Artur Torres Filho integraram a Comissão da Sociedade Nacional de Agricultura que participou do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, em 1943 (CPDOC/FGV). Além disso, Sabóia Lima (1935), Alcides Gentil (1938) e Edgar Teixeira Leite (1974) escreveram livros analisando o pensamento de Alberto Torres (PINHO, 2007). Dessa maneira, os indícios permitem afirmar que os integrantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres formavam uma rede de sociabilidade sólida e coesa.

A Sociedade Rural Brasileira foi fundada em São Paulo no dia 20 de maio de 1919 e permanece em atividade até a atualidade. Composta por pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral, seu objetivo, expresso no estatuto de 1924, era “[...] fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e de todas as indústrias derivadas destas [...]” (CPDOC/FGV).

Raul da Rocha Medeiros, membro dessa sociedade, escrevendo de São Paulo, em 1947, convida Sud Mennucci a integrar o “Conselho Consultivo do Instituto de Economia Rural, que está sendo organizado pela Sociedade Rural Brasileira para estudo dos problemas econômicos nacionais, principalmente daqueles ligados a agricultura.” (MEDEIROS, 1947). Rocha Medeiros foi deputado federal pelo Estado de São Paulo, entre 1947 e 1949, além de presidente do Instituto Brasileiro do Café, em 1955 (CPDOC/FGV), ou seja, foi um sujeito que teve parte significativa da sua trajetória marcada pelo envolvimento com questões agrícolas.

A Sociedade Luiz Pereira Barreto foi fundada em São Paulo, em 1935, com o objetivo de difundir conhecimentos, sobretudo aqueles relacionados à temática da agricultura, às populações de áreas rurais (ECAR, 2017). Nesse mesmo ano, em reunião promovida por essa sociedade, Sud Mennucci proferiu palestra abordando a temática da

ruralização do ensino, iniciando seu pronunciamento respondendo à seguinte questão: “Porque sou ruralista” (CONFERÊNCIA..., 1935).

Chiquinha Rodrigues⁷⁶, da Sociedade Luiz Pereira Barreto, em 1938, informa que foi encarregada de “promover uma homenagem ao Prof. Sud Mennucci” e manifesta a sua satisfação e o seu entusiasmo em fazê-lo, acrescentando que: “[...] das qualidades do distinto mestre, considero-o como sendo, nesta hora, o primeiro do Brasil, portanto com justiça, o representante [*legítimo?*] da classe.” (RODRIGUES, 1938, p. 1). Nesta carta, consta no cabeçalho a seguinte consigna: “Preparar o caboclo é missão do mestre rural” – “Preparar o mestre rural é a necessidade do momento no Brasil”.

Além das sociedades mencionadas, alguns institutos também foram utilizados como uma espécie de *palco* de apresentação, de divulgação e de atuação dos ruralistas do ensino. Destacam-se sujeitos vinculados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto do Nordeste e ao Instituto Agrônômico.

Mário Augusto Teixeira de Freitas⁷⁷, mencionado e também autoapresentado como Teixeira de Freitas, escreve para Sud Mennucci, do Rio de Janeiro/RJ, tratando-o como “Eminente Amigo” ou “Amigo”

⁷⁶ Aventa-se a hipótese de que seja Francisca Pereira Rodrigues, segundo Fonseca (2014), uma das idealizadoras da Sociedade Luiz Pereira Barreto.

⁷⁷ Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde/BA, em 31 de março de 1890, e faleceu em 22 de fevereiro de 1956, na cidade de Rio de Janeiro/RJ. Formou-se em Direito, em 1911, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro/RJ. Da atuação de Teixeira de Freitas (1890-1956), destaca-se como importante contribuição a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatísticas, que, a partir de 1938, foi denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, Teixeira de Freitas teve uma importante atuação no que se refere à educação destinada às populações de áreas rurais, durante o Estado Novo (ANDRADE, 2014). Atuou por 23 anos na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde. Entre suas publicações, destacam-se: *O ensino primário no Brasil* (1934), *Educação rural* (1934) e *Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão democracia* (1946) (LOURENÇO FILHO, 2002).

(FREITAS, 1933; 1934). Em carta de 28 de março de 1933, apresenta-se vinculado à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, e menciona o “Dr. Raul de Paula, Secretário Geral da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres” (FREITAS, 1933). Acrescenta-se que, segundo Pinho (2007), Raul de Paula foi um dos fundadores dessa sociedade.

Em carta de 10 de abril de 1934, vinculado à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública, Teixeira de Freitas informa que recepcionou, no dia 21 de março, a professora Maria José Fernandes. Informa que ocorreram alterações no Departamento de Estatística e que “Léo” passará para “Diretoria na Fazenda”. Assim, convida Sud Mennucci para ocupar cargo de diretor na “Diretoria Geral de Estatística”. Menciona professor Lamartine, diretor da Escola Normal de Pirassununga. Menciona, ainda, a tentativa da “Convenção Nacional de Educação” para estabelecer “Sistema” ou a “Confederação” de serviços educacionais. Informa que o “Ministro W. Pires” interessou-se por essa proposta e já incumbiu a A.B.E. de elaborar um anteprojeto relacionado ao assunto. Faz menção à necessidade de formação de uma “frente única para assegurar o êxito da Convenção” e solicita ajuda para articular essa proposta no Estado de São Paulo. Além disso, informa a apresentação de proposta, à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de criação “no sertão baiano [de] uma Colonia-Escola.” (FREITAS, 1934).

Teixeira de Freitas, em telegrama de 18 de dezembro de 1943, apresentando-se como Diretor de Estatística do Ministério da Educação, faz menção ao fato de as Escolas Normais Rurais serem uma iniciativa de Sud Mennucci e discute questões relacionadas à instalação de uma primeira “colônia escola”, apontando essa iniciativa como um importante avanço na educação das populações de áreas rurais (FREITAS, 1943).

Ressalta-se, ainda, que Teixeira de Freitas, juntamente com José Augusto Bezerra de Medeiros e Fernando Tude de Souza, foi redator dos Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação (CBE, 1944), abordado no capítulo III.

Valdemar Lefèvre, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em carta emitida em 1940, trata Sud Mennucci como “Membro do Diretório Regional de Geografia - Capital (São Paulo)” e comunica que o Secretário da Agricultura receberá Comissão composta, além do próprio remetente, pelos engenheiros Luiz Flores de Moraes Rego, Paraizo Godinho e Francisco Severo San Juan, para tratar da “Resolução nº 4 deste Diretório” (LEFÈVRE, 1940).

Otávio Lobo e Perboyre e Silva, respectivamente presidente e secretário geral do Instituto do Nordeste, em 1947, de Fortaleza, registram agradecimentos pela doação do livro *Discursos e Conferências Ruralistas* e do folheto que contém a carta que Sud Mennucci enviou ao deputado José Augusto⁷⁸. Informam, ainda, que Sud Mennucci foi eleito “sócio correspondente” do Instituto do Nordeste em São Paulo. Os remetentes destacam a repercussão de Sud Mennucci na região Nordeste do Brasil (LOBO; SILVA, 1947).

Antônio José Teixeira Mendes, Chefe da Secção de Citologia do Instituto Agrônômico, em carta redigida em Campinas e datada de 1947, menciona o movimento em prol da instalação, em Piracicaba, da “primeira Universidade do Interior” (MENDES, 1947a; 1947b). Informa que Luiz de Queiroz⁷⁹ doou ao Estado a “Fazenda São João da Montanha” e que os deputados piracicabanos Dr. Valentin do Amaral⁸⁰ e Dr. Francisco de

⁷⁸ Deputado federal pelo Rio Grande do Norte, entre 1946 e 1955.

⁷⁹ Patrono da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba/SP.

⁸⁰ Para mais informações, ver *Dicionário de Piracicabanos* (PFROMM NETTO, 2013b).

Castro Neves já levaram esse assunto à Câmara Estadual (MENDES, 1947a).

2.2.5 Autores de livros ou de cartilhas

Entre os autores de livros ou de cartilhas que enviaram missivas a Sud Mennucci, destacam-se Leonel Vaz de Barros, Thales Castanho de Andrade e Renato Sêneca Fleury.

Leonel Vaz de Barros⁸¹, que assina suas cartas como Leonel ou Léo, comumente mencionado por outros sujeitos como Leo Vaz, em uma de suas cartas abordou assuntos relacionados à educação e manifestou sua preferência pelo “cathecismo positivista de Comte e Conflagração” (BARROS, 1914). Em outras cartas, esse remetente trata, também, de “uma briga continua” entre “agricolas e complementaristas” e de outras questões relacionadas ao ensino agrícola (BARROS, 1910; 1911).

Ainda que tenham sido selecionadas para análise três cartas, no arquivo pessoal de Sud Mennucci há dezenas de cartas desse remetente. Essa troca de correspondência, bem como outros acontecimentos, como viagens, indicam uma relação próxima entre ambos, conforme destacado por Giesbrecht ([1997?]). Além disso, o remetente pertenceu ao grupo de redatores de “O Estado de S. Paulo”, jornal em que Sud Mennucci também atuou como redator. Destaca-se que Leo Vaz é o autor do livro *O professor Jeremias* (1920), cuja leitura Fleury menciona em uma carta escrita a Mennucci (FLEURY, 1922).

Thales Castanho de Andrade, entre 1919 e 1938, enviou a Sud Mennucci dezenas de cartas, das quais foram, nesta pesquisa, analisadas

⁸¹ Para mais informações, ver *Dicionário de Piracicabanos* (PFROMM NETTO, 2013a).

30. Um assunto recorrentemente abordado na correspondência desse missivista é o livro *Saudade*. Informa recebimento de carta da Inspeção Geral do Ensino do Estado do Paraná comunicando que esse livro foi aprovado e adotado nas escolas isoladas e nos grupos escolares (ANDRADE, 1920b). Menciona que essa publicação “Recebeu excellentes cartas de Afranio Peixoto, Affonso Celso, R. Octavio, A. Amaral, A. Pujol, M. Alencar, _____⁸² Taunay, Leiva, Paulo Moraes, P. Pestana, J. Sampaio, D. Martins, J. Lourenço, E. Braga, W. Silveira artigos de L. Barreto, C. Leão, M. Sette, H. Fontes, H. Prates, além de Sud e Lobato _____ artigos que sahiram no ‘paiz’, ‘O Jornal’, ‘J. Brasil’, ‘A.B.C.’ etc, etc... (ANDRADE, 1920a). Recebeu, ainda, um ‘colosso’ parecer de J. Kophe.” e apoio de Lobato (ANDRADE, 1920a; [19--]). Ressalta que no “sistema de dois anos” o livro *Saudade* é ideal para o 2º ano, porém, para o terceiro ano foi um “fracasso” (ANDRADE, 1921a).

Outros assuntos abordados por Thales de Andrade foram, por exemplo, pedido realizado por Doria de cópia de *Methodo*, pois o Dr. Thompson iria adotá-lo no “Grupo da Avenida e no do Braz” (ANDRADE, 1920b); informa que o “Governo” cedeu “400 encadernados e 300 brochados com direito a pedir mais” e que não há “marca nenhuma agricultural” nos exemplares (ANDRADE, [19--]); solicitação de intervenção para conseguir posto de trabalho (ANDRADE, 1931); informe de que criou um “Gremio Infantil de Horticultura” (ANDRADE, 1920a); menção ao Clube das Hortas (ANDRADE, 1920c). Menciona “Raimundão”, Pestana, Dr. Amadeu Mendes⁸³, dentre outros (ANDRADE, 1921b).

⁸² Esses sublinhados são originais.

⁸³ Destaca-se que, juntamente com Sud Mennucci, o Dr. Amadeu Mendes foi um dos fundadores do CPP, em 1930.

Thales de Andrade foi o remetente que enviou o maior número de correspondência a Sud Mennucci – 30 cartas – e também o que fez o maior número de menções a outros sujeitos. A expressividade das suas redes de sociabilidade talvez seja decorrência principalmente da sua atuação como escritor de diversos livros.

Renato Sêneca Fleury foi outro sujeito que, recorrentemente, enviou cartas a Sud Mennucci. Das cartas enviadas entre 1922 e 1937, foram selecionadas 12 para análise, e na maior parte delas Fleury apresenta solicitações a Mennucci, tais como: envio de materiais; vaga de emprego para seu irmão; auxílio para alcançar demanda de aumento dos “vencimentos” dos “professores-fiscais”⁸⁴; transferência de funcionário para que ele possa assumir, em comissão, a Delegacia Escolar de Sorocaba; vaga de emprego em cargos de “direção ou delegacia escolar”, pois não quer lecionar; na resolução de questões administrativas sobre sua nomeação; apreciação na *Revista do Professor* de seus livros: *Adolescência e Serie na Roça* (FLEURY, 1922; 1932a; 1932b, 1932c; 1934a; 1934b; 1934c; 1936a; 1937). Outros assuntos abordados pelo remetente são: informe sobre o envio da *Serie na Roça*⁸⁵ e de outros dois volumes da *Bibliotheca Infantil* a Sud Mennucci (FLEURY, 1936b); agradecimento pelo parecer emitido sobre um de seus contos (FLEURY, 1923) e faz menção a Piza Sobrinho e a Thales de Andrade (FLEURY, 1936a). Destaca-se que a cartilha *Na Roça* foi prefaciada por Sud Mennucci e foi a primeira destinada às escolas rurais (UMA CARTILHA..., 1935).

⁸⁴ Infere-se que essa solicitação foi atendida, pois em carta datada de 6 de novembro de 1933, Fleury registra seu agradecimento (FLEURY, 1933).

⁸⁵ Para mais informações, ver Messenberg (2012).

2.2.6 Sujeitos estrangeiros ou que escreveram de outros países⁸⁶

Quanto a sujeitos estrangeiros ou que escrevem de outros países, destacam-se Elisa Ross e Angelina del Barco Peñero, de Buenos Aires/Argentina; Wenceslao Montero Jiménez, de Santa Cruz de la Sierra/Bolívia; sujeito⁸⁷ vinculado ao *El Espectador Habanero*, de Havana/Cuba; Ignacio Mejía M., da Ciudad de México/México; Vanett Lawler, de Assunção/Paraguai; Fernando, N. Pradiny Brasil e Bernardina Carrone, bem como Haydee Recayte, de Montevideo/Uruguai e, por fim, Rafael Vegas, de Caracas/Venezuela. Os sujeitos vinculados ou radicados nos EUA são mencionados no capítulo IV.

Elisa Ross, escrevendo de Buenos Aires/Argentina, em carta datada de 27 de setembro de 1937, menciona troca de correspondência anterior, viagem que realizou a São Paulo e seu vínculo com a Escuela Nacional n. 83 de Buenos Aires. Ainda nesta carta, a remetente solicita que seja informada sobre a data da inauguração do “Centro do professorado” e diz que tentará participar dessa atividade, mesmo que seja de forma não oficial (ROSS, 1937a). Já em carta de 19 de novembro desse mesmo ano, menciona o envio de livros a Sud Mennucci e diz que quando ele quiser algum livro de autor argentino, basta solicitar a ela. Por fim, consulta Mennucci sobre informação que recebeu de Angelina del Barco Peñero, de que em breve ele fará viagem a Buenos Aires, pois a remetente gostaria de encontrá-lo nessa ocasião (ROSS, 1937b).

Angelina del Barco Peñero, entre 1938 e 1942, enviou a Sud Mennucci algumas cartas, das quais foram analisadas nove. Nas cartas

⁸⁶ Diferentemente dos demais tópicos, nos quais os sujeitos são apresentados em ordem cronológica de emissão das cartas, os sujeitos apresentados neste tópico são apresentados com base na ordem alfabética dos países a que estavam vinculados ou que constam nas cartas.

⁸⁷ Identificação ilegível.

enviadas nos anos de 1938 e de 1939, dentre outros, aborda dois grandes assuntos, quais sejam, sobre a possibilidade de realizar uma “excursión al Brasil con sesenta profesores”, com o objetivo de realizar várias atividades, como, participar da inauguração do “Instituto y Sécción Argentina en la Biblioteca del Centro del Profesorado” e informa, ainda, que os “Amigos de la Educación” enviaram convite a todos os países da América para participação no “Congreso Americano de Educación”. No entanto, como o “Professorado Paulista” não respondeu, escreve para Sud Mennucci reiterando o convite. Coloca-se à disposição para representar Sud Mennucci caso ele não possa participar e não tenha outra pessoa para representá-lo (PEÑERO, 1938a; 1938b; 1938c; 1938d; 1939). Já nas cartas enviadas em 1940 e em 1942, essa remetente, vinculada à Asociación Cultural Argentino-Brasileña “Julia Lopes de Almeida”, dentre outros assuntos tratados, solicita confirmação de recebimento de cartas anteriores, pois pretende enviar “Album Histórico y Geográfico de la Argentina”. Em carta posterior, informa ter enviado a Mennucci, por meio de um Embaixador, esse álbum, bem como apresenta felicitações pelo 112º aniversário da Independência e registra sua admiração pelo Brasil (PEÑERO, 1940; 1942a; 1942b; 1942c).

Wenceslao Montero Jiménez, em carta datada de 18 de maio de 1947, escrevendo de Santa Cruz de la Sierra/Bolívia, menciona troca de carta anterior e relata diversas dificuldades para realização de viagem a São Paulo; por isso solicita intervenção de Sud Mennucci, inclusive junto à Embaixada brasileira, para que ele consiga antecipar sua viagem. Informa que já está com os materiais preparados para a realização das conferências a serem proferidas em São Paulo e destaca: “Todo mi interés es satisfacer a Ud. y al selecto grupo de profesores que representa, así como al noble pueblo brasileiro que tanto se interesa por los problemas americanos, que

hoy más que nunca deben preocuparnos intensamente.” (JIMÉNEZ, 1947, p. 2).

Sud Mennucci recebeu, ainda, carta datada de 2 de dezembro de 1937⁸⁸, do periódico *El Espectador Habanero – El magacen de las tres Américas*, de Havana/Cuba. Nessa carta, o remetente informa a recepção, com regularidade, do periódico de Sud Mennucci – possivelmente esteja fazendo referência à *Revista do Professor* – e, devido ao grande volume de publicações que o Directorio Periodístico Americano, “tan apreciado por centenares de nuestros Compañeros y Amigos en todos los países de América” recebe, solicita que sejam feitas adequações das temáticas dessa publicação. Por fim, ressalta que aguarda posicionamento de Mennucci para que possa ser reativado o envio de *El Espectador Habanero* (EL ESPECTADOR..., 1937).

Ignacio Mejía M., do Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional de Mexico, escreve em 1946, do Distrito Federal/México, agradecendo pela doação de livros de autoria de Sud Mennucci e afirma que a “questão agrária é o problema capital do mundo” (MEJÍA M., 1946). Considera-se, da parte desta autora, oportuna essa menção ao México para registrar o histórico protagonismo desse país em termos de educação rural, especialmente pela sua expressividade e pelo seu pioneirismo no que se refere a Escuelas Normales Rurales.

Vanett Lawler, vinculada ao Music Education Consultant, da Pan American Union, entre 1945 e 1946, escreveu um total de cinco cartas a Sud Mennucci, sendo que quatro dessas cartas foram enviadas dos EUA, e uma, de Assunção/Paraguai. Nessas cartas a remetente aborda variados assuntos relacionados à educação musical e, em uma delas, agradece pela

⁸⁸ Segundo o remetente, já havia ocorrido troca anterior de correspondência. No entanto, na correspondência selecionada para análise, foi localizada apenas essa carta.

viagem às cidades paulistas de Piracicaba, de Pirassununga e de Campinas (LAWLER, 1945a; 1945b; 1946a; 1946b; 1946c). Vanett Lawler também é mencionada em carta de Charles Seeger (1946). Em carta de 19 de agosto de 1945, Vanett, escrevendo de Assunção, faz menção ao estabelecimento de relações e intercâmbios na área da educação com o Brasil (LAWLER, 1945a).

Fernando, N. Pradiny Brasil e Bernardina Carrone⁸⁹, respectivamente presidente, secretário geral e bibliotecária da Unión Nacional del Magisterio, de Montevideo/Uruguai, em carta de 1938, agradecem a doação de livros de autoria de Sud Mennucci e também de números da *Revista do Professor* (UNIÓN NACIONAL..., 1938). Outro remetente de Montevideo/Uruguai é Haydee Recayte, vinculada à Asociación Continental de Intelectuales de América. Em carta de 11 de março de 1948, Recayte acusa recebimento de livros doados por Sud Mennucci para uma Exposición, cuja inauguração estava programada para 14 de abril desse ano, destacando que: “Allí lucirán sus obras conjuntamente con los demás Hermanos de Brasil”. Por fim, apresenta desculpas e justificativa pela demora em responder carta anterior de Mennucci (RECAYTE, 1948).

Encerrando este tópico, destaca-se Rafael Vegas, missivista vinculado ao Ministério de Educación Nacional de Caracas/Venezuela que, em carta de 15 de setembro de 1944, apresenta saudação e agradece a Sud Mennucci pela cordial acolhida propiciada ao professor Víctor M. Crozco durante a permanência no Brasil (VEGAS, 1944).

A diversificada correspondência recebida por Sud Mennucci descortina o dinâmico movimento das ideias acerca da ruralização do

⁸⁹ Grafia de difícil compreensão.

ensino, dentro e fora do país, envolvendo sujeitos, impressos, práticas e instituições.

A partir e em torno do piracicabano Sud Mennucci, é possível apreender a constituição de uma extensa rede de sociabilidade formada por vários homens e poucas mulheres de ação, além de amigos, educadores, administradores do ensino e políticos que compartilhavam interesses semelhantes e se apoiavam num entrecruzamento de (re)conhecimento comum, fortalecendo o movimento das ideias defendidas pelos ruralistas do ensino. Como bem lembra Julliard (1984, p. 855 apud Sirinelli, 2003, p. 258), “[...] as ideias não passeiam nuas pela rua; [...] elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais.” Elevado à condição respeitável de líder do Movimento pela ruralização do ensino, Sud Mennucci coligia e capitaneava solicitações, convites, notas de apreço, informações sobre iniciativas implementadas e, dessa maneira, conectava sujeitos e ideias, atuando como um importante articulador na circulação das ideias do Movimento e influenciando ações e materializações dos seus princípios.

Para promover a circulação de suas ideias e a consecução de seus objetivos, os ruralistas do ensino valeram-se de diversas ações, tais como, implementação de Escolas Normais Rurais (MAGALHÃES JUNIOR, 2009; MAGALHÃES JUNIOR; VARELA, 2016; SILVA, 2009) e também de outras iniciativas de formação de professores para atuação em escolas de áreas rurais, como, Cursos de Especialização Agrícola (BASSO, 2018); publicação de periódicos, como, o *Jornal Lavrador* (SILVA, 2009); publicação de livros, como, *Saudade*, de Thales de Andrade (HILSDORF e ALEXANDRE, 2013); concepção e implementação de Escolas Típicas Rurais (MORAES, 2014; SOUZA; MORAES, 2015), entre outras ações envolvendo sujeitos de sua rede de sociabilidade. Essas ações são abordadas no próximo capítulo.

3.

“Assim é Fazer Ruralismo, com Trabalho e Ação e Não Com Palavras”⁹⁰: Movimento em Ação

Santos, 18 de janeiro de 1935

Caro professor Sud
Abraços

Bravos, bravissimo por mais uma vitoria sua: foi publicado, hoje, o Decreto dos Clubes do Trabalho.

Nos maldes em que está elaborado e com o chefe que tera estou certo da vitoria.

Assim é fazer ruralismo, com trabalho e ação e não com palavras.

Sei que na Noroeste é possivel, já, organizar alguns, pois Araçatuba já incluiu em seu orçamento 200\$000 de verba para o primeiro Clube que se fundar.

É o que sempre sonhei visando dar ás escolas uma feição pratica e não escolas como as que temos que só servem para preparar eleitores...

Mais uma vez afirmo o meu intusiasmo e a certeza que, si merecer a honra de colaborar com o Senhor em tal movimento de renovação escolar, tudo farei para estar á altura do trabalho que me for confiado.

Minhas ferias estão terminadas e sigo para Araçatuba, reassumir o cargo de Inspetor Escolar do sertão, motivo pelo qual não poderei, como desejava, dar-lhe, pessoalmente, meus mais sinceros parabens.

Lá estarei, confiante e a espera do toque de reunir.

Minhas respeitosas recomendações á Sua Exc. Família, aos membros da Caravana Paulista e, ao Senhor, um abraço do

agradecido amigo

Cyro de Freitas Gaia.

⁹⁰ Cyro de Freitas Gaia, em carta datada de 1935, destinada a Sud Mennucci (GAIA, 1935, p. 1).

A posição defendida por Cyro de Freitas Gaia, na missiva utilizada como epígrafe, sobre a questão da necessidade de ações práticas visando a um Brasil ruralizado, perpassa os escritos de diversos ruralistas, tanto pelo Movimento pela ruralização do ensino quanto pelo movimento do ruralismo brasileiro. Neste capítulo são apresentados apontamentos sobre ações mencionadas ou realizadas, direta ou indiretamente, pelo Movimento pela ruralização do ensino em diferentes regiões do Brasil, visando promover a circulação e, principalmente, a implementação de suas ideias e consecução de seus objetivos.

Algumas das ações enunciadas neste capítulo, por um lado, têm por finalidade a divulgação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino. Por outro lado, outras ações configuram-se como a materialização dessas ideias, como é o caso da implementação de instituições educativas, tais como, Escolas Normais Rurais. No entanto, convém chamar a atenção para o fato de que, em determinadas situações, a materialização das ideias configura-se, simultaneamente, em processo de divulgação dessas ideias.

Ressalta-se que algumas ações são promovidas diretamente pelos ruralistas do ensino. No entanto, no que se refere a outras ações, não foi possível identificar a participação direta dos ruralistas do ensino, porém, partindo das ideias por eles defendidas, bem como de sua ampla rede de sociabilidade que envolvia integrantes dos poderes Executivo e Legislativo, das três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, sujeitos vinculados à área privada, bem como sujeitos de outros países, vinculados a setores públicos ou privados, é possível inferir que, de forma direta ou indireta, haja algum nível de participação ou de influência de autoridades, políticos ligados ou simpatizantes de ideias ruralistas.

Era recorrente entre os ruralistas do ensino a necessidade de se colocar em prática suas ideias. Exemplificam isso os excertos a seguir. J.

Moreira de Sousa, em carta de 1935, ressalta: “Precisamos fazer que o caso estoire no Congresso.” (SOUSA, 1935b). João Chiarini, em artigo publicado na *Revista do Professor*, em 1952, afirma que “ruralismo não é poesia”. Cyro de Freitas Gaia (1935) considerava necessário “dar às escolas uma feição pratica”, para que elas não fossem apenas um local “para preparar eleitores...”. Para Gaia (1935), o ruralismo era um “movimento de renovação escolar” e precisava colocar em prática suas ideias.

Ao se analisar as fontes selecionadas para este livro, bem como pesquisas sobre essa temática, constata-se que ao longo do período delimitado, diversas foram as ações implementadas, direta ou indiretamente, para circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino, quais sejam, Eventos, Impressos, Instituições educativas, bem como Sociedades e Institutos. A seguir são apresentadas informações sobre essas ações.

As ações apresentadas foram aquelas identificadas nas fontes consultadas, ou seja, não foi feito um trabalho de pesquisa específico visando localizar todas as ações concebidas ou implementadas pelos ruralistas do ensino. Além disso, das ações identificadas nas fontes, foram mencionadas algumas, com vistas à exemplificação, seja pela riqueza de dados encontrados nas fontes, seja pela relevância das ações enunciadas, principalmente no que se refere à consonância com os objetivos desta pesquisa.

3.1 Eventos: congressos, conferências, palestras, discursos e Semanas Ruralistas

Entre as ações empregadas para promover a circulação das ideias dos ruralistas do ensino, destacam-se alguns eventos, previstos ou

realizados, de âmbito local, regional, nacional ou internacional que se sobressaem por tematizarem o ensino primário rural ou a ruralização do ensino. Esses eventos envolveram congressos, conferências, palestras, discursos e Semanas Ruralistas.

Destaca-se que alguns eventos foram promovidos com o objetivo direto de divulgar ou de discutir as ideias sobre a ruralização do ensino, como, o I Congresso Brasileiro de Ensino Regional, realizado em Salvador/BA, em 1934. No entanto, outros eventos foram promovidos por organizações não relacionadas aos ruralistas do ensino, porém, apresentaram intensa discussão sobre essa temática, como, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizado em Goiânia/GO, em 1942. A partir da análise das fontes, foi possível identificar esses e outros eventos, que são apresentados no Quadro 4.

Título do evento	Local	Ano
Congresso Regional de Ensino de Piracicaba	Piracicaba/SP	1934
I Congresso Brasileiro de Ensino Regional	Salvador/BA	1934
I Conferência Nacional de Educação	-	1941
VIII Congresso Brasileiro de Educação	Goiânia/GO	1942
I Congresso Normalista de Ensino Rural	Campinas/SP	1945
IX Congresso Brasileiro de Educação	Rio de Janeiro/RJ	1945
I Congresso Normalista de Ensino Rural	Campinas/SP	1945
II Congresso Normalista de Educação Rural	Piracicaba/SP	1947
III Congresso Normalista de Educação Rural	Casa Branca/SP	1949
IV Congresso Normalista de Educação Rural	São Carlos/SP	1951
Conferência Interamericana	Caracas/Venezuela	1957
XXI Conferência Internacional da Instrução Pública da UNESCO	-	1959
I Congresso Nacional dos Municípios	-	(N/I)

Quadro 4: Congressos, conferências, palestras e discursos apresentados por título, local e ano de realização. **Fonte:** Elaborado pela autora.

O I Congresso Brasileiro de Ensino Regional, promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sob o patrocínio do Ministério da Educação e da Saúde Pública e com o apoio do governo baiano, foi realizado na cidade de Salvador/BA, entre os dias 15 e 30 de novembro de 1934. Isso reitera a inter-relação entre ruralistas do ensino e o Estado brasileiro, em suas diversas esferas, para promover a circulação e a implementação das ideias sobre a ruralização do ensino, nesse caso, o governo federal e o governo da Bahia.

Diversos sujeitos participaram desse Congresso, como se pode deprender de artigo publicado na *Revista do Professor*:

Na sessão solene de abertura procedeu-se á eleição da Mesa do Congresso, que ficou constituída: presidente, dr. João Pedro dos Santos, secretario d'Estado do Interior e da Justiça da Baía; 1.º vice-presidente, capitão Ribeiro Monteiro, secretario da Interventoria do Estado; 2.º vice-presidente, dr. A. Almeida Junior, da representação de São Paulo; 3.º vice-presidente, professor Guerino Casasanta, da representação de Minas Gerais; 1.ª secretária, professora D. Lucilia Miranda, da representação do Estado do Rio; 2.ª secretária professora D. Maria do Carmo, da representação de Pernambuco; 3.ª secretária, professora D. Maria Magdalena Pisa, da representação Espirito Santo; secretario geral, Raul de Paula, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935, p. 4)

Destaca-se que também participaram das delegações outros sujeitos vinculados a organizações públicas e privadas de diferentes estados e regiões do país (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935).

No decorrer desse Congresso, várias atividades foram desenvolvidas, tais como, sessões plenárias; discursos e conferências de, por

exemplo, Sud Mennucci, Almeida Júnior e D. Amaro Van Emelen; leitura, pela professora Noêmia Saraiva, do “Relatório dos alunos do 3º do Grupo Escola do Butantan”; inauguração de um Clube Agrícola na Escola de Brotas; visita à Escola Agrícola da Bahia e à barragem de Ipitanga; excursão para algumas localidades do interior do Estado da Bahia, dentre outros (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935).

Nas sessões plenárias, foram discutidos assuntos relacionados ao Ensino Primário, ao Ensino Profissional e ao Ensino Normal. No que se refere ao ensino primário, um dos temas tratados foi a questão das escolas primárias típicas rurais, organizadas e estruturadas nos moldes de escolas granjas. Em relação ao Ensino Profissional, destaca-se a questão da educação técnica, ministrada paralelamente aos processos de trabalho relacionados a uma profissão elementar (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO..., 1935).

Em relação Ensino Normal, destaca-se a questão da “formação do professor especializado para a zona agrícola”, o que remete à questão da Escola Normal Rural, que seria “inteiramente diversa da Escola Normal urbana”, tanto nas matérias quanto nas práticas (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO..., 1935, p. 12). O “plano” da Escola Normal Rural deveria compreender dois cursos, quais sejam, o Fundamental e o Normal. O Fundamental deveria compreender entre outras matérias, “trabalhos manuaes” e “agricultura geral”. Já o Normal compreenderia, entre outras matérias, “[...] hygiene applicada á zona rural, agricultura especial, compreendendo as principaes culturas da zona ou do Estado, zootechnia, economia rural, tecnologia rural, [...] agricultura geral [...]” (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO..., 1935, p. 12-13).

Ainda sobre as discussões em torno da Escola Normal Rural, era considerado ponto pacífico entre os participantes desse Congresso a necessidade de criação de Escolas Normais Rurais, sendo que Anibal Bruno, técnico da Educação de Pernambuco, ressaltou que “[...] o tipo mais perfeito e completo de escola normal rural é o que fôra apresentado, em São Paulo, pelo professor Sud Mennucci [...]” (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935, p. 24).

Anibal Bruno aponta, ainda, um ponto de dissenso entre os participantes desse Congresso, no que se refere à proposta, apresentada por Sud Mennucci, de uma Escola Normal Rural com cursos de sete anos de duração, haja vista que essa proposta era economicamente inviável para outros estados. Ainda, no que se refere à duração do curso da Escola Normal Rural, Anibal Bruno, propõe um curso de duração de quatro anos. No entanto, J. Moreira de Sousa, representante da Diretoria do Ensino no Ministério da Educação, defendeu uma proposta de duração de três anos, conforme ocorria na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. Diante dessa polêmica, Sud Mennucci, mesmo convicto da necessidade de uma formação de sete anos, concorda com as propostas apresentadas por Anibal Bruno e J. Moreira de Sousa. Por fim, a decisão final aprovou a proposta de Anibal Bruno, ou seja, um curso com duração de quatro anos (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1935).

Nesse sentido, há que se considerar que a circulação das ideias da ruralização do ensino foi peculiar, a implementação de suas ideias não ocorreu de uma única forma, haja vista as diferentes realidades das unidades da federação brasileira.

O VIII Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizou-se em 1942, em

Goiânia/GO. No entanto, conforme apontam Mancini e Monarcha (2017, p. 702),

Anteriormente, a Associação Brasileira de Educação (ABE) já havia realizado sete congressos. O primeiro realizou-se em Curitiba, em 1927, e o tema central foi organização do ensino primário; o segundo, em 1928, em Belo Horizonte, tratou do ensino secundário; o terceiro, em 1929, em São Paulo, deu continuidade às questões do ensino secundário; o quarto, no Rio de Janeiro – desse resultou a criação do Convênio de Estatísticas Nacionais e Convexas; o quinto, em Niterói, em 1932, colaborando com a Carta Constitucional de 1934, com o capítulo sobre Educação; o sexto realizou-se em Fortaleza e o tema principal foi a organização geral do ensino; e o sétimo, no Distrito Federal e o seu tema geral foi educação física.

No VIII Congresso Brasileiro de Educação, foram apresentadas 173 teses, procedentes de 22 unidades da Federação. Importantes intelectuais vinculados ao pensamento educacional brasileiro participaram desse Congresso, com destaque para Sud Mennucci, Noêmia Saraiva, Artur Tôrres Filho, Lino Avancini, J. Moreira de Sousa, Paulo Monte Serrat, D. Amaro Van Emelen e Fernando Tude de Sousa, que foram alguns dos sujeitos que abordaram a temática da educação rural.

Mancini e Monarcha (2017, p. 707-708, grifos nossos) apresentam, no excerto a seguir, os temas abordados nesse Congresso:

[...] 1) o provimento de escolas para toda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos e idade não escolar, o problema da obrigatoriedade; 2) tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento escolar, considerando as peculiaridades regionais; 3) *o professor primário das zonas rurais: formação,*

aperfeiçoamento, remuneração e assistência; 4) a frequência regular à escola- o problema da deserção escolar, a assistência aos alunos, transporte, internatos e semi- internatos; 5) encaminhamento dos alunos que deixavam a escola primária para escolas de nível mais alto ou para o trabalho; 6) *as 'missões culturais' como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social;* 7) as colônias-escolas, como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada; 9) a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário.

Sud Mennucci ficou responsável pela relatoria do tema 3, intitulado “O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência”. Na conclusão de seu relatório Mennucci recomenda que se faça um apelo ao Presidente da República, Getúlio Vargas, para que “[...] funde e mande instalar, desde já, uma escola normal rural, em cada circunscrição política da nação [...]” (CBE, 1944, p. 300).

Sobre os temas abordados nesse Congresso, Mancini e Monarcha (2017, p. 714) ressaltam que

[...] a temática sobre a educação rural chama a atenção para a necessidade da educação higienista e formação moral; as políticas educacionais para o trabalhador rural e sua formação; a terra, o sertão e o homem do campo; o ruralismo, a educação, escola rural, a escola ativa e a renovação educacional, que são categorias presentes no período e em muito contribuem para o entendimento da história da educação.

O IX Congresso Brasileiro de Educação, realizado entre os dias 23 e 28 de junho de 1945, no Rio de Janeiro, foi promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Os duzentos educadores brasileiros de diferentes instituições do país que participaram desse Congresso contribuíram para elaboração da “Carta Brasileira de Educação Democrática”.

Nessa Carta é mencionada a criação de um *Bureau* Internacional de Educação, que forneceria as bases da Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educacional e Cultura (UNOECR). Alguns dos signatários dessa Carta foram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

A Carta Brasileira de Educação Democrática (apud GOMIDE, 2012, p. 256-257), no que se refere à educação das populações rurais, apresentou as seguintes recomendações:

- 1) A organização das populações rurais exige o estudo prévio das áreas naturais e culturais, em que deve exercer-se, para que, com essa base objetiva, se projetem programas e métodos adaptados às características de cada área, capazes de atenderem ao ajustamento o homem ao seu ambiente.
- 2) É de desejar-se a criação de institutos rurais, em cujas atividades figurem pesquisas sobre a higiene, economia e a sociologia das populações do campo, a preparação de professores para escolas rurais de segundo grau, e de pesquisadores da vida rural.
- 3) Além da maior disseminação de escolas primárias e de escolas agrícolas, para adolescentes, a obra de educação destinada às populações rurais deverá levar em conta a função de outros órgãos de educação extra-escolar e de serviço social.

- 4) Convém a criação de escolas normais situadas em zona rural e organizadas em função do meio, para a preparação do magistério afeiçoado ao trato dos problemas de saúde, de vida econômica e social das populações rurais.
- 5) A obra de educação rural exige nas zonas de população menos densa, a criação de 'colônias-escolas do tipo já aprovada no 8º Congresso Brasileiro de Educação.
- 6) Convirá que os órgãos técnicos de educação entrem em atendimento com o Serviço de Imigração e Colonização e o Conselho de Proteção aos Índios, para a elaboração de planos de educação e assistência a imigrantes e indígenas.
- 7) Recomenda-se a conveniência da organização de missões culturais destinadas ao aperfeiçoamento dos professores rurais, em seu próprio ambiente de trabalho.

Constatam-se, entre essas recomendações, a necessidade de programas e métodos adaptados à realidade rural, assim como a preparação de professores específicos para áreas rurais, com a criação de escolas normais em zona rural.

Quanto à formação de professores, foi prevista nessa Carta a implementação de Escolas Normais localizadas em áreas rurais, adequadas aos meios em que estavam instaladas, visando à formação de professores que respondesse aos problemas existentes na educação rural. Conforme consta nessa Carta, “Na pluralidade de padrões para a preparação do magistério, deverá existir o de escola normal, com a organização e programas que atendam às necessidades regionais e ao sentido peculiar da educação a ser ministrada às populações rurais;” (apud GOMIDE, 2012, p. 258).

Outra forma de promover a circulação das ideias dos ruralistas do ensino foram as várias Semanas Ruralistas. Essas Semanas foram implementadas na década de 1930, por iniciativa da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, apoiada pelo Ministério da Agricultura e por secretarias estaduais e municipais, para propiciar orientações a fazendeiros e professores sobre questões rurais. Conforme aponta Ecar (2017, p. 87),

O objetivo das semanas ruralistas era ‘levar à nossa população do interior, o ensinamento certo de trabalhar a terra e criar rebanhos, transmitir-lhe os elementos de educação rural para melhoria de seu ‘habitat’ para levantamento de seu padrão de vida’ (JORNAL DO BRASIL, 13 de julho de 1934). A primeira Semana Ruralista foi realizada em Itanhandu, cidade ao sul de Minas Gerais, de 13 a 20 de julho de 1934. A proposta da SAAT [Sociedade dos Amigos de Alberto Torres] era de que os eventos tivessem os centros culturais mexicanos como molde (JORNAL DO BRASIL, 6 de julho de 1934).

Algumas Semanas Ruralistas levadas a termo por referências do Movimento pela ruralização do ensino, tais como, Sud Mennucci, Noêmia Saraiva e Luiza Guerra (MATTOS, 2004), são apresentadas no Quadro 5, intitulado “Semanas Ruralistas apresentadas por título, local e ano de realização”.

Título do evento	Local	Ano
1ª Semana Ruralista	Itanhandu/MG	1934
Semana Ruralista	Distrito Federal	1935
1ª Semana Ruralista	Juazeiro do Norte/CE	1935
1ª Semana Ruralista	Rio Verde/GO	1937
Semana Ruralista	Quixeramobim/CE	1938
2ª Semana Ruralista	Rio Verde/GO	1939
3ª Semana Ruralista	Juazeiro do Norte/CE	1948
1ª Semana Ruralista	Rio Branco ⁹¹	1951
1ª Semana Ruralista	Areia/PB	1952
Semana Ruralista	Bauru/SP	-
Semana Ruralista	Franca/SP	-

Quadro 5: Semanas Ruralistas apresentadas por título, local e ano de realização.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode depreender desse quadro, ocorreram Semanas Ruralistas em diferentes estados, de diversas regiões do Brasil. Destacam-se as Semanas Ruralistas realizadas em Juazeiro do Norte/CE, Quixeramobim/CE, Areia/PB, Rio Verde/GO e em Rio Branco.

Em 1938, Joaquim Alves envia missiva a Sud Mennucci informando a remessa dos Anais – impressão oficial – da 1ª Semana Ruralista, realizada em Juazeiro do Norte/CE, em 1935. Além dessa Semana, segundo Amalia Xavier de Oliveira (1948), Diretora da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE, entre os dias 25 e 31 de maio de 1948, estava prevista a realização nesse mesmo município, com patrocínio do Ministério da Agricultura, da 3ª Semana Ruralista.

Segundo Carlos Lobo (1938), Diretor da Produção Animal do Estado do Ceará, ocorreu, em 1938, uma edição de Semana Ruralista em Quixeramobim/CE. Foram realizadas diversas atividades práticas nessa

⁹¹ Então Território da Boa Vista, atual Estado de Roraima.

Semana, como, demonstrações de manejo de arado, de cultivador, de grade, de extintor de formigueiros, da forma de vacinar o bezerro, dentre outros. Além dessas atividades, nessa Semana foram vendidas “inúmeras máquinas agrárias aos agricultores”⁹². Carlos Lobo menciona, ainda, que seria realizada uma Semana Ruralista em Ipu/CE.

Nessa Semana, por fim,

Foram lembrados por ocasião do patriótico conclave e sôb aclamações, os nomes dos grandes brasileiros que olham para o interior do Paiz e auxiliam e animam os que vão acordar e avivar a alma indomita da nacionalidade. Assim, o do grande Presidente Vargas que, numa visão larguissima de estadista esclarecido, apontou aos brasileiros o verdadeiro o verdadeiro sentido de brasilidade: A MARCHA PARA O OESTE. O do Interventor Menezes Pimentel, cujo governo está cumprindo, no Ceará, o ESTADO NOVO e os seus postulados. Os dos Secretarios de Estado Drs. José Martins Rodrigues e Placido Castelo, que prestigiram e apoiaram vivamente o útil empreendimento ruralista. Ainda os de Sud Menuci, de D. Chiquinha Rodrigues – ilustre dama paulista que vem se dedicando com alma e coração ao palpitante problema nacional que é o ruralismo, e de Lourenço Filho, a quem a instrução do Ceará deve o melhor de sua organização. (LOBO, 1938, [s.p.]

A I Semana Ruralista de Areia/PB foi realizada entre 14 e 18 de abril de 1952. Essa Semana foi promovida pelo Serviço de Informação Agrícola e pela Escola de Veterinária do Nordeste, em cooperação com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e com o Govêrno da Paraíba.

⁹² Sobre a questão do uso de equipamentos ou insumos agrícolas relacionados com a modernização das técnicas ou tecnologias de produção, ver Leite (1999). Conforme aponta Mendonça (2006a), em 1915, 90% do arado e 76% dos outros implementos vinham dos EUA.

Essa Semana foi presidida pelo Secretário da Agricultura e contou com a presença do Governador desse Estado, Sr. José Américo de Oliveira, bem como de 59 agricultores, 22 técnicos, 46 professores rurais e um pároco do Estado de Paraíba e de outros Estados vizinhos. Nessa Semana foram oferecidos 18 cursos, ministrados por técnicos dos Ministérios da Agricultura e da Educação; os cursos oferecidos foram:

- 1 – Conservação do solo Combate à erosão.
 - 2 – Mecanização. Máquinas agrícolas.
 - 3 – Cultura da agave.
 - 4 – Cultura da cana-de-açúcar.
 - 5 – Cultura do algodão.
 - 6 – Combate à saúva.
 - 7 – Combate às moléstias das plantas.
 - 8 – Cultura das hortalias.
 - 9 – Silvicultura.
 - 10 – Fruticultura.
 - 11 – Adubação. Preparo de adubos.
 - 12 – Doenças dos bezerros.
 - 13 – Verminose dos animais.
 - 14 – Alimentação do gado.
 - 15 – Administração de medicamentos aos animais.
 - 16 – Julgamento do gado. Escolha de reprodutores.
 - 17 – Combate às pragas das plantas.
 - 18 – Inseminação artificial.
- (I SEMANA RURALISTA..., 1952, p. 257)

Além desses cursos, foram realizados debates sobre questões relacionadas aos problemas da vida rural brasileira. Após realização dos cursos e dos debates, foram apresentados pareceres com algumas conclusões dos participantes organizadas em três grupos separados: fazendeiros e técnicos; sacerdotes e professores, quais sejam:

a) todos os problemas rurais devem ser enfrentados em conjunto, isto é, atingindo não a indivíduos, grupos ou famílias, mas, indistintamente toda a zona rural;

b) para levar a bom termo as providências e medidas concernentes ao crédito ao pequeno produtor, é indispensável o aproveitamento das organizações locais já existentes ou a serem fundadas, ou sejam cooperativas distritais e municipais de crédito e produção, associações e núcleos rurais e a escola rural distrital, paróquias, clubes agrícolas, clubes das mães e etc. Tais instituições, com a participação direta dos próprios agricultores, deverão ter características especiais, como: cooperativas, com raio de ação rural e limitado: associações e núcleos rurais, também de âmbito municipal; escolas dinâmicas, com professores competentes no assunto e bem remunerados, livres de qualquer influência política. (I SEMANA RURALISTA..., 1952, p. 257)

Algumas parcerias foram estabelecidas entre os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com apoio do Ministério e das respectivas Secretarias Estaduais de Agricultura desses estados. Outras propostas foram aprovadas, como, a realização de um curso para os professores rurais do município e a periodicidade anual para realização de Semanas Ruralistas.

A 1ª Semana Ruralista de Rio Verde/GO realizou-se em 1937. Manoel Alves de Almeida, diretor da Escola Profissional Rural, escreveu

uma carta para Sud Mennucci em março de 1939, convidando-o para participar da 2ª Semana Ruralista de Rio Verde/GO:

Sabendo de sua grande visão e profundo conhecimento dos assuntos ruralistas de nossa terra, eis que teria imenso prazer em poder obter sua valiosa colaboração nesse certamen, onde estudaremos varios assuntos presos á vida rural, procurando dar orientação a muitos deles, servindo assim áqueles que obscuramente constróem a base da economia nacional.

No entanto, a 2ª Semana Ruralista, prevista para maio de 1939, não foi realizada. Segundo Manoel, “graças á falta de auxilios dos Poderes Estaduais e Municipais, deixamos de realizar a pretendida SEMANA RURALISTA” (ALMEIDA, 1939b). Isso demonstra que nem sempre os ruralistas do ensino conseguiam, de autoridades públicas, apoio para implementação de suas ideias.

A 1ª Semana Ruralista de Rio Branco foi realizada entre os dias 20 e 28 de julho de 1951. Na sessão solene de abertura dessa Semana, discursou o Governador Jerocílio Gueiros, ressaltando a necessidade de medidas que visem o avanço da economia no setor da produção agropecuária (PRIMEIRA SEMANA..., 1951).

Dentre as várias proposições aprovadas nessa 1ª Semana Ruralista, em artigo publicado na *Revista Brasileira dos Municípios* são apresentadas 12, entre as quais destaca-se, para a finalidade desta pesquisa, a de número 3:

[...] – extensão aos agricultores de tôdas as medidas que, beneficiando os pecuaristas, possam, também, beneficiar aquêles, como sejam a venda de máquinas agrícolas, arame-farpado, aviamentos, engenhos,

etc., para serem pagos a prazo e pelo custo, a dinheiro ou com os próprios produtos agrícolas; (PRIMEIRA SEMANA..., 1951, p. 402)

Nenhuma dessas 12 proposições trata da educação escolar; todas elas estão relacionadas a questões atinentes à aquisição de materiais, construção de novas rodovias, coibição de contrabando de gado, visitas médicas mensais ao interior do Estado, instalação de uma “Fazenda-Modelo”, dentre outros.

Além dessas Semanas Ruralistas, nas fontes analisadas, há menções à realização de Semanas Ruralistas em Bauru/SP, em Franca/SP, no Distrito Federal⁹³, dentre outras.

Conforme dados apresentados, o principal foco das Semanas Ruralistas era fornecer subsídios aos fazendeiros e agricultores, visando a implementação de medidas que impulsionassem a produção agrícola.

3.2 Impressos: livros, revistas e jornais

Algumas das principais ações implementadas pelos ruralistas do ensino para promover a circulação das ideias foram a produção e a publicação de impressos, tais como, livros, revistas e jornais. Entre os autores de livros sobre essa temática, destaca-se Sud Mennucci.

Quanto aos impressos, J. Moreira de Sousa (1950, p. 1098, grifos do autor) ressalta,

⁹³ Nessa Semana Ruralista, Geroncio Caldeira de Alvarenga (1935) ministrou conferência intitulada “O professor em face da escola rural”.

Na literatura, que poderíamos dizer da escola rural, enumeram-se vários livros editados no País, uns, didáticos - de TALES de ANDRADE, NEWTON CRAVEIRO, ALDA PEREIRA da FONSECA, SÊNECA FLEURY; de orientação e doutrina, outros, em plano mais alto, de SUD MENNUCCI, LEONI KASEFF, NOÊMIA SARAIVA, WILLIAN COELHO de SOUZA e AMARAL FONTOURA.

Conforme mencionado, Sud Mennucci escreveu 16 livros, sendo que muitos deles foram sobre questões relacionadas à temática da educação, mais especificamente da educação rural. No entanto, destacam-se os livros relacionados a temática da ruralização do ensino: *A Crise Brasileira de Educação* (1930a), *O que fiz e pretendia fazer* (1932c), *Pelo sentido ruralista da civilização* (1935), *Ruralização* (1944) e *Discursos e Conferências Ruralistas* (1946b). Dentre esses livros, destaca-se a importância de *A Crise Brasileira de Educação*, considerado, por exemplo, por Moacyr Campos (1955), em artigo publicado na *Revista do Professor*, a “verdadeira bíblia do ruralismo”.

O livro de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, intitulado *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária Grupo Escolar de Butantan S. Paulo*, publicado em 1936 e prefaciado por Sud Mennucci, apresenta atividades realizadas por essa professora no Grupo Escolar Rural do Butantan. Esse livro destaca-se pelo fato de propiciar elementos práticos sobre a implementação de aspectos do ensino ruralizado, decorrentes da sua experiência tanto como professora quanto como diretora desse Grupo.

Segundo Moura (2003, p. 118), outra iniciativa foi o lançamento do livro *Saudade*, de Thales de Andrade, considerado uma “espécie de evangelho ruralista”. Thales de Andrade publicou “[...] sobretudo na primeira metade do século XX, diversos livros de cunho ruralista,

destinados a servir como leitura complementar nas escolas primárias do país.” (MOURA, 2003, p. 118).

O livro *Vale do Paraíba e a Ruralização*, de autoria de Ernesto Quissak, foi escrito em 1945 e não há indícios de que tenha sido publicado. Foi encontrada cópia datilografada desse livro no arquivo pessoal de Sud Mennucci. Nesse livro, dentre outros assuntos, Quissak (1945) apresenta discussão sobre a necessidade de se implementarem, de fato, ações visando à melhoria da escola rural, pois, nas palavras do autor, “Sic itur ad astra”.

Outro importante impresso utilizado para propagar as ideias dos ruralistas do ensino foi a produção de revistas ou de artigos publicados em periódicos de circulação regional, estadual ou nacional. A relevância das revistas é corroborada pelos apontamentos de Sirinelli (2003, p. 249), que destaca:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para análise do movimento das idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.

A *Revista do Professor*, publicada pelo Centro do Professorado Paulista (CPP), sendo destinada a professores da rede pública de ensino paulista, circulou entre 1934 e 1965 e nesse período totalizou 98 números publicados, sendo 22 na primeira fase, e 76, na segunda.

Segundo Silva (2006, p. 22), essa Revista, criada em 1934, “[...] teve sua publicação interrompida entre 1939 e 1949, e foi encerrada em 1965.” Essa autora aponta que em 1949, começou a segunda fase dessa Revista, quando foram publicados apenas dois números e sua periodicidade passou a ser irregular. No período de 1950 a agosto de 1957, essa Revista passou a ter periodicidade trimestral. De agosto de 1957 a setembro de 1963, essa Revista passou a ser publicada mensalmente, no entanto, nessa última fase passou a apresentar irregularidades em sua publicação. No ano de 1960 sua publicação ocorreu mensalmente, nos anos seguintes voltou a ser irregular e foram publicados apenas três números entre os anos 1964 e 1965, quando essa Revista deixou de ser publicada (SILVA, 2006).

A *Revista do Professor* foi um importante periódico de divulgação das posições defendidas pelo CPP (SILVA, 2006), sendo que o CPP foi dirigido por Sud Mennucci de 1933 a 1948, período em que ocorreu intenso uso dessa Revista para divulgação das ideias em defesa da ruralização do ensino. No Quadro 6, apresenta-se levantamento de artigos publicados na *Revista do Professor* e que, direta ou indiretamente, abordam a questão da ruralização do ensino.

Autor	Título	Ano de publicação
Noêmia Saraiva de Mattos Cruz	Ensino rural	1934
_ ⁹⁴	Ensino rural: Trecho do relatório anual de 1933 do diretor superintendente do Instituto Butantan	1943

⁹⁴ Indica autoria não identificada.

Victor Lino Bambini	A questão do ensino no Brasil e a solução de Sud Mennucci: O valor científico e construtivo de “A crise brasileira de educação”	1935a
Victor Lino Bambini	A questão do ensino no Brasil e a solução de Sud Mennucci: O valor científico e construtivo de “A crise brasileira de educação”	1935b
-	Ensino rural: A nova escola normal rural de Feira de Sant’Ana, no Estado da Baía.	1935
-	Grupo Escolar do Butantan: Uma grande vitória do seu “Clube agrícola escolar”	1935
-	Primeiro Congresso Brasileiro de ensino regional	1935
-	Relatório dos alunos do 3.º ano do grupo escolar do Butantan	1935
-	Ruralismo: Discurso inaugural da Semana Ruralista de Franca, pronunciado pelo professor Maximo de Moura Santos, em 22 de abril de 1935	1935
Wamberto Dias da Costa	Pela ruralização do ensino no Brasil	1936
-	O Grupo Escolar rural de Carapiranga	1937
-	Um artigo de Sud Mennucci: Na assembléia legislativa do estado	1937
S. da Paixão	Pela educação ruralista	1939
-	Grupo Escolar do Butantan	1939
-	O ruralismo marcha	1951

João Chiarini	Ruralismo	1952
-	Congresso Nacional de professores primários: Realizado em Salvador, Bahia, de 14 a 20 de dezembro de 1953, conclusões finais	1954
-	O ruralismo marcha	1954
Maria Terezinha Rebouças	Em prol do ruralismo: A alimentação da criança na zona rural, seus erros e os meios de remediá-los com recursos locais.	1954
A. Romano Barreto	A crise brasileira de educação: De Sud Mennucci	1955
Moacyr Campos	O profeta do ruralismo	1955
-	Sud Mennucci e o ruralismo: Uma carta de flagrante oportunidade	1955
-	Escola Normal Rural de Piracicaba	1956
-	Isto é uma escola normal rural	1956
-	A Escola Normal Rural	1957
-	Lei n. 4.420, de 28 de novembro de 1957 – Dispõe sobre, a instalação de escola normal rural em Piracicaba, criada pela Lei n. 881, de 6 de novembro de 1950	1957
-	Escola Normal Rural ‘Prof. José de Mello Moraes’, de Piracicaba	1958
Antônio Osvaldo Ferraz	Ruralismo: Palestra realizada na noite de 29 de janeiro corrente, no curso de férias sobre atividades agrícolas, que se efetua, sob o patrocínio da assistência técnica de ensino rural, no clube de ciências de Piracicaba.	1958
-	Decreto n. 33.608, de 15 de setembro de 1958 – Dispõe sobre o exercício da direção de grupo escolar rural	1959

Antônio Osvaldo Ferraz	Grupo escolar rural “Alberto Tórres”	1959
Antônio Osvaldo Ferraz	Três grupos escolares rurais em Piracicaba	1962
-	Criação de Universidades Rurais e outras de objetivos específicos	1965

Quadro 6: Artigos sobre ruralização do ensino publicados na *Revista do Professor*.

Fonte: Artigos sobre ruralização do ensino publicados na *Revista do Professor* (1933-1965)⁹⁵.

Dos artigos reunidos no quadro acima, constata-se que a maior parte deles foi publicada nas décadas de 1930 e de 1950. Diversos desses artigos apresentam discussões sobre a questão das Escolas Normais Rurais. Vários deles não apresentam autoria e alguns deles são de autoria de sujeitos que integram a rede de sociabilidade de Sud Mennucci, como, Noêmia Saraiva e Wamberto Dias da Costa.

Outros importantes periódicos foram utilizados para divulgar as ideias do Movimento pela ruralização do ensino, entre eles, a *Revista Chácaras e Quintais* e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, periódico de âmbito nacional sobre educação, que circula no Brasil desde 1944 e, além publicar artigos sobre educação rural, veicula propostas educacionais associadas às políticas do governo federal.

Além dos livros e das revistas, alguns jornais foram utilizados para propagar as ideias dos ruralistas do ensino, sendo que alguns desses jornais eram vinculados a instituições educativas, como, o jornal o *Lavrador*, publicação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE (SILVA, 2009).

⁹⁵ Relação de referências reunidas no Apêndice C da Tese (MORAES, 2019a).

3.3 Instituições educativas

Algumas instituições educativas foram concebidas com base nas ideias do Movimento pela ruralização do ensino, tais como, Escolas Normais Rurais e Escolas Típicas Rurais. Além disso, algumas delas foram utilizadas para promover a circulação de suas ideias, tais como, os clubes agrícolas.

3.3.1 Formação de professores

Os ruralistas do ensino consideravam a formação de professores um aspecto fundamental para o ensino ruralizado. Segundo Thales de Andrade (1932), o “coração” da Reforma da Instrução paulista de 1932, proposta por Sud Mennucci, eram as Escolas Normais Rurais. Além da ruralização das Escolas Normais, principal proposta defendida por Sud Mennucci, os ruralistas do ensino implementaram outros cursos de formação de professores, tendo como princípio as ideias da ruralização do ensino.

Os ruralistas do ensino consideravam necessária a formação de professores com domínio de conhecimentos, principalmente, de agronomia e de higiene. Conforme mencionado, Sud Mennucci defendia a criação de Escola Normal Rural no Estado de São Paulo. Sugeriu que as Escolas Normais tivessem professores médicos e professores agrônomos em seus quadros, visando o ensino de conhecimentos úteis para resolver os principais problemas da zona rural (MENNUCCI, 1931).

A defesa de Sud Mennucci parece ir de encontro ao que defendia o autor⁹⁶ de uma missiva recebida em 29 de junho de 1935, em que é apresentada discussão sobre as Escolas Normais Rurais, mencionando inclusive o “erro” da França, em 1905, ao propiciar “nas escolas normaes ruraes (pequenas universidades alem de outras disciplinas elevadas sociologia e totemismo). [...] Deram com os burros nagua”. “É perigoso dar-se ao mestre rural conhecimentos elevados, porque precisamos de professores ruralistas e não bachareis em assumptos rurais.” (1935, p. 2).

Ainda que Sud Mennucci defendesse a criação de uma Escola Normal Rural no Estado de São Paulo, até 1948, ano de sua morte, isso não ocorreu. Assim, prevaleceram as Escolas Normais urbanas e a formação de professores para escolas rurais ocorria por intermédio de cursos de especialização. No entanto, segundo Souza (2017), a Escola Normal Rural de Piracicaba/SP passou a funcionar somente em 1956.

Dessa forma, a primeira⁹⁷ Escola Normal Rural implementada no Brasil foi a de Juazeiro do Norte/CE, em 1934 Lourenço Filho (2001, p. 82-83) destaca alguns aspectos sobre o processo de implementação dessa Escola:

A idéia foi levantada pelo então diretor-geral do ensino desse Estado, o sr. Joaquim Moreira de Sousa, que, já em 1931, havia apresentado ao IV Congresso Nacional de Educação um estudo relativo à organização do ensino normal; sugeriu esse técnico que o ensino normal tivesse organização federal, isto é, fosse disciplinado pelo governo central, e

⁹⁶ Assinatura do remetente ilegível.

⁹⁷ Pesquisas em andamento, vinculadas ao Projeto “Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MA, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO e RS (décadas de 40 a 70 do século XX)”, apresentam dados que indicam a implementação de Escolas Normais Rurais antes da de Juazeiro do Norte. No entanto, considera-se necessária a conclusão dessas pesquisas para que esses indicativos sejam confirmados.

que na preparação dos mestres se incluísse o estudo de higiene rural, a prática da agricultura e a de indústrias rurais. Em suas próprias palavras, seria preciso ‘formar na alma do povo, por intermédio do mestre primário, a consciência sanitária e a consciência agrícola, de que está a depender a grandeza do Brasil’. Logo depois, propunha ele ao governo do Estado do Ceará que o ensino da agricultura e de indústrias rurais passasse a ser feito em todas as escolas normais; em 1933, considerando mais de frente o problema, propôs a criação de uma escola normal rural, a ser instalada num dos municípios do interior.

Ainda, analisando-se os apontamentos de Lourenço Filho (2001, p. 82-83), constata-se a presença de um argumento recorrente nos debates para levar a termo a educação rural, qual seja, a questão financeira, como foi apontado durante o I Congresso Brasileiro de Ensino Regional, quando do debate sobre a duração necessária dos cursos das Escolas Normais Rurais.

Não havendo recursos de parte do governo, insistiu o sr. Moreira de Sousa com as autoridades estaduais no sentido de que fosse expedido um decreto pelo qual se admitisse a realização do projeto por entidade privada, com pequeno auxílio dos poderes públicos. Isso foi afinal aceito. Graças aos esforços de uma dedicada professora, Amália Xavier de Oliveira, criou-se, então, em Juazeiro do Norte, uma associação privada, que se ofereceu para fazer instalar e manter a escola normal rural prevista. Desde logo oferecia casa, terreno e material didático. Lavrou-se acordo entre a associação e o governo do Estado, vindo a organização a iniciar seus trabalhos em 1934, com um curso primário e outro de adaptação ao curso normal propriamente dito, ou intermediário. A direção esteve primeiramente entregue ao dr. Plácido Castelo, logo porém substituído pela professora Amélia Xavier de Oliveira, que nessas funções tem permanecido.

Sud Mennucci proferiu discurso no dia 5 de dezembro de 1937 nessa Escola Normal, por ocasião da colação de grau “das primeiras professoras ruralistas do Brasil.” Nesse discurso, Sud Mennucci manifeste-se sobre a questão da Escola Normal Rural, apontando o protagonismo do Ceará no processo de ruralização das Escolas Normais e diz que, na realidade, a “Méca do ruralismo” não é Piracicaba, mas, sim, “o Cariri cearense” (DISCURSO..., 1937). Na Imagem 3, apresenta-se fotografia de Sud Mennucci com essas professoras.



Imagem 3: Sud Mennucci com a primeira turma de professoras diplomadas pela Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE (1937).

Fonte: Arquivo de Sud Mennucci (DISCURSO..., 1937).

Além da Escola Normal Rural de Juazeiro/CE, sabe-se do funcionamento da Escola Normal Rural de Limoeiro/PE, Iguatu/CE,

Ipu/CE e Quixadá/CE, dentre outras. Silva e Costa (2019), em revisão bibliográfica realizada sobre esse assunto, encontraram indícios de funcionamento de 52 Escolas Normais Rurais no Brasil.

Segundo Basso (2018), devido à inexistência de Escolas Normais Rurais no Estado de São Paulo, foram oferecidos Cursos de Especialização Agrícola nos municípios paulistas de São Carlos, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal e São Manuel.

3.3.2 Escolas Típicas Rurais

Outra iniciativa é a criação das Escolas Típicas Rurais. Em 1933, segundo o Art. 256 do Código de Educação do Estado de São Paulo, as Granjas Escolares foram criadas (SÃO PAULO, 1933a). O Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, publicado durante a gestão de Sud Mennucci como Diretor do Ensino do Estado de São Paulo, além de outras providências, previa a criação dos Grupos Escolares Rurais. Já as Escolas Típicas Rurais foram criadas em 1945, pela Portaria 31, de 1 de setembro de 1945 (MORAES, 2014).

As Escolas Típicas Rurais tinham programas de ensino diferenciados, exigiam formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que nelas trabalhavam, tinham critérios específicos para sua instalação, como, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros.

O programa de ensino dos Grupos Escolares Rurais e das Escolas Típicas Rurais foi fixado pelo Ato nº. 16, de 23 de fevereiro de 1949,

conforme apontam Meneses e Mendes⁹⁸ (1960). Nesse Ato são apresentados os conteúdos relativos às Atividades Agrícolas e a Higiene. Segundo esse Ato, a Comissão da Assistência Técnica do Ensino Rural, responsável por estudar e propor um programa de ensino para os Grupos Escolares Rurais e para as Escolas Típicas Rurais, resolveu:

- 1) Manter, na parte referente às técnicas fundamentais, o que está em vigor para o ensino primário comum.
- 2) Fazer adaptação do programa de Noções Comuns, Geografia e História, tendo em vista os objetivos visados pela Escola Rural.
- 3) Elaborar programa especial sobre questões Agrícolas e de Higiene. (apud MENESES; MENDES, 1960, p. 8)

Os conteúdos referentes a Atividades Agrícolas eram, para os 1º e 2º anos, rudimentos de prática de “Semeadura, germinação, transplantação, tratos culturais e irrigação, na horta e jardim.” e “Criação de pequenos animais.” Para o 3º ano os conteúdos eram “Horta escolar e domiciliar”, “Noções sobre adubação das plantas hortícolas” e “Valor econômico e alimentar das hortaliças”. Já para o 4º ano os conteúdos eram: “Horticultura”, “Jardinocultura”, “Silvicultura”, “Fruticultura”, “Avicultura”, “Apicultura”, “Piscicultura”, “Agricultura Geral” e “Sericultura” (apud MENESES; MENDES, 1960, p. 8-11).

Ainda, relacionado ao programa referente a Atividades Agrícolas, para o 4º ano destinado ao público feminino, previam-se os seguintes conteúdos: “Puericultura” – “O que se deve entender por puericultura.

⁹⁸ Os professores João Gualberto Meneses e João Batista Gurgel Mendes organizaram o documento intitulado “Legislação do Ensino Rural”, que reúne as legislações sobre o Ensino Rural em vigor no ano de 1960.

Mortalidade Infantil. Suas causas e meios de combate.”, “Higiêne geral; banho, vestuário.”, além de “A formação da personalidade sadia: a) interdependência do desenvolvimento físico e mental; b) o lar sadio sob os aspectos material, moral, mental e social; c) inter-relação entre a criança e a comunidade sadia.” (apud MENESES; MENDES, 1960, p. 11).

Fica evidente no programa de Atividades Agrícolas a questão dos conteúdos da educação direcionada especificamente às mulheres.

Os conteúdos previstos para a área de Higiene eram, para os 1º e 2º anos, compostos pelos seguintes conteúdos: Higiene pessoal, do vestuário e da habitação, que incluía o “Asseio das mãos e dos pés”, o “Asseio do vestuário” e o “Asseio da habitação: a) dependências internas; b) das dependências externas; c) lixo”. Para o 3º ano, os conteúdos eram Higiene coletiva e da alimentação – “Esgotos e fossas: tipos, conservação e utilização” e “A escolha, preparação e conservação dos alimentos”. Já para o 4º ano os conteúdos eram Higiene da saúde – “Doenças em geral” e “Socorros de Urgência” – “Moléstia cujos micróbios ou vermens são eliminados principalmente, pelas dejeções dos doentes: a) febre tifóide, desinterias; b) verminoses; ancilostomose ou amarelão; tênia ou solitária.” e “Envenenamentos e mordeduras de cobras.” (apud MENESES; MENDES, 1960, p. 8-11).

O Ato número 16, mencionado, bem como o ato número 67, de 1950, eram conhecidos como “Ato Dezesesseis” ou “Programa do Ensino Rural” entre os professores. Esses Atos configuravam-se como a “essência do Ruralismo” e precisavam ser cumpridos, tanto em termos práticos quanto em termos teóricos, para que, assim, a ruralização fosse efetivada na escola (apud MENESES; MENDES, 1960, p. 11).

Meneses e Mendes (1960, p. 11) ressaltam lacuna dos ruralistas do ensino, em termos de materiais didáticos para apoio das atividades em conformidade com os cânones do Movimento pela ruralização do ensino:

[...] uma das grandes falhas do Ruralismo consiste na inexistência de ‘cartilhas’ ou bibliografia de fácil aquisição ou manuseio para a aplicação do ensino teórico-prático das atividades agro-pecuárias e de higiene rural, reclamadas pelo programa acima. Acrescente-se que a maioria do professorado rural desconhece tais programas, ou não sabe como realiza-los.

Messenberg (2012, p. 157) também apresenta crítica à cartilha e os três livros de leitura que compõem a série *Na Roça*, de autoria de Renato Sêneca de Sá Fleury:

A série *Na roça* foi publicada dentre inúmeras cartilhas, livros de leitura e séries graduadas de leitura que estavam sendo publicadas por diferentes editoras. [...] ela foi a primeira série de leitura publicada pela Companhia Melhoramentos, com destinação específica aos alunos das escolas isoladas, localizadas na zona rural. Porém, o conteúdo apresentado nos livros que integram a série *Na roça* não era significativamente diferente do conteúdo apresentado em séries de leitura que também circularam naquele momento histórico.

Na *Revista do Professor*, edição de 1935, há menção à cartilha *Na Roça*, que foi prefaciada por Sud Mennucci, e apresentada por essa Revista como “campe[ã] da ruralização do ensino no Brasil”. Segundo o artigo em questão, essa cartilha estaria “[...] fadada ao melhor êxito, mesmo por ser a primeira destinada às escolas rurais.” (UMA CARTILHA..., 1935, p. 9).

Dos apontamentos de Messenberg (2012), pode-se considerar a procedência do que apontam Meneses e Mendes (1960), já que a série *Na roça*, de Renato Fleury, não era uma proposta concebida para as escolas primárias rurais, em conformidade com os princípios preconizados pelos ruralistas do ensino. Pode-se inferir, considerando-se o que aponta Messenberg (2012), que a série *Na roça* constituiu-se em um material urbanocêntrico, porém, com algumas adaptações para as escolas rurais.

No que se refere à formação de professores, Moraes (2014) destaca a criação dos Grupos Escolares Rurais, que foram criados como uma espécie de escola para prática de ensino da futura Escola Normal Rural de Piracicaba, em consonância com a concepção educacional vigente à época.

Moraes (2014) localizou 253 apontamentos sobre as Escolas Típicas Rurais no Estado de São Paulo, sendo que cinco apontamentos foram sobre Granjas, 82 apontamentos foram sobre Grupos Escolares Rurais e 166, sobre Escolas Típicas Rurais. Porém, Moraes (2014) encontrou vestígios de funcionamento somente de uma Granja e de 12 Grupos Escolares Rurais; sobre Escolas Típicas não foi encontrado apontamento. Essas escolas não foram uma iniciativa restrita ao âmbito do Estado de São Paulo.

Para exemplificar, apresentam-se algumas informações sobre dois Grupos Escolares Rurais. O Grupo Escolar Rural do Butantan, posteriormente denominado “Alberto Torres”, localizado em São Paulo/SP, foi convertido em Grupo Escolar Rural em 1933, porém, passou a funcionar de maneira oficial somente em 1935. Esse Grupo foi dirigido pela professora Noêmia Saraiva⁹⁹ de Matos Cruz e entre as atividades agrícolas nele desenvolvidas estava a plantação de legumes e hortaliças.

⁹⁹ Para mais informações sobre essa professora e sua atuação no Grupo Escolar Rural do Butantan, ver Ecar (2017) e Mota (2010).

O Grupo Escolar Rural de Coruputuba, posteriormente denominado Grupo Escolar Rural “Antonio Bicudo Leme”, foi instalado na Fazenda Coruputuba, localizada no município de Pindamonhangaba/SP, vinculado à Delegacia Regional de Ensino de Taubaté/SP. Esse Grupo situava-se “[...] numa fazenda onde há todo o conforto e bem-estar pregado por Sud Mennucci.” (FERRAZ, 1958, p. 5). Na imagem 4, apresenta-se foto do prédio desse Grupo.



Imagem 4: Prédio do Grupo Escolar Rural “Antonio Bicudo Leme”, de Pindamonhangaba/SP.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina e do Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu de Pindamonhangaba/SP (CORUPUTUBA, [s.d.], p. 87).

3.3.3 Clubes

Outra ação dos ruralistas do ensino com vistas à concretização de suas propostas foi a criação de Clubes, como, Clube do Milho, Clube do Trabalho e Clube Agrícola (BASSO, 2018; MOTA, 2010; MOURA, 2003).

Moura (2003) destaca a criação, em 1921, do Clube do Milho, em Piracicaba/SP, com o objetivo de despertar nas crianças o amor e o respeito pela vida rural. Mennucci (1935, p. 45-46) faz menção a esse Clube e destaca a contribuição de Thales de Andrade:

Ainda em 1921, e por iniciativa do [...] professor [Thales de Andrade], se criava em Piracicaba o 'Clube do Milho', tentativa destinada a incentivar as crianças da cidade o amor pela agricultura e o respeito pela faina a que se entregam os lavradores, ensinando-lhes a cultivar nos quintais de suas casas plantas uteis ou simplesmente ornamentais. O Clube teve grande êxito na produção de vegetal que lidava o nome, recolhido, num dia de festa, ao Largo da Matriz no meu nome pilha que foi vendida em benefício da Caixa Escolar de um Grupo da cidade.

Destaca-se também a criação de Clubes de Trabalho pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (MOTA, 2010). Entretanto, foram os Clubes Agrícolas que tiveram uma maior disseminação no país. Eles constituíram uma iniciativa do Ministério da Agricultura que em 1940, após alguns de seus técnicos, todos agrônomos, retornarem de viagens de estudos aos EUA, passaram a implementá-los no Brasil (MENDONÇA, 2006b).

No entanto, a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), criada em 1945, foi responsável por institucionalizá-los, obtendo inclusive subsídios, como uma modalidade de difusão de ensino rural sob alçada do Ministério da Agricultura.

O projeto dos Clubes Agrícolas foi baseado nos Clubes 4-H (head, heart, hands and health) estadunidenses, criados em 1937, cujo lema era: cabeça, coração, mãos e saúde.

Os Clubes Agrícolas tinham que enviar anualmente ao Ministério da Agricultura relatórios, apresentando informações sobre seu funcionamento, com vistas a fornecer dados para atualização da cartilha “Brincar e Aprender”, de Fleury Filho, que era adotada por essa instituição educativa.

J. Pinto Lima, Carlos Buhr e Guaraci Cabral de Lavor (1958, p. 9), autores do livro intitulado *Clubes Agrícolas*, publicado pelo Ministério da Agricultura brasileiro, destacam que:

Junto as escolas públicas e particulares, especialmente no interior, os clubes agrícolas constituem complemento necessário e imprescindível. Se educar é preparar para a vida, a alfabetização por si só não satisfaz: é preciso, também, despertar nos cidadãos os trabalhos agrícolas, de modo a criar nos jovens, desde a infância, a consciência do seu valor como fatores positivos na sociedade.

Entre 1940 e 1944 foram registrados 886 Clubes Agrícolas no Brasil. Em 1947 o Ministério da Agricultura informou a existência de 1.450 Clubes Agrícolas. Em fins da década de 1950, os Clubes Agrícolas continuavam em pleno funcionamento, supostamente contribuindo para

o ajustamento da escola primária rural ao meio a que pertence, totalizando 2.183 Clubes no ano de 1958 (MENDONÇA, 2006b).

J. Pinto Lima, Carlos Buhr e Guaraci Cabral de Lavor (1958, p. 41-43) apontam que os objetivos dos Clubes Agrícolas são:

- 1 – Incumbir na consciência de seus sócios o amor à terra, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a idéia do seu valor econômico e patriótico.
- 2 – Dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a profissão do agricultor.
- 3 – Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos.
- 4 – Desenvolver o espírito de cooperação na escola, na família e na coletividade.
- 5 – Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas.
- 6 – Suscitar no espírito dos sócios, especialmente meninas, a verdadeira significação da palavra ‘lar’.
- 7 – Colaborar para o melhoramento permanente da vida rural, tornando-a mais agradável e aperfeiçoando-a sob o ponto de vista da sociabilidade, da estética e da cultura geral.
- 8 – Formar e cultivar hábitos de economia e orientar os sócios sobre a melhor aplicação do seu dinheiro.
- 9 – Fazer a propaganda, na comunidade rural, da vivenda bonita, confortável, alegre e higiênica, ensinando os sócios a achar belas a ordem e a limpeza.
- 10 – Proteger os animais e as plantas.

11– Avaliar pelo reflorestamento, organizando o bosque do clube em terreno que deve ser doado pela Prefeitura ou proprietário local; preparando os viveiros que forneçam mudas aos sócios; aconselhando os lavradores a reflorestar parte das áreas de suas fazendas; conseguindo que toda árvore derrubada seja substituída por duas outras que se plantam.

12 – Florir as janelas das casas dos sócios e realizar, todos os anos, o concurso das janelas floridas.

13 – Comemorar a 21 de setembro o ‘Dia da Árvore’ e dedicar um dia à comemoração anual da principal cultura ou criação local.

14 – Conseguir das autoridades municipais e estaduais, bem como dos particulares, que couberem na extinção da saúva, e instituir, no último trimestre do ano, o ‘Dia da Saúva’, para demonstração do combate coletivo àquela praga.

15 – Influir para que as praças, ruas e estradas da localidade sejam arborizadas.

16 – Organizar uma cooperativa para venda dos produtos das plantações e criações dos sócios.

17 – Difundir as regras da alimentação sadia como base da boa saúde, ensinando apreciar o valor nutritivo dos alimentos e os processos racionais de prepará-los.

18 – Organizar uma biblioteca.

19 – Combater as queimadas, a erosão, as doenças e pragas das lavouras e criações.

20 – Enaltecer a vida e a obra dos grandes pensadores, naturalistas, cientistas, sociólogos e homens de ação, cujas idéias e realizações tenham tido influência decisiva nos domínios científico, social, técnico ou econômico da vida nacional.

Como se pode depreender da análise dos apontamentos de J. Pinto Lima, Carlos Buhr e Guaraci Cabral de Lavor (1958), os objetivos dos clubes agrícolas apresentam consonância com as ideias do movimento ruralista brasileiro, bem como do Movimento pela ruralização do ensino, como, a fixação do homem no campo e o desenvolvimento do apreço pelos trabalhos manuais, duas questões fundamentais para os ruralistas e que eram diretamente relacionadas com a educação ruralizada.

Ressalta-se que os objetivos dos Clubes Agrícolas no Brasil são praticamente os mesmos dos Clubes 4-H dos EUA. Sobre esse aspecto, J. Pinto Lima, Carlos Buhr e Guaraci Cabral de Lavor (1958, p. 70), destacam: “A educação rural não pode limitar-se a simples alfabetização. Ela deve ser marcada pelo acentuado espírito de realização que caracteriza o clube agrícola, de cujos trabalhos cada ponto oferece os mais variados assuntos de interesse para o ensino.”

3.4 Sociedades e institutos

Sociedades e institutos tiveram um papel relevante na consolidação do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil. Mencionam-se como exemplos a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Sociedade Luiz Pereira Barreto e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, foi uma organização cujo trabalho teve repercussão exitosa em outras Unidades da Federação com objetivo de difundir e de implementar as ideias ruralistas, inclusive aquelas relacionadas à educação. Já a Sociedade Luiz Pereira Barreto, tinha objetivos semelhantes aos da Sociedade Amigos de Alberto Torres, porém, sua atuação era restrita ao âmbito do Estado de São Paulo (MATTOS, 2004; MOURA, 2003).

O INEP, criado em 1937, teve entre seus diretores Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Além disso, lançou, em 1944, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. J. Moreira de Sousa (1950, p. 1102, grifos nossos) destaca a importante contribuição desse Instituto, nos anos 1950, ao ofertar cursos para professores de escolas primárias rurais. No entanto, lamenta a inexistência das Escolas Normais Rurais que, como apontado, eram o foco dos ruralistas do ensino.

O Instituto Nacional de estudos pedagógicos, sob a influência orientadora do atual Governo, em mais de um documento público, salienta a tendência para *o mais decidido ruralismo da escola primária* e vai além das palavras, pois entrar agir, edificando, na zona rural, milhares de prédios, para escolas primárias, uns, para escolas normais, outros, sendo certo que a política que a norteia, na atual administração federal, é no sentido de dar às populações do Interior a escola que melhor se adapta à sua psicologia e melhor atende às suas necessidades econômicas. Mais de um curso tem promovido referido Instituto, para professoras públicas de escolas primárias dos Estados, sendo de estimar que os mesmos se repitam, até que venham as escolas normais rurais prometidas, rurais pela posição, no meio geográfico, mas rurais, sobretudo, pelo espírito, pelos processos e pelos objetivos especiais a alcançarem.

Dentre os cursos oferecidos pelo INEP destaca-se o intitulado “Problemas de Educação Rural”, realizado em 1949 e ministrado pelo professor Robert King Hall, da Columbia University. Entre os temas abordados nesse curso, estava “O papel da escola primária rural na segurança nacional” (INEP, 1950), dado que contribui para corroborar argumentos apresentados no Capítulo IV. A atuação desse professor no Brasil é recorrentemente citada em fontes analisadas, haja vista a

representatividade desse professor, bem como pelo fato de o curso mencionado ter sido promovido e financiado pelo INEP, como apontado, uma instituição de abrangência nacional. Apresenta-se, a seguir, na Imagem 5, fotografia na qual o professor Robert King Hall aparece.



Imagem 5: Professor Robert King Hall em atuação no curso “Problemas de Educação Rural”.
Fonte: INEP (1950).

Da análise desses dados, constata-se que os ruralistas do ensino utilizaram diversas ações visando promover a circulação das suas ideias e atingir os seus objetivos. Essas ações envolviam as áreas da política, da economia e da cultura, porém, com uma forte ênfase na educação escolar. Essas ações ocorriam por diferentes formas, quais sejam, oral, escrita,

imagéticas, entre outras, e eram promovidas por iniciativas públicas e privadas.

As ações visando promover a circulação envolveram sujeitos das esferas pública e privada, nacionais e internacionais, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo dos diferentes níveis de governo. Ou seja, os ruralistas do ensino tinham uma ampla rede de sociabilidade, que atingia diferentes regiões e longínquos pontos do Brasil.

As estratégias e as táticas adotadas pelos ruralistas do ensino estão em consonância com a argumentação apresentada por Cyro de Freitas Gaia, em missiva utilizada como epígrafe deste capítulo: “Assim é fazer ruralismo, com trabalho e ação e não com palavras.” (GAIA, 1935, p. 1).

4.

Ruralização do Ensino: Aqui e Acolá

NEW YORK UNIVERSITY
WASHINGTON SQUARE COLLEGE
2226 Loring Place
New York 53, New York
December 5, 1946

Sr. Sud Mennucci
Rua Cap. Cavalcanti, 116
São Paulo
Brazil

Dear Sir.

Please accept my sincere thanks for the copies of your very interesting studies of the problems of rural education, A ruralização and Discursos e Conferências ruralistas, which I have recently received. I greatly appreciate your kindness in sending them to me and giving me the opportunity of becoming better informed concerning this subject.

With kind regards and repeated thanks, I am

Very sincerely yours,
E. Herman Hespelt
Professor of Spanish

A carta de Hespelt (1946), reproduzida na epígrafe, exemplifica a estratégia utilizada por Sud Mennucci que, por intermédio do envio de seus livros, visava promover a circulação das ideias sobre a ruralização do ensino. Neste capítulo, apresentam-se análises sobre aspectos dos conteúdos da correspondência de Mennucci que elucidam o processo de circulação das ideias dos ruralistas do ensino em âmbito internacional. Analisam-se, também, relações entre aspectos da educação rural brasileira e programas dos Estados Unidos da América e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁰⁰ para a América Latina.

4.1 Correspondência enviada dos EUA para Sud Mennucci

Para além do âmbito nacional, no qual, como demonstrado, Sud Mennucci manteve expressiva troca de correspondência com diferentes sujeitos de variados pontos do Brasil, há que se destacar, pelas suas especificidades e relevância para as finalidades desta pesquisa, um segmento dos sujeitos da rede de sociabilidade de Sud Mennucci sobre educação rural, quais sejam, organizações ou pessoas estrangeiras¹⁰¹ radicadas no Brasil ou no estrangeiro.

Como exposto no capítulo II, Sud Mennucci manteve troca de correspondência com sujeitos de diferentes países, quais sejam, Argentina, Bolívia, Cuba, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela e EUA, sendo que

¹⁰⁰ Organização criada em 1944, para tratar de assuntos relacionados à ciência e à cultura de países vinculados à ONU.

¹⁰¹ Exceções: Manoel Cardoso e Brenno Silveira, sobre os quais há indícios que sugerem que seriam brasileiros.

este país registra a maior frequência de troca de correspondência, totalizando 23 cartas.

Apresentam-se, no Quadro 7, sujeitos ou instituições que escreveram cartas a Sud Mennucci informando o recebimento e registrando agradecimentos pelo envio de livros de sua autoria (BRALS, 1946; CARDOSO, 1947; CAYOT, 1947; CROOHA, 1946; HESPELT, 1946; HILTON, 1946; KENISTON, 1946; MEICHE, 1947; ROWE; ALBA, 1946; 1947; UNIÃO..., 1946) ou, em alguns casos, dizendo que utilizaram ou utilizariam esses livros em atividades, como, conferências ou aulas¹⁰² (MEICHE, 1946; TERAN, 1947; VILLELA, 1946).

Nome	Instituição	Data	Local
Carlos M. Teran	Prof. of Latin American Civilization, no Michigan Estate College	1947	East Lansing – Michigan
E. Herman Hespelt	Prof. of Spanish (New York University)	1946	New York
Esther G./J. Crooha	Goucher College	1946	Maryland
Hyward Keniston	DEAN (University of Michigan)	1946	Michigan
L. S. Rowe e Pedro Alba	Diretor Geral e Subdiretor da União Panamericana	1946 e 1947	Washington
Lavinia Costa Villela	-	1946	Belmont – Massachusetts
Manoel Cardoso	The Catholic University of America	1947	Washington
Mary E. Cayot	Carnegie Endowment for International Peace	1947	New York

¹⁰² Esses dados são apresentados conforme constam nas cartas, inclusive no que se refere às abreviações.

Prof. E. Meiche	-	1946 e 1947	San Antonio – Texas
R. A. Brals	Director do The New York Public Library Acknowledge	1946	New York
Ronald Hilton	Stanford University	1946	Santa Ynez
União Panamericana	-	1946	Washington

Quadro 7: Sujeitos ou instituições dos EUA que enviaram cartas a Sud Mennucci.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir apresenta-se, com maior detalhamento, outro bloco de sujeitos, também dos EUA, que se corresponderam com Sud Mennucci. Considerando-se os dados levantados, esses sujeitos são mais relevantes para as finalidades desta pesquisa¹⁰³.

Arnold Tschudy, representante ou Diretor do Coordinator of Inter-American Affairs of the United States of America, escreve, entre 1944 e 1946, do município de São Paulo, 13 cartas a Sud Mennucci, sendo que uma delas é assinada juntamente com Frank. H. Oram (ORAM; TSCHUDY, 1944). Arnold Tschudy trata de assuntos referentes à realização de exposição e ao envio de trabalhos de crianças brasileiras à American Association of University Women (TSCHUDY, 1945c; 1946b). O remetente aponta o intercâmbio de materiais e de ideias entre Brasil e EUA e destaca, com pesar, o declínio de Sud Mennucci ao convite do governo estadunidense para realização de viagem de observação e estudos naquele país (TSCHUDY, 1944a; 1944b; 1944c; 1944d; 1945b; 1945d; 1945e; 1946c). Em carta de 18 de fevereiro de 1946, informa que está partindo para Nova York para assumir o cargo de Vice-Presidente Executivo do Inter-American Council e, na impossibilidade de se despedir

¹⁰³ Os nomes dos remetentes e das instituições a que estavam vinculados, bem como outros dados, são apresentados conforme constam na correspondência.

de Mennucci pessoalmente, escreve-lhe apresentando agradecimentos pelas “inúmeras provas de gentileza e de amizade”. Informa o endereço temporário da Inter-American Council, diz que será um prazer receber Mennucci em momento oportuno e que está à disposição (TSCHUDY, 1946a).

Outra missiva, de 25 de abril de 1945, demonstra a relação de Sud Mennucci com Arnold Tschudy e, por conseguinte, com os EUA. Nessa carta, Tschudy manifesta satisfação pela publicação, no dia 12 de abril de 1945, no Diário Oficial, pelo Departamento de Educação, de circular que recomenda a organização dos Clubes Panamericanos nas escolas do Estado de São Paulo. Ressalta que essa iniciativa irá “contribuir para uma maior aproximação entre os países da América”, destacando que informará o governo dos EUA sobre essa iniciativa e que está certo “de que a mesma será recebida em Washington com grande entusiasmo.” Esse missivista destaca, por fim, a contribuição que Mennucci vinha dando à difusão dos ideais panamericanos nas escolas (TSCHUDY, 1945a).

Frank H. Oram, “diretor-interino” do Office of Inter-American Affairs of EUA, também escreve, entre 1944 e 1945, quatro cartas a Sud Mennucci, agradecendo a colaboração com o Departamento de Educação para a realização do “Curso de Extensão Cultural e Mostruário de Livros Educativos Norte-americanos”. Nessas cartas, menciona, também, a participação, principalmente dos professores: J. Oliveira Orlandi (bibliotecário chefe) e Elisario Rodrigues de Souza (assistente de publicidade) (ORAM, 1945a). Além disso, acusa e agradece recebimento de ofício de indicação de três educadores brasileiros para realização de curso de aperfeiçoamento nos EUA e manifesta satisfação pela possibilidade, informada por Sud Mennucci, do financiamento do governo do estado para o envio de, no mínimo, mais três educadores paulistas para esse aperfeiçoamento nos EUA (ORAM, 1945b). Esse

remetente informa, ainda, a assinatura de um acordo entre os EUA e o Ministério da Agricultura, Diretoria do Ensino Agrícola, para o desenvolvimento do ensino rural no Brasil (ORAM, 1945c).

Além de Arnold Tschudy e Frank. H. Oram, Rone Amorim, também vinculado ao Office of Inter-American Affairs, envia missiva a Sud Mennucci em 1945, fazendo menção à exibição de “Films Strips” em escolas da capital paulista (AMORIM, 1945).

Adolf A. Berle Jr., Embaixador dos EUA, escreve a Mennucci em 1945, do Rio de Janeiro, acusando o recebimento de solicitação e autorizando a publicação de sua conferência “pronunciada por ocasião do encerramento do Curso de Extensão Cultural”. Esse remetente, menciona, ainda, intercâmbio cultural entre Brasil e EUA (BERLE JR., 1945).

Brenno Silveira, redator e tradutor da Pan American Union, em carta datada de 1947, de Washington, informa possibilidades de cooperação para publicações, coloca-se à disposição de Sud Mennucci e solicita o envio de publicações de sua autoria (SILVEIRA, 1947a; 1947b).

Esses foram os sujeitos identificados na rede de sociabilidade de Sud Mennucci e que, direta ou indiretamente, eram vinculados a organizações públicas ou privadas estadunidenses. Esses sujeitos ocupavam cargos-chave em organizações estratégicas para promoção da circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino, tais como universidades, bibliotecas e outras organizações.

Ressalta-se, ainda, que nesse momento, vários acontecimentos contribuíram para as interlocuções entre Sud Mennucci e sujeitos vinculados a organizações dos EUA, em especial representantes do governo ou de instituições governamentais. Um desses acontecimentos foi a Segunda Guerra Mundial, que teve diversos desdobramentos em termos de geopolítica internacional. Devido as suas dimensões territoriais,

localização estratégica, recursos naturais, entre outros fatores, foi necessário que os EUA adotassem medidas para continuar a deter a hegemonia, em termos políticos, econômicos e culturais, sobre o Brasil, hegemonia essa que estava relacionada, entre outros fatores, à questão da agricultura, cujo êxito, segundo os ruralistas do ensino, dependia majoritariamente da educação escolar.

As ideias do Movimento pela ruralização do ensino foram defendidas por vários sujeitos de diferentes regiões do país e estiveram, de alguma forma, articuladas a referenciais estrangeiros em circulação no Brasil e em âmbito internacional.

Bezerra Neto (2003, p. 15) destaca que

A defesa das propostas do ruralismo pedagógico não se restringiu aos educadores, visto que alguns governantes aderiram a elas, criando em suas áreas de influência algumas escolas rurais, mas em grande medida, deixaram de atender partes das reivindicações de seus defensores, sobretudo devido às dificuldades que havia para se encontrar professores que quisessem lecionar no campo. Mesmo esses governantes que, de alguma forma, atenderam às reivindicações dos pedagogos ruralistas, não ficaram imunes a alguns importantes questionamentos.

Ainda, segundo esse autor, o “ruralismo pedagógico” “[...] se deu não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo. Intelectuais, considerados nacionalistas trataram de difundir-lo.” Assim, as ideias dos ruralistas do ensino foram difundidas “[...] tanto no Brasil, como no exterior, uma vez que estas propostas estiveram presentes, transformando-se em práticas, tanto na América Latina, como na América do Norte e Europa.” (BEZERRA NETO, 2003, p. 17).

Ainda que Sud Mennucci defendesse um ensino que atendesse às especificidades ou demandas nacionais, a ruralização do ensino, direta ou indiretamente, estabelecia, em alguma medida, conexões com ideias pedagógicas em circulação no Brasil e também advindas do exterior, ao mesmo tempo em que difundiam seus escritos em outros países.

A seguir, são apresentados alguns apontamentos visando demonstrar conexões entre Brasil, EUA e UNESCO. Além disso, são apresentados apontamentos sobre outras formas de relações entre intelectuais da área da educação e representantes do governo brasileiro, visando demonstrar diversas formas de interlocução bidirecional, porém não necessariamente em condições de igualdade, entre Brasil e EUA. Além disso, são apresentados acordos, comissões, convênios e campanhas entre esses dois países, bem como ações da UNESCO para a educação rural na América Latina.

4.2 Presença dos EUA na educação rural brasileira

Desde a Primeira República, os EUA já mantinham relações com o Brasil, porém destacam-se, neste tópico, alguns exemplos dessas relações registrados entre as décadas de 1930 e 1950, período que corresponde à delimitação temporal desta pesquisa. É importante destacar isso, pois, conforme Mendonça (2006b, p. 146),

A historiografia especializada é enfática ao destacar a presença norte-americana junto à agricultura e à educação no Brasil. Entretanto, parece desconhecer que esta presença não era nova, datando da Primeira República, quando atuaram inúmeras Missões Educativas destinadas, especificamente, ao fomento da produção de alimentos.

Entre os exemplos dessa relação durante a Primeira República, bem como em anos anteriores, menciona-se a presença de estadunidenses no Brasil e de brasileiros que estudaram nos EUA ou que, por diversos motivos, tiveram contato com ideias desenvolvidas nos EUA e propuseram sua replicação no Brasil. O agrônomo estadunidense Benjamin Hunnicut, por exemplo, ocupou, em 1898, cargo de direção da Escola Agrícola de Lavras/MG. Carlos Botelho, “médico e agrônomo” formado nos EUA e que foi Secretário de Agricultura de São Paulo no quadriênio 1904-1909, enfatizou a importância da concepção da “moderna agricultura” para São Paulo, aprendida naquele país. Assis Brasil, também considerado “profeta do ruralismo”, após sua atuação como diplomata em Washington, entre 1898 e 1901, passou a defender a implementação no Brasil de princípios da “agricultura científica” e da “moderna agricultura” aprendidos nos EUA (MENDONÇA, 1997).

A defesa contundente por Assis Brasil (1917) da importância da educação rural foi abordada na conferência pública intitulada “A vida do campo e a reforma rural”, proferida em Belo Horizonte, em 8 de novembro de 1915¹⁰⁴:

A diferença entre a minha acção e a de outros patriotas tão sinceros como eu e mais meritorios está em que eu ataco a questão pela raiz. O lema da minha politica é - *Educação e Riqueza*. Povo ignorante e pobre será sempre escravo, ou em perigo de ser escravizado. A cada balanço que a onda dos acontecimentos imprime á nau que carrega os destinos da Patria, vemos o perigo da imminencia da mão de ferro que nos há de empolgar, para nos salvar... provavelmente para nos perder. (BRASIL, 1917, p. 47, grifos nossos)

¹⁰⁴ Essa Conferência foi realizada em 1915, porém, reeditada em 1917, por ordem do “Secretario dos Negocios do Interior do Estado de São Paulo” para leitura nas escolas públicas desse Estado (BRASIL, 1917).

Outro exemplo dessa relação, conforme aponta Mendonça (1997, p. 32), foi a criação da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura¹⁰⁵, criada em Paris, em 1894, “[...] num contexto em que a influência europeia era ainda marcante na determinação dos fluxos de capitais, tecnologia e ideias destinados à América Latina.” No entanto, “Em matéria de conhecimentos aplicados à agricultura, a mudança de sinais a favor do *modelo americano* seria ligeiramente posterior, correspondendo a outras agremiações da classe proprietária.”

Entre os sujeitos dos EUA que enviaram missivas a Sud Mennucci, há alguns vinculados a organizações estratégicas, em termos geopolíticos, para a hegemonia estadunidense no continente americano. Entre essas organizações destacam-se a Pan American Union e o Institute of Inter-American Affairs.

Vanett Lawler, Charles Seeger e Brenno Silveira eram vinculados à Pan American Union. Essa organização foi criada, inicialmente com outra denominação, em 14 de abril de 1890, durante a Primeira Conferência Pan-Americana, em Washington. A Pan American Union foi responsável pela efetivação de um conjunto de ações definidas nessa Conferência e de outras ações visando divulgar o pan-americanismo (MINELLA, 2013).

Arnold Tschudy, Frank. H. Oram e Rone Amorim eram vinculados ao Institute of Inter-American Affairs. Em relação a essa organização, vale destacar, conforme aponta Mendonça (2006b), sua vinculação com programas governamentais dos EUA, como, a “Política de Boa Vizinhança”. Sobre essa questão, Mendonça (2006b, p. 100) afirma:

¹⁰⁵ Mendonça (1997) informa que encontrou poucas informações sobre essa sociedade.

A ‘Política da Boa Vizinhança’ do presidente Roosevelt, nos anos 1930, estreitou os contatos com a América Latina através do Institute of Inter-American Affairs (IIAA), criado em 1942 e responsável pelo primeiro programa de ‘assistência técnica’ destinado a ‘melhorar’ as condições de saúde, educação e agricultura na Latino-américa (Leavitt, 1964: 221). Segundo alguns autores, o Serviço de Cooperação norte-americano funcionaria como entidade de fundos e equipes mútuos, porém dotada de organização semiministerial, mobilizada em função de projetos específicos, sempre envolvendo os governos latino-americanos em seu co-patrocínio. Seu status semigovernamental conferiu-lhe razoável liberdade para suplantar as resistências usuais às ‘inovações’ contidas na aplicação desses projetos, sendo elas dirigidas por técnicos norte-americanos.

Em conformidade com essa política, os EUA implementaram diversas ações que, direta ou indiretamente, afetaram ou envolveram o Brasil. Entre essas ações, destacam-se acordos, comissões, convênios, campanhas, que são exemplificadas adiante. No entanto, constatam-se críticas de ruralistas do ensino a alguns convênios que não eram cumpridos adequadamente. Sud Mennucci, em carta enviada a José Américo da Costa, datada de 6 de novembro de 1946, ressalta: “O próprio Convênio de Educação Rural, feito entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil, e por êste transferido a São Paulo, no âmbito dêste Estado, não vai além das Escolas Práticas de Agricultura.” (MENNUCCI..., 1955, p. 8).

Além do Institute of Inter-American Affairs, destaca-se que o Ministério da Agricultura do Brasil e a Inter-American Education Foundation Inc., dos EUA, firmaram convênio para a criação e a instalação das missões rurais. Essas missões contavam com apoio financeiro do Brasil e dos EUA, sendo que esse último país fornecia, também, “recursos humanos” (LEITE, 1999, p. 32).

Na mesma direção pode ser citado o “Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e The Institute of Inter-American Affairs, Repartição Corporativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um Programa Cooperativo de Educação nas zonas rurais” (BRASIL, 1952).

Destaca-se, ainda, a relação com a American International Association for Economic and Social Development (AIA), que patrocinou a criação, no Estado de Minas Gerais, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) (LEITE, 1999). Segundo Leite (1999), essa Associação posteriormente passou a ser denominada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Minas Gerais, que continuava em funcionamento até a data de conclusão desta pesquisa.

Mendonça (2006a) refere-se também a um tratado firmado entre os EUA e o Ministério da Agricultura do Brasil, em 1942, que deu origem à Comissão Brasileiro-Americana para a Produção de Gêneros Alimentícios, que tinha entre seus objetivos a aceleração da formação de trabalhadores rurais para a intensificação da produção de alimentos, fator de fundamental importância para o “esforço de guerra”. Vale ressaltar que acordos entre o Ministério da Agricultura e os EUA passaram por alterações a partir do envolvimento direto desse país na Segunda Guerra Mundial (GOMIDE, 2012; LEITE, 1999; MENDONÇA, 2006a; 2006b).

Foi realizado, ainda, o programa de cooperação técnica internacional, denominado “Ponto IV”, entre os EUA e os países latino-americanos. Esse programa foi proposto pelo presidente dos EUA, Harry Truman, em 1949. O “Ponto IV” tinha entre os seus objetivos contribuir para a constituição de um “cordão sanitário”, visando impedir o avanço do comunismo na América Latina (MENDONÇA, 2006a).

Quanto ao “cordão sanitário”, segundo Barreiro (2010, p. 15), “Acreditavam que, na luta ideológica, os povos famintos assimilariam melhor a propaganda comunista, do que as nações prósperas.” Nesse sentido, a educação escolar desempenharia papel central no combate à contaminação ideológica das populações de áreas rurais.

No Brasil, o “Ponto IV” foi implementado por meio de dois acordos com o governo dos EUA, quais sejam, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 1953. Esse programa representou a consolidação do primeiro compromisso entre Brasil e EUA para a assistência técnica e abrangeu as áreas da economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, bem como agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes, dentre outras (CPDOC/FGV).

Para Mendonça (2006a), esse programa diferenciou-se por ter colocado a educação como tática para evitar ou mitigar conflitos nas áreas rurais e promover o crescimento econômico.

Na área de educação, o Ponto IV dedicou-se à formação de professores que viessem por sua vez a formar profissionais para a indústria. Atuou inicialmente junto à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, criada em 1946, a qual fornecia técnicos e equipamentos para 23 escolas industriais. Essa comissão seria reorganizada em 1957 com o objetivo de permitir que a cooperação técnica se exercesse através de uma instituição permanente. O Ponto IV criou ainda o Centro Nacional de Treinamento de Professores para o Ensino Industrial em Curitiba e promoveu a Campanha de Formação de Geólogos, trazendo ao Brasil professores norte-americanos. Foram estabelecidos convênios com alguns estados visando ao aperfeiçoamento de professores primários. Além de promover a vinda de técnicos e professores norte-

americanos, o Ponto IV concedia a brasileiros bolsas de estudos nos Estados Unidos. (CPDOC/FGV)¹⁰⁶

Ainda em decorrência de acordos firmados na década de 1950 entre os EUA e o Ministério da Agricultura, destacam-se iniciativas, tais como, as de assistência aos trabalhadores de áreas rurais: Missões Rurais, Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947), Campanha Nacional de Alfabetização Rural (1952), fundação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (1954), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), dentre outras.

Conforme apontado em estudo desenvolvido pela FGV (1979, p. 10),

A idéia que fundamenta a prática de ‘Missões Rurais’ é a de ação educativa integral para soerguimento geral das condições de vida material e social de pequenas comunidades rurais [...]. A 1ª Missão Rural de Educação, no entanto, só começou a funcionar em 1950, no município fluminense de Itaperuna [...].

Em relação à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)¹⁰⁷, criada em 1952, “[...] no segundo mandato de Getúlio Vargas, oficializada em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek e extinta em 1963, [...] [pode-se dizer que ela] objetivou adequar o homem do campo ao plano de desenvolvimento econômico por meio da Educação de Base.” (BARREIRO, 2010, p. 14). A proposta da Campanha Nacional de Educação Rural tem relação com a perspectiva de desenvolvimento comunitário estadunidense.

¹⁰⁶ Sobre esse assunto, ver o verbete “Ponto IV”, publicado pelo CPDOC/FGV.

¹⁰⁷ Campanha análoga também foi realizada na Espanha (HERNANDÉZ DÍAZ, 2000).

Paiva (1987, p. 197) aponta que a Campanha Nacional de Educação Rural foi criada “[...] depois da realização da experiência de Itaperuna [município no qual foi realizada a 1ª Missão Rural de Educação no Brasil]. Sua criação é um dos pontos altos de todo o movimento em favor do ensino rural, de grande importância [...] desde os anos [19]20.”

De acordo com Mendonça (2006b), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958) foram baseadas na perspectiva das “Missões Rurais”, visando promover a alfabetização de adultos e o desenvolvimento comunitário.

Sustentada com recursos derivados do Fundo Nacional de Educação Primária, a [...] [Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos] geraria intensa polêmica com relação a seu objetivo de educar adultos, em detrimento da ampliação da rede de ensino elementar regular. A defesa realizada pelos dirigentes da Campanha consistiu em afirmar que a atuação sobre o adulto acabaria estimulando as matrículas nas escolas primárias comuns, donde seu lema: ‘é por amor à criança que devemos educar adolescentes e adultos’. (MENDONÇA, 2006b, p. 145)

Destaca-se, também, a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Essa Comissão, gerenciada pelo Ministério da Agricultura do Brasil, funcionou entre 1946 e 1948 e foi resultante de acordo firmado, em outubro de 1945, entre esse Ministério e a Fundação Interamericana de Educação (MENDONÇA, 2006a).

Em 20 de outubro de 1945 firmou-se, no Rio de Janeiro, um acordo entre o Ministério da Agricultura e a Fundação Interamericana de Educação (Incorporação), sobre a Educação Rural, a vigorar de 19 de janeiro de 1946 a 30 de junho de 1948, podendo ser prorrogado mediante acordo escrito e ficando sujeito à troca de notas entre o ministério das relações exteriores e a Embaixada dos Estados Unidos da América. (FGV, 1979, p. 14)

Entre as atividades previstas ou realizadas pela CBAR estavam: estudos relacionados à sociologia rural, realização de Semanas Ruralistas, fundação de clubes agrícolas, criação de instituições de ensino agrícola e expansão de Centros de Treinamento de Operários Agrários. Os clubes agrícolas baseiam-se, com alguma variação, no modelo dos Clubes 4-H estadunidenses, conforme mencionado no capítulo III.

Além de acordos celebrados com o Ministério da Agricultura brasileiro, destacam-se, também, acordos firmados com o Ministério da Educação e Saúde Pública do Brasil, como, para concessão de bolsas de estudo nos EUA, destinadas a especialistas desse Ministério.

Foram firmados, também, com os EUA, outros acordos, convênios, tratados, campanhas, entre outras ações que envolveram, ora o Ministério da Agricultura, ora o da Educação e Saúde Pública¹⁰⁸, ora ambos. Apresentam-se, neste livro, aqueles considerados mais relevantes para fins de exemplificação.

Além desses acordos, convênios, tratados, campanhas, há que se considerar, ainda, como fator de aproximação ou de estreitamento das

¹⁰⁸ Mendonça (2006a) destaca que, entre 1930 e 1950, ocorreu disputa entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo controle do ensino agrícola. Na década de 1940, por exemplo, o ministro Gustavo Capanema e outros sujeitos vinculados ao poder público defendiam que todas as instituições de ensino existentes no país deveriam ser de alçada do Ministério da Educação e Saúde Pública.

relações entre Brasil e EUA na área da educação rural, as históricas e declaradas preferência e admiração, instigadas, de alguma forma, pelos EUA, entre intelectuais e governantes brasileiros, pelo modelo estadunidense de educação escolar. Como exemplo dessa admiração, vale citar J. Roberto Moreira¹⁰⁹, que apresentava a escola rural estadunidense como modelo para o Brasil, destacando que “[...] em 1934, a escola rural americana era já uma escola típica, estritamente associada aos problemas e questões locais.” (MOREIRA, 1949, p. 853-854), posicionamento também defendido pelos demais ruralistas do ensino.

Com base em dois pedagogos estadunidenses, quais sejam, J. Minor Gwynn e Robert King Hall, J. Roberto Moreira (1949, p. 853-854) destacou também que

[...] pela própria compreensão do complexo fenômeno *comunidade*, verifica-se que, em nossos dias, se deseja que a escola se empenhe na mais extensa e exaustiva forma de serviço social que existe. E esta intenção tem profunda razão econômica: a escola simplesmente alfabetizante é relativamente cara em função dos serviços que presta. De que valerá, no Oeste paranaense ou nos confins de Goiás, um trabalhador rural que saiba ler, mais que não saiba tirar da terra o máximo que esta lhe oferece economicamente?

Assim, J. Roberto Moreira (1949) defendia que a escola rural brasileira deveria estar vinculada com questões práticas e afins às atividades

¹⁰⁹ João Roberto Moreira nasceu em Mafra/SC, em 27 de março de 1912, e faleceu em 21 de maio de 1967, em San Juan de Puerto Rico/Porto Rico. Formou-se em Filosofia, em 1951, e em Pedagogia, em 1954. Trabalhou como professor e ocupou diversos cargos na administração pública. Entre suas publicações, destacam-se: *A educação em Santa Catarina: sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação* (1954) e *Introdução ao estudo do currículo da escola primária* (1955) (PAIXÃO, 2002).

econômicas do meio no qual estavam instaladas. Segundo esse autor, esse novo sentido era o da “[...] educação nos Estados Unidos, e tende a sê-lo no mundo inteiro” (MOREIRA, 1949, p. 853).

Os EUA, conforme demonstrado, são apresentados como referência para o Brasil, tanto em relação ao sentido da escola primária rural, quanto em relação à formação de professores para essas escolas.

O professor típico norte-americano, que exerce suas funções em escolas de uma ou duas classes, é sempre uma mulher jovem, solteira, de mais ou menos 24 anos, cuja origem social é uma fazenda ou vila. Geralmente sua educação consiste em quatro anos de curso secundário e de um ou dois anos de preparação profissional, mais ou menos, orientada para as atividades rurais e escolares.

Se, com êsse tipo de professor, os americanos conseguiram realizar uma escola rural que tem preenchido suas funções primordiais, não apenas em face da criança, mas também da comunidade, não há nenhuma razão para exigir mais na formação do professor rural brasileiro. (MOREIRA, 1949, p. 855-856)

Dessa forma, inspirado nos EUA, J. Roberto Moreira (1949) defendia uma formação de professores reduzida, tanto em termos de programa de ensino quanto em termos de duração, para as escolas primárias rurais. Reitera-se que essa proposta divergia da apresentada por Sud Mennucci, que defendia formação ampla de professores, realizada em Escola Normal Rural, com duração de sete anos.

Ainda, sobre o modelo estadunidense, J. Roberto Moreira (1949, p. 853, grifos nossos) ressalta:

Entretanto, a concepção de educação nova que tivemos no Brasil, anteriormente à última guerra, *foi mais teórica que realmente prática e efetiva*. Também na França e nos países europeus, em geral, a educação nova, embora se realizando, não o foi no sentido do serviço social, de reconquista e readaptação progressiva da sociedade comunal a padrões mais elevados de vida coletiva. A escola se atinha em atender à criança no seu desenvolvimento, tendo em vista suas necessidades biológicas e psicológicas.

Se nos dias atuais, nos Estados Unidos a *escola se volta para a comunidade* e procura ser uma instituição essencialmente comunal, *intimamente associada a todas as atividades locais*, este é um fenômeno americano.

Essa discussão remete a duas questões recorrentes entre as décadas de 1930 e 1950 no Brasil, quais sejam, a relação entre teoria e prática e a defesa de uma escola ruralizada. Esses pontos eram centrais para os ruralistas do ensino, que defendiam um ensino primário rural menos livresco, mais prático e adequado ao meio em que a escola estava inserida (SOUZA; ÁVILA, 2014).

Constata-se que o debate sobre uma escola ruralizada não era exclusividade do Brasil, pois ocorria também nos EUA, como se pode verificar, a partir dos argumentos de Moreira (1948, p. 23):

Não me quero opor à tese do Professor ALMEIDA JÚNIOR, que para isso me falta autoridade, em prol do programa mínimo para tôdas as escolas elementares ou primárias, mas é preciso pôr em relêvo certas considerações amáveis que o ruralista norte-americano T. LYNN SMITH teceu relativamente a essa tese: 'A educação elementar na cidade e no campo seria constituída dos mesmos elementos, mas tais elementos seriam selecionados de modo a retratar os valores reais da civilização em ambos os seus aspectos, rural e urbano - e não

selecionados de forma tal que faça uma grande parte dos estudantes desejar a suposta vida melhor das cidades.’ Eu penso que a proposição adversativa do período acima é, pedagogicamente, mais importante que a principal. Da exata compreensão dos princípios que ela encerra e da sua perfeita aplicação depende o dinamismo educacional.

No entanto, esse debate não se restringia à área educacional, mas estava ligado a questões mais amplas, como, o combate ao êxodo rural e, por conseguinte, a fixação do homem rural no campo. Conforme apontado no capítulo I, a escola ruralizada era considerada fundamental para a consecução desses objetivos (MORAES, 2014).

A relação entre a escola e questões sociais mais amplas do país fica evidente no caso brasileiro. Porém, essa preocupação não era uma exclusividade brasileira, como se pode verificar em apontamentos de Moreira (1949, p. 857-858):

Atendendo, ainda, a esta necessidade imperiosa de orientar num sentido regional e comunal os currículos escolares do ensino primário, foi convidado a vir ao Rio de Janeiro, em 1949, o Professor ROBERT KING HALL, da ‘Columbia University’, onde no ‘Teachers College’ é responsável pela Secção de Educação Comparada. Conhecedor, por contato pessoal, de quase todos os sistemas educacionais do mundo, especialmente dos em vigor nas Américas, aquêlê mestre norteamericano pôde orientar os professôres estaduais que freqüentavam os cursos mantidos pelo Ministério da Educação, a respeito da regionalização da escola, de sua ambientação comunal e do seu papel instrumento de reforma social, num sentido democraticamente progressista.

Além disso, a circulação de referenciais estadunidenses na área da educação rural teve apoio oficial do governo federal brasileiro. Evidencia isso o fato de que o professor Robert King Lynn Hall, conforme mencionado no capítulo III, circulou, com apoio do INEP, por diferentes Unidades da Federação para proferir palestras e ministrar cursos para professores brasileiros (MOREIRA, 1949; SOUSA, 1950).

A presença do professor Robert King Lynn Hall no Brasil é mencionada em diversos artigos da *Revista do Professor* e da *Revista Brasileira dos Municípios*. Entretanto, além de King Hall, outros sujeitos são mencionados em artigos analisados, como, o ruralista estadunidense T. Lynn Smith (MOREIRA, 1948) e o Sr. José Artur Rios, professor de Sociologia na Universidade de Louisiana (I SEMANA..., 1952).

Os dados apresentados elucidam conexões entre o Brasil e os EUA, especialmente no que se refere à educação, mais especificamente a educação escolar para as populações de áreas rurais. Essa questão remete aos apontamentos de Gruzinski (2001, p. 176), ao tratar da história conectada: “Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de [...] restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.”

4.3 Presença da UNESCO na educação rural brasileira

Apresentam-se, neste tópico, breves notas sobre algumas iniciativas da UNESCO que envolveram, direta ou indiretamente, o governo e intelectuais brasileiros, em especial no que se refere à educação escolar para populações de áreas rurais.

Em meados do século XX, a educação rural tornou-se questão relevante no debate educacional em diversos países do Ocidente, destacando-se a atuação de organismos internacionais, como a UNESCO que, além de se constituir em celeiro de elaboração e difusão de ideias sobre o tema, foi responsável pela formulação de políticas de abrangência internacional. Segundo Gomide (2012), a educação rural para a América Latina já figurava entre as preocupações da UNESCO desde os primeiros documentos publicados por essa organização, e o Brasil, pelas suas especificidades, figurava entre os países considerados prioritários para os programas da UNESCO.

Lourenço Filho, em 1953, recebeu convite da UNESCO para elaboração de estudo intitulado “Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais”. Esse estudo foi publicado¹¹⁰ por essa organização em francês e em inglês, na obra intitulada *La formation professionnelle du personnel enseignant primaire*.

Nesse estudo, dentre outros assuntos, Lourenço Filho (2001)¹¹¹ apresenta descrição detalhada das experiências de formação de professores realizadas pela Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE, cujo funcionamento teve início em 1934, e pelos serviços de treinamento, formação e aperfeiçoamento realizados na Fazenda do Rosário, localizada no município de Betim/MG e que passou a funcionar em 1948.

Após descrição dessas duas experiências, Lourenço Filho (2001) apresenta, nas conclusões do estudo, nove pontos sobre o problema da formação do professor rural no Brasil, apresentando, em alguns deles, relação direta com o sentido que a UNESCO vinha dando a esse assunto. Para fins de exemplificação, destaca-se o ponto 7:

¹¹⁰ Foi publicado, também, em 1953, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

¹¹¹ Utiliza-se versão do estudo de Lourenço Filho que foi publicada em 2001, em coleção organizada por Ruy Lourenço Filho.

Quer a experiência de Juazeiro do Norte, que vem de 1934, quer a do centro da Fazenda do Rosário, mais recente, têm *exercido sensível influência no estudo dos problemas da educação rural do País*. Alguns Estados vizinhos ao Ceará têm enviado mestres para estágio na Escola Normal Rural de Juazeiro; bolsistas de muitos Estados têm sido enviados também para cursos de treinamento na Fazenda do Rosário. Aquela tem sido sede de reuniões de estudo da vida rural; nesta, ainda há pouco se reuniu o I Seminário de Estudos Rurais, do qual participaram representantes de 16 Estados brasileiros. Entre as conclusões desse Seminário figura a sugestão para *criação de um Instituto de Educação Rural, destinado a pesquisas sobre o assunto e à formação dos professores de Escolas Normais Regionais*. Essa mesma idéia, aliás, já antes fora agitada por uma comissão organizada pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que é, no Brasil, a comissão nacional da Unesco. (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 99-100, grifos nossos)

Gomide (2012) ressalta que o estudo de Lourenço Filho sobre as experiências de formação de professores brasileiros subsidiou o pensamento da UNESCO, o que, da perspectiva desta pesquisa, demonstra a circulação de produções de intelectuais brasileiros sobre educação rural. Além disso, Lourenço Filho (2001) relata experiências de formação de professores para áreas rurais que foram implementadas com base nas ideias dos ruralistas do ensino. Assim, ainda que Lourenço Filho não seja considerado, a partir dos critérios desta pesquisa, um ruralista do ensino, pode-se dizer que ele colocou, de forma indireta, aspectos das ideias do Movimento pela ruralização do ensino para circular em âmbito internacional.

De fato, como assinalado anteriormente, nos anos 30 do século XX, evidenciou-se no Estado de São Paulo uma disputa entre partidários da Escola Nova, defensores da escola primária comum, como, Almeida

Junior, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, e afetos à ruralização do ensino, como Sud Mennucci (SOUZA; ÁVILA, 2014). Não obstante, é reconhecida a atuação de Lourenço Filho na educação rural, tendo ele liderado a implantação da Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil, a partir de 1952, além de ter participado de vários congressos internacionais representando o governo brasileiro e elaborado estudos comparados sobre o tema nas décadas de 1950 e 1960¹¹². Maiores esforços investigativos são necessários para se compreender em profundidade a concepção de educação rural desse educador e sua atuação na área, além de suas aproximações e distanciamentos em relação ao Movimento pela ruralização do ensino. Porém, nos limites deste livro, buscou-se indicar a amplitude da discussão sobre educação rural e sua circulação, apropriação e possíveis deslocamentos.

Como chamam a atenção Marta Carvalho e Joaquim Pintassilgo (2011, p. 11), “[...] a circulação de modelos culturais não significa a mera transposição deles para uma dada realidade”. Os múltiplos discursos sobre a educação primária rural e a formação de professores rurais, aqui e acolá, foram assumindo diferentes sentidos. A propósito dessa questão, ressaltam esses autores:

¹¹² De acordo com o estudo de Souza (2013), Lourenço Filho visitou o México em 1947, quando participou da III Conferência Geral da UNESCO. Posteriormente, em 1951, este educador realizou uma viagem de estudos ao México, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, dedicando-se ao exame da educação rural em desenvolvimento naquele país. Sobre essa viagem de estudos, Lourenço Filho elaborou um minucioso relatório intitulado “A Educação Rural no México”, publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em 1952. Ainda sobre as incursões de Lourenço Filho no âmbito da educação rural, menciona-se o documento elaborado por esse educador intitulado “Educação Rural: documento preparado para a IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural – Organização dos Estados Americanos”.

As teorias pedagógicas em voga ou as experiências escolares de referência são sempre apropriadas, com alguma criatividade, pelos educadores que circulam, física e simbolicamente, pelo mundo pedagógico que vai entretecendo uma rede de relações constitutivas do suporte humano para a circulação internacional de um pensamento pedagógico cada vez mais globalizado. O que circula, na verdade, não são o pensamento ou as experiências originais, mas uma espécie de ‘vulgata’, ela mesma sincrética, contaminada por referências ‘indígenas’. A questão não é, pois, a de procurar raízes ou influências diretas, mas, particularmente, a de especificar a forma original como as ideias são apropriadas na tentativa de resposta a condições particulares do contexto, resultando numa espécie de ‘mestiçagem’ ou ‘hibridismo’ pedagógico. (CARVALHO; PINTASSILGO, 2011, p. 11)

Entre os dias 5 de agosto e 8 de setembro de 1948, ocorreu o Seminário de Educação para a América Latina, patrocinado pela UNESCO e pela Pan American Union. Participaram do seminário 52 professores de 18 países do continente americano e nessa ocasião foram discutidos problemas relativos à educação escolar que afetavam os países participantes.

Segundo Gomide (2012), nesse Seminário, a UNESCO e a Pan American Union propuseram prestar, aos países participantes, assessoria sobre os seguintes temas: Campanha de Alfabetização e Educação de Adultos, Educação Rural, Educação Vocacional, Formação de professores e Educação para a paz.

Desse Seminário resultou um documento, no qual a UNESCO recomendou aos países latino-americanos que fosse priorizada uma concepção de formação de professores que atendesse às demandas relacionadas à alfabetização e à cultura popular, haja vista que a educação “vocacional” era de suma importância para o enfrentamento dos

problemas de desenvolvimento econômico e social da América Latina (GOMIDE, 2012).

Outra recomendação da UNESCO foi em relação ao papel central da escola primária para combate ao analfabetismo. Além disso, há apontamentos sobre a intenção da UNESCO de, juntamente com a Pan American Union, adquirir materiais, proporcionar cursos e fomentar a publicação de livros sobre a temática da cultura popular.

Entre os dias 23 de abril e 8 de maio de 1956, realizaram-se em Lima/Peru a Conferência Regional sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória na América Latina e a Segunda Reunião Interamericana de Ministros de Educação.

Nessa Conferência foi discutido o documento intitulado “Projeto Maior n. 1”, da UNESCO, que tratou da melhoria e da generalização do ensino primário na América Latina, definindo um conjunto de objetivos a serem atingidos no período de 1957 a 1967. Esses objetivos são:

- a) generalização e melhoria do ensino primário, especialmente nas áreas rurais;
- b) reforçamento qualitativo e quantitativo do pessoal docente de graus primário, em particular os mestres rurais, mediante formação regular de novos mestres e aperfeiçoamento dos professores em exercício;
- c) formação de professores das escolas normais;
- d) aperfeiçoamento em nível universitário de especialistas em educação (administradores, inspetores, especialistas em programa, conselheiros diretores de escolas, professores de pedagogia etc);
- e) outorga de um certo número de bolsas de aperfeiçoamento em altos estudos de educação. (PROJETO MAIOR, 1959, p. 31)

Para isso ficou estabelecido que os países latino-americanos receberiam assistência técnica de especialistas da UNESCO. O Brasil participou desse Projeto e recebeu, dentre outros, 20 bolsas de estudos concedidas pela UNESCO para preparação de professores, diretores e inspetores de escolas normais de diferentes estados brasileiros (GOMIDE, 2012).

Assim, por intermédio do Projeto Maior n. 1, a UNESCO passou a efetivar “[...] as primeiras orientações exógenas para a educação no Brasil.”. Em decorrência desse projeto, ficou decidido que “[...] o cidadão brasileiro deveria receber a formação escolar em nível primário e os professores deveriam realizar a sua formação inicial nas escolas normais, em cooperação com a Escola Normal Rural Interamericana de Rubio, na Venezuela.” (GOMIDE, 2012, p. 79).

Em junho de 1953, realizou-se em Genebra/Suíça, a XVI Conferência Internacional de Instrução Pública. Nessa conferência, a UNESCO e os países membros trataram da formação de professores primários, resultando na Recomendação n. 36¹¹³ da UNESCO, publicada em 1954.

A Recomendação n. 36 abordava a obrigatoriedade da escola primária; a atuação, a formação e as condições de trabalho dos professores; a criação de órgão para administrar a formação de professores, dentre outros aspectos. Para levar a termo essa Recomendação, a UNESCO apontou a possibilidade e a sua disponibilidade de contribuir em termos morais, materiais e financeiros com os países que apresentassem maiores dificuldades.

¹¹³ A Recomendação n. 36 foi publicada em 1954, com o apoio do INEP, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

Para a UNESCO, a formação de professores primários deveria

[...] compreender não somente estudos psicológicos e pedagógicos e a prática de ensino, mas também cursos especiais relacionado, por exemplo, ao estudo dos fatos sociais, da economia doméstica, da higiene, da educação física, do canto, do desenho, dos trabalhos manuais, da agricultura, etc. (UNESCO, 1954, p. 80 apud GOMIDE, 2012, p. 88)

Ressalta-se, no entanto, que, já em 1946, a UNESCO recomendava a obrigatoriedade da inclusão da temática da higiene em escolas primárias, secundárias e Escolas Normais. Conforme a Recomendação n. 20 da UNESCO,

Além da *higiene* das grandes funções corporais, da alimentação e dos desportos, serão ensinados aos alunos maiores, de ambos os sexos a puericultura, os socorros de urgência e a higiene do trabalho profissional. Deverá ser reservado um lugar à *higiene mental* e à higiene da recreação e do descanso. (UNESCO, 1946, p. 286 apud GOMIDE, 2012, p. 89, grifos nossos)

Além dos mencionados, há outros documentos da UNESCO relativos à educação rural. No entanto, foram priorizados esses documentos, por abordarem, de forma mais direta, no período delimitado para esta pesquisa, temáticas tratadas pelos ruralistas do ensino, principalmente no que diz respeito à formação de professores para áreas rurais, questão de suma importância para esse Movimento.

Gomide (2012) ressalta que, entre 1945 e 1959, subjacentes aos documentos da UNESCO, estavam previstas medidas visando a formação de um consenso, ou seja, “formas unitárias de pensamento” para construção de sujeitos “pacíficos e tolerantes”, em torno do desenvolvimento capitalista, em conformidade com a geopolítica ocidental do momento posterior à Segunda Guerra Mundial.

Com base em análise das fontes e de bibliografia sobre a temática, constata-se uma espécie de triangulação entre Brasil, EUA e UNESCO, necessária para a dominância dos EUA na América Latina. Por um lado, Fernandes (2015) aponta a consonância entre perspectivas ideológicas dos EUA e da UNESCO para a América Latina. Por outro lado, há que se considerar também a estreita relação entre Brasil e EUA. No entendimento de Gomide (2012, p. 233),

A participação dos intelectuais Anísio Teixeira, Lourenço Filho e João Roberto Moreira; as concepções, discursos e trabalhos apresentados por eles, nas Conferências Internacionais de Educação e a redação da ‘Carta Brasileira de Educação Democrática’ (1945), são evidências da estreita sintonia entre as concepções brasileiras e as da UNESCO [...] [entre 1945 e 1959].

Nesse sentido, constata-se também estreita relação entre Brasil e UNESCO, em especial no que se refere à educação para as populações rurais. Segundo Gomide (2012, p. 233), “É evidente a interferência da UNESCO nas políticas educativas implantadas no Brasil nesse percurso histórico.”. Por outro lado, Gomide (2012, p. 233) também “[...] confirmou a interferência do Brasil no plano teleológico [...]” da

UNESCO. Pode-se inferir, no entanto, que se trata de uma “interferência” subordinada, haja vista o tipo de relação mantido entre Brasil e EUA.

Essa relação resultou na adesão e na participação do Brasil em diferentes iniciativas da UNESCO. Talvez isso seja decorrente do estreito e histórico alinhamento, existente há décadas, entre Brasil e EUA, em especial no que se refere às propostas para educação das populações de áreas rurais.

Constata-se que, após quatro décadas de adesão e de execução de convênios e acordos, na década de 1950, o Brasil já estava devidamente alinhado com as perspectivas ideológicas, políticas e econômicas dos EUA, estando, portanto, em condições de se tornar uma espécie de promotor da circulação das diretrizes da UNESCO que, por sua vez, estavam em consonância com as políticas dos EUA para a América Latina.

Em termos geopolíticos, pode-se inferir que essa relação era conveniente e necessária para os EUA, pois, diante de eventuais resistências ao imperialismo estadunidense, que repercutia inclusive nos organismos internacionais, como, a ONU e a UNESCO, era conveniente, colocar o Brasil, um país do terceiro mundo, como difusor do discurso da UNESCO sobre a educação rural para a América Latina, pois essa estratégia poderia ser uma forma de se ampliar as possibilidades de aceitação ou, ao menos, de se reduzir eventuais resistências a programas da UNESCO.

As propostas dos ruralistas do ensino estavam em consonância com as ideias da UNESCO, sobretudo no que diz respeito à formação de professores para as áreas rurais. Há que se considerar, ainda, que as propostas dos ruralistas do ensino apresentavam muitos pontos convergentes com os projetos dos EUA para a América Latina. O fato, por exemplo, de a Reforma de 1932, proposta por Sud Mennucci, priorizar a formação de professores para áreas rurais, deve-se ao entendimento de que

esse aspecto seria fundamental para o êxito das ideias dos ruralistas do ensino, pois a adesão e a participação ativa dos professores, como se pode constatar das fontes analisadas, eram de fundamental importância para esse objetivo. Outro indicativo da ênfase dos ruralistas do ensino na formação de professores é o fato de que, durante 15 anos, Sud Mennucci esteve vinculado ao CPP, entidade da qual participou, com alguns momentos de afastamento, desde a criação dessa entidade até sua morte.

Conforme demonstrado, as ideias dos ruralistas do ensino circularam em âmbito internacional, exemplo disso é o fato de alguns livros¹¹⁴ de Sud Mennucci terem sido enviados para outros países. Além do envio de livros, a correspondência que Sud Mennucci recebia, principalmente dos EUA, também exemplifica essa circulação. Isso é um indicativo de que Sud Mennucci tanto tinha contato, de diversas formas, com ideias educacionais dos EUA, quanto, de várias maneiras, tinha suas ideias difundidas naquele país, ainda que, nesta pesquisa, não se possa mensurar a abrangência dessa difusão.

Há que se considerar, ainda, que os ruralistas do ensino recebiam também ideias de referenciais estrangeiros por meio de iniciativas, tais como: convênios e acordos entre Brasil e EUA; adesão a programas da UNESCO; visitas de professores estadunidenses para ministrar formações; cursos; materiais e implementos agrícolas; treinamentos; clubes agrícolas; envio de professores para estudar nos EUA; visitas de caravanas de professores outros países para o Brasil; e viagens de professores brasileiros para observação de experiências realizadas nos EUA.

Portanto, constata-se que, por um lado, houve ressonância de referenciais estrangeiros nas ideias defendidas pelo Movimento pela

¹¹⁴ Não foram recuperadas informações sobre se os livros de Sud Mennucci foram traduzidos para outras línguas, o que, caso positivo, poderia potencializar as chances de circulação de suas ideias.

ruralização do ensino. Por outro lado, as ideias dos ruralistas do ensino também tiveram circulação em âmbito internacional, pois, como demonstrado, foram difundidas, por diversos sujeitos e de variadas formas, em diferentes países, em especial pelos EUA e pela UNESCO.

Constata-se, ainda, que a rede de sociabilidade de Sud Mennucci com sujeitos nacionais e internacionais, em especial com os EUA e com a UNESCO, deve-se ao fato de que, em grande medida, as ideias dos ruralistas do ensino estavam em consonância, parcial ou total, com preocupações de significativas frações de grupos dominantes do setor agrícola e do setor urbano, de autoridades do governo federal brasileiro, dos EUA e da UNESCO, em especial no que se refere: a combater o comunismo por intermédio da consolidação de um “cordão sanitário”; a evitar tensões sociais; a aumentar e modernizar a produção de alimentos; a promover a conformação social e a contribuir para o fortalecimento do modelo econômico capitalista; a formar sujeitos “pacíficos e tolerantes”, que “amasse o campo” e que desempenhassem, ordeiramente, seu papel, conforme a organização de sociedade concebida pelos ruralistas.

Considerações Finais

A elaboração desta pesquisa teve como ponto de partida os seguintes questionamentos sobre as ideias defendidas pelo Movimento pela ruralização do ensino: que *ideias* eram essas? Quem eram os seus *adeptos*? Em que período trataram-se de ideias *lentas*? Em que período se trataram de ideias com *raízes* criadas? Quais *Governos* aderiram ou apoiaram essas *ideias*? Quais ações foram propostas ou implementadas por esses *adeptos*? Como – de que forma, por quais meios – essas *ideias* circularam? Considera-se que esses questionamentos, em alguma medida, foram respondidos ao longo deste livro.

Constata-se que Sud Mennucci configura-se como o principal intelectual, tanto no processo de elaboração de textos que embasaram ideias e práticas de ruralistas do ensino em diferentes regiões do país, quanto no processo de circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino.

Mennucci recebeu quantidade significativa de cartas e telegramas de diferentes regiões do Brasil e também de outros países. Essa correspondência apresenta indícios de que ele enviou respostas a vários de seus remetentes. Além disso, ele enviava sua produção bibliográfica a diversos sujeitos ou organizações de diferentes regiões do país e do exterior, seja em decorrência de pedidos recebidos, seja por iniciativa própria.

Os sujeitos envolvidos na rede de sociabilidade de Sud Mennucci tinham variados perfis, especialmente no que se refere à atuação

profissional, como, integrantes do Judiciário, Executivo e Legislativo, das três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, sujeitos vinculados à área privada, bem como sujeitos de outros países, vinculados a setores públicos ou privados.

Não raramente, Sud Mennucci era tratado com deferência por diversos de seus interlocutores; entre essas formas de tratamento estavam, por exemplo, “batuta”, “chefão” e “primeiro do Brasil”. Mesmo quando não estava ocupando cargos públicos, é possível constatar a representatividade que ele disfrutava entre sujeitos dessa rede de sociabilidade. Assim, considera-se que Sud Mennucci teve papel-chave, principalmente em âmbito nacional, na concepção de ideias, produção de materiais e na circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino.

No que se refere aos sujeitos integrantes da rede de sociabilidade de Sud Mennucci, foram identificados diversos nomes representativos, especialmente na área da educação. Entre eles, destacam-se: Thales de Andrade, Renato Sêneca Fleury, Noêmia Saraiva, Amália Xavier e J. Moreira de Sousa.

Esses sujeitos formavam, especialmente entre si, uma rede de sociabilidade, que não se restringia aos defensores da ruralização do ensino. As fontes indicam também que suas relações não ficavam restritas ao plano da esfera pública ou profissional, mas, comumente, envolviam relações familiares e pessoais, implicando inclusive pedidos de favores diversos, como, vagas no serviço público, remoções, verbas, proteção, espaços para publicação, textos de autoria de Mennucci para publicação, entre outros.

Esses sujeitos também mantinham interlocuções com sujeitos de outras redes de sociabilidade ou mesmo de grupos políticos com perspectivas, em alguns aspectos, divergentes do Movimento pela

ruralização do ensino. Essas relações eram, em termos, fundamentais para o êxito dos ruralistas do ensino na inserção bem sucedida em determinadas áreas públicas, mesmo quando não estavam ocupando cargos-chave no serviço público.

Constata-se que, ainda que os ruralistas do ensino apresentassem propostas direcionadas ao ensino primário rural, a ênfase de suas iniciativas era a formação de professores ruralizados, nas tão defendidas Escolas Normais Rurais, isso porque os professores ruralizados colocariam em prática e contribuiriam para a difusão das ideias sobre a ruralização do ensino. Ainda que as Escolas Normais Rurais, se comparadas às demais Escolas Normais, tenham sido instaladas em quantidade significativamente inferior, os ruralistas do ensino tiveram êxito na implementação de suas propostas, mesmo que não conforme o planejado. Isto é, os ruralistas do ensino tinham uma proposta para formação de professores ruralizados e, dentro das possibilidades, implementaram essa proposta. Ressalta-se, no entanto, que os ruralistas do ensino não formavam um bloco unívoco, pois existiam divergências e disputas internas a esse Movimento. Porém, existia uma disputa mais acirrada entre a concepção de formação de professores defendida por Sud Mennucci, principal intelectual do Movimento pela ruralização do ensino, e pelos escolanovistas, disputas essas decorrentes das divergências entre as concepções de educação de ambos.

Outro aspecto a ser destacado é que os ruralistas do ensino eram vinculados a frações de grupos dominantes do setor rural. Considerando-se apontamentos de autores que discutem a Educação do Campo, como, Caldart (2012) e Molina (2006), ressalta-se que a educação ruralizada configurava-se uma educação *para* o campo e visava à disciplinarização e à formação de força de trabalho saudável para produção, principalmente de alimentos. Para os ruralistas do ensino, bem como para outros grupos

dominantes, as populações das áreas rurais eram consideradas improdutivas, atrasadas, indolentes e, principalmente, incapazes de decidir sobre os rumos da própria vida. Exemplifica isso o fato de que a educação ruralizada era concebida visando atender interesses de grupos dominantes. Partindo de apontamentos de Paulo Freire (1978; 1996), a concepção de educação dos ruralistas do ensino tinha por objetivo a domesticação das populações rurais, que, especialmente naquele momento, eram vistas pelo Estado e por grupos dominantes como potenciais alvos e adeptos da agitação comunista.

Considera-se confirmada a hipótese da pesquisa que resultou neste livro. Foram encontrados, nas fontes selecionadas, abundantes vestígios de que as ideias do Movimento pela ruralização do ensino circularam, no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, por intermédio de diversas ações, tais como, eventos, impressos, instituições educativas, Sociedades e Institutos, bem como envolveram uma rede de sociabilidade, composta por sujeitos, vinculados ou não ao ruralismo brasileiro, que defendia um projeto de Brasil eminentemente agrícola. Destaca-se que a circulação das ideias dos ruralistas do ensino não ocorreu de forma homogênea nas diferentes regiões do Brasil.

Constata-se, ainda, que as ideias do Movimento pela ruralização do ensino foram apropriadas em diferentes regiões do Brasil, de variadas formas e conforme as especificidades de cada região, como, no caso da implementação das Escolas Normais Rurais. Sud Mennucci defendia que essas Escolas propiciassem uma formação que tivesse duração de sete anos, no entanto, isso não foi consenso em diferentes regiões do Brasil, pois foram implementadas Escolas Normais Rurais cujos cursos tinham duração de três ou de quatro anos.

Já no que se refere à circulação internacional, constata-se que as ideias do Movimento pela ruralização do ensino circularam por intermédio do envio de livros de Sud Mennucci e da *Revista do Professor* a diferentes países da América e da Europa, bem como pela publicação de estudo de Lourenço Filho (2001), a pedido da UNESCO, no qual são relatadas experiências de formação de professores para áreas rurais no Brasil e que foram concebidas com base nas ideias dos ruralistas do ensino. Além disso, vieram para o Brasil, inclusive em decorrência de convênios ou acordos firmados pelo governo brasileiro, representantes de organizações de outros países, especialmente dos EUA, e também foram enviados sujeitos, especialmente professores, para o exterior, com a finalidade de, por exemplo, participar de cursos de aperfeiçoamento.

Além da confirmação da hipótese, como parte dos resultados da pesquisa, destacam-se quatro pontos considerados relevantes para compreensão e problematização do Movimento pela ruralização do ensino. São questões que instigam e demandam pesquisas para aprofundamento.

O primeiro ponto destacado é que, como apontado, por um lado, as ideias dos ruralistas do ensino circularam para além do âmbito nacional. Por outro lado, os ruralistas do ensino receberam e se apropriaram de referenciais educacionais estrangeiros. Isso remete aos apontamentos de Gruzinsk (2003) sobre as dimensões políticas e culturais, local e global, conexões entre sujeitos e momentos históricos, que podem auxiliar a evitar reducionismos e etnocentrismos.

As ideias defendidas pelos ruralistas do ensino apresentam relações com diversos referenciais educacionais, com vistas à constituição de uma proposição de educação escolar necessária e adequada às especificidades do ruralismo brasileiro, que defendia um projeto de Brasil eminentemente

agrícola. Assim, de certa maneira, os ruralistas do ensino representavam, na área da educação, as ideias desse grupo.

Alguns aspectos das ideias dos ruralistas do ensino estavam em consonância com interesses diversos, como: a) de diferentes frações de grupos dominantes tanto do setor agrícola quanto do setor industrial, no poder ou não; b) do governo federal brasileiro; e c) das proposições, discursos, orientações e recomendações dos EUA e da UNESCO para a América Latina.

O segundo ponto diz respeito às relações entre Brasil e EUA, especialmente no que se refere a questões agrícolas. No entendimento de Mendonça (2006b), a historiografia especializada destaca a presença estadunidense na área da agricultura e da educação somente após a Primeira República, porém, não ressalta que já se registravam, no Brasil, atividades nessas áreas, envolvendo esses dois países antes desse período.

Partindo dos argumentos de Mendonça (2006b), ressalta-se, ainda, algum nível de envolvimento, desde a Primeira República, dos EUA com questões relacionadas à educação das populações de áreas rurais no Brasil. Ou seja, as relações entre Brasil e EUA, no que se refere à educação rural, antecede a década de 1930, ainda que nesse momento tenha sido constatada significativa ampliação da participação dos EUA em questões relacionadas à educação rural brasileira.

O terceiro ponto é que, ainda que de forma incipiente, aspectos que envolveram as ideias do Movimento pela ruralização do ensino já estavam colocados nas Reformas de 1812 e 1879, que previam o ensino, no 2º grau da instrução pública, de noções de lavoura, horticultura e “conhecimentos essenciais aos agricultores, aos artistas e comerciantes”, bem como que nas Escolas Normais também houvesse matérias que abordassem “princípios de lavoura e horticultura”. Além disso, durante a

Primeira República registram-se diversas iniciativas voltadas à educação das populações rurais, com marcante participação dos EUA.

Assim, quando os ruralistas do ensino adentram a essa *seara*, o *eito* já estava arado, fertilizado e semeado. Os ruralistas do ensino foram uma espécie de continuadores de propostas que já estavam em andamento desde o início da Primeira República, ainda que de forma incipiente, não sistematizada e com outras especificidades.

Os ruralistas do ensino inovaram por sistematizarem uma proposta educacional adequada aos interesses do ruralismo brasileiro, porém, por diversas razões, alguns aspectos dessa proposta interessaram a outros grupos sociais. Destacam-se, ainda, as ações dos ruralistas do ensino para promover a circulação e a consecução de suas ideias, afinal, conforme apontado por Chiarini (1952), sujeito vinculado a esse Movimento, “ruralismo não é poesia”.

Sud Mennucci (1936b), ao prefaciá-lo livro de Noêmia Saraiva, faz referência a ela como “The right woman in the right place” (A mulher certa no lugar certo). Partindo dessa expressão e com base nos dados levantados, pode-se inferir que os ruralistas do ensino foram os sujeitos certos, no lugar certo, no momento certo e que, como apontado, atendiam às necessidades e aos interesses postos, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950. Isso, talvez, explique, em parte, o êxito e o apoio, recebido do governo federal brasileiro e dos EUA por esse Movimento para a circulação e consecução de suas ideias.

Por fim, quarto ponto, constata-se que, após a morte de Sud Mennucci, ocorrida em 1948, a ruralização do ensino teve continuidade, ainda que com novas configurações e outras especificidades, decorrentes de alterações nas conjunturas nacional e internacional, arrefecendo entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. O processo de

arrefecimento, conforme apontado, possivelmente seja resultado de um conjunto de fatores, dentre os quais a morte de Sud Mennucci também figura. Essa inferência parece corroborada pelo argumento de Mennucci de que, após a morte do Interventor Federal Fernando Costa, em 1946, a ruralização do ensino entrou em uma fase de “paralisação”.

Portanto, reiterando, a semente da ruralização do ensino já estava plantada antes da entrada de Sud Mennucci nessa *seara* e continuou a ser cultivada, mesmo após sua morte, por, no mínimo, mais uma década.

Referências

ALEXANDRE, Fernando Luiz. *Literatura e educação na memória de uma cidade: um olhar sobre Thales Castanho de Andrade*. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Flávio Anício. Teixeira de Freitas e um Projeto Civilizatório para a Escola Rural no Brasil Pós 1930. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas (RETTA)*, v. VII, p. 151, 2014. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.21.pdf. Acesso em: 5 jan. 2019.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. *Escolanovismo e Ruralismo Pedagógico: o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. 2012. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A Escola Primária segundo as mensagens dos Presidentes da República e dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre 1930 e 1961: propósitos comuns e desafios. In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. (org.). *História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional*. Aracaju: Edise, 2015. p. 47-101.

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antônio de Arruda Carneiro Leão. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 114-122.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 20 out. 2018.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina: uma abordagem comparada*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

AZEVEDO, Fernando. *A educação na encruzilhada*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARROS, Raquel Souza de. O emaranhado político Amaralista e o alastramento da educação rural fluminense (1937-1955). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.21.pdf. Acesso em: 5 jan. 2018.

BASSO, Jaqueline Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. A Educação Escolar Rural no Estado de São Paulo entre 1890 e 1970: breve discussão sobre o ruralismo pedagógico. *Revista HISTEDBR Online*, v. 13, p. 120, 2013.

BASSO, Jaqueline Daniela. *O ruralismo pedagógico no estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940: as Escolas Normais, os Cursos de Especialização, as Escolas Técnicas e os Clubes Agrícolas*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BEZERRA NETO, Luiz. *Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil*. 2003. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BEZERRA NETO, Luiz. Educação no MST: um encontro com o ruralismo pedagógico. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 115-130, 2006.

BEZERRA NETO, Luiz. *Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

BRAGION, Alexandre Mauro. “*Saudade*”: a utopia ruralista de Thales Castanho de Andrade. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007.

BRASIL. *Acôrdõ entre a República dos Estados Unidos do Brasil e The Institute of Inter-American Affairs, Repartição Corporativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um Programa Cooperativo de Educação nas zonas rurais*. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1952/b_23/at_download/arquivo. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 2 mai. 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Escola Nova e Ruralismo Pedagógico: Ensino, Extensão e Formação de professores Rurais (1940-1960). *Teoria e Prática da Educação*, v. 9 n. 2, p. 179-192, 2006.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. *Est. econ.*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul.-set., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n3/v39n3a03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CARVALHO, Marta M. Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (org). *Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais*. São Paulo: Editora da USP, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Alguns indícios para esclarecer o verdadeiro motivo da viagem da família Moreira Sousa para a cidade do Rio de Janeiro no navio Almirante Jaceguay em dezembro de 1934. *Educação em debate*, Fortaleza, v. 21, n. 37, p. 77-87, 1999. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/346/206>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CBE. Congresso Brasileiro de Educação da ABE, 8., 1942, Goiânia. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

CELESTE FILHO, Macioniro. *O espírito de horror à vida educativa nos campos: a educação rural paulista nas décadas de 1930 e 1940*. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 49-70, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/04.pdf> 97. Acesso em: 20 jun. 2018.

CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CERECEDO, Alicia Civera; RICO, Antón Costa. Desde la Historia de la Educación: educación y mundo rural. *Revista Historia y Memoria de la Educación*, La Laguna, n. 7, p. 9-45, 2018.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1985.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados-MS, v. 13, n. 23, jan./jun., 2011, p. 15-29. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CORUPUTUBA. *Álbum de fotos 1* – Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina e do Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu de Pindamonhangaba-SP. [s.d.]. 147 p. Disponível em: <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/downloads/coruputuba/Fotos%20de%20Coruputuba/Fotos%20Coruputuba%201.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Infâncias por escrito: cartas de escolares em um suplemento infantil catarinense (1972-1987). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, Brasil, v. 1, n. 3, p. 232-254, set.-dez. 2017a.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, v. 21, p. 187-206, 2017b.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a05v30n1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 854-859.

ECAR, Ariadne Lopes. *Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943)*. 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FIORI, Neide Almeida. Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 231-260, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10286/9559>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FONSECA, Henrique de Oliveira. *Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930*. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GANDINI, Raquel Pereira Chain; RISCAL, Sandra Aparecida. Manoel Bergström Lourenço Filho. *In*: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 746-754.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Sud Mennucci: memórias de Piracicaba, Porto Ferreira, São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, [1997?].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. *A UNESCO e as políticas para a formação de professores no Brasil: um estudo histórico 1945-1990*. 2012. 271 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342. set./dez. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>. Acesso em: 20 mai. 2015.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195. mar. 2001. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a7.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. La escuela rural en la España del siglo XX. *Revista de educación*, Madri, n. extraordinario, p. 113-136, 2000. Disponível em:

https://sede.educacion.gob.es/publiventa/descarga.action?f_codigo_agc=8522_19. Acesso em: 20 out. 2017.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo; ALEXANDRE, Fernando Luiz. Thales de Andrade, autor de literatura infantil: trajetória e constituição do campo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 1 (31), p. 129-157, jan./abr. 2013.

KREUTZ, Lúcio. E educação de imigrantes no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciana Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. 3. ed. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 347-370.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013. p. 525-541.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. *In*: LOURENÇO FILHO, Ruy (org). *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília/DF: INEP/MEC, 2001. p. 73-101.

LOURENÇO FILHO, Ruy. Mário Augusto Teixeira de Freitas. *In*: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 790-798.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias. Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira Escola Normal Rural do Brasil: a escola Normal Rural de Juazeiro do Norte CE (1934-1946). *In*: WERLE, Flavia Obino Corrêa

(org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007a. p. 53-78.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; FARIAS, Isabel Maria Sabino. A imprensa escolar na formação de professores ruralistas: usos e significados de uma experiência. *Educação Unisinos*, v. 11, p. 192-199, 2007b.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. Formar um homem para o meio rural em benefício do desenvolvimento nacional: ruralismo pedagógico na escola normal rural de Juazeiro do Norte. *Educação e Filosofia (UFU. Impresso)*, v. 23, p. 99-118, 2009.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; VARELA, Sarah Bezerra Luna. O mito do Ruralismo Pedagógico – sua concretização nos ritos vivenciados na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. *Cadernos de História da Educação (Online)*, v. 15, p. 614-633, 2016.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 9, p. 27-33, set. 1982. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1403/1377>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MANCINI, Ana Paula Gomes; MONARCHA, Carlos. A escola rural no Brasil (1930-1950).

O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.3, p. 700-715, set.-dez. 2017.

MARCONDES, Paulo Tarcizio da Silva. *Aconteceu na Escola*. Pindamonhangaba: Edição do Autor, 2012.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R.; CARLOS, A. F. (org.). *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. p. 183-199.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. *A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci*. 2004. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Unesp; Campinas: Edições FACAMP, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). *Estud.soc.agric.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006a.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006b. p. 137-146.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. *Sud Mennucci - educador paulista: arcaico ou profeta?* 2015. 114 f. Tese (Doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.

MESSEMBERG, Cyntia Grizzo. *A série Na roça, de Renato S. Fleury, na história do ensino da leitura no Brasil*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. *Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo*. 2013. 241p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flavia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007. p. 19-51.

MONARCHA, Carlos. Para o azul, para o centro, marcha para o Brasil profundo: escolarizar os vazios da Nação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010. p. 127-157.

MONSIVÁIS, Carlos. *El género epistolar: un homenaje a manera de carta abierta*. D. F. México: CONACULTA; MAPorrúa, 2014.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *A circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil (1930-1950)*. 2019a. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019a.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Fontes para o estudo da ruralização do ensino no Brasil (1910-1940)*. Marília, 2019b. (Digitado).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da educação*, Pelotas, v. 6, p. 69-77, 1999.

MOTA, André. O campo vai à cidade: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-138, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 14, n. 32, p. 9-22, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n32/02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2012.

MOURA, Maria Isbela Gerth Landell de. *A cruzada ruralista: concepções, práticas e estratégias educacionais*. 2003. 137 f. Tese (Doutorado em História social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. *Estado Novo e educação no Maranhão: o projeto de “ruralização” das escolas municipais*, em São Luís. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Renato Jardim. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 931-937.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

NOGUEIRA, Delane Lima. *Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

PAIVA, Melquíades Pinto. Os naturalistas da Academia Cearense de Letras. [s.d.] p. 76-89. Disponível em: http://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/2009/ACL_2009_13_Os_Naturalistas_da_Academia_Cearense_de_Letras_Melquiades_Pinto_de_Paiva.pdf. Acesso em: 2 jun. 2018.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. João Roberto Moreira. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 555-561.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

PFROMM NETTO, Samuel. Leonel Vaz de Barros. In: PFROMM NETTO, Samuel. *Dicionário de Piracicabanos*. São Paulo: PNA, 2013a.

PFROMM NETTO, Samuel. Valentin do Amaral. In: PFROMM NETTO, Samuel. *Dicionário de Piracicabanos*. São Paulo: PNA, 2013b.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 349-353.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, jul. 1995. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm>. Acesso em: 2 jan. 2018.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. *In: Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 53-73. (Coleção História e Historiografia)

QUESNAY, François. Arrendatários. *In: KUNTZ, Rolf (org). François Quesnay: economia*. Trad. Mary M. de C. Neves et al. São Paulo: Ática, 1984a. p. 72-104.

QUESNAY, François. Homens. *In: KUNTZ, Rolf (org). François Quesnay: economia*. Trad. Mary M. de C. Neves et al. São Paulo: Ática, 1984b. p. 105-111.

QUESNAY, François. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. *In: KUNTZ, Rolf (org). François Quesnay: economia*. Trad. Mary M. de C. Neves et al. São Paulo: Ática, 1984c. p. 166-188.

QUESNAY, François. O quadro econômico. *In: KUNTZ, Rolf (org.). François Quesnay: economia*. Trad. Mary M. de C. Neves et al. São Paulo: Ática, 1984d. p. 112-148.

RAMAL, Camila Timpani. *Ruralismo pedagógico versus concepção de educação do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil*. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) –

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 295-301.

RIO DE JANEIRO. *Recenseamento geral do Brasil* (1º. de setembro de 1950). Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Marineide de Oliveira da. O ruralismo pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. *Educação e Cultura Contemporânea*, v. 11, n. 23, p. 61-83, 2014.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A instituição da escola primária e o pensamento de Carneiro Leão: qual ruralismo? *Revista Intersaberes*, v. 11, n. 22, p. 64–76, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1003/559> Acesso em: 20 dez. 2017.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. *A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais*. 2015. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933*. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. 1933a. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20>

n.5.884,%20de%2021.04.1933.html. Acesso em: 5 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933*. Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias. 1933b. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.6.047,%20de%2019.08.1933.htm>. Acesso em: 3 mai. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Mensagem apresentada pelo Governador Jânio Quadros à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1957*. São Paulo: [s. n.], 1957, p. 53-80.

SILVA, Katiene Nogueira da. *Criança Calçada, Criança Sadia!*: Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Mirelle Araújo da. *A função do Jornal O Lavrador como meio difusor da formação do professor ruralista de Juazeiro do Norte*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Rony Rei Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio. A Apropriação do Ruralismo Pedagógico e a Materialidade da Escola Rural no Estado de Sergipe (1947-1951). *Educação em Revista*, Marília, v.19, n.1, p. 9-32, jan./jun. 2018.

SILVA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Odaléia Alves da. Historiografia das escolas normais regionais rurais do Brasil: estado da arte. *Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 24, n. 1, p. 45-66, dez. 2018. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-24.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SIRINELLI, Jean François. As elites culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre. *Por uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Trad. Dora Rocha. São Paulo: FGV. 2003. p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima. *Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima. História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar. *Projeto de Pesquisa*. Araraquara, 2012. (Digitado)

SOUZA, Rosa Fátima. A “Educação Rural no México” como referência para o Brasil. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://ufrn.emnuvens.com.br/educacaoemquestao/article/view/5103/4088>. Acesso em: 24 maio. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima. Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MA, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO e RS (décadas de 40 a 70 do século XX). *Projeto de Pesquisa*. Araraquara, 2016. (Digitado)

SOUZA, Rosa Fátima. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930-1971). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179-209, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723818372017179>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). *Hist. Educ.*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 13-32, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/02.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Para uma genealogia da escola primaria rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de; MORAES, Agnes Iara Domingos. O 'Ensino Típico Rural': contribuições para a historiografia da educação rural. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 15, p. 277-305, 2015.

STANISLAVSKI, Cleia de Fátima Siqueira. *Saudade (1919): a contribuição de Thales Castanho de Andrade para o campo da leitura escolar*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

STAROBINSK, Jean. A literatura: o texto e seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 132-143.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do governo Carvalho Pinto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1915.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>. Acesso em: 11 jul. 2018.

TORRES, Julio Cesar; SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos. Escolas públicas no campo: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 262-272, jul./dez. 2014.

TOTTI, Marcelo Augusto; MACHADO, Vitor. O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. *Revista de Ciências da Educação*, Americana, a. XV, v. 2, n. 29, p. 100-122, jun./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/290> Acesso em: 15 jun. 2018.

VENANCIO FILHO, Aberto. Edgar Roquette-Pinto. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 282-284

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário S. Genta. Sud Mennucci. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p. 962-963.

VIEITEZ, Candido Giraldez. *O movimento operário e popular na abordagem dos agentes de segurança do Estado (1946-1955)*. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

VIEITEZ, Candido Giraldez. *Reforma Nacional Democrática e Contrarreforma no ABC Paulista (1956-1964)*. 2. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONTES CITADAS

ALMEIDA, Manoel Alves de. [Carta] 14 mar. 1939a, Rio Verde [para] MENNUCCI, Sud, Rio de Janeiro. 1f. Convite para participar da 2ª Semana Ruralista de Rio Verde que seria realizada em maio de 1939. Solicita, ainda, que sejam enviados, pelo Ministerio da Agricultura à Escola Profissional, filmes sobre agricultura, criações e indústrias, a exemplo do que ocorreu em 1937, quando foi realizada a 1ª Semana Ruralista de Rio Verde - GO.

ALMEIDA, Manoel Alves de. [Carta] 29 mai. 1939b, Rio Verde [para] MENNUCCI, Sud, [[s.l.]. 2f. Informa recebimento de carta. Informa que “graças á falta de auxilios dos Poderes Estaduais e Municipais, deixamos de realizar a pretendida SEMANA RURALISTA”. Informa que recebeu publicações de Sud, as quais já estão disponíveis na biblioteca da Escola Profissional Rural de Rio Verde. Menciona que já possuía o livro “CRISE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO desde quando, em 1935 iniciei meu trabalho junto á Sociedade Alberto Torres, no Rio.” Diz que a escola é “fruto da idéa torreana”, esta localizada em um “meio hostile” e que a “obra ruralista ainda encontra sérios obstaculos”. Reitera a intenção de realizar a Semana Ruralista.

ALMEIDA, Manoel Alves de. [Carta] 2 out. 1945, Rio Verde [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Faz menção ao “1º Congresso Normalista de Ensino Rural, a realizar-se em Campinas, de 22 a 27 de outubro de 1945. Informa ser diretor e proprietário da Escola Profissional

Rural, em Rio Verde – “Goiáz”. Pretende enviar um trabalho para esse Congresso.

ALVARENGA, Geroncio Caldeira de. *O professor em face da escola rural*. Conferencia pronunciada na Associação dos professores primarios, do Distrito Federal durante a Semana Ruralista. 13 de novembro de 1935. 16 p.

ALVES, Joaquim. [Carta] 15 out. 1935, Fortaleza [para] MINNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona troca de correspondência anterior. Informa o envio para Sud Mennucci de cópia de artigo sobre o ensino rural. Solicita *Revista do Professor*. Faz menção ao “Dr. Thomaz Pompeu Sobrinho”. Informa o envio de um exemplar da *Revista Fortaleza*, “órgão da mentalidade moça de minha terra.” Manifesta interesse pelos trabalhos de Pedro Escobar, funcionário do Departamento de Educação de São Paulo.

ALVES, Joaquim. [Carta] 29 ago. 1936a, Fortaleza [para] MINNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informe de reassunção de funções junto ao Departamento de Educação. Remessa de dois números do *Jornal do Commercio de Recife* e do último número da *Revista de Geografia e Historia do Ceará*. Informe de recepção (de números da *Revista do Professor* com “trabalhos” de sua autoria) e solicitação de números da *Revista do Professor*. Informe sobre a intenção do Governo do Estado do Ceará de criação de uma “Secção de Ensino Rural”. Agradecimento pela publicação de seu capítulo “Introdução á Ciências Geograficas” “na sua revista” (*Revista do Professor*). Informa que está em composição o terceiro número da *Revista de Geografia e Historia do Ceará*.

ALVES, Joaquim. Ensino profissional rural. *Revista do Professor*, São Paulo, ano III, n. 14, p. 7-10, abr. 1936b.

ALVES, Joaquim. Organização escolar. *Revista do Professor*, São Paulo, ano IV, n. 21, p. 29-30, out. 1937.

ALVES, Joaquim. [Carta] 26 abr. 1938a, Fortaleza [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona a passagem de Sud Mennucci pelo Ceará e a passagem de Amalia Xavier por Fortaleza. Informa que recebeu 10 exemplares de “A crise Brasileira de Educação” e que os distribuiu “entre os mais capazes de apreenderem a sua orientação”. Informa envio de cartas a Sud. Faz menção a possibilidade de “Nas Fronteiras do Nordeste”. Menciona envio de alguns artigos que escreveu e publicou na imprensa local e pretende transformá-los em livros. Pergunta sobre a excursão de professores paulistas à Argentina. Pergunta sobre a *Revista do Professor* tem circulado. Informa que optou por trabalhar no “Colégio Militar”.

ALVES, Joaquim. [Carta] 24 nov. 1938b, Fortaleza [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informe de que enviou para Sud Mennucci três livros de autoria de Rodolfo Teófilo sobre as secas no Ceará e os Anais da Primeira Semana Ruralista, realizada em “Juaseiro” em 1935 (justifica a demora no envio dos Anais, dizendo que o atraso deve-se ao fato de a impressão ter sido “oficial”). Informa que seu livro *Estudos de Pedagogia Regional* será publicado em 1938. Solicita os últimos números da *Revista do Professor*.

ALVES, Joaquim. [Carta] 21 out. 1939a, Fortaleza [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Envia um exemplar de “Estudos de Pedagogia Regional” e também os últimos quatro números de “Valor”. Menciona carta anterior. Informa que reuniu nesse livro trabalhos seus, como uma forma de deixar registrada sua passagem pelo “Departamento”. Menciona dois outros livros seus que talvez não enviaria para publicação: “A Geografia do Ceará” e “Técnica do Ensino Rural”. Informa ter recebido e agradece o envio de quatro números da *Revista do Professor*.

ALVES, Joaquim. [Carta] 4 dez. 1939b, Fortaleza [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção a uma carta anterior. Informa o envio de um volume de *O CEARÁ*, publicado sob a direção de Raimundo Girão e Martins Filho, no qual consta uma reportagem sobre a Escola de Agronomia do Ceará. Informa que recebeu do professor Moura Santos publicações do Departamento de Educação de São Paulo e como forma de

agradecimento envio um exemplar de seu livro *Estudos de Pedagogia Regional*. Menciona novamente os livros *A Geografia do Ceará* e *Tecnica do Ensino Rural* e analisa a possibilidade de publicação. Menciona publicação em *O CEARÁ* de trabalho de sua autoria intitulado “Evolução Social do Sertão”. Solicita opinião de Sud sobre “Estudos de Pedagogia Regional” e ressalta que “livro publicado no norte é livro caído no poço”. Informa de que seu livro teve divulgação em jornais locais, que remeteu exemplares para o Rio de Janeiro e que precisa difundir esse livro (conta com a ajuda de Sud), pois “A propaganda é coisa seria.”

AMORIM, Rone. [Carta] 18 out. 1945, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção a exibição de “Films Strips” nas escolas da capital.

ANDRADE, Thales Castanho de. [Carta] [19--], [S.l.] [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona que o “Governo” cedeu “400 encadernados e 300 brochados com direito a pedir mais” e que não há “marca nenhuma agrícola” nos exemplares. Menciona apoio de Lobato ao Saudade.

ANDRADE, Thales Castanho de. [Carta] 7 jun. 1920a, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 6f. Informa que criou um “Gremio Infantil de Horticultura”. Menciona que o Saudade “Recebeu excellentes cartas de Afranio Peixoto, Affonso Celso, R. Octavio, A. Amaral, A. Pujol, M. Alencar, ____ Taunay, Leiva, Paulo Moraes, P. Pestana, J. Sampaio, D. Martins, J. Lourenço, E. Braga, W. Silveira artigos de L. Barreto, C. Leão, M. Sette, H. Fontes, H. Prates, além de Sud e Lobato ____ artigos que sahiram no ‘paiz’, ‘O Jormal’, ‘J. Brasil’, ‘A.B.C.’ etc, etc... . Recebeu um ‘colosso’ parecer de J. Kophe.” Menciona Thompson, Fernando Costa, Lourenço, Thales, Amadeu, Kuhlmann, Pashoal, Carlindo, Prof. Jeremeas, Afranio, Menotti, Proença, Carlos Silveira, Samuel, Dr. Fernando Costa, Erasto, dentre outros. Informa compra de um prédio.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 19 jun. 1920b, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Informa recebimento de carta da Inspetoria Geral do Ensino do Estado do Paraná comunicando que Saudade foi aprovado e adotado para as escolas isoladas e grupos escolares. Informa que escreveu para o “General” falando do Saudade, do Encanto e verdade e do Gremio.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 4 nov. 1920c, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Faz menção ao Saudade e ao Clube das Hortas. “Estar em Piracicaba e não ensinar, que ideal! Tratarei de ‘hortas’, ‘pomares’ e ‘jardins’”.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 9 jan. 1921a, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 6f. Menciona diversas publicações de sua autoria. Diz que no “sistema de dois anos” o livro *Saudade* é ideal para o 2º ano e que no terceiro ano é um fracasso. Diz ter sonhado com Lourenço Filho, Sud Mennucci, Sampaio Dorio, Procopio de Carvalho e Candido Motta.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 10 abr. 1921b, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Faz menção ao “Raimundão”, Pestana, Amadeu, dentre outros. “Se a inveja fosse moeda... estavas millionario.”

ANDRADE, Thales Castanho. *Saudade*. 3. ed. São Paulo: Jornal de Piracicaba, 1922.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 11 mar. 1931, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Recomenda o Sr. Daniel Kroll e pede intervenção para um posto de trabalho “Impressa”.

ANDRADE, Thales Castanho de. [*Carta*] 28 jan. 1932, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Manifesta receios de Sud Mennucci deixar a Diretoria sem realizar o principal do programa, qual seja, a “o coração da

sua reforma: a ruralização pelas normas ruraes”. Apresenta questionamentos sobre risco de, com essa alteração, não mais poder atuar com Sud Mennucci na execução de seu desse programa.

ARRAES, Carmusina Monte. [*Carta*] 30 out. 1938, Limoeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 4f. Informe de que uma carta trocada com Sud foi “um incentivo ao [...] crescente trabalho pela ‘Voz do Campo’.” Relata empenho da diretora da sua escola na difusão da “causa dignificante da orientação ruralista do ensino no Brasil.” Informe de que envia exemplares de a “Voz do Campo”.

AZEVEDO, Ayres. [*Carta*] 10 dez. 1945, Bananal [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Relata atuação na Escola de Viçosa como professor de “Economia Rural” e informa ter verificado que “não ha em portugues um compendio didactico de Economia e Sociologia Rural em portugues. Os compendio francezes, italianos e a Economia Politica de C. Gide suprem até hoje esta lacuna!”. Menciona que seu trabalho já teve repercussão nos EUA. Informa o envio de um relatório de sua autoria. Informa que emprestou o livro “A crise brasileira de Educação”, que não foi devolvido, e diz que “A propaganda agora é oral!”. Informa que irá para os EUA no início de 1946.

BAMBINI, Victor Lino. A questão do ensino no Brasil e a solução de Sud Mennucci: O valor científico e construtivo de “A crise brasileira de educação”. *Revista do Professor*, São Paulo, ano I, n. 12, p. 21, jun./jul. 1935a.

BAMBINI, Victor Lino. A questão do ensino no Brasil e a Solução de Sud Mennucci: O valor científico e construtivo de “A crise brasileira de educação”. *Revista do Professor*, São Paulo, ano II, n. 13, p. 4-5, ago./set. 1935b.

BARRETO, A. Romano. A crise brasileira de educação: De Sud Mennucci. *Revista do Professor*, São Paulo, ano XIII, n. 24, p. 5, mai. 1955.

BARROS, Leonel Vaz de. [Carta] 26 out. 1910, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Relata “uma briga continua” entre “agricolas e complementaristas”. Menciona rompimento total entre professorandos e professorandas.

BARROS, Leonel Vaz de. [Carta] 18 abr. 1911, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 6f. Faz menção a supressão de matérias que foram substituídas por uma “cadeirinha de pedagogia... e pelas aplicações á agricultura e zootchinia”. Diz que “taes applicações só existem no regulamento”.

BARROS, Leonel Vaz de. [Carta] 2 nov. 1914, Itápolis [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 10f. Menciona leitura e Binet e de Vasconcellos. Menciona preferencia pelo “cathecismo positivista de Comte e Conflagração”.

BARROS, Leonel Vaz de. *Professor Jeremias*. Piracicaba: Bom Texto, 1920.

BERLE JR., Adolf A. [Carta] 13 nov. 1945, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Acusa recebimento de solicitação e autoriza a publicação de sua conferência “pronunciada por ocasião do encerramento do Curso de Extensão Cultural”. Faz menção ao intercambio cultural entre o Brasil e o EUA.

BRALS, R. A. [Carta] 10 dez. 1946, New York [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela doação dos livros *A ruralização e Discursos e conferências ruralistas*.

CAMPOS, Moacyr. O profeta do ruralismo. *Revista do Professor*, São Paulo, ano XIII, n. 24, p. 19-23, mai. 1955.

BRASIL, Assis. A vida do campo e a reforma rural. Conferencia Dr. Assis Brasil, realizada em Bello Horizonte em 1915 e mandada reeditar pelo Secretario dos Negocios do Interior do Estado São Paulo para leitura nas Escolas Publicas. São Paulo: Secretaria dos Negócios do Inferior, 1917. 48 p.

BRASIL. *Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931*. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20108-15-junho-1931-560684-publicacaooriginal-83803-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CARDOSO, José. [*Carta*] 2 mai. 1939a, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Solicita livro de Sud sobre Luís Gama, com dedicatória, para realização de palestra no dia 13 de maio, a convite da Diretoria do Ginásio Municipal Joaquim Ribeiro. Menciona intenção de levar Sud para Rio Claro para realização de uma “conferência pública”. Faz menção elogiosa ao livro *A crise brasileira de educação*. Recomenda saudações ao prof. Lulo.

CARDOSO, José. [*Carta*] 16 mai. 1939b, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa recepção do livro “Luiz Gama” e informa que o utilizou em uma palestra que proferiu. Faz menção elogiosa ao livro *A crise brasileira de educação*.

CARDOSO, José. [*Carta*] 7 ago. 1939c, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Manifestação de entusiasmo por receber o prof. Sud, esposa e filhos em Rio Claro, no dia 12 de agosto de 1939, para pronunciar conferência sobre o poeta Amadeu Amaral. Informa que um grupo de 80 pessoas da Escola Normal de Pirassununga, juntamente com o diretor dessa escola, prof. Lamartine, estarão presentes para assistir à conferência. Informa que os diretores das Escolas Normais de Limeira, São Carlos e Piracicaba estarão presentes ou enviarão representantes. Informa sobre a

programação das atividades do dia 13 de agosto, domingo, dia posterior à conferência.

CARDOSO, José. [*Carta*] 9 ago. 1939d, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Solicita confirmação de presença do Sud no encontro a ser realizado em 12 de agosto de 1939. Informa que “Imprensa, rádio, autoridades locais, professores e alunos das escolas, intelectuais e homens do trabalho, todos nestes dias ouvem a voz dos meus alunos, falando intensamente do prof. Sud Mennucci. Menciona carta anterior. Menciona vinda de aproximadamente 80 pessoas de Pirassununga e que várias pessoas das cidades vizinhas foram convidadas. Informa ter conseguido que “três jornais locais [...] se ocupem, na edição de domingo próximo, da personalidade de Sud Mennucci”. Solicita que Sud não esqueça dos oito livros, com dedicatório, para os alunos do remetente.

CARDOSO, José. [*Carta*] 9 dez. 1939e, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Apresenta e solicita ajuda de Sud ao prof. João Funari, que foi aluno da escola Normal de Pirassununga. Menciona o livro *A crise brasileira de educação*.

CARDOSO, José. [*Carta*] 17 jul. 1946a, São Manuel [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Remete jornal local para que Sud tenha conhecimento do que ocorre em São Manuel. Menciona que esteve com o prof. Faria Neto e que “aprendeu a ler” com D. Candinha, irmã de Faria Neto. Envia, para conhecimento, uma carta do prof. Jorge Leme. Solicita ajuda para organização da biblioteca, ou seja, o envio de “algo que possa ser útil a essa organização”. Pede informações sobre o interventor Dr. Macedo Soares, a quem pretende homenagear como patrono dessa biblioteca. Faz menção as “fubecadas do Elisiário”.

CARDOSO, José. [*Carta*] 2 out. 1946b, São Manuel [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Diz que no mês de novembro irá fazer “uma grande movimentação em Pirassununga”. Nessa atividade turmas de normalistas e professores de Rio Claro e de São Manuel irão visitar Escola

Normal e Escola Agrícola Dr. Fernando Costa. Dona Carolina Ribeiro será convidada para ministrar palestra de encerramento. Convida Sud Mennucci para participar desse evento. Pessoas citadas: Prof. Vitor Manuel Romano e Dona Carolina Ribeiro.

CARDOSO, Manoel. [Carta] 6 jan. 1947, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela doação de dois volumes de autoria de Sud Mennucci, quais sejam, “A ruralização” e *Discursos e conferências ruralistas*. Pessoas citadas: Liynn Smith – Louisiana State University.

CARUSO. [Carta] 16 fev. 1939a, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Faz menção ao Dr. Carlos Barbosa de Oliveira, engenheiro e professor no Rio de Janeiro, com quem conversou “sobre o proximo congresso de ensino internacional, a efetuar-se no Rio e a conversa cabeceou para o ensino rural, de quem ele é apologista. Falei a teu respeito; conhece-te, mas não leu a “Crise Brasileira de Educação” e pediu-me que a obtivesse de ti.” Menciona viagem de Carlos Barbosa de Oliveira pelo interior de São Paulo.

CARUSO. [Carta] 1 mar. 1939b, [s.l.] [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Consulta sobre a recepção de pedido de exemplar do livro “Crise Brasileira de Educação” para o Dr. Carlos Barbosa de Oliveira. Menciona que o Dr. Carlos Barbosa de Oliveira é professor da “Esc. Pol. do Rio” e de outras escolas e tem circulação internacional (Conferência em francês na Sorbonne sobre a seca do Ceará).

CAYOT, Mary E. [Carta] 24 abr. 1947, New York [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela doação dos livros *A ruralização* e *Discursos e conferências ruralistas*.

CHIARINI, João. Ruralismo. *Revista do Professor*, São Paulo, ano X, n. 11, p. 15-16, fev. 1952.

CONFERÊNCIA ruralista – Na reunião de ontem da Sociedade “Luiz Pereira Barreto” falaram os srs. Sud Mennucci e Oracy Gomes. Diário de S. Paulo, 23 jun. 1935.

COSTA, Wamberto Dias da [*Carta*] 1 jun. 1935, [s.l.]. [para] Senhores e senhoras, [s.l.]. 2f. Apresenta críticas elogiosas à atuação de Sud Mennucci e a seu livro “A Crise Brasileira da Educação”. Apresentando-o como “patrono dessa causa, o Bandeirante da Luz”. Ressalta a importância das Escolas Normas Rurais e o papel do professor rural.

COSTA, Wamberto Dias da. Pela ruralização do ensino no Brasil. *Revista do Professor*, São Paulo, ano III, n. 14, p. 15-18, abr. 1936.

COTTI, Lahyr de Castro. A orientação agrícola no ensino primário. *Revista Educação*, São Paulo, v. 7, p. 11-17, abr./mai. 1932.

CROOHA, Esther G./J.. [*Carta*] 20 dez. 1946, Maryland [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece a doação de dois volumes de autoria de Sud Mennucci, quais sejam, “A ruralização” e “Discursos e conferências ruralistas”.

CRUZ, Noêmia Saraiva de Mattos. Ensino rural. *Revista do Professor*, São Paulo, ano I, n. 3, p. 19-20, mai. 1934.

CRUZ, Noêmia Saraiva de Mattos. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária Grupo Escolar de Butantan S. Paulo*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936.

CRUZ, Noêmia Saraiva. [*Telegrama*] 31 [nov.] 1937, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Informa que o “GRUPO ESCOLAR RURAL BUTANTAN ALCANÇOU OUTRA VEZ PRIMEIRO PREMIO AVES EXPOSICAO NACIONAL ANIMAES.”

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Encontra-se, desde domingo, nesta capital, a “Bandeira Paulista de Alfabetização”*. Porto Alegre, 22 outubro 1935a.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Uma conferencia do professor Sud Mennucci*. Porto Alegre, 1 novembro 1935b.

DIRETORIA do Clube Educacional “Humberto de Campos” da Escola Normal Particular de Rio Claro. [Carta] 21 ago. 1939, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Agradecimento pela aceitação de pronunciar conferência em Rio Claro na “[...] primeira reunião pública promovida pelo clube na Escola Normal.” Agradecimento pela doação de um exemplar, para cada membro do Clube Educacional, do livro “A Crise Brasileira da Educação”.

DISCURSO pronunciado na cerimonia de colação de gráu das primeiras ruralistas do Brasil. *Turma de 1937*. Joazeiro do Norte: Escola Normal Rural, 1937.

EL ESPECTADOR Habanero. [Carta] 2 dez. 1937, Havana [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Faz referência a troca de correspondência anterior. Menciona acordo anterior de troca regular entre periódico de Sud Mennucci e “El Espectador Habanero – El magacen de las tres Américas”. Informa a recepção com regularidade do periódico de Sud Mennucci e pelo grande volume de publicações que o Directorio Periodístico Americano recebe, solicita que sejam feitas adequações das temáticas dessa publicação. Por fim, ressalta que aguarda posicionamento de Mennucci para que possa ser reativado o envio de “El Espectador Habanero”.

FALCÃO, Rubens. [Telegrama] 20 dez. 1942, Niterói [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Solicita que Sud contate D. Noemia Saraiva para verificar se ela aceita “ministrar curso de atividades rurais pt Inauguração oficial todos os cursos dia quatro de janeiro entrante pt”.

FALCÃO, Rubens. [Carta] 25 jan. 1943, Niterói [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção à dificuldade de Sud em contatar D. Noemia Saraiva. Deseja a visita de D. Noemia Saraiva à escola típica rural de Resende. Informa realização de “uma exposição com produtos dessas escolas”.

FALCÃO, Rubens. O governo Amaral Peixoto e a orientação ruralista do ensino. *Diário da Manhã*, Niterói, 25 out. 1945.

FERRAZ, Antônio Osvaldo. Grupo escolar rural “Alberto Tôrres”. *Revista do Professor*, São Paulo, n. 47, p. 16, set. 1959.

FERRAZ, Antônio Osvaldo. Ruralismo: Palestra realizada na noite de 29 de janeiro corrente, no curso de férias sôbre atividades agrícolas, que se efetua, sob o patrocínio da assistência técnica de ensino rural, no clube de ciências de Piracicaba. *Revista do professor*, São Paulo, ano XVI, n. 38, p.5-6, jan. 1958.

FERRAZ, Antônio Osvaldo. Três grupos escolares rurais em Piracicaba. *Revista do Professor*, São Paulo, ano XX, n. 66, p. 8, jan./fev. 1962.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Estudo retrospectivo de educação rural no Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 16 mar. 1922, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Solicita programas e horários da “Reforma”. Menciona leitura do livro “Prof. Jeremias” e apresenta discussão sobre um método de ensino.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 5 abr. 1923, Rio Claro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Agradece pelo parecer de Sud Mennucci sobre escrita de seu conto.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 2 jan. 1932a, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Sugere seu irmão para ocupar uma vaga de emprego no Departamento de Sud. Mennucci.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 8 jan. 1932b, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [S.l.]. 4f. Informa que esta liderando um movimento que demanda aumento dos “vencimentos” dos “professores-fiscais” e pede auxílio de Sud Mennucci para alcançar essa demanda.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 20 mar. 1932c, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Sugere que Sud Mennucci transfira “Plínio”, para que ele possa assumir, em comissão, a Delegacia Escolar de Sorocaba.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 6 nov. 1933, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona Ribas e pede para Sud Mennucci se aproximar de Dr. Azzi. Agradece pelo auxílio “à volta aos antigos vencimentos”.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 25 jun. 1934a, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Informa ter procurado Sud Mennucci em São Paulo, porém, não encontrou. Diz ter conseguido falar com o Secretário, que lhe apresentou duas possibilidades: “uma comissão na Normal de S. Carlos” ou “na Normal livre de Agudos. Menciona ter recusado ambas as propostas, pois não lhe representam melhoria material de que necessita, o que lhe convêm são cargos de “direção ou delegacia escolar”.

FLEURY, Renato Sêneca. [*Carta*] 27 jul. 1934b, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Informa sua saída de Sorocaba. Pede intervenção de Sud junto ao secretário Altefender. Menciona aceitar mesmo que na condição de comissionado cargos de Delegado de Ensino ou de Diretor de Ginásio, pois não quer lecionar.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 5 ago. 1934c, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 4f. Faz menção a dificuldades com nomeação para cargos de trabalho e pede apoio e intervenção de Sud.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 15 mar. 1936a, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa que desiste da nomeação para Ribeirão Preto. Faz menção a Pisa Sobrinho. Pede intervenção de Sud para resolver questões administrativas sobre sua nomeação. Pede notícias de Thales. Faz menção ao comissionamento de Faria Neto.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 18 mar. 1936b, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa envio de “Serie na Roça” e dois volumes da “Bibliotheca Infantil”. Solicita a honra das palavras de Sud a respeito dessas publicações na Revista. Informa que enviará novas publicações de “Bibliotheca Infantil”, “Adolescência” e “Educação Rural”. Confirma recepção de telegrama de Sud. Faz menção a Pisa Sobrinho e ao Dr. Canti (___). Pede colocação profissional a Sud.

FLEURY, Renato Sêneca. [Carta] 29 jan. 1937, Sorocaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa envio de um artigo para a *Revista do Professor*. Cobra de Sud apreciação na Revista do Professor de seus livros: *Adolescência* e *Serie na Roça*.

FONSECA, Osvaldo. [Carta] 11 ago. 1933, Pirassununga [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Parabeniza pela “nomeação para o mais alto cargo do magistério público paulista”. Menciona e elogia a trajetória de Sud Mennucci, inclusive a confiança depositada pelo atual Governo. Faz menção à premiação da Academia Brasileira de Letras pelo livro “A Crise Brasileira de Educação”.

FREITAS, M. A. Teixeira de. [Carta] 28 mar. 1933, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção à estadia de Sud no Rio de Janeiro. Menciona três obras de Sud. Menciona “Dr. Raul de Paula, Secretário Geral da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Informa

que sugeriu que Sud realizasse conferência sobre o ensino rural na Sociedade, que aprovou a sugestão.

FREITAS, M. A. Teixeira de. [*Carta*] 10 abr. 1934, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Informe de recepção, no dia 21 de março, da professora Maria José Fernandes. Informe de alterações no Departamento de Estatística. Informe de que “Léo” passará para “Diretoria na Fazenda”, o que fará com que fique vago o lugar de diretor da antiga “Diretoria Geral de Estatística”, que deverá passar para o “Ministério da Justiça”. Convite a Sud para ocupar cargo de diretor na “Diretoria Geral de Estatística”. Menção ao “apêgo [de Sud] às cousas da educação.” Menção à Manifestação de entusiasmo por receber o prof. Sud, esposa e filhos em Rio Claro, no dia 12 de agosto de 1939, para pronunciar conferência sobre o poeta Amadeu Amaral. Informa que um grupo de 80 pessoas da Escola Normal de Pirassununga, juntamente com o diretor dessa escola, prof. Lamartine, estarão presentes para assistir à conferência. Informa que os diretores das Escolas Normais de Limeira, São Carlos e Piracicaba estarão presentes ou enviarão representantes. Informa sobre a programação das atividades do dia 13 de agosto, domingo, dia posterior à conferência. Tentativa da “Convenção Nacional de Educação” para estabelecer “Sistema” ou a “Confederação” de serviços educacionais. Informe de que o Ministro W. Pires interessou-se pela proposta e já incumbiu a A.B.E. de elaborar um anteprojeto relacionado a esse assunto. Menção à necessidade de formar uma “frente única para assegurar o êxito da Convenção”. Solicitação de ajuda para articular essa proposta no Estado de São Paulo. Apresentação de proposta à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres de criação “no sertão baiano [de] uma Colonia-Escola.”

FREITAS, Teixeira [*Telegrama*] 18 dez. 1943, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Acusa a recepção de telegrama. Faz menção ao fato de as Escolas Normais Rurais serem de iniciativa de Sud Mennucci, que “TANTO FEZ EM PROL VENCIMENTO PROGRESSIVO DO PROFESSORADO VG NAO PODERIA SER TAMBEM CRIADOR DA PRIMEIRA COLONIA ESCOLA? E ESSE CREIA UM DOS MAIS

IMPORTANTES PONTOS DO NOSSO IDEARIO QUANTO EDUCACAO POPULACOES RURAIS PT”.

GAIA, Cyro de Freitas. A escola primária no littoral. *Revista Educação*, São Paulo, v. 6, p. 280-284, mar. 1929.

GAIA, Cyro de Freitas. [Carta] 18 jan. 1935, Santos [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção à publicação do “Decreto dos Clubes do Trabalho”, uma “vitória”. Informa que Araçatuba já tem verba para a criação do primeiro Clube. Considera necessário “dar às escolas uma feição pratica” e não ser apenas um local “para preparar eleitores...” Apresenta o ruralismo como “movimento de renovação escolar”.

GAIA, Cyro de Freitas. [Carta] 28 mai. 1940, Mococa [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Pergunta como anda o recenseamento e questiona a falta de ligação do censo com a escola primária. Informa que recebeu um ofício de João B. F. Pinheiro comunicando sua posse como “Delegado Municipal local”. Discute aspectos do escoamento da safra de laranja.

GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

GENTIL, Alcides [Carta] 14 set. 1940, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona trabalho de Sud sobre o pensamento de Alberto Torres e “A crise da educação brasileira”. Faz menção ao encaminhamento de opúsculo intitulado *Para uma nova Ordem!*, que trata da “necessidade de instituir a politica de carreira”. Solicita tudo o que for publicado sobre Alberto Torres.

GOMES, Helio. [Carta] 12 abr. 1939, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, Rio de Janeiro. 1f. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres reitera o convite de Manuel Alves de Almeida para Sud Mennucci participar da “Segunda Semana Ruralista de Rio-Verde, a

realizar-se em Junho proximo.”, em “Goiáz”. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres convida Sud a “integrar a Caravana Torreana que comparecerá àquele certame ruralista.” A Sociedade reitera o convite “para escrever um capítulo sobre Educação Rural, a fazer parte de um livro intitulado ‘Pelo Brasil Rural’, que a Sociedade pretende brevemente editar.”

GONZAGA, Apiegio. [Carta] 30 jan. 1933, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Menciona ter procurado Sud por três vezes. Parabeniza pela organização que Sud fez no “jornal”. Menciona ter encontrado com o amigo China e diz ter falado com o Máximo. Faz menção ao livro *São Paulo e suas Grandezas*. Faz menção ao seu livro que tem por finalidade combater o êxodo rural. Menciona ser adepto da ruralização do ensino e ao “Ramalho”. Solicita auxílio no processo de remoção de seu genro.

HESPELT, E. Herman. [Carta] 5 dez. 1946, New York [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela doação dos livros *A ruralização e Discursos e conferências ruralistas*.

HILTON, Ronald. [Carta] 31 dez. 1946, Santa Ynez [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Informa recebimento dos livros *Discursos e Conferências Ruralistas*, *A Ruralização*, “A Margem das Cartas Chilenas” e “Machado de Assiz”.

I SEMANA rural do Clero Paulista. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 482, jul.-set. 1952.

I SEMANA RURALISTA de Areia. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p. 257-258, abr.-jun. 1952.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Apresentação. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1-2, p. 1-2, jan.-jun. 1948.

INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Problemas de Educação Rural*. Curso promovido pelo I.N.E.P., em 1949, a cargo do Prof. Robert King Hall, da Columbia University, N. Y. Rio de Janeiro: INEP, 1950. 105 p. (n. 47).

JIMÉNEZ, Wenceslao Montero. [Carta] 18 mai. 1947, Santa Cruz de la Sierra [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2 f. Menciona troca de carta anterior. Relata diversas dificuldades para viagem a São Paulo e solicita intervenção de Sud Mennucci, inclusive junto a Embaixada brasileira, para que ele consiga antecipar sua viagem. Informa que já está com os materiais preparados para a realização das conferências a serem proferidas em São Paulo.

KENISTON, Hyward. [Carta] 30 nov. 1946, Michigan [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela doação dos livros *A ruralização e Discursos e conferências ruralistas*.

LAWLER, Vanett. [Carta] 19 ago. 1945a, Assunção [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Faz menção ao estabelecimento de relações e intercâmbios na área da educação. (traduzida)

LAWLER, Vanett. [Carta] 19 ago. 1945b, Washington [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Menciona viagem a Piracicaba e diversos sujeitos que conheceu nessa ocasião, como por exemplo, Lourenço Filho; M.r. Lozano; M.r. Dutra; Donna Cotinha. Trata de assuntos relacionados a educação musical.

LAWLER, Vanett. [Carta] 24 mai. 1946a, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Menciona Mis Brunilda Cárts de Santiago do Chile. Faz menção ao brasileiro José Vieira Brandão na bienal de música em Cleveland, Ohio.

LAWLER, Vanett. [Carta] 19 jul. 1946b, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela carta e pela cortesia

dispensada a Mis Brunilda Cárts. Agradece pela viagem a Piracicaba, Pirassununga e Campinas.

LAWLER, Vanett. [Carta] 26 jul. 1946c, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Informa que a Divisão de Música da União Pan-Americana deseja realizar a publicação de um livro de canções que incluiria músicas tradicionalmente populares de todos as vinte Repúblicas Americanas. Solicita auxílio de Mennucci com o envio de uma lista das músicas do Brasil.

LEFÈVRE, Valdemar. [Carta] 10 mai. 1940, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Comunica que o Secretário da Agricultura receberá comissão composta por: Engenheiro Luiz Flores de Moraes Rego, Engenheiro Paraizo Godinho, Engenheiro Francisco Severo San Juan, Engenheiro Valdemar Lefèvre, para tratar da “Resolução nº 4 deste Diretório”.

LEITE, Edgar Teixeira. *Alberto Torres: ecologista. Carta mensal*, Rio de Janeiro, n. 234, v. XX, set. 1974.

LIMA, Augusto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

LIMA, J. Pinto; BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral. *Clubes Agrícolas*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1958.

LOBO, Carlos. *Semana Ruralista de Quixeramobim. Recorte de Jornal*, Ceará, 23 ago. 1938.

LOBO, Otávio; SILVA, Perboyre. [Carta] 8 jan. 1947, Fortaleza [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Agradece pela doação de livro *Discursos e conferencias ruralistas* e de folheto que contem carta que Sud Mennucci envio ao Deputado José Augusto. Informa que Sud Mennucci foi eleito

“sócio correspondente” em São Paulo do Instituto do Nordeste. Destaca a influência de Sud Mennucci no Nordeste.

LOURENÇO, Manoel Rodrigues. [Carta] 27 abr. 1938, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menção à “queda de um grande trecho da muralha que tenta impedir a [vinda] do ruralismo profícuo e necessario para um país que depende do braço agrícola [...]”. Faz menção ao decreto 8.951. Menciona a dificuldade para criação dos “Grupos Rurais” “[...] pois, o ruralismo aparece e desaparece no coração e conceito de muitos conforme a ‘opinião’ do Diretor de Ensino; basta um boato de que o amigo Sud está de cima, é ‘provável’, ou que haja uma possibilidade de um outro chefe, para brotar relatórios, canteiros semelhantes à sepultura de uma sinceridade, etc.” Precisamos de muita cautela; os vencimentos também transformam os Lourencistas ou Almeidistas em Sudistas de um instante para outro [...]”. Menção ao ruralismo como fator de melhoramento do “padrão de vida do morador do campo.”.

MAGALHÃES, Julio Geraldo. [Carta] 25 ago. 1935, Casa Branca [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Informa ter recebido um livro de autoria de Sud e menciona não ter agradecido antes, pois pretendia fazê-lo “conjuntamente com os demais membros da Caravana Ruralista aqui em nossa Escola Normal no dia vinte e seis.” (Caravana não realizada). Faz menção aos livros *O que fiz e pretendia fazer* e *A crise brasileira de educação*, que recebeu do prof. Líno Avancini. “A ambos [os livros] em os venho fazendo perambular de mãos em mãos de meus professores e colegas [...] contribuindo para a maior difusão de suas ideias com as quais formulou a mais brasileira das reformas do ensino [...]” Espera que o Sud possa visitá-lo no próximo mês. Informa que estava previsto um espetáculo “em homenagem à Caravana Ruralista e cujo produto seria destinado ao Clube Agrícola”.

MAGALHÃES, Basílio de. [Carta] 16 ago. 1936a, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Agradece pelos livros: *A crise brasileira de educação*, *Pelo sentido ruralista da civilização* e *Aspectos piracicabanos do*

ensino rural. Faz menção a Piracicaba como a “mecca do ruralismo no Brasil”. Informa o empenho da imprensa e de amigos na “cruzada” ruralista, cita “Manéco”, auxiliar do “dr. Luiz Piza Sobrinho”. Recomenda a importância de se considerar a civilização praieira para o desenvolvimento nacional. Menciona o pensamento de Augusto Comte. Faz menção ao sucesso da “bela evangelização ruralista” e o protagonismo de São Paulo na difusão dessas ideias. Faz menção a palestra de Waldemar Ferreira. Menciona o problema do “jaguncismo ou cangaceirismo” e a necessidade do Poder Público incorporar a população sertaneja. Informa que envia cópia do parecer, do qual foi relator “por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre o ‘Plano Nacional de Educação’”.

MAGALHÃES, Basílio de. [Carta] 8 set. 1936b, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa que efetuou duas conferências “patrióticas”, uma sobre “Caxias” e outra sobre “José Bonifácio”. Informa que tratou na “Associação Brasileira de Educação, da ‘Civilização rural e civilização praieira do Brasil’”. Diz ter mencionado Sud e seus trabalhos em sua palestra. Menciona a probabilidade de ministrar uma nova conferência sobre o ruralismo na Associação dos Amigos de Alberto Torres. Diz ter lido os livros: “Húmor”, “Brasil desunido” e “Historia do Diario Official”, porém, ainda não leu “O que fiz e o que pretendia fazer”. Diz que entregou ao Alfredo Baltazar da Silveira os volumes enviados por Sud. Faz menção a tradução de “Stecchetti”.

MARAIDES, Pereira. [Carta] 21 jul. 1933, Silveiras [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona ter recebido “a representação do ‘Jornal do Estado’”, aceitando-a. Parabeniza o “util artigo ‘Guerra á zona rural’” e pelo prêmio da Academia Brasileira de Letras pelo livro *A crise brasileira de educação*. Envia um artigo sobre a “ruralização, de [ilegível - parece mencionar autoria], grande adepto. É para o ‘Jornal do Estado’”

MEDEIROS, Raul da Rocha. [Carta] 8 jul. 1947, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Convida Sud Mennucci para integrar

o “Conselho Consultivo do Instituto de Economia Rural, que esta sendo organizado pela Sociedade Rural Brasileira para estudo dos problemas econômicos nacionais, principalmente daqueles ligados a agricultura.”

MEICHE, E. [*Carta*] 15 dez. 1946, San Antonio, Texas [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Agradece a doação de livros de autoria de Sud Menncucci e informa que serão muito úteis para o preparo de conferências. Menciona ser francês.

MEICHE, E. [*Carta*] 14 mar. 1947, San Antonio - Texas [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Agradece carta recebida de Sud Menncucci e dedicatória feita no livro. Menciona estar vinculada a Universidade de Santa Maria em San Antonio – Texas.

MEJÍA M., Ignacio. [*Carta*] 16 dez. 1946, México, D.F. [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece a doação de dois volumes de autoria de Sud Menncucci, quais sejam, “A ruralização” e “Discursos e conferencias ruralistas”. Afirma que a “questão agraria é o problema capital do mundo”.

MELLO, Nilo de Albuquerque de. [*Carta*] 10 dez. 1938, Natal [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Informa a recepção do livro “Crise Brasileira da Educação” e informa ter lido esse livro com “interesse”. Faz menção à reforma da educação para população rural.

MENDES, Antônio José Teixeira. [*Carta*] 27 mai. 1947a, Campinas [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Menciona o movimento em prol da instalação em Piracicaba da primeira Universidade do Interior. Menciona que Luiz de Queiroz doou ao “Estado a Fazenda São João da Montanha”. Informa que os deputados piracicabanos Dr. Valentin do Amaral e Dr. Francisco de Castro Neves já levaram esse assunto à Câmara Estadual.

MENDES, Antônio José Teixeira [*Carta*] 7 jul. 1947b, Campinas [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Faz menção à troca de carta anterior. Envia recorte do *Jornal de Piracicaba* com publicação de artigo do Sud, transcrito do *Jornal de São Paulo*; trata-se de assunto relacionado à “causa da Universidade em Piracicaba”.

MENESES, João Gualberto de Carvalho; MENDES, João Batista Gurgel. *Legislação do Ensino Rural* – dispositivos em vigor e que se referem direta e especificamente ao Ensino Rural. São Paulo, 1960.

MENNUCCI, Sud. *Alma Contemporânea: ensaios de estética*. São Paulo: Editora Cultura Brasileira, 1918.

MENNUCCI, Sud. *Humor*. São Paulo: Piratininga, 1923.

MENNUCCI, Sud. *Rodapés*. São Paulo: Piratininga, 1927.

MENNUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. São Paulo: Piratininga, 1930a.

MENNUCCI, Sud. *A Escola Paulista*. Polêmica com Sr. Renato Jardim. São Paulo: COPAG, 1930b.

MENNUCCI, Sud. *A reforma do ensino rural em S. Paulo*. Educação, São Paulo, v. IV, n. 1 e 2, p. 3-11, ago./set. 1931.

MENNUCCI, Sud. *Brasil Desunido*. São Paulo: Typografia Siqueira. Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1932a.

MENNUCCI, Sud. *Cem anos de Instrução Pública (1822-1922)*. São Paulo: Typografia Siqueira. Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1932b.

MENNUCCI, Sud. *O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932*. São Paulo: Piratininga, 1932c.

MENNUCCI, Sud. *Aspectos piracicabanos do ensino rural*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1934a.

MENNUCCI, Sud. *Historia do diário oficial (1891-1933)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934b.

MENNUCCI, Sud. *Pelo Sentido Ruralista da Civilização: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo (1892-1935)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

MENNUCCI, Sud. *Corografia do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936a.

MENNUCCI, Sud. A guisa de prefácio. *In*: CRUZ, Noêmia Saraiva de Mattos. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária Grupo Escolar de Butantan S. Paulo*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936b. p. 9-10

MENNUCCI, Sud. *Luiz Gama: precursor do abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliana, 1938.

MENNUCCI, Sud. *À Margem das cartas Chilenas*. São Paulo: [s. n.], 1942.

MENNUCCI, Sud. *A Ruralização*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1944.

MENNUCCI, Sud. *Curriculum Vitae*. São Paulo, 1946a. (Impresso)

MENNUCCI, Sud. *Discursos e Conferências Ruralistas*. São Paulo: [s. n.], 1946b.

MOREIRA, J. Roberto. A administração municipal e o ruralismo pedagógico. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1-2, p. 17-26, jan./jun. 1948.

MOREIRA, J. Roberto. Educação para o Brasil rural. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 847-858, out./dez. 1949.

NOVELLI JÚNIOR, Luís Gonzaga. [Carta] 2 mai. 1946, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Agradece a remessa dos “magníficos trabalhos” de Sud Mennucci “sobre ensino rural”. Ressalta que esses trabalhos irão auxiliar “na confecção do meu próximo discurso na Constituinte”.

OLIVEIRA, Amalia Xavier de. [Carta] 25 jan. 1938, Joazeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Acusa e agradece o recebimento da coleção da *Revista do Professor*. Informa o envio de retratos da escola. Informa negociação de terreno localizado em frente à escola, “onde os alunos poderão trabalhar à vontade.” Informa que serão feitas “diversas demonstrações” “para o nosso homem do campo”. Informe de que o livro de “D. Noemia” foi incluído na bibliografia adotada pelo “Departamento de Educação do Ceará. É mais um passo agigantado que a nossa terra dá, na estrada do ruralismo.”

OLIVEIRA, Amalia Xavier de. [Carta] 20 abr. 1948, Juazeiro do Norte [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa que será realizada, de 25 a 31 de maio de 1948, em Juazeiro do Norte, a “3ª Semana Ruralista Brasileira, patrocinada pelo Ministério da Agricultura”. Informa que o nome de Sud está na comissão de honra dessa Semana. Solicita que sejam trazidos ilustres representantes do Ministério da Agricultura. Faz menção à necessidade de se educar e enaltecer o homem do campo e “que no sólo brasileiro repousa a maior parte da Nação.”

O PROBLEMA rural em S. Paulo. Discursos pronunciados pelos srs. drs. Luis de Toledo Piza Sobrinho, Secretario da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de S. Paulo e Odilon Braga, Ministro da Agricultura da Republica, em 20-VI-936. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, Minas 1946. 39 p.

ORAM, Frank H. [*Carta*] 22 out. 1945a, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela colaboração do Departamento de Educação para realização do “Curso de Extensão Cultural e Mostuário de Livros Educativos Norte-americanos”. Menciona a participação nessas atividades, principalmente, dos professores: J. Oliveira Orlandi (bibliotecário chefe) e Elisiario Rodrigues de Souza (assistente de publicidade).

ORAM, Frank H. [*Carta*] 26 out. 1945b, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Acusa e agradece recebimento de ofício de indicação de três educadores para aperfeiçoamento nos EUA. Pede currículo de profa. Iracema e Castro Amarante. Faz menção ao professor Flavio Sampaio, Elisiario R. de Souza e profa. Odete Teixeira Viegas. Menciona a possibilidade informada por Sud do financiamento do governo do estado para o envio de no mínimo mais três educadores paulistas para aperfeiçoamento nos EUA.

ORAM, Frank H. [*Carta*] 25 out. 1945c, [s.l.] [para] MORAIS, J. de Mello; MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Informa assinatura de um acordo entre EUA e o Ministério da Agricultura/Diretoria do Ensino Agrícola, para o desenvolvimento do ensino rural no país.

ORAM, Frank. H.; TSCHUDY, Arnold. [*Carta*] 23 jun. 1944, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Menciona providencias para “intercâmbio de idéias e de material” com os EUA. Apresenta congratulações a Sud Mennucci exposição de atividades Panamericana realizada e agradece pelo convite.

PAIXÃO, S. da. Pela educação ruralista. *Revista do Professor*, São Paulo, ano VI, n. 22, p. 19, nov. 1939.

PAZ, Ulysses Freire da. [Carta] 20 jun. 1945, New York [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 3f. Informa que chegou em New York e que “desde logo” se aproximou dos “meios” educacionais, conforme previsto no “programa previamente traçado”. Menciona ter visitado o “Institute of International Education”, a “Columbia University” e o “Teacher’ College”. Informa ter sido presenteado com diversas publicações interessantes e menciona/descreve o título de 12. Destaca que pensa que a viagem será proveitosa e manifesta seu desejo de que suas experiências possam ser úteis/aproveitadas pelo Departamento que Sud Mennucci dirige.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 30 jan. 1938a, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Faz menção a dificuldades encontradas para organização de uma caravana de professores com destino ao Rio Janeiro. Menciona questão da inauguração do Instituto y Séccion Argentina en la Biblioteca del Centro del Profesorado”. Menciona recepção de carta de Mennucci.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 23 mai. 1938b, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 4f. Trata da possibilidade de realizar uma “excursión al Brasil con sessenta profesores”.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 9 jul. 1938c, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 3f. Menciona viaje ao Brasil de um grupo de algumas estudantes e faz menção a possibilidade encontrar Sud Mennucci.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 22 ago. 1938d, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Informa que os “Amigos de la Educación” enviaram um convite a todos os países da América para participação no “Congreso Americano de Educación”. No entanto, como

o “Professorado Paulista” não respondeu, escreve para Sud Mennucci lembrando/reforçando o convite. Coloca-se à disposição para representar Sud Mennucci caso ele não possa participar e não tenha outra pessoa para representá-lo.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 5 jul. 1939, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa a Sud Mennucci sobre sua vinda ao Brasil juntamente com outras duas pessoas e solicita que lhes seja providenciada hospedagem. Diz que participará da inauguração do Instituto Brasileño Argentino, dentre outras atividades.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 7 set. 1940, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Apresenta saudações pelo 112 aniversário de independência do Brasil.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 25 ago. 1942a, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Menciona atentado ocorrido no Brasil e manifesta solidariedade. Solicita confirmação de recebimento de cartas anteriores, pois pretende enviar “Album Histórico y Geográfico de la Argentina”.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 5 set. 1942b, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Felicitação pelo aniversário da independência e registro de admiração pelo Brasil.

PEÑERO, Angelina del Barco. [Carta] 9 set. 1942c, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 2f. Menciona confecção de álbum histórico sobre a Argentina, enviado a Mennucci por meio de um Embaixador.

PINTO, Ricardo Ferraz de Arruda. [Carta] 23 ago. 1939, Piracicaba [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Convite para pronunciar conferência no dia 7 de setembro de 1939 em Piracicaba. Informe de que o “Orfeon da Escola Normal” fará uma apresentação nessa “reunião”.

PIZA SOBRINHO, Luís de Toledo. O problema agrário do Brasil. Discurso pronunciado em sessão de 19 de junho de 1946, na Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PRIMEIRA SEMANA ruralista Rio-Branquense. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 401-402, jul.-set. 1951.

PRIMEIRO CONGRESSO Brasileiro de ensino regional. *Revista do Professor*, São Paulo, ano I, n. 8, p. 03-44, dez. 1934 a jan. 1935.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO de ensino regional. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1935. 40 p.

PROJETO MAIOR. O que é o projeto maior n.º 1 da UNESCO: Para a generalização e melhoria do ensino primário na América latina. *Revista do Professor*, São Paulo, ano XVII, n. 48, p. 31-32, out./nov. 1959.

QUISSAK, Ernesto. *Vale do Paraíba e a Ruralização*. Guaratinguetá, 1945. (Digitado).

RABELLO, Manoel. [Carta] 6 dez. 1932, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Acusa o recebimento de dois volumes dos livros: “100 anos de Instrução Pública” e “Brasil Desunido”. Agradece e oferece-lhe os préstimos na capital Rio de Janeiro.

REBOUÇAS, Maria Terezinha. Em prol do ruralismo: A alimentação da criança na zona rural, seus erros e os meios de remediá-los com recursos locais. *Revista do Professor*, São Paulo, ano XII, n. 19, p. 17, fev. 1954.

RECAYTE, Haydee. [Carta] 11 mar. 1948, Montevideo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Acusa recebimento de carta anterior e de doação de livros de Mennucci para Exposición que se será inaugurada em

14 de abril de 1948. Apresenta desculpas e justificativa pela demora em responder a carta de Mennucci.

RODRIGUES, Francisca Pereira. [Carta] 23 mar. 1938, [s.l.]. [para] ILEGÍVEL, [s.l.], 1f. Informe de que foi encarregada de “promover uma homenagem ao Prof. Sud Mennucci”; apresenta sua satisfação e seu entusiasmo em fazê-la e acrescenta: “[Início ilegível] das qualidades do distinto mestre, considero-o como sendo, nesta hora, o primeiro do Brasil, portanto com justiça, o representante [legítimo] da classe.”

RODRIGUES, Francisca. [Carta] 2 mai. 1939, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona que a Bandeira Paulista da Alfabetização atendendo a solicitação do Dr. Juan Oscar Griot, diretor do Ginasio Lyceu de Durazno do Uruguai, irá doar 500 livros brasileiros a esse Ginasio. Nesse sentido, solicita a Sud Mennucci alguns exemplares.

ROMÃO. [Carta] 22 jun. 1933, Santos [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção ao encontro com o “careca Peliciotti”. Felicitações pela consagração na Academia Brasileira de Letras do livro *A crise brasileira de Educação*. Menciona Flavio Pinto Cesar, filho de Otaviano Pinto Cesar de Piracicaba, primo “2º grau” do remetente.

ROMÉRO, Orlando. [Carta] 4 out. 1938, Areia [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Faz menção a Sud como “a maior autoridade em Ruralismo”. Manifesta interesse e solicita exemplar de “Crise Brasileira de Educação”.

ROSS, Elisa. [Carta] 27 set. 1937a, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Menciona troca de correspondência; viagem que realizou a São Paulo; estar vinculada a Escuela Nacional n. 83 de Buenos Aires. Solicita que seja informada sobre a data de inauguração do “Centro do professorado” e diz que tentará participar dessa atividade mesmo que seja de forma não oficial.

ROSS, Elisa. [Carta] 19 nov. 1937b, Buenos Aires [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Menciona envio de livros que fez a Sud Mennucci e diz que quando ele quiser algum livro de autor Argentina, basta solicitar-lhe. Consulta Mennucci sobre informação que recebeu de Angelina de que em breve fará viagem a Buenos Aires.

ROWE, L. S.; ALBA, Pedro. [Carta] 29 mai. 1946, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. “A Biblioteca Comemorativa de Colombo saúda V. S. muito atentiosamente e agradece a remessa das obras abaixo indicadas. A ruralização, por Sud Mennucci”.

ROWE, L. S.; ALBA, Pedro de. [Carta] 13 mai. 1947, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Em nome da Biblioteca Comemorativa de Colombo agradece Mennucci pela doação de alguns de seus livros. (Não menciona os livros).

RURALISMO: Discurso inaugural da Semana Ruralista de Franca, pronunciado pelo professor Maximo de Moura Santos, em 22 de abril de 1935. *Revista do Professor*, São Paulo, ano II, n. 12, p. 12-13, jun./jul. 1935.

SANTOS, Maximo de Moura. [Carta] 20 jun. 1939a, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Convite para Sud Mennucci escrever artigo na *Revista de Educação* e “[...] preferisse tema referente á ruralização do ensino.”

SANTOS, Maximo de Moura. [Carta] 24 jul. 1939b, São Paulo [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Convite para Sud Mennucci escrever artigo na *Revista de Educação*.

SANTOS, Plinio Travassos dos. [Carta] 16 nov. 1938, Ribeirão Preto [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa e agradece pelo envio do livro “A Crise Brasileira da Educação” (1 para Plínio e 2 para Biblioteca da Caixa Escolar Municipal). Informa que efetuou a leitura desse livro. Menciona

ter enviado um de seus trabalhos para Sud e solicita um retorno sobre. O remetente manifesta preocupação com a melhoria das escolas rurais. Conta com a colaboração de Sud para a biblioteca.

SANTOS, Plínio Travassos dos. [Carta] 14 abr. 1942, Ribeirão Preto [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Informa que o Prefeito Dr. Fábio Barreto “está interessado na reforma do ensino municipal, principalmente para poder dar devida orientação ao ensino rural.” e quer contatar Sud. Menciona as “virtudes de ruralista” de Sud. Menciona o envio a Sud do artigo “Sugestões para a maior eficiência das escolas primárias”, publicado pela *Revista do Arquivo Municipal*. Menciona intenção do Prefeito de “libertar quanto possível o ensino rural municipal do estadual.” O Prefeito pretende estabelecer entendimento com Dr. Fernando Costa sobre “a conveniência [...] do Estado cuidar exclusivamente do ensino urbano, deixando o rural para o município. Além disso, deseja melhorar os vencimentos dos professores rurais municipais, para que sejam de fato professores rurais, e rodeá-los de garantias e facilidade capazes de os fixarem definitivamente.” Informa que doou ao Prefeito o livro “Crise Brasileira de Educação”. Menciona o Decreto 20.108, publicado no Diário Oficial. Pede recomendação ao “sr. Benedikto”.

SAUER, Henrique F. G. [Carta] 24 jan. 1936, Viçosa [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 3f. Menciona a difusão do ruralismo em Minas Gerais, em especial na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e destaca o nome do diretor “Dr. J. C. Bello Lisbôa”. Destaca a atuação de Sud e do Estado de São Paulo para a difusão da mentalidade ruralista e para a ruralização do ensino primário.

SEEGER, Charles. [Carta] 28 ago. 1946, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Menciona recepção de carta de Sud Mennucci a Miss Vanett Lawler. Menciona Mr. Lozano. (Escrita em inglês)

SILVA, Gabriel Monteiro da [*Telegrama*] 12 [ilegível] 1946, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Solicitação de “belos e oportunos trabalhos sobre educação ruralista”, para atender Novelli.

SILVEIRA, Brenno. [*Carta*] 25 fev. 1947a, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Na função de redator e tradutor de publicações em língua portuguesa da União Panamericana se coloca a disposição de Sud Mennucci. Pede que Sud envie publicações suas e outras que considere interessante.

SILVEIRA, Brenno. [*Carta*] 11 mar. 1947b, Washington [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece amabilidade em uma carta de Sud Mennucci e o apoio do Sud para divulgação de atividades culturais em nosso país. Menciona possibilidades de publicações e de cooperação para publicações.

SOUSA, Claudino Dias de. [*Carta*] 19 mai. 1939a, Barra do Piraí [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Em nome do Prefeito informa o recebimento de carta. Indica o melhor trajeto para Juiz de Fora sem passar pelo Rio de Janeiro (capital). Solicita um livro com dedicatória (não informa qual).

SOUSA, Claudino Dias de. [*Carta*] 26 mai. 1939b, Barra do Piraí [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 1f. Agradece pela oferta de cinco livros de Sud Mennucci.

SOUSA, J. Moreira. [*Carta*] 8 abr. 1935a, Assis [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Informa que obtém o livro *Rodapés* e 3 exemplares da *Revista do Professor* que apresenta textos sobre o “1º Congresso Brasileiro de Ensino Regional”. Tece elogios quanto à atuação de Sud.

SOUSA, J. Moreira de. [*Carta*] 8 nov. 1935b, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Menciona ida de Sud as “terras gaúchas”. Menciona articulação com o deputado Monte Arrais da bancada cearense acerca de um “esboço de um projeto de lei, a ser apresentado, no Congresso

Nacional, autorizando Poder Executivo a criar, em cada Estado do Brasil, uma Escola Normal Rural, de tipo superior”. Informa que apresentou com o livro “Crise Brasileira de Educação” o deputado Monte Arrais, que leu e está interessado na discussão sobre o ruralismo. Faz menção a Raul Bittencourt (Comissão de Educação da Câmara), da bancada rio grandense do sul, acerca de articulações ruralistas a serem apresentadas quando da discussão do Plano Nacional de Educação. Solicita exemplar do livro “A Crise”, cópia de conferência na A.B.E. e outros materiais sobre o ruralismo. Menciona: “Precisamos fazer que o caso estoire no Congresso.” Faz menção a repercussão da palestra de Sud no Rio Grande do Sul, diz que a escola em Juazeiro vai bem e que a Semana Ruralista foi um sucesso. Faz menção a necessidade de empenho pela ortografia simplifica.

SOUSA, Joaquim Moreira de. [Carta] 8 nov. 1935, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, [s.l.]. 2f. Trata de diversos assuntos relacionados a ruralização do ensino.

SOUSA, Joaquim Moreira. Educação rural pela escola primária. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 1095-1105, out./dez. 1950.

TERAN, Carlos M. [Carta] 10 abr. 1947, Michigan [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Acusa recepção dos livros “A ruralização” e “Discursos e conferências ruralistas” e informa que usará os livros nas aulas de civilização latino-americana.

TOLEDO, Antonio Alves de. [Carta] 31 jul. 1939, Bebedouro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. Agradece pela oferta do livro Brasil Desunido” de autoria de Sud e elogia a sua produção.

TORRES FILHO, Artur Eugênio Magarinos. [Carta] 11 mai. 1932, Rio de Janeiro [para] MENNUCCI, Sud, São Paulo. 1f. O remetente solicita informações sobre a organização do ensino rural no Estado de São Paulo. Faz menção ao livro “A Crise Brasileira de Educação”, a atuação de Sud

no combate ao “êxodo dos campos” e do empenho de Sud de melhorar os “processos agrícolas, pelo ensino rural”. No verso da carta consta o nome encaminhamento ao “cidadão doutor Lahyr de Castro Cotti, para que se digne de informar (21-5-1932).

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Nathanael da Cruz e Silva Neto

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro



Agnes Iara Domingos Moraes

Doutora em Educação, com período sanduíche na Universidad de Salamanca - Espanha, Mestre em Educação, Especialista em Atendimento Educacional Especializado: área da Deficiência Intelectual e Graduada em Pedagogia com Habilitação em Deficiência Intelectual, todos pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Marília. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba. Desenvolve pesquisas sobre história da educação rural, educação do campo, educação inclusiva e formação de professores. É autora de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos acadêmico-científicos nacionais e internacionais.

“O livro examina questões cruciais à compreensão da escolarização no meio rural e convida o leitor a se enveredar nos meandros do fluxo histórico inexorável do movimento das ideias. Quem foram os ruralistas do ensino? Que ações desenvolveram para que o movimento se fortalecesse? Quais os interesses subjacentes às propostas pedagógicas de uma escola primária ruralizada e de uma formação específica do magistério nas escolas normais rurais? Qual a intencionalidade pressuposta na defesa da fixação dos trabalhadores no campo?”

“Trata-se, como bem sugerido no título, de “ideias em movimento e [d] o movimento das ideias”. Mas vale o alerta. Hora alguma, a autora lida com essas proposições como meras abstrações. São ideias encarnadas em sujeitos e práticas sociais e educacionais. Ideias de cariz nacional, como os inúmeros livros escritos por Sud Mennucci no diálogo com outros autores como Alberto Torres e ruralistas de vários matizes. Múltiplos diálogos que se estendem pelos mais variados recantos do país e atravessaram fronteiras. Seguindo os rastros das missivas recebidas por Sud Mennucci do exterior, ganha especial relevo na presente obra a circulação internacional das ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino confrontadas com outras ações políticas e institucionais relacionadas à educação rural.”

Excertos do Prefácio escrito pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba
“Campinas, junho de 2021. Final de outono tristonho, assolado pela tragédia humanitária de mais de 473 mil mortos pela Covid-19 no Brasil.”



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 0798/2018

Processo N° 23038.000985/2018-89

